

**Universidade Federal da Bahia**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**  
**Mestrado em Arquitetura e Urbanismo**  
Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti



**Levada à Margem:**  
**A importância do lugar na memória da cidade de Maceió**

Salvador, agosto de 2012.

**Universidade Federal da Bahia**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**  
**Mestrado em Arquitetura e Urbanismo**  
Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti

**Levada à Margem:  
A importância do lugar na memória da cidade de Maceió**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, agosto de 2012.

**Universidade Federal da Bahia**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**  
**Mestrado em Arquitetura e Urbanismo**  
Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti

**Levada à Margem:  
A importância do lugar na memória da cidade de Maceió**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Banca Examinadora:**

**Odete Dourado Silva (orientadora)** \_\_\_\_\_

Doutora em Conservação e Restauração de Monumentos, Università Degli Studi Di Roma – La Sapienza  
Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal da Bahia

**Francisco de Assis da Costa** \_\_\_\_\_

Doutor em Historia de La Arquitectura e Historia Urbana, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia

**Lysie dos Reis Oliveira** \_\_\_\_\_

Doutora em História, Universidade Federal da Bahia  
Universidade do Estado da Bahia

Salvador, agosto de 2012.

*Ao amor que aprendemos na vida, a cada dia.*

## **Agradecimentos**

Sendo ou não sendo um clichê, sinto que é impossível agradecer o tanto que devo a todos que merecem, pois, felizmente, esses são muitos. Então, correndo o risco de não fazer isso do jeito certo, quero deixar essas palavras singelas.

Assim, começo por agradecer **ao mistério da vida e do amor**, que nos impele a buscar, incessantemente, ser felizes.

A **minha família**, por tudo que me foi dado, em todos esses anos juntos: a **meu pai, Amundson, minha mãe, Diana, meus irmãos, Aliúcha e Vitor**, mas também a **minha avó, Janete, a meus tios**, sobretudo na pessoa da **minha tia Verinha** e do **meu tio Marcelino** e a **meus primos**, especialmente **Marcellinha**. Companheiros em tantos momentos, somente eles conhecem as dores e as delícias de me aturar, porque eu não sou fácil.

Ao **meu estado, minha cidade e sua gente anfíbia**, sobretudo aos **moradores da Levada**, com quem conversei. Ao professor **Homero Cavalcante**, que me permitiu conhecer a história de sua família. E mais aos tantos **pesquisadores, pensadores e artistas**, que me auxiliaram na minha jornada de descobertas. Há tantos nomes citados neste trabalho, entre os quais: **Dirceu Lindoso, Ivan Fernandes Lima, Théo Brandão, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Lêdo Ivo, Verônica Robalinho, Ulisses Rafael**. E mais aqueles que se dispuseram, generosamente, a compartilhar da sua lida e das suas inquietações, compondo um momento tão rico de troca: **Golbery Lessa, Vivian Geier, Fernando Gomes**, entre inúmeros outros. Assim como **Lael Correa**, a quem agradeço por me ajudar a sonhar Alagoas sempre e por me ajudar a entender as águas de Graciliano, num momento tão difícil como foram as inundações de 2010.

Sem esquecer **Gilberto Freyre**, que primeiro captou a alma anfíbia alagoana.

Também deixo minha gratidão à **cidade do Salvador**, pelo muito que nela aprendi, especialmente sobre como, por tudo e apesar de tudo, uma cidade pode nos inspirar, com suas pedras, seus muros, suas ruas; seus mosaicos, pinturas e gradis; suas balaustradas, seus pôr-sol e suas luas que surgem atrás de casarões; suas escadarias, patamares, mirantes e frestas, por onde o mar se infiltra; sua chuva e também suas canções, óbvias ou não; sua baía e sua ilha, Avalon imaginária no horizonte; seus cantos, suas praças, suas quinas – sua arquitetura.

À **Universidade Federal da Bahia**, sua **Faculdade de Arquitetura** e seu **Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, por me receberem. Aos **professores**, de ensinamentos preciosos e aos **funcionários**, sem os quais muitas coisas não se fariam possíveis. E ainda à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, por possibilitar essa formação.

A **minha orientadora, Odete Dourado**, por ser movida à paixão, por sua intuição afiada, por abraçar tão carinhosamente esse trabalho e, enfim, por embarcar nessa viagem, cheia de percalços para nós duas. Obrigada pela paciência, nos dias que foram assim.

Aos professores **Xico Costa e Lysie Oliveira**, por se fazerem presentes e por contribuírem nesse momento.

À **turma de mestrado** mais bacana que alguém poderia desejar. Começando pelas colegas de ap., **Poliana e Aninha**, pelo aprendizado constante em um ano de convivência; à **Flávia e seu irmão**, que nos levou a “turistar” por Salvador – não fosse assim, eu jamais conheceria o sorvete da Ribeira e a Igreja do Bonfim; ao **Gabriel**, pelo guacamole no *debut* da Gunta, desculpa para a inauguração do novo apartamento; à **Clara**, pela versatilidade, pelo

jeito de pássaro, pelo cinema do Canela, pelo degradê das cores e por tantas pequenas coisas; à **Renée**, pela “viagem” dos situacionistas e pelas risadas; ao **Adriano**, pelas fichas do trabalho de Tecnologia do Restauro, quando o meu computador deu problema; a **Francisnália**, pela disponibilidade em me receber na sua casa; ao **Bruno**, pela preocupação no e-mail; à **Lídia**, por me emprestar seu nome na biblioteca; ao **Thiago**, por reconhecer o meu desejo pelos diferentes horizontes; ao **Flávio**, pelos elogios; ao **Moreno**, por ser o primeiro com quem conversei dos meus términos e continuidades e ainda por ter ao seu lado uma pessoa bacana como a outra **Flávia** (também paraense). Desses todos, porém, deixo o meu imenso carinho ao **Lutero**, por ser o companheiro de todas as horas, especialmente no meu dia mais difícil em Salvador, louvando a tranquilidade da sua querida Sílvia.

Aos demais companheiros de conversa na **Cooperativa de Orientação**, visto que muitos deles já apareceram aqui. Em primeiro lugar, à **professora Paola Berenstein**, pela inspiração. A **Washington Drummond**, pelas questões compartilhadas e aos professores convidados, **Regina Helena**, que tão bem compreendeu o lugar do meu trabalho, e **Fernando Gigante, Alessia de Biase** e a saudosa **Ana Clara Torres Ribeiro**, que me ajudaram a me questionar. A **Tais Portela**, por todo o afeto. E ainda, a **Pedro, Cacá, Edu, Monique, Priscila, Clara** pi ou xará, **Mariana, Ícaro, Jana, Iazanna** e outros, em cujas discussões peguei carona.

Aos demais alunos e integrantes do PPGAU com quem convivi, alguns que aprendi a querer tão bem pelo caminho, como **Rodrigo e Juliana**, pais do “tutuco”, ou **César**, na casa de quem fiquei tantas vezes e com quem tive conversas tão incríveis e surpreendentes, em diferentes ocasiões. A **Danielle**, pela energia boa, a **Ida e Carol**, pelas ocasiões de festa. A **João**, pela boa vontade de me receber e sair comigo. A **Silvana**, pela disponibilidade de última hora. A **Glória e Thais**, pelos interesses compartilhados.

Aos **alunos de História da Arte**, por serem minha primeira turma fixa. Sei que nem sempre foi fácil, mas com tudo e por tudo, vocês serão sempre os primeiros.

Aos **amigos do AMAR**, por terem me ajudado a aprender mais sobre mim mesma, por segurarem a minha barra em tão diferentes ocasiões e pelo acolhimento sempre repleto de aconchego.

Aos **demais amigos que achei em Salvador**, cujos nomes não hei de lembrar todos, mas que me ajudaram a fazer dessa cidade minha segunda casa: **Roberto**, o primeiro a me dar abrigo, com a receptividade do seu companheiro; **Dila**, a melhor amiga que conquistei nessas terras e sua mãe tão querida; **Felipe Lasserre**, que um dia me deu o mais belo presente, ao me dizer que eu compreendia a alma baiana.

Aos **amigos do EMCASA**, com quem comecei a desbravar a Levada, em especial **Antonio Ferreira** e aos **demais amigos que ficaram em Maceió** e que me ajudaram em muitos momentos, de tantas maneiras, com direito a colo e serviços prestados: **Vivaldo**, com a generosidade e integridade infinitas – haja o que eu houver, estamos juntos; **Danny**, com as caminhadas e o ombro de vários momentos; e mais **Guilherme, Emersom, André**.

Ao **meu melhor amigo, Cristiano**, por ser minha “alma gêmea” e por estar sempre comigo, não importa a que distância ou em que tempo. E por ser o meu refresco, por ler o que eu penso, faço e sou e complementar isso sendo o que é.

E a quem me ensinou a filosofar, com quem eu descobri o amor, como e pelo que eu agradeço? A você, **Daniel Paz**, obrigada por tudo. Obrigada por existir.

*“As margens da memória, uma vez fixadas com palavras, cancelam-se”.*  
*(Ítalo Calvino, Cidades Invisíveis).*

## **Resumo**

A história, como investigação do viver do homem no tempo, tem como matéria prima a memória, que se efetiva no espaço. Este, recortado pelo homem para habitar o mundo, configura o lugar. Temos a memória do lugar como a memória do homem investigada a partir desse espaço por ele significado, memória que o homem inscreveu ao transformar o espaço para o seu viver. A análise do lugar permite ver os traços do homem, que condiciona o espaço e é condicionado por ele, no ato de fazê-lo. É preciso, então, entender o homem de que o lugar nos diz. Contar a história de um lugar significa investigar o humano que o constituiu, compreender suas motivações. É dessa forma que contar a história do bairro da Levada, em Maceió, capital do estado de Alagoas, significa dizer de um homem anfíbio e da espacialidade forjada por ele, no seio das águas alagoanas. Espacialidade pouco estudada pela tradição historiográfica de Alagoas, evidenciando uma escritura desconexa da história local, na qual as falas sobre a Levada se mostram quase inexistentes. Buscou-se, então, encontrar as razões para o estabelecimento, em solo alagoano, de um terceiro polo de colonização situado na região das lagoas Manguaba e Mundaú, dando origem às duas capitais que Alagoas já teve, bem como compreender a formação de Maceió como fruto tardio desse povoamento, situando a Levada como a ocupação da baixada lagunar desta capital – ocupação que representa a conquista do mangue em prol de um fazer cidade. A Levada surge como margem urbana, a borda de um centro urbanizado, a partir de um porto lacustre estabelecido em função das rotas lagunares que levam a Maceió. É a existência de um canal, por onde se leva pessoas e mercadorias, uma “levada”, que dá nome ao lugar. A partir dessa rota de abastecimento da cidade, serão ocupados os terrenos entre o canal e o centro urbano, com comércio e moradia. O canal se estabelecerá como limite da área urbana e seu progressivo aterro é que permitirá à cidade avançar pela margem, firmando o lugar como o terceiro bairro da capital. A ocupação estabelecida em terreno alagadiço se dará inicialmente pelas pessoas pobres, de modo que a Levada evidencia uma cidade feita pela pobreza. Porém, as áreas aterradas próximas ao núcleo central serão ocupadas por uma classe mais abastada, dando início à ocupação ambígua que caracterizará o bairro, ora de privilégio, ora de exclusão. Os fluxos lagunares levarão ao estabelecimento de feira e mercado, instituindo nessa área estigmatizada a convivência de diversas classes sociais: ricos, pobres, pescadores, ambulantes, trabalhadores braçais, escravos, negros etc., cuja diversidade irá se traduzir na animação que a configura como palco de diversos festejos na capital, geralmente protagonizados pela população negra e mestiça aí instituída. Tais trocas entre os diferentes mundos serão entremeadas por conflitos, que se intensificam no aspecto religioso, com embates entre a religião predominante – a igreja católica – e religiões de menor destaque – a igreja batista e os terreiros de xangô, denominação dada ao culto de matriz africana. O episódio mais significativo, nesse sentido, será o evento conhecido como Quebra de 1912, um dos mais importantes em Alagoas e no Brasil acerca da perseguição de terreiros. O uso da feira e do mercado, reforçado pela implantação de equipamentos ao longo de décadas, também induzirão a urbanização e caracterizarão a Levada como lugar de abastecimento de Maceió. Mas a exacerbação do comércio e a perda de atratividade do centro da cidade levará à progressiva expulsão das residências para pontos mais afastados, até que em 2006 a saída da CEASA/AL representará o ponto alto de uma crise de vitalidade no bairro. Encarada como uma oportunidade, esse acontecimento pode levar ao fortalecimento da potência que as trocas comerciais representam na Levada desde seu estabelecimento. A presença das pessoas que vão às compras, ao mercado ou que passam em direção ao Centro permanece como o maior trunfo do bairro, o que torna o lugar conhecido por toda a cidade, reinvestido de sentido no cotidiano de moradores e visitantes, entrelaçando memórias e usos atuais. Sentido que não se perde e que é preciso compreender e, em seu valor para a vida das pessoas, fortalecer, potencializar e traduzir.

**Palavras-Chave:** Memória, Lugar, Margem, lagoa Mundaú, bairro da Levada.

## **Abstract**

History, as the investigation of the man living at the time, has the memory as raw material, which materializes in space. This, clipped by man to inhabit the world, sets up the place. The memory of the place is the memory of man investigated from this space meant for him, memory that the man registered by transforming the space in his living. The analysis of the place allows to see traces of the man that conditions the space and is conditioned by it, in the act of making it. It is therefore necessary to understand the man of whom the place tells us. Telling the story of a place means investigate the human who made it and understand his motivations. So, telling the story of Levada's district in Maceio, capital of Alagoas state, means speak of an amphibian man and the spatiality shaped by him, within the waters of Alagoas. Spatiality little studied by the historiographical tradition of Alagoas, showing a disjointed writing of local history, in which the lines on Levada are almost nonexistent. We tried to find the reasons for the establishment, in Alagoas, of a third pole of colonization in the region of lagoons Manguaba and Mundaú, generating the two capitals had already in Alagoas, as well as understanding the formation of Maceió as a late fruit of this settlement, placing Levada as the occupation of the plain lagoon of the capital – occupation that represents the conquest of the swamp towards making the city. Levada emerges as urban edge, the edge of an urbanized center, from a lakeside port established on the basis of the lagoon routes that lead to Maceió. The existence of a channel, which carries people and goods, called "levada", names the place. From this supply route of the city, the land between the channel and the town center will be occupied with shops and housing. The channel will be established as the limit of the urban area and its progressive landfill is what enables the city to move forward on the edge, confirming its place as the third district of the capital. The occupation established in wetland soil occurs initially by poor people, so that Levada shows a city made by poverty. However, the grounded areas around the central core will be filled by a more affluent class, beginning the occupation ambiguous that characterizes the district, sometimes privileged, sometimes excluded. The lagoon flows will lead to the establishment of the fair and the market, establishing in this stigmatized area the coexistence of different social classes: rich, poor, fishermen, street vendors, laborers, slaves, blacks, etc., whose diversity will be reflected in the animation that sets the area as scene of many festivities in the capital, usually perpetrated by black and mixed population established there. Such exchanges between the different worlds are full of conflict, intensified in the religious aspect, with clashes between the predominant religion - the Catholic church – and less prominent religions – the Baptist church and the “Xangô”, the name given to the cult of African origin. The most significant episode, in this sense, will be the event known as “Quebra de 1912”, one of the most important in Alagoas and in Brazil, about the persecution of religious communities. The use of the fair and market, reinforced by the deployment of equipment for decades, also induces urbanization and characterizes Levada as the place of Maceió supply. But the intensification of trade and the loss of attractiveness of the city center will lead to the progressive expulsion of residences to points further away, until in 2006 the output of CEASA/AL represents the culmination of a vitality crisis in the district. Seen as an opportunity, this event may lead to the strengthening of the power that trades represent in Levada since its establishment. The presence of people who go shopping, go at the market or go toward the center remains the greatest asset of the district, which makes the place known throughout the city, reinvested with meaning in everyday life of residents and visitors, weaving memories and current uses. Meaning that is not lost and that we need to understand and strengthen, improve and reflect on their value to people's lives.

**Keywords:** Memory, Place, Edge, Mundaú lagoon, Levada's district.

## ***Lista de Ilustrações***

<b>Imagen 01:</b> Localização das vilas de Penedo do São Francisco, Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul e Porto Calvo com suas áreas de influência -----	42
<b>Imagen 02:</b> Mapa de Barleus datado de 1647 -----	43
<b>Imagen 03:</b> Detalhe do mapa de Barleus datado de 1647 mostrando as lagoas Mundaú e Manguaba -----	44
<b>Imagen 04:</b> Litografia representando o largo da capela de Maçayó em 1850 -----	46
<b>Imagen 05:</b> Mapa “As lagoas das Alagoas”, elaborado por Carlos Mornay em 1840, mostrando as lagoas Manguaba e Mundaú e as cidades de Alagoas e Maceió	49
<b>Imagen 06:</b> Detalhe do mapa de Carlos Mornay identificando o canal da Ponta Grossa, o núcleo de Maceió e os povoados de Jaraguá e do Trapiche da Barra -----	50
<b>Imagen 07:</b> Desenho proposto por Verônica Robalinho para a Planta da Villa de Maceió elaborada em 1820 por José da Silva Pinto. Destaques mostrando o canal da Ponta Grossa e o riacho do Reguinho -----	51
<b>Imagen 08:</b> Planta da Villa de Maceió elaborada em 1841 por Carlos Mornay -----	52
<b>Imagen 09:</b> Detalhe da planta de Carlos Mornay de 1841 mostrando os dois traçados do canal da Ponta Grossa e o largo da Cotinguiba -----	54
<b>Imagen 10:</b> Proposta do presidente Figueiredo Camargo para o Canal da Ponta Grossa ---	55
<b>Imagens 11 e 12:</b> Planta da Cidade de Maceió, 1868 e detalhe mostrando as ruas encostadas ao canal da Levada -----	57
<b>Imagens 13 e 14:</b> Planta da Cidade de Maceió, elaborada pelo engenheiro Carlos de Bolterstern em 1869 e detalhe mostrando o núcleo central encostado ao canal da Levada -----	58
<b>Imagen 15:</b> Inauguração do porto da Levada -----	64
<b>Imagen 16:</b> Planta de Maceió em 1911 -----	65
<b>Imagen 17:</b> Planta Geral da Cidade de Maceió, 1927 -----	66
<b>Imagen 18:</b> Detalhe da Planta Geral da Cidade de Maceió, 1927, mostrando trecho do canal da Levada -----	67
<b>Imagen 19:</b> Planta da Cidade de Maceió, desenhada por Américo Laszló, 1932 -----	68
<b>Imagen 20:</b> Detalhe da planta de 1932 mostrando trecho do canal da Levada -----	69
<b>Imagen 21:</b> Vista aérea da enseada da Levada na década de 1970 -----	71
<b>Imagen 22:</b> Loteamentos estabelecidos na Levada entre as décadas de 1950 e 1970 -----	72
<b>Imagen 23:</b> Área ocupada pela Vila Brejal -----	72
<b>Imagen 24:</b> Fotomontagem mostrando ilhas lacustres anexadas ao solo de Maceió e canal aterrado -----	74
<b>Imagen 25:</b> Foto aérea de 1965 mostrando a nova configuração após aterros -----	74
<b>Imagen 26:</b> Obras de aterro para a criação do Dique-Estrada, entre 1979-1980 -----	75
<b>Imagen 27:</b> Planta de Maceió em 1975 mostrando os limites do bairro da Levada -----	77

<b>Imagen 28:</b> Limites do bairro da Levada em 1981 -----	78
<b>Imagen 29:</b> Limites do bairro da Levada na proposta de abairramento de 1998 -----	79
<b>Imagen 30:</b> Planta de Maceió em 2008 mostrando os limites atuais do bairro da Levada --	80
<b>Imagen 31:</b> Localização das cidades de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, Santa Luzia do Norte e Maceió -----	84
<b>Imagen 32:</b> Desenho da rota terrestre do Caminho da Vila, evidenciando a planície lagunar designada como Levada -----	85
<b>Imagen 33:</b> Caminho de Bebedouro -----	86
<b>Imagens 34 e 35:</b> Detalhes do desenho proposto para a planta de Maceió em 1820 e da planta da cidade em 1841 mostrando caminhos saindo do largo da Cotinguba rumo ao canal da Levada e Riacho do Reguinho -----	88
<b>Imagen 36:</b> Detalhe da Planta da Cidade de Maceió em 1868, mostrando caminho que desvia do canal da Levada, a partir do largo da Cotinguba -----	88
<b>Imagen 37:</b> Detalhe da Planta de Maceió em 1911, mostrando a localização do sítio do Vergel do Lago e novas vias -----	90
<b>Imagen 38 e 39:</b> Detalhes das Plantas de Maceió em 1868 e 1911 mostrando a principal via que avança pela Levada -----	91
<b>Imagen 40:</b> Detalhe da Planta Geral da Cidade de Maceió, 1927, mostrando vias consolidadas -----	92
<b>Imagen 41:</b> Detalhe da Planta da Cidade de Maceió, de 1932, mostrando as vias Santo Antônio, Félix Bandeira e Formosa -----	93
<b>Imagen 42:</b> Final da avenida Santo Antônio, cercanias do porto do Vergel do Lago -----	95
<b>Imagen 43:</b> Localização dos campos de pouso no Tabuleiro do Pinto e no Vergel do Lago	97
<b>Imagen 44:</b> Percurso dos <i>tramways</i> , adotado a partir de 1868 -----	99
<b>Imagen 45:</b> Trecho do caminho do <i>tramway</i> na Boca de Maceió, talvez a primeira fotografia da cidade -----	100
<b>Imagen 46:</b> Traçado das principais linhas férreas de Maceió a partir de 1872 -----	101
<b>Imagen 47:</b> Trecho remanescente da Estrada de Ferro da Província das Alagoas, ligando Maceió ao município de Rio Largo -----	103
<b>Imagen 48:</b> Detalhe da planta da cidade de Maceió em 1911, mostrando a linha férrea pela primeira vez -----	104
<b>Imagen 49:</b> Detalhe da Planta da cidade de Maceió em 1932, mostrando a linha férrea ---	105
<b>Imagens 50 e 51:</b> Trecho mostrando a Levada em 1960, com demarcação do traçado de 1975 e perímetro da Levada na planta da década de 1970 -----	106
<b>Imagen 52:</b> Desenho do bairro da Levada em 1981, mostrando a via férrea -----	106
<b>Imagen 53:</b> Desenho do bairro da Levada na proposta de abairramento de 1998, mostrando a via férrea -----	107
<b>Imagen 54:</b> Desenho atual do bairro da Levada, mostrando a via férrea -----	108
<b>Imagen 55:</b> Linhas de bonde de Maceió em 1919, com destaque para trecho na Levada --	110
<b>Imagen 56:</b> Linhas de bonde de Maceió em 1931, com destaque para trecho na Levada --	111
<b>Imagen 57:</b> Planta da cidade de Maceió em 1932, mostrando a via férrea -----	112

<b>Imagen 58:</b> Litografia representando vista panorâmica de Maceió a partir do mar, datada de 1864 -----	116
<b>Imagens 59 e 60:</b> Localização do primeiro Mercado Público da Cidade e do Largo do Mercado -----	118
<b>Imagens 61 e 62:</b> Primeiro Mercado Público da Cidade na década de 1920 e Feira do Passarinho entre as décadas de 1940 e 1950 -----	121
<b>Imagen 63:</b> Festa de rua no largo do Bom Conselho -----	126
<b>Imagen 64:</b> Parque Rio Branco com o primeiro prédio do Cine Ideal -----	127
<b>Imagen 65:</b> Praça Emílio de Maya na década de 1940 -----	129
<b>Imagen 66:</b> Hidroavião amerissando na Lagoa Mundaú -----	131
<b>Imagen 67:</b> Casa tradicional encontrada na margem lagunar -----	133
<b>Imagen 68:</b> Localização da capela e praça de Nossa Senhora das Graças -----	136
<b>Imagens 69 e 70:</b> Praça de Nossa Senhora das Graças em 1940 e vista da Igreja e Praça de Nossa Senhora das Graças na década de 1960 -----	137
<b>Imagen 71:</b> Localização da Primeira Igreja Batista em relação à Igreja e Praça de Nossa Senhora das Graças -----	138
<b>Imagen 72:</b> Trajeto da procissão em homenagem a Nossa Senhora das Graças, realizada no ano de 1937, e sua relação com a igreja católica e o templo batista -----	140
<b>Imagen 73:</b> “Comercial Xangô”, loja de artigos de candomblé situada nas imediações do Mercado da Produção -----	145
<b>Imagen 74:</b> Trilhas sobre o mangue na Levada, durante a década de 1940 -----	147
<b>Imagen 75:</b> Feira do Passarinho ocupando as margens do canal da Levada -----	149
<b>Imagen 76:</b> Vista aérea mostrando a quadra onde seriam locados os prédios do Mercado da Produção, da CEASA/AL e do Bompreço -----	150
<b>Imagen 77:</b> Feira do Rato em 2010 -----	151
<b>Imagen 78:</b> Primeira Igreja Batista por volta da década de 1970 -----	152
<b>Imagens 79 e 80:</b> Primeira Igreja Batista em 2006 e 2011 -----	152
<b>Imagen 81:</b> Área delimitada pelos não-freqüentadores da Levada como sendo o perímetro do bairro -----	155
<b>Imagen 82:</b> Mapa de integração global da Levada com base nos elementos significativos apontados pelos moradores -----	156

## **Sumário**

<b>Prólogo</b>	<b>13</b>
<i>Reconhecendo o Lugar</i>	21
<i>O Lugar da Fronteira enquanto Margem</i>	27
<i>Alagoas: Natureza Anfíbia</i>	31
<b>1. A Levada das Águas</b>	<b>40</b>
<b>2. A Levada dos Caminhos</b>	<b>82</b>
<b>3. A Levada das Trocas</b>	<b>114</b>
<b>Epílogo</b>	<b>158</b>
<b>Fontes</b>	<b>168</b>
<i>Impressos e Manuscritos</i>	168
<i>Jornais</i>	170
<b>Referências</b>	<b>171</b>
<i>Bibliográficas</i>	171
<i>Internet</i>	175
<i>Filmográficas/Videográficas</i>	175
<b>Anexos</b>	

## Prólogo

O homem busca o passado para com ele aprender. Ele busca entender a si mesmo, de modo a poder ser. Do universo das suas vivências, ele retira aquilo que lhe serve, que pode ajudá-lo na tentativa de viver melhor, e assim compõe suas lembranças, formula sua história, de modo a conformar seu projeto de existência.

Ao examinarmos os acontecimentos, são suas causas que procuramos apreender, sobretudo no que diz respeito às motivações humanas, pois estas revelam o próprio homem. As formas como os homens passam pelas situações nos dizem desse humano que busca ser e do que é que ele busca ser, portanto do que ele é. Buscar o passado que nos constituiu, na tentativa de entender o que somos – eis aquilo de que trata o fazer da história.

Abordada dessa maneira, a história se apresenta numa perspectiva profundamente humanista, contida na fala do historiador inglês R. G. Collingwood (1972). Assim que ele nos fala a respeito do valor da história, de como esta serve ao homem:

A minha resposta é: a história é *para* o auto-conhecimento humano. Julga-se, geralmente, que é importante para o homem, que ele se conheça a si próprio, (...) a sua natureza de homem. Conhecer-se a si mesmo significa saber, primeiramente, o que será o homem; em segundo lugar, saber a espécie de homem que se é; em terceiro lugar, saber o que será o homem que se é, distinto de qualquer outra pessoa. Conhecer-se a si mesmo significa saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez. O valor da história está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que o homem é (COLLINGWOOD, 1972, p. 22. Grifos do autor).

Em conformidade com esta linha de raciocínio, verificamos que a história se propõe a investigar as realizações humanas apreciando as condições a que estão sujeitas, seu contexto específico. É assim que ela nos permite analisar tais feitos e compreender as razões pelas quais os homens os praticaram, e a partir daí alcançar um fundamento comum às criaturas. A história então se constitui como uma investigação sobre o viver humano no tempo<sup>1</sup>, e desta feita diz ao homem do próprio homem.

Tal aspecto, na concepção de Collingwood, estaria presente desde as primeiras tentativas de uma escrita da história. Assim, o autor evidencia o conceito proposto

<sup>1</sup> Embora possa parecer que esta proposição se inspirou no célebre conceito desenvolvido pelo historiador francês Marc Bloch, para quem a história constitui a ciência dos homens no tempo (LE GOFF, 2003), é necessário esclarecer não ser o mesmo a base de seu raciocínio.

originalmente por Heródoto, ao demonstrar que “História é uma palavra grega que significa investigação ou inquérito” (COLLINGWOOD, 1972, p. 35), conformando uma prática em que se confronta testemunhos humanos na busca da verdade. Ao mesmo tempo, para o historiador inglês,

Heródoto não limita a sua atenção aos simples acontecimentos, considera estes acontecimentos, de modo inteiramente humanista, como acções de seres humanos que tiveram razões para actuarem como o fizeram. O historiador não pode ignorar essas razões (COLLINGWOOD, 1972, p. 36).

Em última instância, aprender como outros foram e em que circunstâncias tomaram suas decisões nos ajuda a descobrir como podemos ser porque ao tratar de como o humano se conforma, a história nos mostra as possibilidades de que o humano pode se valer. Sendo o conhecimento do homem cumulativo, a história lhe permite aprender para tentar viver melhor e opera de modo a ampliar seu leque de escolhas – ao nos permitir avaliar os resultados de certas construções, ela nos permite julgar quais delas queremos para nós.

Pois a história nos diz da tentativa do homem de construir uma vida plena, mesmo que nem sempre ele triunfe. E dessa forma nos fala das restrições com que as pessoas se depararam e de como buscaram superá-las nessa tentativa, lançando mão dos meios de que dispunham. Ao investigar tempo e espaço, chegamos nessa matéria humana que os perpassa, elemento cuja repercussão nos alcança, em que é possível se reconhecer. Algo com que se identificar e aprender – um humano partilhável.

Nesse sentido, é preciso considerar ainda que contar sua história é sempre dizer de si a um outro. E é justamente porque não constitui um mero relato de acontecimentos, mas se caracteriza como uma investigação que busca e registra as causas destes, os porquês do humano, que a história anuncia os feitos dos homens<sup>2</sup> – ou seja, ela os reúne e opera de modo a transmitir um conhecimento que serve à vida e merece ser mantido, é digno de ser lembrado porque nos explica e diz de nós.

Em última instância, é tudo aquilo que diz das nossas condições de ser que constitui o que é importante conhecer. De modo que sempre serão buscadas as razões que nos falam dos humanos que somos brasileiros e nordestinos, baianos ou alagoanos, soteropolitanos ou maceioenses, de como nos fazemos em nossos sucessos, mas também em nossos fracassos – pois é preciso lembrar que o fogo queima, mesmo que esta seja uma experiência ruim, já que esse fato me permite viver melhor.

---

<sup>2</sup> Não por acaso, para os gregos, a musa da História é Clio, significando por vezes “Arauto” ou “A Proclamadora” ou ainda “A que confere fama”. Clio aparece como filha de Mnemosyne, “a Memória” – literalmente, a História como filha da Memória, concepção que nos interessará mais adiante.

Assim, cada época irá determinar um conjunto das coisas que considera de valor, elegendo tudo aquilo que, de uma forma ou de outra, será válido transmitir – um conjunto que a representa. É o “passado”, composto do que se mantém enquanto ressonância, que faz o nosso presente, de modo a nos permitir a identificação com os homens que geraram os acontecimentos, bem como extrair destes as suas – e nossas – razões de ser.

Temos então que ao falar do passado que nos diz do que somos, a história aborda de fato um passado que é presente. E é justamente por isso que o buscamos: é sempre o presente que interroga o passado, na busca por compreender a si mesmo. Mas, como podemos observar, nem todos os atos dos homens serão lembrados – dura no tempo o que é de algum modo absorvido pelas pessoas, garantindo sua continuidade.

Claro está que não se pretende, com isso, ignorar os silêncios e as manipulações presentes na escrita da história, mas sim dizer que independente destes, permanece um “registro vivido”, tacitamente identificado, através de outros meios que não aqueles oficialmente reconhecidos. E mais: que esse universo, representado pela memória, o tempo inteiro se infiltra, de modo a também escrever a história, ainda que muitas vezes não se perceba.

Lidar com a memória significará, nesse contexto, lidar com uma substância presente, mas em muitos casos desconsiderada, que se configura como matéria-prima da história. A história tantas vezes falha, incompleta, parcial, manipulada, não exclui da existência aquilo que ela porventura não transcreve, aquilo que “não entra” em sua escrita, mas que é tacitamente transmitido, no próprio viver humano. Nesse sentido podemos mencionar os registros orais, as tradições, as práticas cotidianas, a memória dos lugares.

De tal forma que o domínio da memória responderá por aquilo que, em geral presente na vida diária, acha-se ausente ou encoberto nas representações consagradas da história. Adentrá-lo exigirá, portanto, que enxerguemos estas visões consolidadas e oficiais como reveladoras dos contextos e das forças dominantes de suas épocas, que ajudam a compreender os aparentes silêncios firmados nessa escritura.

É preciso enfatizá-los como aparentes, já que a memória e os costumes ou, como dirá o historiador francês Jacques Le Goff (2003), a tradição, como forma de manifestação da memória, assim como a realidade dos lugares, se estabelecem nos rastros do humano<sup>3</sup>. Se os silêncios da história não atestam que um acontecimento não perdurou entre os

---

<sup>3</sup> Em referência ao famoso enunciado do filósofo judeu alemão Walter Benjamin, que afirmará que habitar significa deixar rastros. Tal concepção acerca do habitar engloba um amplo conjunto de experiências, remetendo à própria passagem, ao próprio ato de existir do homem no mundo.

homens, podem indicar que ele adquiriu uma nova forma com a qual passou despercebido. É assim que, ao longo do tempo e sob diversas roupagens, sua força permanece, propiciando novas revisões por parte dos historiadores de diferentes contextos, que encontrarão motivos para evidenciá-lo em suas próprias épocas e aspirações.

O próprio Le Goff (2003) nos apresentará uma interessante visão acerca dessa permanência insuspeita, ao fazer uso das assertivas do historiador e antropólogo francês Nathan Wachtel. Em suas investigações acerca da cultura inca, nas quais irá demonstrar as duras circunstâncias que fizeram submergir aquela civilização, Wachtel atesta que mesmo aquilo que se julga destruído encontra meios de se manter. Nesse sentido, o autor aponta a sobrevivência das produções daquele povo ainda após seu extermínio pelos espanhóis durante a conquista da América, terminando por afirmar que

na medida em que os estilhaços da antiga civilização inca atravessaram os séculos até os nossos dias, podemos dizer que mesmo este tipo de revolta, esta práxis impossível, triunfou de certo modo (WACHTEL, 1971, p. 314, citado por LE GOFF, 2003, p. 70).

Esse “triunfo” evidencia uma espécie de estratégia de continuidade, que Le Goff (2003) abordará como “uma última astúcia da história”, por meio da qual

os vencidos, em lugar de uma verdadeira história, formam uma “tradição como meio de recusa”. Uma história lenta dos vencidos é também uma forma de oposição, de resistência à história rápida dos vencedores. (LE GOFF, 2003, p. 70. Grifo do autor).

Assim, Le Goff (2003) caracteriza a tradição – que é memória – definitivamente como história, afirmando ainda que a “história lenta que encontramos na cultura ‘popular’ é, com efeito, uma espécie de anti-história, na medida em que se opõe à história ostentatória e animada dos dominadores” (LE GOFF, 2003, p. 70. Grifo do autor).

Entretanto, devemos tratar essa questão com cautela, relembrando que a tal “anti-história” e a história se entrelaçam continuamente, desde a constituição do acontecimento até a de seus relatos, de que a primeira participa em função de sua significância, mesmo quando de forma disfarçada, empobrecida ou desvirtuada.

Encontraremos, dessa maneira, uma dimensão da escrita da história que mobiliza “dominadores” e “dominados”, sendo possível, inclusive, um reexame de tais papéis, no que diz respeito à grande influência de certos segmentos tidos como marginalizados na elaboração de uma cultura partilhada, como é o caso da população negra no Brasil. De toda forma, o silêncio será sempre algo que carece de interpretação, quando então se mostra revelador daquilo que não é dito, atribuindo força ao que se encontra “esquecido”.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que há momentos em que, como apontado por Le Goff (2003), verifica-se uma quebra na tradição, abrindo-se então a possibilidade para a afirmação de outras tradições e preparando o caminho para um novo curso da história. Esse embate não ocorrerá impunemente, de modo que, se por um lado a identificação com algo se mostra determinante para as nossas lembranças, também nos obrigamos muitas vezes a esquecer dos traumas que não podemos suportar, a não ser quando conseguimos transmutá-los em algo que contribui para a nossa existência. Tais rupturas, sobretudo quando dos grandes choques históricos, podem dar origem a fortes traumatismos coletivos – abordar essa memória silenciada exigirá, então, grande dose de delicadeza.

Como podemos ver, portanto, será em mais de um sentido que o fazer da história se estabelecerá tendo por base as inúmeras manifestações da memória. Mas podemos ir além e observar que, de fato, só há história se houver memória, já que é porque algo daquele passado permanece e é sentido, mostrando-se significativo para um novo momento da existência humana, que o interesse em buscá-lo se manifesta.

Não obstante, ainda que a memória nos afirme esse reino do vivido, passado que é presente, devemos observar que é quase sempre sob a prerrogativa de sua perda que ela costuma ser considerada. Tanto que é sob essa lógica que assistiremos ao estabelecimento das conhecidas “instituições de memória”, a partir de meados do século XVIII, no mundo ocidental, com o surgimento dos primeiros museus e arquivos, sobretudo os ditos arquivos nacionais, disseminando-se pela Europa e outros lugares no decorrer do século XIX e também no século XX. Momento em que, não por acaso, vão aparecer e se desenvolver as teorias sobre a preservação do que hoje se denomina patrimônio cultural<sup>4</sup>.

No decurso de mais de um século, os debates envolvendo a questão da memória apresentariam um crescimento avassalador, notadamente relacionado à ameaça da não-preservação, evidenciando a angústia existencial que acomete a modernidade, pois em última instância, não é o medo visceral do homem em relação à morte, ao deixar de existir, ao não-ser, que encontramos representado no medo da perda e do esquecimento? Tal raciocínio aparece simbolizado na fala do historiador francês Pierre Nora, que identifica a verdadeira “síndrome arquivística” que acomete o nosso tempo:

---

<sup>4</sup> Essencialmente, então, o patrimônio construído em certos períodos ou coleções de objetos, sobretudo os de cunho arqueológico ou relacionados a culturas tidas como exóticas.

(...) nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais proliferante devesse tornar-se não se sabe que prova em não se sabe que tribunal da história. O sagrado investiu-se no vestígio que é a sua negação. Impossível prever o que será necessário lembrar-se. Daí (...) o inchamento hipertrófico da função de memória, ligado ao próprio sentimento de sua perda (NORA, 1986, p. 16, citado por ABREU, 1998, p. 85).

Muito embora seja necessário considerar as diferenças de contexto entre o Brasil e a realidade européia, a partir da qual o autor se manifesta, é possível encontrar ecos de uma “ideologia da perda”, por assim dizer, ajudando a conformar o argumento central das práticas preservacionistas dos órgãos de estado em nosso país, utilizando-se da prerrogativa permanente de um possível desaparecimento.

Nesse sentido, é significativa a análise trazida pela obra “A Retórica da Perda”, do antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2002), em que este aponta como a lógica da “perda” e do “resgate” configuram as práticas de salvaguarda de tudo aquilo identificado no Brasil sob o signo do patrimônio<sup>5</sup>, no intuito de protegê-lo:

Nessa perspectiva, o presente, assim como tudo o que é espacialmente próximo, aparecerá corroído por um processo de perda oposto àquela situação original – distante no tempo ou no espaço – definida por coerência, integridade e continuidade. Os efeitos desse esquema de pensamento em termos de práticas envolvendo os chamados patrimônios culturais será o de desenvolver um interminável trabalho de resgate, restauração e preservação de fragmentos visando a restabelecer uma continuidade com aquela situação originária. Embora haja um lamento constante em relação a esse processo de fragmentação e perda, ele, na verdade não é apenas um fato exterior ao discurso, mas algo que coexiste com o esforço de preservação tal como aparece nos discursos sobre patrimônio cultural. (GONÇALVES, 2002, p. 25).

Nora e Gonçalves virão a demonstrar, portanto, cada um a sua maneira e a partir de diferentes conjunturas, a disseminação de uma ânsia generalizada por salvar algo do desaparecimento, também representado pelo esquecimento, aqui configurado como uma metáfora de que o homem se vale numa referência à morte<sup>6</sup>, essa condição existencial humana.

Muito embora, conforme o proposto, a manutenção de vestígios do passado possa ser apontada como uma espécie de tentativa do homem de vencer a morte, a maior potência da memória prossegue como aquela de evidenciar uma tradução da própria vida humana. Assim que permanece a possibilidade de pensar outra forma de trabalhar as discussões nesse âmbito, enxergando na hipertrofia anteriormente mencionada os elementos que

<sup>5</sup> Não importa sob que denominações – histórico, artístico, cultural, material, imaterial etc.

<sup>6</sup> De fato, como mostrado por Jacques Le Goff (2003), a relação entre esquecimento e morte se mostra quase tão antiga quanto o próprio homem. Segundo o autor, já na Grécia antiga as doutrinas pitagóricas opunham ao Esquecimento a Memória, de modo que a manutenção das lembranças é vista como fonte de imortalidade.

assinalam uma busca por se reconectar com o elemento humano que nos diz de nós mesmos.

Logo, se nas palavras da historiadora Marieta Ferreira (1998), assistimos hoje a um verdadeiro “fascínio pelo vivido”, não teremos diante de nós uma pista para a vida que queremos? Em suma, cabe-nos perguntar: como a memória, em suas várias acepções, se afigura um elemento capaz de potencializar a vida do homem?

Certamente, a memória não deve ser vista como aquilo que pode “salvar” o humano – da falta de referências das cidades pasteurizadas, da arquitetura contemporânea sem qualidade, da esterilidade da arte, das relações impessoais, da violência urbana, da solidão e, sobretudo, da morte. De tal modo que é forçoso crer que para além de uma procura por raízes ou da necessidade de ancoragem do homem no espaço ou ainda da tentativa de superação de sua frágil condição, essa ânsia crescente por memória represente a busca do ser por encontrar a si mesmo.

Uma vez que, como vimos, o homem começa por formular sua história na tentativa de compreender-se no mundo em que vive, é preciso considerar que a princípio, a memória representa parte de um instrumental próprio com que o indivíduo aborda a realidade, conjunto de pressupostos biológicos e psicológicos pelos quais ele apreende aquilo que o cerca (ABREU, 1998). Assim, seus sentidos captam estímulos que serão codificados e interpretados pela mente e esse conteúdo percebido será gravado e armazenado, permitindo ser acessado e ajudando a elaborar a história do sujeito.

Porém, esse processo não ocorre de forma literal, pois tanto a percepção quanto a memória têm um caráter seletivo, achando-se condicionadas pela complexidade intrínseca ao humano – complexidade corporal, mental e cultural, que varia de época para época, de civilização para civilização, e mesmo, de indivíduo para indivíduo. São essas diversas camadas que, associadas, determinam a unicidade da visão de mundo do ser.

Mesmo essa dimensão interpretativa da memória do homem, em relação aos acontecimentos que permeiam sua existência, mostra-se um recurso inerente ao instrumental com que é dotado, pois o modo como o ser organiza suas lembranças atende às disposições que mais lhe convêm, para que possa lançar mão de suas experiências, seja visando o aprendizado, sua inserção num mundo reconhecível etc. Desse modo, a memória atua como um filtro, firmando-se como a capacidade do humano de reter o que é importante para a vida.

A tentativa primeira de uma escritura da história, a sua própria, reflete então a busca do homem por organizar suas experiências como um todo coerente, dotado de

sentido, o que implica em articulá-las de uma forma que lhe ajude a viver, da melhor maneira, as circunstâncias com que se defronta.

Tais experiências, evidentemente, serão articuladas na vida em sociedade, pois da mesma forma que o ser não existe desvinculado da realidade, mas se estabelece em permanente relação com o mundo, nenhum homem vive em reiterado isolamento. Dessa forma, os acontecimentos que se passam em meio à convivência com outros homens farão surgir uma memória baseada em referentes sociais.

É nesse sentido que o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006) irá assinalar que toda memória individual apresenta um lastro na alteridade, tendo como suporte a dimensão social. Entretanto, é preciso destacar que nem por isso toda memória será compartilhada, mas apenas quando o for é que adquire a possibilidade de permanência. Dessa maneira, nossas memórias individuais – compreendidas como aquelas que se mantêm num âmbito privativo – tendem a se perder conosco, quando não encontram o acolhimento do grupo em que nos inserimos, ou seja, quando não transcendem o indivíduo de modo a atingir um caráter mais universal.

Assim, devemos falar na constituição de uma memória coletiva como aquela que parte das memórias individuais, mas se diferencia destas por configurar um substrato partilhado, conformando uma verdadeira “memória solidária” (ABREU, 1998), cujos contornos se adaptam às necessidades dos diferentes grupos. Substrato que perpassa os indivíduos, instituindo um elemento humano comum.

Ao mesmo tempo, para Halbwachs (2006), a memória se estabelece apenas quando consegue lançar mão da resistência do espaço – podemos compreender que se trata da constituição de vestígios físicos que operam de modo a permitir a manutenção da memória. Em se tratando da memória coletiva, podemos considerar que é na instância onde algo se torna público que ela se institui, o que nos aponta um espaço compartilhado.

É pela observação do viver humano que opera de modo a transformar o espaço em lugar que podemos compreender como a memória se efetiva no espaço – a saber, quando o homem significa esse espaço, ao se apropriar dele para a vida. Assim que a constituição de memórias lhe permitirá estabelecer vínculos, de modo a configurar um espaço que lhe é familiar. De maneira que são as vivências do homem inscritas no espaço que passarão a constituir a memória do lugar.

Não podemos, portanto, falar em memória do lugar impunemente. Nesse sentido, o geógrafo Maurício de Abreu (1998) já nos alerta para o fato de que não existe uma memória da cidade, já que a cidade não representa um ente vivo cujo repertório orgânico

incluir a capacidade de lembrar. De modo análogo, o que chamamos de memória do lugar constitui, na verdade, a memória do homem investigada a partir do lugar, o espaço por ele significado.

Analisada, portanto, a memória de um lugar nos diz do homem que o constituiu. Considerando que ao estudá-la estamos lidando com o espaço transformado pelas pessoas no seu viver, tenhamos em mente que o lugar é aquilo que os homens decidiram fazer do espaço – investigá-lo, portanto, nos dirá das motivações humanas por trás de tais decisões e de como essa transformação ocorreu, dos elementos escolhidos em meio às opções disponíveis: elementos-chave que passam a identificar o próprio humano.

É preciso, assim, buscar entender o homem que faz o lugar, de que o lugar nos diz. É necessário, ainda, compreender que se o homem molda o espaço, é também moldado por ele. Em suma, que o espaço é um outro, de uma convivência em que se é contaminado ao mesmo tempo que se contamina, quando se estabelece o lugar.

### ***Reconhecendo o Lugar***

O lugar como espaço significado representa instância que nos atesta o reino do vivido que faz a memória. Nele a memória se concretiza, quando o homem determina o espaço onde sua vida acontece, ou seja, em viver no espaço, o recorta, o condiciona, e é condicionado por ele, instituindo suas vivências. Nos lugares, que constituem o habitar dos agrupamentos humanos, as memórias se entrelaçam, graças à possibilidade de partilha das experiências, e assim podem permanecer.

Uma vez que o ser imprime marcas ao espaço através do uso, o rastro desse humano é passível de ser apropriado em qualquer tempo. O lugar se configura, dessa maneira, como o acúmulo das ações dos homens e pode ser indagado a respeito do ser que ali viveu, pois nele o passado não se mostra perdido, não é aquilo que já foi, mas sim o que permanece atuando no presente.

Desta feita, a memória coletiva, solidária, social se apresentará como uma das chaves para a compreensão dos lugares, que permitem sua legitimação em ato, por meio das ligações mantidas na atualidade, da partilha que ocorre nos espaços firmados na convivência – vivência conjunta – das pessoas, na interação dos indivíduos, pelo que se mostram continuamente permeados pelas singularidades humanas.

O lugar se constitui como uma porção do espaço apropriada pelo homem para o seu viver no mundo apresentando, assim, um aspecto próprio e um aspecto compartilhado, ambos identificados pelo antropólogo francês Marc Augé (2008) em sua análise acerca do chamado lugar antropológico, a respeito do qual o autor observa que se caracteriza por uma natureza identitária, relacional e histórica, referente à presença humana que qualifica o espaço, definindo o lugar – a presença de si mesmo e a presença do outro com quem convive, experiência estratificada pelo tempo.

Essa porção do espaço é qualificada pelo homem quando ele a destaca em meio às inúmeras outras porções de espaço; quando lança sobre ela o seu olhar, dotando-a de significado, e quando nela se instala, escolhendo-a para o seu habitar no mundo. De diversas maneiras, portanto, podemos dizer que o homem funda lugar. Quando o habita, certamente, mas também quando estabelece outros tipos de vínculo afetivo, como quando o recria junto ao imaginário de outros homens, através da arte, por exemplo<sup>7</sup>.

O espaço institui uma imensidão de possibilidades de lugares. Dentre estas, o homem escolhe as que apresentam qualidades consideradas relevantes, passíveis de contribuir para o seu bem-viver. É nesse sentido primeiro que o homem qualifica o lugar, pois ele passa a ser reconhecido por estes predicados, dentre inúmeros outros possíveis. Essa escolha é condicionada pela complexidade intrínseca ao homem, mas também se acha restrita às alternativas que o lugar apresenta.

Como já vimos, tais possibilidades são apreendidas pelo homem da maneira como ele apreende tudo o que existe: através dos sentidos, sendo as informações codificadas e interpretadas pelo ser. Estas se apresentam como características físicas, passíveis de serem percebidas: são cores, efeitos luminosos, volumes, dimensões, texturas, cheiros, sons, que se constituem, portanto, como manifestações da essência dos lugares, que o homem deverá evidenciar no ato de construir – evocar, como bem posto pelo arquiteto Christian Norberg-Schulz (In NESBITT, 2006). É assim que este autor citará o filósofo alemão Martin Heidegger ao afirmar que a construção é capaz de revelar o ser do lugar, sua essência<sup>8</sup>.

Portanto, é também e, sobretudo, neste sentido que o homem qualifica o lugar. Interferindo nele materialmente, construindo e reforçando suas qualidades, de maneira a

---

<sup>7</sup> São inegotáveis os exemplos em que poderíamos pensar. Caetano Veloso, com sua música sobre São Paulo, não apresentou uma outra cidade com suas esquinas? Da mesma forma, Ouro Preto ressurge na criação de Mário e Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e diversos artistas modernos, no início do século XX.

<sup>8</sup> A construção de que fala Heidegger abrange, obviamente, a dimensão estética do edifício, não recaindo na célebre definição dada por Lúcio Costa, que diferencia a simples construção da arquitetura pela intenção plástica inerente a esta última, visando criar algo belo. Ao longo da história humana, muita arquitetura foi feita por não-arquitetos, assim como há muitos arquitetos que não fizeram arquitetura.

torná-lo presente para si e para os outros homens. Redescobrindo-o, numa nova configuração.

Porém, considerando que da mesma forma como o homem define o lugar, também é definido por ele, veremos que as características próprias dos lugares acabam por traçar o contorno daquilo que neles existirá, configurando o viver do homem no mundo. Operando com estas restrições, o ser buscará moldar o espaço às suas necessidades. Assim que a essência dos lugares se apresentará como um invariante que se manifesta através de variações.

A característica mais importante encontrada nos lugares escolhidos pelo homem talvez seja a capacidade de agregar as pessoas, do contrário o homem lá não estaria. Apresenta-se na configuração do lugar enquanto encontro dos caminhos, das passagens, dos fluxos, cruzamento de mundos distintos, ponto de intersecção, centro. É esse o “lugar praticado” trazido por Michel de Certeau (2008), lugar que é animado pela presença das pessoas, pelo movimento da própria vida. A americana Jane Jacobs (2003), por sua vez, reconhece nessa capacidade o grande trunfo das metrópoles, com sua diversidade obtida a partir da concentração de milhares de indivíduos, com diferentes gostos e necessidades, que se multiplicam incessantemente, sentenciando que gente atrai gente e vida atrai vida.

Esse lugar de reunião do homem configura também o lugar antropológico citado por Marc Augé que, além de suas características identitárias, relacionais e históricas, apresenta uma importante dimensão geométrica, propiciadora de confluência, conforme destacado pelo autor:

Se nos detivermos, por um instante, na definição de lugar antropológico, constataremos que ele é, antes de mais nada, geométrico. Pode-se estabelecer, com base em três formas espaciais simples, que podem ser aplicadas a dispositivos institucionais diferentes e que constituem, de certo modo, as formas elementares do espaço social. Em termos geométricos, trata-se da linha, da interseção das linhas e do ponto de interseção. Concretamente, na geografia que nos é cotidianamente mais familiar, poder-se-ia falar, por um lado, em itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens e, por outro lado, em cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem, que desenharam conferindo-lhes, às vezes, vastas proporções para satisfazer principalmente, nos mercados, necessidades do intercâmbio econômico, e, enfim, centros mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos ou políticos, construídos por certos homens e que definem, em troca, um espaço e fronteiras além das quais outros homens se definem como outros, em relação a outros centros e outros espaços.

Itinerários, cruzamentos, centros não são, contudo, noções absolutamente independentes. (...) Um itinerário pode passar por diferentes pontos notáveis que constituem locais de ajuntamento; certos mercados constituem pontos fixos num itinerário que eles sinalizam; se o mercado é, por si só, um centro de atração, a praça onde ele está pode abrigar um monumento (...) que figura o centro de um outro espaço social (AUGÉ, 2008, pp. 55-56).

Em suas palavras, Augé demonstra como, em função de suas características físicas privilegiadas, o lugar antropológico é instituído pelo homem como palco de sua vida social – civil, comercial e religiosa, de modo a estabelecer o convívio, as associações e as trocas, a criação do vínculo entre o individual e o coletivo.

Porém, não esqueçamos que se todo espaço apresenta características singulares que incluem desde a facilidade de acesso, relevo e clima que possibilitem a ocupação, presença de água e de vegetação, até a beleza cênica, a forma como ele se torna singular para o homem é quando este o preenche de significados a partir do seu viver no mundo. Pois desenvolvendo uma carga simbólica própria, o homem busca traduzir a realidade segundo sua perspectiva.

Ao se apropriar do lugar, o homem deixa impressa a sua marca, o testemunho do seu estar no mundo – parafraseando Walter Benjamin, viver é deixar rastros. É esse humano partilhável, presença inscrita no espaço, que permite a identificação do homem com o lugar, que se torna familiar, porque nele se reconhece – na sua história ou na história do outro, que ali viveu, sonhou, realizou. O reconhecimento de si passa, assim, pelo reconhecimento do outro, de matéria em comum.

É dessa maneira, como já vimos, que o convívio com os lugares permite o estabelecimento de vínculos de afeto e a produção de memórias individuais e partilhadas, situadas no tempo. Numa lógica que lembra a de Maurice Halbwachs (2006), a geógrafa Ana Fani afirmará que “A memória articula espaço e tempo, ela se constrói a partir de uma experiência vivida num determinado lugar” (CARLOS, 1997, p. 82). O tempo se configura, então, como uma quarta dimensão a atuar na efetivação dos lugares, que são determinados e modificados no curso da existência. De modo análogo, a terceira característica identificada por Augé (2008) no lugar antropológico – para além de sua dimensão identitária e relacional –, que é a sua natureza histórica, se vincula à noção sociológica estabelecida, segundo o autor, por Marcel Mauss e toda uma tradição etnológica, quanto ao conceito de lugar como cultura que se localiza no tempo e no espaço.

Mas o lugar constituído como um acúmulo de tempos ainda assim permanece posto na contemporaneidade, como de resto nos lembrará também Ana Fani. Nas palavras da autora, “O passado deixou traços, inscrições, escritura do tempo. Mas esse espaço é sempre hoje como outrora um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões em ato” (CARLOS, 1997, p. 82). E o presente opera sobre o lugar, atualizando-o a cada instante, como dito por Certeau acerca de seu lugar praticado, constituído pelo

“efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam” (CERTEAU, 2008, p. 202).

O lugar é estruturado na imensa rede de relações do homem, em que se estabelecem restrições e interferências, interesses diversos, muitas vezes conflituosos, em que alguns certamente prevalecerão, determinando condicionamentos. Mas é preciso ressaltar que os lugares são continuamente transformados e reinvestidos de sentidos, sendo o homem, dessa forma, levado a se identificar com eles, nos diferentes momentos. Podemos encontrar esse mesmo raciocínio em Marc Augé, para quem

(...) o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. (...) lugares cuja análise faz sentido, porque foram investidos de sentido e porque cada novo percurso, cada reiteração trivial, conforta-os e confirma sua necessidade. (AUGÉ, 2008, p. 173).

Ana Fani evidencia a dimensão do lugar como o mundo do vivido, em que é produzida a existência social dos seres humanos, apresentando sempre algum grau de permanência no tempo (CARLOS, 1997). Em suas colocações acerca da idéia de lugar, a autora estabelece que

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. (...)

A identidade, no plano do vivido, vincula-se ao conhecido-reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos (CARLOS, 1997, pp. 116-117).

O vínculo estabelecido pelo homem com o lugar em que habita se constituiria na proporção do tempo firmado, encontrando o reforço do grupo que lhe serviria de suporte e que apresenta essa ancoragem ao espaço. Neste caso, o vínculo do grupo é maior que a mera soma dos vínculos individuais, quando o efeito do todo articulado se constitui num poderoso condicionante para a sensação de reconhecimento.

Havendo a manutenção das condições, com o passar do tempo, os elementos que conformam o lugar se estratificariam, com aqueles mais expressivos configurando marcos na paisagem e virando referência na vida dos habitantes. Os lugares de uma maior reunião das pessoas terminariam por entrelaçar acontecimentos diversos, tornando-se suporte da memória coletiva, verdadeiros espaços-síntese das experiências vividas, adquirindo a

condição de falar pelo todo e podendo ser investigados acerca das histórias que neles se inscrevem.

Não obstante, devemos considerar que o tempo não é necessariamente gerador de afeto, podendo configurar uma mera dependência. Assim, se podemos dizer que o reiterado convívio com o lugar propicia o estabelecimento da memória, nem sempre o tempo de duração será o único determinante para a sua apropriação pelo homem. Desse modo, vínculos podem surgir, por exemplo, de um acontecimento marcante, pois o tempo do afeto obedece a uma outra lógica, que é de um tempo de intensidade, que pode ser o de um breve instante. O lugar constitui, assim, tanto o mundo do vivido quanto o mundo do vívido, quando isto significa o encontro com algo importante para a vida do homem.

Segundo Marc Augé, o lugar “compartilha e define um território ‘retórico’ **com todos aqueles que são capazes de entrar em suas razões**” (AUGÉ, 2008, p. 73. Grifo meu). É o humano inscrito no espaço que é passível de ser apreendido no lugar, cuja prerrogativa única é a da presença do homem, que lhe dá significado. Assim, é facultado aos visitantes desbravarem os lugares e estabelecerem suas próprias referências, bem como aos artistas reconfigurarem a realidade, a partir de suas próprias vivências, que não são as mesmas de quem mora; assim, as pessoas podem se reconhecer nos rastros de que se constituem os lugares belos e aprazíveis de qualquer cidade.

Tanto no que diz respeito ao tempo vivido quanto ao tempo vívido, há algo que permanece como prerrogativa do lugar, que é o seu uso, a necessidade de que ele seja vivenciado, animado pela vida, como diriam Michel de Certeau (2008) e Jane Jacobs (2003). Como vimos, a essência do lugar é a presença do homem, sua apropriação pelo uso. É essa prática transformadora que faz do espaço um lugar, como nos mostra Ana Fani:

(...) como o sujeito vive através de um modo de apropriação, a atividade prática vai mudando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e renomeando os lugares acrescentando, por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores (CARLOS, 1997, p. 74).

Encontramos assim retratada, pela autora, a essência do lugar praticado de Certeau, em que não somente o homem inscreve suas ações no espaço enquanto aspectos construídos, mas o reelabora constantemente, de modo que “existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas” (CERTEAU, 2008, p. 202). Em sua análise dos lugares da metrópole, Ana Fani ressalta ainda a necessidade da apropriação pelo uso de maneira a permitir que a própria vida aconteça.

(...) os lugares enquanto áreas definidas da metrópole podem ser analisados enquanto espaço material onde se inscrevem os atos de gerações e onde o processo de apropriação aparece como condição necessária à **vida que se realiza no e através do uso** (CARLOS, 1997, p. 69. Grifo meu).

Ela aponta como impedimento a essa apropriação a arquitetura que “é fria, cinza, transformada apenas em passagem. Nô de entroncamento de vias de trânsito, sem bancos, sem nada que possibilite ‘o parar’ vazia de vida ou de possibilidades (...) É aí que as pessoas não ficam” (CARLOS, 1997, p. 24).

Devemos lembrar, porém, que os lugares se estabelecem a partir do movimento das pessoas, dos fluxos, caracterizando-se como cruzamentos em que se dá a articulação entre o local e o universal. Nos agrupamentos humanos, que na forma da cidade se tornam cada vez mais o lugar do homem, a lógica da comunicação entre o interior e o exterior sempre esteve presente<sup>9</sup>. De fato, a passagem pode ser encarada como um trunfo dos lugares, como também reconhece Ana Fani: “as áreas comerciais e de serviços são animadas pelo movimento de pedestres e, com isso animam a rua” (CARLOS, 1997, p. 25). Pois “Ao demarcar o lugar, com suas ações, com seu ‘ir e vir’ no uso, para a vida, o homem se identifica com o espaço porque seus traços, suas marcas o transformam” (CARLOS, 1997, p. 81. Grifo meu).

É assim, a partir da sua presença, que o homem configura o lugar como um espaço definido e apropriado, um todo identificável, ou seja, distinto para o ser que, ao habitá-lo, com ele se identifica, de modo que este se configura como identitário (AUGÉ, 2008) ou fonte de identidade (CARLOS, 1997). Delineados, esses contornos passam a se firmar também como pontos de contato com realidades outras, ou seja, tornam-se ao mesmo tempo a instância que separa e que aproxima. É essa fronteira permeável, surgida nos caminhos que ligam mundos diversos, que permitirá as trocas, pois nela o estranho terá a chance de se tornar familiar.

### ***O Lugar da Fronteira enquanto Margem***

O homem que apreende o mundo evidentemente tem a si mesmo como referência primeira. É sob essa ótica que abordaremos a fala do geógrafo Yi Fu Tuan (1980), ao

<sup>9</sup> (...) se ninguém duvida da realidade do lugar comum e dos poderes que o ameaçam ou o protegem, ninguém ignora também, ninguém jamais ignorou nem a realidade dos outros grupos (...) e, portanto, também dos outros deuses, nem a necessidade de negociar ou de arranjar mulher noutro lugar. Nada permite pensar que ontem, mais do que hoje, a imagem de um mundo fechado e auto-suficiente tenha sido, para aqueles que a difundiam, e, por função, identificavam-se com ele, algo além de uma imagem útil e necessária (AUGÉ, 2008, p. 47).

demonstrar como as pessoas tendem a estruturar o espaço sempre com elas no centro. Essa é uma configuração que, aparentemente, busca dar conta de uma dinâmica envolvendo o “eu” e tudo o que está além, ou seja, de uma instância de reconhecimento e uma de estranhamento.

Tomando por base tal pressuposto e fazendo uso da afirmativa de Michel de Certeau (2008), para quem toda espacialidade tem como premissa o estabelecimento de fronteiras, podemos pensar numa necessidade do ser em estabelecer recortes da realidade para poder lançar mão dela, operando com os elementos disponíveis no próprio ambiente em que vive. Assim, não é por acaso que, conforme mostrado por Norberg-Schulz (In NESBITT, 2006), as impressões que captamos do meio físico estarão repletas de delimitações: o enquadramento da visão, a linha do horizonte, o plano do chão em que pisamos, entre outros.

Nessa concepção pode ser observada a própria definição do lugar, que se configura como um todo passível de ser identificado, mensurado pelas pessoas, de modo estas que possam se identificar. São limites estabelecidos por quem ocupa o espaço, tornados efetivos por serem afetivamente reconhecidos, reforçados e complementados num processo de contínua ressignificação.

Com o passar do tempo, um lugar geralmente caminha para absorver um novo aspecto relativo ao seu limite, como aquele que é dado por um reconhecimento formal, originando um município ou um bairro. Porém, ainda nesse âmbito é interessante verificarmos como mesmo a noção de bairro permanecerá, por exemplo, muito mais relacionada a uma “característica identificadora” no que diz respeito aos que o habitam, conforme apontado pelo arquiteto Kevin Lynch (1997).

É dessa maneira que, para além de uma grande área demarcada que aparece enquanto subdivisão da cidade, delimitação de uso do solo que se torna a menor unidade administrativa do poder público, o bairro apresentará um conceito bastante próximo da idéia de lugar, como uma espacialidade dotada de limites tanto oficiais quanto afetivos. Ainda a esse respeito, devemos lembrar a fala de Pierre Mayol (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2008), que irá caracterizar o bairro como um lugar de aconchego, onde o sujeito se reconhece.

Relembrando a necessidade do recorte de que o ser se utiliza para poder se apropriar da realidade, podemos, enfim, enxergar no bairro uma espécie de intermediário entre a casa e a cidade, onde as relações favoreçam certa sensação de familiaridade e

pertencimento, no processo de inserção do homem no mundo – algo cuja base parece se assemelhar à relação já identificada por Tuan (2008) entre o indivíduo e o espaço em geral.

Na raiz desse processo podemos, então, ver o estabelecimento do lugar como um meio-termo no relacionar-se do homem com o mundo, em sua tentativa de se apropriar da realidade. É nesse sentido que a delimitação representará uma instância que comunica – fronteira que tem o potencial de aproximar aquilo de que ela separa, firmando os pontos de contato com o que está além.

Caracterizado na reunião entre o local e o universal, portanto entre o próximo e o distante, sabemos que o lugar tem como aspecto fundamental a potência de reunir, de diferenciar propiciando a convivência. Nesse sentido, ele aparece como uma instância privilegiada que permite a identificação do si com o outro, ou seja, a aproximação dos mundos diversos, a instauração de um processo gradativo com diferentes níveis de acolhimento do estranho.

Ao mesmo tempo, porém, o “eu” e o “outro” não se acham isolados, mas se definem entre si – só há um “eu” porque este não é o “outro” e vice-versa, da mesma forma como só há uma periferia porque existe um centro, enquanto o centro se constitui como núcleo de algo, de um todo, em meio a sua extensão. Mas mesmo esse todo permanece atrelado a outros entes, outros lugares, que também possuem, por sua vez, seus próprios centros e periferias, estabelecendo relações que o tempo inteiro se redefinem.

É por meio da convivência que os elementos de separação se tornam elementos de aproximação, em que o contorno que distingue vira o ponto onde se faz contato. Ou, como dirá Michel de Certeau, “criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns” (CERTEAU, 2008, p. 213). É assim que a fronteira alcançará, para o autor, um caráter próprio:

(...) pelo simples fato de ser a palavra do limite, cria a comunicação assim como a separação: e muito mais, só põe uma margem dizendo aquilo que o atravessa, vindo da outra margem. Articula. É também uma passagem. No relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é um ‘entre dois’ (CERTEAU, 2008, p. 213. Grifo do autor).

Analizando a fala de Certeau, é preciso destacar esse aspecto significativo, numa visão onde a fronteira torna algo presente, sendo esse algo um elemento partilhado, que apresenta um caráter particular. O autor se aproxima, desse modo, da construção elaborada por Heidegger, tomada de empréstimo por Norberg-Schulz: “Uma fronteira não é aquilo em que termina uma coisa, mas, como já sabiam os gregos, a fronteira é aquilo de onde ela começa a se fazer presente”. (NORBERG-SCHULZ, p. 469. In NESBITT, 2006).

Assim, é como um “entre”, uma passagem, que a fronteira alcança sua definição, tornando-se ela mesma lugar. É relevante observar que, em sua fala Certeau relaciona o conceito de fronteira ao de margem, mostrando, em sua apreciação, que a margem só é margem porque é atravessada, ou seja, sua qualidade essencial é a de ligar, comunicar, permitir o acesso. É seguindo essa mesma lógica que o autor observa: “(...) a porta para fechar é justamente aquilo que se abre; o rio aquilo que dá passagem” (CERTEAU, 2008, p. 214). É no dizer dos mundos que a fronteira diz de si.

Uma natureza dúbia e oscilante, portanto, caracterizará a fronteira, tendendo em alguns momentos para a separação, ao passo que em outros para a aproximação. Esse aspecto seria apontado já por Michel de Certeau, ao apresentar a seguinte metáfora: “Há por toda parte a ambigüidade da ponte, que ora solda ora contrasta insularidades” (CERTEAU, 2008, p. 214).

Em sua constituição de passagem, podemos observar que o rio, a ponte e a soleira<sup>10</sup> da porta nem por isso se mostrarão menos lugares. Assim também é preciso apontar a margem, cuja dinâmica de fronteira, como algo que se encontra tanto dentro quanto fora, é fundamental para compreender a formação do lugar conhecido como Levada, bairro situado nas margens da lagoa Mundaú, em Maceió, capital do estado de Alagoas. Processo recheado de contradições, cujos embates encontrarão representação fiel na sua própria condição de “lugar à margem” – margem atravessada, mas também retida.

Em síntese, conforme veremos, é como essa margem ocupada de um centro urbano que a Levada se consolidará, enquanto espacialidade de beira da lagoa que envolve o núcleo original da cidade de Maceió. Sítio definido na presença do humano, tornado reconhecível e identificável, de modo a compor o lugar. Suas características de margem se apresentarão tanto na dimensão de passagem e comunicação, enquanto porta de entrada do urbano, quanto no forte estigma reservado às áreas periféricas alagadiças, ocupação da pobreza sobre o brejo.

Acima de tudo, porém, a Levada irá adquirir uma centralidade própria, graças a sua incorporação a esse urbano. Nesse sentido, soa adequado lembrar as assertivas de Norberg-Schulz sobre a arquitetura como a arte de transformar o espaço em lugar de modo a se tornar “uma encarnação do mundo” (NORBERG-SCHULZ, p. 469. In NESBITT, 2006),

---

<sup>10</sup> Pode-se entender uma fronteira como uma soleira, isto é, a corporificação de uma diferença. (...) Numa construção, a soleira a um só tempo separa e une o exterior e o interior, isto é, o que é estranho e o que é habitual. É um ponto intermediário (NORBERG-SCHULZ, p. 469. In NESBITT, 2006).

de que podemos nos valer para enxergar na cidade o esforço maior do humano em habitar o espaço, recortando-o para o seu bem-viver.

É assim que iremos observar que a constituição do lugar-Levada, como margem ocupada, faz com que a própria margem se apresente, afirma sua potência de ser, tornando-a margem urbana ao mesmo tempo em que trará a lagoa para a cidade. Estamos afinal diante de uma porção de espaço, que ao ser apropriada pelas pessoas, ganhará contornos distintos, passando a conformar o lugar, adquirindo posteriormente o reconhecimento como parte do urbano de Maceió, vindo a se configurar, então, como um bairro da capital.

Mais que isso, porém, as águas que fazem essa margem nos dão testemunha de um fazer cidade – o fazer dos pobres que traz a lagoa junto. É a constituição de uma Maceió que nasce dos portos lacustres, caminhos de ligação, rotas lagunares – os mesmos que permitem estabelecer a Levada enquanto lugar. E terminam por nos atestar o ser das próprias Alagoas, mostrando o homem que recorta o espaço, dando origem a essa porção que nasce distinta em meio à antiga capitania de Pernambuco, dotada de uma natureza anfíbia que abordaremos a seguir.

### ***Alagoas: Natureza Anfíbia***

A historiografia tradicional alagoana – quiçá brasileira – costuma apontar o surgimento de um território delimitado como Alagoas a partir do ano de 1817. A emancipação em relação à capitania de Pernambuco, promovida pelo decreto do rei de Portugal, D. João VI, teria se dado em decorrência de episódios ocorridos quando da eclosão da Revolução Pernambucana, configurada enquanto tentativa de criação de uma república independente no Brasil.

Numa tal concepção, o desmembramento dessa grande porção de terra é encarado pelos historiadores ora como uma punição a Pernambuco, ora como premiação àqueles súditos que se mantiveram leais ao regime monárquico, tendo declarado provisoriamente a independência das Alagoas e se aliado às tropas do Conde dos Arcos, oriundas da Bahia, no sentido de conter a rebelião.

Em que pese a aceitação mais ou menos generalizada dessas versões, o historiador alagoano Dirceu Lindoso (2000, 2005) apresentará outra leitura dos fatos. Na visão deste autor, a construção das Alagoas enquanto realidade autônoma começará em período muito anterior e se dará de forma paulatina, assinalada pela forte presença das águas, que viriam

a determinar a configuração de uma espacialidade que passaria a distinguir certa porção sul da capitania de Pernambuco muito antes de se tornar oficialmente reconhecida e independente<sup>11</sup>.

De fato, o autor irá além e chamará a atenção para aquilo que, em sua concepção, configura uma séria lacuna instalada nos estudos historiográficos sobre a formação das Alagoas, que é justamente o desconhecimento do papel preponderante do sítio natural no processo de ocupação e, enfim, no seu estabelecimento como unidade autônoma, dotada de características identificadoras. Em sua fala, Lindoso chega mesmo a afirmar que “A historiografia alagoana permanecerá um projeto se não estabelecer em detalhe a espaciologia da colonização” (LINDOSO, 2000, p. 17).

Entrementes, a partir dos seus estudos, Dirceu Lindoso (2000) demonstrará como é a existência de uma vasta rede “potâmica” que caracterizará geograficamente as Alagoas, de modo a cobrir toda a extensão daquele território, sendo composta por onze grandes vales formados por diversos rios. Para o autor, será essa presença perene das águas, bem como a concentração de matas atlânticas, que conformarão uma realidade separada ao sul de Pernambuco. Dessa forma, as Alagoas se constituiriam

como uma distinção geográfica sobre a qual se veio criar, historicamente, uma distinção cultural. (...) No mapa do antigo Pernambuco, a água é o elemento distintivo da realidade geográfica nomeada Alagoas. (LINDOSO, 2000, pp. 44-45).

Nos dizeres de Lindoso (2000, 2005), é dessa espacialidade, portanto, que derivará a construção de uma identidade pela qual se reconhecerá Alagoas, geograficamente, de início, configurando-se culturalmente e, por fim, politicamente, culminando na chancela obtida em 1817. Buscando estabelecer a importância da dimensão da água na constituição de uma “alagoanidade”, o autor se valerá, entre outros nomes, do célebre pesquisador Gilberto Freyre, que se mostra pioneiro na conceituação do alagoano como um ser “anfíbio”. De fato, no prefácio de “O Bangüê das Alagoas”, uma das obras basilares sobre a história do estado, de autoria de Manuel Diegues Júnior, um de seus discípulos, Gilberto Freyre afirmará: “da história da gente alagoana se pode generalizar (...) que é a história de uma gente quase anfíbia” (FREYRE, p. 09. In DIEGUES JUNIOR, 2006).

É ainda na mesma obra do referido Manuel Diegues Júnior, célebre antropólogo alagoano, que Dirceu Lindoso encontrará indicações que evidenciam sobremaneira uma

---

<sup>11</sup> Em termos comparativos, encontraremos fenômeno semelhante nas interpretações históricas acerca do episódio da abolição da escravidão no Brasil. Embora oficialmente este fato tenha se dado a partir da promulgação da Lei Áurea pela princesa Isabel em 1888, já de algum tempo se observa que ele é fruto de um processo de luta prolongado e que foi favorecido por inúmeros outros fatores.

espacialidade de características anfíbias, revelada na constante presença da água na elaboração da toponímia alagoana:

(...) toponímia exposta ao domínio aquático, como indicou Manuel Diegues Júnior, com seus povoados e engenhos de nomes de águas – Riachão, Poço, Ribeira, Água Comprida, Água Fria, Água Clara, Riacho Branco. A essa lista acrescento o nome da velha capital – Alagoas – que foi também o da Comarca e da Província, e é hoje o do Estado; e ainda os vários Olhos d’Água que designam povoados, vilas e municípios (LINDOSO, 2005, p. 16).

A partir de tais considerações podemos verificar como o ato de nomear se constitui para os homens enquanto parte de uma tentativa em compreender o mundo ao seu redor. É pelo desenvolvimento da linguagem que o ser dá forma às sensações apreendidas no contato com a realidade, que ele procura entender, explicar e traduzir. E ainda que, nesse intento de aproximação, o homem busca manter as coisas presentes na lembrança, trazendo-as à mente, ao designar aquilo que é necessário ao seu viver. Assim que no decorrer de sua existência o humano recorrerá à memória como uma evocação das coisas mesmas com as quais ele convive. Nomeá-las surge, então, como um recurso que lhe facilita apreender sua essência, de que ele se apropriará por meio das palavras com que as identifica – que com o tempo identificarão também a si mesmo.

Operando em direção análoga, Jacques Le Goff (2003) aponta o nomear como uma forma de conhecer, evidenciando o processo de aprendizagem do indivíduo no mundo. Assim que podemos encarar a elaboração da toponímia alagoana como o reconhecimento de uma realidade, uma espacialidade anfíbia. Dessa forma, como nos diz Dirceu Lindoso, “A alagoana é, de fato e por antonomásia, uma civilização da água” (LINDOSO, 2005, p. 16).

Podemos compreender, então, de que modo este autor indicará a presença das águas como determinante na formação de uma cultura local. Dirceu Lindoso (2005) apontará essa “qualidade” como presente em estudos e obras literárias de inúmeros escritores alagoanos – na sua própria, bem como na produção do já citado Manuel Diegues Júnior, mas também na de poetas e romancistas alagoanos famosos, como Jorge de Lima e Lêdo Ivo, para ficar somente em alguns. Ele se reportará ainda ao estudo mais expressivo das águas alagoanas, a obra “Canaes e Lagoas”, referida por Gilberto Freyre, de autoria do jornalista Octavio Brandão. Na concepção de Lindoso,

as águas dominam a cultura alagoana, marcando-lhe as criações, das egrégias as mais simples e anônimas. Não é só a alagoana uma gente quase anfíbia, como a caracterizou Gilberto Freyre, mas de cultura de fortes dominâncias anfíbias: a pesca, os meios de

comunicação, as habitações quase palafíticas, as cidades beirando rios, mares, lagoas e manguezais marinhos (LINDOSO, 2005, p. 16).

Serão também as águas que garantirão a implantação e sustentação da chamada civilização do açúcar, como ficará conhecida a sociedade alagoana, de vilarejos edificados à beira d'água. É o solo de massapé, terra roxa, úmida, empapada de água, que permitirá o surgimento da cultura da cana, com escoamento através dos inúmeros portos. E é dessa forma que Dirceu Lindoso afirmará que, nas Alagoas, “a importância da água foi máxima na caracterização do complexo agrário” (LINDOSO, 2005, p. 15), algo fartamente explorado por Manuel Diegues Júnior em seus estudos acerca dos engenhos bangüês.

Será, por fim, no caminho das águas que surgirão os primeiros núcleos de colonização do extremo sul da antiga capitania de Pernambuco, sobretudo no que diz respeito ao terceiro pólo de povoamento, nascido ao redor do complexo formado por duas grandes lagunas<sup>12</sup>, que terminará por dar nome à primeira capital e ainda à comarca, província e estado de Alagoas, conforme retratado por Dirceu Lindoso: “Um pólo colonizador lagunar, de específica situação geográfica, o único que o possuiu Pernambuco antigo” (LINDOSO, 2000, p. 42).

Assim, são as antigas alagoa do norte e alagoa do sul, posteriormente conhecidas como lagoa Mundaú e lagoa Manguaba, que verão surgir em suas margens os povoados de Santa Luzia de Siracusa e Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, este último depois rebatizado como Alagoas, a primeira capital. Lindoso mostra como a partir dessas lagoas teria origem a colonização dos vales dos rios Mundaú e Paraíba e, por fim, como seria esse amplo movimento que levaria à constituição da própria Maceió:

A velha capital, Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, com seus antigos conventos barrocos, é a mãe-cult que codificou em costumes e hábitos toda essa cultura lagunar, cuja base alimentar é um molusco: o sururu. Foi dessa cultura, de seus ritos culturais e costumes, que Maceió criou-se. Beiradeira como a velha cidade de Alagoas, metendo os pés na cultura lagunar, Maceió tem uma coisa que a velha Alagoas não tem: a fímbria marinha. O mar de colosso. E um planalto que lhe entra às entranhas. (LINDOSO, 2000, p. 42).

---

<sup>12</sup> Conhecidas popularmente como lagoas Mundaú e Manguaba, configuram-se, na verdade, como duas lagunas estuarinas, devido a sua comunicação com o mar e sua conformação como desembocadura de rios, respectivamente, dos rios Mundaú e Paraíba-do-Meio. Interligadas por inúmeros canais, compõem o chamado Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM, que se estabelece, segundo o geógrafo alagoano Ivan Fernandes Lima (1990), como a região mais importante do estado, banhando inúmeros municípios, que incluem Maceió bem como a antiga capital, atual cidade de Marechal Deodoro. Seria a forma arcaica do termo lagoa, assinalada no português como “alagoa”, que serviria como designativo da região – caracterizada, portanto, como o lugar das alagoas.

O autor credita, portanto, a esse terceiro pólo a procedência de Maceió, ainda que tardivamente<sup>13</sup>, conferindo à contiguidade da lagoa uma importância decisiva na própria fundação da cidade, ressaltando, porém, o diferencial representado pela proximidade do oceano. É essencial a compreensão daquele primeiro aspecto, em geral pouco explorado nos estudos sobre a história e evolução urbana da capital e que serve de esteio às proposições deste trabalho.

Desse modo, também no tocante à Maceió interessa-nos dizer do estabelecimento de uma espacialidade anfíbia, aí marcada pela forte presença das águas junto ao núcleo urbano. Aliás, na fala do grande folclorista alagoano Théo Brandão, que segundo Dirceu Lindoso (2005) seria o responsável pelo registro das melhores tradições populares da região lagunar, encontraremos a seguinte afirmação:

Nascida entre o mar e a lagoa, no meio de um alagadiço, Maceió vive sob o signo da água. Alguns arrabaldes lembram diretamente ou indiretamente a água do mar, dos rios, dos poços: Bebedouro, Poço, Bomba, **Levada**, Pontal da Barra, Vergel do Lago. (BRANDÃO, 1973, p. 12. Grifo meu).

Como podemos perceber, também será realçada por Théo Brandão a condição do sítio de Maceió, situada que está a cidade entre a lagoa e o oceano, ainda que não haja menção direta do autor às águas lagunares como fator de denominação dos arrabaldes. Mas é aqui que podemos verificar, talvez pela primeira vez, uma relação estabelecida entre o nome que identificará o lugar conhecido como Levada e a realidade anfíbia que também caracteriza a capital – o texto original de Théo Brandão será lançado em 1961. E assim como Dirceu Lindoso acrescenta aos designativos o nome Alagoas, poderíamos inserir aqui o próprio vocábulo Maceió que, derivado do indígena “Maçai-o-k”, significará “o que tapa o alagadiço”, expressão de amplos contornos, conforme veremos mais adiante.

Verificamos novamente, então, o processo pelo qual a toponímia aparece como a encarnação de uma realidade, a realidade das águas alagoanas e maceioenses. É, como nos diz Lindoso (2005), a água que a tudo assiste, da economia à vida literária, as formas de moradia, o transporte e, de outra feita, a fixação tanto da vida rural como da urbana. Uma “presença quase incômoda” (LINDOSO, 2005, p. 15).

Dirceu Lindoso (2005), como vimos, irá relacionar essa presença marcante ao configurar de uma sociedade e seu modo de vida, sua cultura, sintetizando-a pelo uso de uma metáfora sobremaneira aquática e que ele considera peculiarmente alagoana, a

---

<sup>13</sup>

Pois foi esse terceiro polo que criou, tardivamente, Maceió (LINDOSO, 2000, p. 42).

metáfora da ilha. Presente na obra de escritores como Jorge de Lima e Carlos Moliterno, a ilha é apontada como um círculo, algo encerrado em si mesmo. O autor dirá:

Não é por acaso que a obra-prima da nossa literatura, como expressão poética, seja justamente uma criação anfíbia: a *Invenção de Orfeu* de Jorge de Lima. Em seu longo e belo poema o poeta nos dá a mais concisa explicação de uma ilha:

*Que é uma ilha senão um círculo?*

A ilha é apenas um círculo, mas um círculo especial de terras e águas, uma figura anfíbia. Aos que consideram, como eu, as Alagoas um enclave social, político e cultural, a definição da ilha como círculo é uma metáfora alagoana da cultura. Sem a água, a metáfora da ilha desaparece. E a terra apenas sem a água não constitui a metáfora insular (LINDOSO, 2005, p. 17. Grifos do autor).

Para além de uma definição identitária, porém, a fala do escritor pode ser tomada como um alerta quanto ao risco que está presente em tal insulamento. Assim, em uma de suas obras capitais sobre as Alagoas, “Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana”, o autor nos previne quanto à difícil tarefa daquele que se propõe a contar sua própria história, através da história do lugar onde vive, da história de sua gente. Devemos complementar observando que identificar a natureza “anfíbia” do alagoano maceioense é por si realizar a empreitada a que o humano se propõe, de buscar a si mesmo no lugar que ocupa.

Portanto, necessário se faz desnaturalizar a visão sobre o lugar, de modo a lidar com o óbvio tão conhecido que termina por se tornar invisível, permitindo-se então enxergá-lo em suas diversas facetas, muitas vezes terríveis e contraditórias; encontrar um meio termo entre o olhar estrangeiro e o olhar nativo, entre o estranhamento e a familiaridade. Localizar-se na fronteira, consequentemente: eis um dos desafios desse trabalho.

Porém, ao apontar as Alagoas como um enclave, ou seja, um território sitiado, Dirceu Lindoso (2000) nos permite igualmente atentar para aquilo que constitui um dos aspectos mais perversos desse caráter insular, evidenciado na descontinuidade representada pelos esquecimentos que fazem da história alagoana uma história sobremaneira desconexa, tremendamente parcial e incompleta, quase toda por contar.

Efetivamente, para além da necessidade de uma caracterização geográfica, estariam esses esquecimentos também relacionados à desconsideração do papel desempenhado por diversos agentes, sobretudo os pobres e minorias diversas, na constituição da realidade denominada Alagoas, notadamente no tocante à abundante presença negra na formação de uma cultura alagoana. Entrelaçadas desse modo, as circunstâncias terminam por situar,

mais uma vez, nossas reflexões sobre as ausências que constituem certa escritura da história. Ausências que, apenas para ressaltar, não representam um desaparecimento, mas evidenciam uma memória que não se firmou como história especificamente.

Pois como se espera demonstrar na investigação acerca da Levada, tal realidade “esquecida” manteve-se viva e atuante, em permanente reconfiguração, transbordando do limite em que aparentemente estaria contida. E em seu movimento de transpor a borda fortaleceria a verdadeira potência da fronteira, a de ser ponto de contato, de possibilitar o encontro dos mundos, consideradas as inúmeras camadas sociais presentes em sua constituição. Processo repleto de conflitos, como não poderia deixar de ser.

Ocorre finalmente que, como vimos, não é somente para compreender a formação da capital que a investigação sobre a Levada se constitui elemento determinante, e sim no desvendar das Alagoas, do processo de ocupação de toda essa região de lagoas. Firmado no esteio das rotas lagunares que deram origem a diversos portos, é a partir de um ancoradouro, imerso numa rede estruturada, estabelecido na entrada de um canal ou “levada” que adentra o continente, sendo responsável pela comunicação com o núcleo original da cidade, que o lugar viria a apresentar a condição de elo entre o “dentro” e o “fora” do urbano.

Assim que sua condição de margem urbana irá se refletir numa configuração ambígua, muitas vezes marginal, dentro da cidade, o que se verifica ainda hoje, mostrando-se determinante também quanto a sua forma de ocupação, aglutinadora dos diversos fluxos. Tido por muitos como local de passagem, espécie de “apêndice” da área central de Maceió, a Levada se tornaria o cerne de um grande debate a partir do ano de 2006, quando deixou de abrigar a Central de Abastecimento de Alagoas – CEASA/AL, então transferida para a parte alta da capital.

Para muitos, esse processo teria deflagrado o enfraquecimento de uma suposta vocação histórica do bairro enquanto lugar de abastecimento de Maceió, surgida no transporte de cargas através das embarcações. Ao longo de sua existência, a Levada viria a concentrar alguns dos mercados e feiras mais importantes da cidade, estando situada na vizinhança do bairro do Centro. Por esse motivo e com esse recorte, passou a integrar diversas estratégias relacionadas a projetos urbanísticos e de preservação patrimonial protagonizados pela prefeitura, sempre relacionados à área central.

Mas o mais importante é que a saída da CEASA colocaria em evidência uma porção da cidade sobre a qual nada estava dito, uma Levada que era – e ainda é – uma ilustre desconhecida na história de Maceió, ainda que teimosamente presente no cotidiano

de grande parte de seus moradores<sup>14</sup>. Mas é, sobretudo, como depositário das vivências de uma população pobre, trabalhadora e negra que o lugar atesta essa memória que não foi apropriada enquanto história da capital, ajudando ainda a apontar, conforme mostrado, diversos outros silêncios presentes na escritura da própria história alagoana.

Acima de tudo, porém, devemos compreender esse humano que a investigação histórica nos aponta, o homem anfíbio um dia caracterizado na pena de Gilberto Freyre e reforçado na criação de tantos alagoanos, célebres ou não. Somente ao compreender suas decisões que constituíram o lugar e os porquês de tais decisões é que poderemos adentrar as razões de ser da Levada, identificando os elementos-chave absorvidos pelo homem de modo a conformar essa natureza anfíbia das Alagoas.

Ao mesmo tempo, não é demais ressaltar que, inserida no contexto dessas águas, também Maceió se mostrará uma quase-ilha, encravada entre a lagoa e o mar. E é seguindo o rastro dessa insularidade, portanto, que poderemos compreender a formação desse lugar-Levada e sua importância para a constituição dessa cidade. Mas sem perder de vista que a ilha guarda em si mesma a potência do permanente caminho e da permanente comunicação – ela é inteira confluência com um oceano que é passagem, fluxo, informação, dos tempos ancestrais até os nossos dias.

De todo modo, será essa necessidade de atenção com uma espaciologia, sobretudo, lagunar-maceioense, que justificará o recorte temporal desta pesquisa, que a despeito de algumas investidas de caráter mais geral, se deteve especialmente nos períodos de maiores transformações envolvendo os cursos d'água e a baixada oriental da lagoa Mundaú, conforme se verificará.

E é buscando, ainda, se inserir nesse longo trajeto de uma tradição cultural anfíbia, que esta dissertação deverá se estruturar tendo na água o principal recurso, que a tudo impulsiona – tal presença determinante para a configuração pelo humano de uma realidade alagoana e maceioense irá compor a base da caracterização efetuada por este trabalho quanto às várias “Levadas” contidas no lugar-Levada, que se almeja evidenciar em sua pluralidade.

Assim que veremos detalhado, no capítulo inicial, “A Levada das Águas”, o processo pelo qual as lagoas contribuem para que as Alagoas surjam, enquanto realidade geográfica, distinta da capitania de Pernambuco, ditando o estabelecimento de Maceió

---

<sup>14</sup> Foi na verdade esse aspecto paradoxal – de um lado, ausência e, de outro, presença – simbolizado pelo reiterado descaso da cidade com um lugar que é intenso movimento e vida (!) que constituiu o pontapé inicial dessa investigação, uma vez que a saída da CEASA também serviu para atestar a recorrente falta de investimentos em infraestrutura nessa área.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

como vinculado ao povoamento da região e, enfim, como é a vivência dessas águas que permeiam a cidade de modo a consolidar a ocupação que corresponderá à Levada.

Dando continuidade a esse raciocínio, o capítulo seguinte, “A Levada dos Caminhos”, aponta de que forma as lagoas permitirão o povoamento desse *intermezzo* situado no litoral alagoano, firmando esse novo pólo de colonização da região lagunar enquanto passagem ao homem português mediante a instituição de uma rede formada por rotas, portos, trilhas e, enfim, vias, cujos percursos implicarão na conquista progressiva dessa margem e sua inserção no urbano de Maceió, constituindo efetivamente o lugar-Levada.

Por fim, o capítulo derradeiro, “A Levada das Trocas”, apresentará a apropriação das pessoas em torno da lagoa que banha Maceió como o processo de constituição de uma margem sentida como cidade, essa margem urbana, bairro da Levada, cuja delimitação geográfica, oficial e afetiva se concretizará a partir da presença das gentes, numa convivência que levará ao contato mediado entre os diversos mundos: ricos e pobres, brancos, negros e mestiços, escravos, trabalhadores, pescadores e comerciantes, bem como ao intercâmbio das variadas crenças e manifestações apresentadas por esses indivíduos.

Temos, portanto, as águas da lagoa e canal instituídas enquanto caminhos e os caminhos que permitirão as diversas trocas entre os homens, representando a forma por eles encontrada para conviver e dizer de si mesmo – na Levada, em Maceió, nas Alagoas. Podemos, afinal, entender que se cada lugar se constitui a partir dos elementos de que as pessoas se apropriam para o seu viver, são as razões de ser do humano que precisamos compreender e é aquilo que serve a essas razões que é preciso conservar, hoje, como ontem, potencializando as formas de bem traduzi-las.

## **Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió**

*Das águas...*

## 1. A Levada das Águas

*É o homem que faz lugar, no imperativo da vida, que vê na água a condição primeira, prerrogativa que distingue uma porção de espaço, como característica própria, singular. No início de tudo eram as águas... Das lagoas e do mar, dos alagadiços e seus canais, suas levadas... E os homens que delimitaram seu lugar investiram-se dessa presença; e assim também determinaram suas relações.*

A porção de território localizada abaixo do rio Una, ao sul da Capitania de Pernambuco, começaria a evidenciar contornos próprios a partir do século XVIII. Em termos oficiais, é no ano de 1710 que é criada a Comarca das Alagoas, ainda pertencente à referida capitania. De acordo com o historiador Dirceu Lindoso (2000, 2005), esse nome, que passaria a designar uma região diferenciada, expressaria uma realidade geográfica caracterizada pela abundância de mananciais, com destaque para suas lagoas ou “alagoas”. No entanto, é somente a partir de 1817, durante o episódio da Revolução Pernambucana, quando da tentativa de formação de um governo provisório independente de Portugal, com sede no Recife, que se dará a emancipação das Alagoas.

No parecer de Lindoso (2000, 2005), esse fato serviria apenas para formalizar a situação do território, então bastante definida por seus ocupantes, a partir de suas feições geográficas e de suas características econômicas e culturais, conformando um espaço identificável<sup>15</sup>. Em suas duas obras que tratam da formação das Alagoas<sup>16</sup>, o autor observa o que é uma prerrogativa básica para a instituição do lugar. Nas suas palavras:

É a água, e não as montanhas e terras secas, que faz das Alagoas uma realidade geográfica distinta do resto da capitania de Duarte Coelho. A hidrografia alagoana criou a autonomia geográfica das Alagoas antes que um ato real estabelecesse a autonomia política (LINDOSO, 2000, pp. 45-46).

De fato, data do século XVI a constituição dos primeiros povoados no que viria a se firmar como solo alagoano. O primeiro núcleo estaria diretamente relacionado à defesa do território, marcando o extremo limite da então capitania, dando origem à cidade de Penedo, fundada às margens do rio São Francisco, enquanto o segundo daria origem ao atual

<sup>15</sup> Poderíamos dizer, também, identitário, característica reconhecidamente associada por Augé (2008) ao lugar antropológico.

<sup>16</sup> “Formação de Alagoas Boreal” e “Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana”, respectivamente.

município de Porto Calvo, que surgiria ainda em áreas de influência do rio Una, ajudando a resguardar a passagem de vários rios importantes.

Esses dois povoados atuariam como indutores da ocupação nas porções sul e norte, respectivamente, da futura província das Alagoas – percepção que é registrada, como mostra Lindoso (2000), pela administração holandesa-flamenga em Pernambuco, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, que passa a designar como *Alagoas pars meridionalis* o pólo de colonização centrado em Penedo e como *Alagoas pars borealis* o pólo de colonização centrado em Porto Calvo.

O século XVII viria consolidar o povoamento desse território sub-unense<sup>17</sup>, abarcando agora as imediações das lagoas Mundaú e Manguaba, com o estabelecimento dos núcleos que dariam origem às vilas de Santa Luzia de Siracusa e Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, esta última passando a se constituir, posteriormente, como cidade de Alagoas, vindo a ocupar o posto de primeira capital da província, atual cidade de Marechal Deodoro. Na imagem abaixo aparece retratada a localização dos três principais núcleos de povoamento do estado de Alagoas, sendo possível perceber sua disposição estratégica nas duas pontas e também no centro da zona costeira alagoana.



Imagen 01: Localização esquemática das vilas de Penedo do São Francisco, Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul e Porto Calvo e suas respectivas áreas de influência.

Fonte: Acervo pessoal.

<sup>17</sup> Seguindo a denominação de Lindoso (2000), como contraponto à porção do território da Capitania de Pernambuco cujo povoamento se fez prioritário, tendo como pólos as cidades de Olinda e Recife, ao norte do rio Una.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

É provável que a ocupação portuguesa na região das lagoas tenha sido impulsionada tanto pela abundância do solo encharcado do tipo massapé, propício ao cultivo da cana-de-açúcar, como pelo potencial de navegação das lagoas, associado à existência de portos naturais na faixa costeira, configurando um território facilmente acessível por meio de rotas lacustres e terrestres, de modo a facilitar o escoamento da produção. Dentre os ancoradouros, o mais importante viria a se firmar na enseada de Jaraguá, em terras da futura cidade de Maceió.

O estabelecimento da civilização açucareira viria a firmar um território próspero, caracterizado pelos inúmeros engenhos e plantações, passando a configurar relações sociais e econômicas, traduzidas em um modo de vida e ocupação. A pujança dessa produção dentro da capitania parece ter sido captada pelos invasores holandeses, que acabariam por realizar, em 1647, o primeiro registro cartográfico do complexo formado pelas lagoas Manguaba e Mundaú, conforme mostrado nas imagens que se seguem.

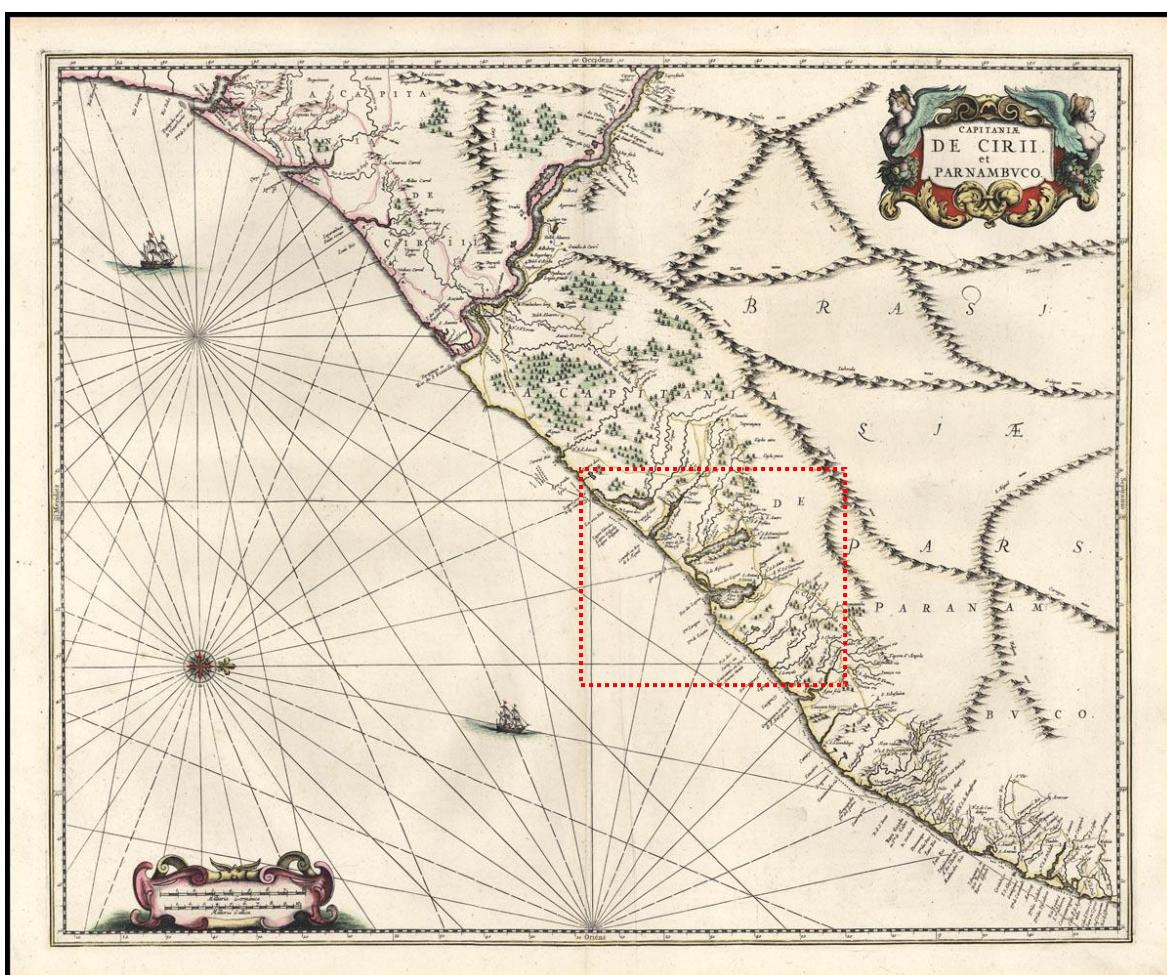


Imagen 02: Mapa de Barleus datado de 1647.

Fonte: Adaptado de <http://www.raremaps.com>



Imagen 03: Detalhe do mapa de Barleus, mostrando o complexo formado pelas lagoas Mundaú e Manguaba e o encontro de ambas ao redor da chamada Ilha da Misericórdia, atual Ilha de Santa Rita.

Fonte: Adaptado de <http://www.raremaps.com>

Como é possível observar, no mapa proposto por Gaspar Barleus, a mando do príncipe Maurício de Nassau, aparecem reproduzidas as duas lagoas, denominadas Paranaguera ou Alagoa do Sul (Manguaba) e Mundaí ou Alagoa do Norte (Mundaú), notando-se ainda a Ilha da Misericórdia, atual Ilha de Santa Rita.

É esse processo de expansão em torno da região lagunar, associado ao movimento em busca do porto de Jaraguá, que vem ditar o surgimento de Maceió, ensaiado nesse período. Os primeiros registros de ocupação no território maceioense constam de uma escritura datada de 1611, atestando a existência de uma casa de telhas em Ioçara<sup>18</sup>, enseada vizinha a de Jaraguá, de propriedade do português Manuel Antônio Duro, que em 1609 recebera de Diogo Soares da Cunha, alcaide-mor da vila de Alagoas, a doação de uma sesmaria<sup>19</sup>.

Pelo contrato de doação, o proprietário se obrigava a cultivar, povoar e construir em suas terras, no período de um ano. Porém, à exceção da habitação mencionada, não há registros de outras realizações, o que é atestado pelo mapa contido na obra de Barleus, elaborado 36 anos depois, onde não se assinala nem a edificação, nem qualquer outro tipo de ocupação nas redondezas. O mesmo se dá com os relatos dos holandeses, como referido por Craveiro Costa (1981) em sua consulta aos Anais da Companhia das Índias Ocidentais até o ano de 1636, em obra de Joannes de Laet<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Parte do atual bairro da Pajuçara, em Maceió.

<sup>19</sup> A escritura aparece transcrita tanto na obra “Geografia Alagoana”, de Thomaz Espíndola, cuja primeira versão data de 1860, quanto no livro “Maceió”, de Craveiro Costa, datado de 1939.

<sup>20</sup> O título completo da obra é “História ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu Começo até ao Fim do Anno de 1636”.

Tudo indica que é somente após a restauração da vila de Santa Luzia do Norte<sup>21</sup> que tem início o povoamento de Maceió, cujas terras apresentavam grande vulnerabilidade a ataques pelo mar. Após o término da guerra e com a expulsão dos holandeses, novas premissas passariam a guiar a colonização, visando resguardar a costa da capitania de investidas externas. Assim, a fortificação do porto de Jaraguá seria ordenada pelo rei de Portugal em 1673, porém o governador da província, à época o Visconde de Barbacena, envolvido com outras questões, não poria em prática tais medidas defensivas.

O povoado começaria a se estabelecer de fato a partir do século XVIII, graças, em parte, à edificação de um engenho supostamente denominado como Maçayó<sup>22</sup>, do qual se originaria o núcleo embrionário da cidade, mas fundamentalmente devido à consolidação da rota para transporte de mercadorias em direção à enseada de Jaraguá, fazendo uso dos percursos lagunares e terrestres. Além da rota principal para o escoamento do açúcar, havia outras destinadas ao transporte de pessoas e coisas em direção à vila ou mesmo à saída de Maceió para o norte, dando origem a diversos pequenos povoados, a maioria às margens da lagoa Mundaú.

São esses núcleos, somados àqueles do Centro e Jaraguá, que irão constituir a futura metrópole. Assim, podemos dizer que o povoamento de Maceió, embora insinuado a partir da tradição colonizadora dos senhores de engenho, irá fincar raízes na destinação comercial da cidade. A presença das lagoas se mostra um elemento capital da ocupação, influenciando desde o processo de fundação do engenho, vinculado à empresa açucareira na região, até o surgimento dos diversos vilarejos, margeando os caminhos.

É a sua condição de entreposto que garantirá a viabilidade do povoado<sup>23</sup>, uma vez que de acordo com relatos históricos, o engenho Maçayó teria vida curta, moendo apenas duas vezes. A questão do surgimento da cidade a partir do engenho é discutida por diversos historiadores alagoanos. Pretende-se que sua fundação se deva a moradores oriundos de Santa Luzia do Norte, cuja paróquia abarcaria a vila de Maceió até 1821. Porém, não se sabe ao certo a quem o engenho teria pertencido, se ao capitão Apolinário Fernandes Padilha, a quem o sesmeiro Manuel Antônio Duro teria passado suas terras, conforme se

---

<sup>21</sup> Anteriormente Santa Luzia de Siracusa, a vila tinha sua existência situada entre a antiga capital e as futuras terras maceioenses, apresentando uma resistência bastante aguerrida aos holandeses.

<sup>22</sup> O nome Maçayó denominava também um riacho que percorria o território do vilarejo, indo desaguar no mar. O termo vem do indígena “Maçai-o-k”, significando “o que tapa o alagadiço”, fazendo alusão ao processo milenar pelo qual se deu o aterro do estuário da lagoa Mundaú e a mudança de sua barra, segundo o geógrafo alagoano Ivan Fernandes Lima (1990).

<sup>23</sup> Também a elevação de Maceió a capital no ano de 1839 é atribuída ao desenvolvimento comercial obtido a partir do porto de Jaraguá.

depreende por escritura datada de 1708, ou se ele estaria na posse do padre a quem, posteriormente, teria sido doadas a propriedade.

O certo é que embora o engenho não tenha sobrevivido, o núcleo organizado a partir de sua criação daria origem ao centro do povoado, com o largo onde se localizava a capela, o Pelourinho e a Casa de Câmara<sup>24</sup>. Com o tempo, a capela seria transformada em igreja matriz, consagrada a Nossa Senhora dos Prazeres<sup>25</sup>, cujo patrimônio seria constituído com bens da viúva de Apolinário Fernandes Padilha, em 1762, por meio da doação dos terrenos de sua propriedade. Em 1787, ela já figura como pertencente ao padre Antônio Ferreira da Costa, que a doou para seu afilhado, Bento Ferreira da Costa. Na escritura<sup>26</sup>, consta que o padre possuía o “lugar da capella de Maçayó”, no qual existiam a referida igreja e algumas casas de telhas. A disposição das edificações, então, deveria ser bastante parecida com a da imagem que se segue.

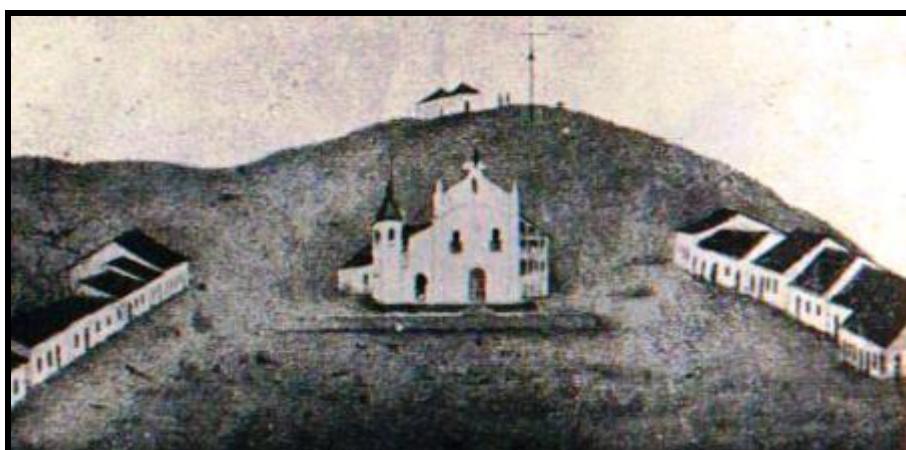


Imagen 04: Litografia representando o largo da capela em 1850.  
Fonte: Arquivo Público de Alagoas.

Algumas considerações devem ser feitas acerca da configuração física do sítio em que se implantou a vila de Maceió, que influenciaria sobremaneira a ocupação do território e suas questões sociais, tornando-se determinante para o processo de expansão urbana. Cingido de um lado por encostas e do outro, cercado de áreas alagadiças devido à proximidade do mar, nas direções leste e sul e da lagoa, a oeste, o núcleo primitivo, vinculado ao engenho, se concentrou em um pequeno platô, 5 m acima do nível do mar. Esses condicionantes geográficos também atuaram no sentido de reforçar a condição

<sup>24</sup> Atual Praça D. Pedro II.

<sup>25</sup> Atual Catedral Metropolitana de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da capital.

<sup>26</sup> A escritura aparece transcrita tanto na obra “Geografia Alagoana”, de Thomaz Espíndola, cuja primeira versão data de 1860, quanto no livro “Maceió”, de Craveiro Costa, datado de 1939.

característica dos primeiros bairros da cidade, que se desenvolveram ocupando a planície costeira, sobretudo a porção de terra situada às margens da lagoa Mundaú.

É nesse processo de ocupação da baixada lagunar que o lugar-Levada começa a adquirir suas feições. Num primeiro momento, antes de se caracterizar enquanto núcleo de povoamento de Maceió, a referência com que nos deparamos acerca da Levada faz menção à constituição física dessa região de margem: a denominação “levada” diz respeito a um termo geográfico antigo, relativo à movimentação da água por meios naturais ou artificiais. No dizer de Thomaz Espíndola<sup>27</sup>, importante geógrafo alagoano do século XIX: “*Valas ou levadas* são pequenos canais” (ESPÍNDOLA, 2001, p. 14).

É provável que esta designação se deva à existência de vários pequenos cursos d’água na região, que se caracterizava por um grande alagado às margens da lagoa. Uma explicação semelhante é encontrada no texto de outro geógrafo alagoano, Ivan Fernandes Lima, que em seu livro “Maceió a cidade restinga” menciona um canal que, saído da Levada, fazia a ligação entre a lagoa e o mar:

(...) vinha da Levada pelo extinto canal do rio Mundaú. Isso nos indica, com os “braços” e autênticas “levadas” conhecidas na área de Ponta Grossa e imediações, que a formulação da *restinga* não extinguira, de todo, as últimas comunicações da lagoa com o mar (LIMA, 1990, p. 192. Grifos do autor).

Esse canal constituiria um afluente do rio que alimentava a lagoa Mundaú, estabelecendo a ligação entre esta e a chamada praia do Sobral. O autor afirma ainda que haveria inúmeros córregos pela Levada, pequenos braços d’água semelhantes ao presente nas localidades que se tornariam conhecidas depois, no bairro, como Praça Emilio de Maya e Parque Rodolfo Lins. De fato, a região se tornaria conhecida pelos diversos pântanos e terrenos alagados, como o brejo da Água Negra<sup>28</sup> ou o chamado riacho da Vala, ambos situados nas proximidades do canal.

As afirmações de Ivan Fernandes Lima quanto à primitiva levada, comprovadas por suas pesquisas geográficas<sup>29</sup>, encontram apoio na obra de um autor mais antigo, o jornalista

---

<sup>27</sup> Thomaz Espíndola é comumente considerado o fundador dos estudos históricos e geográficos em Alagoas. Sua obra será largamente consultada neste trabalho.

<sup>28</sup> Inúmeros autores identificam ainda a existência de uma Lagoa da Água Negra como parte do conjunto de pântanos que margeavam a praia do Sobral, atribuindo-lhe outras denominações, numa localização diferenciada daquela apontada aqui. É particularmente difícil distinguir esses trechos, pois todas as áreas pantanosas nas imediações do núcleo central eram, de algum modo, associadas à Levada e, portanto, tratadas de forma homogênea.

<sup>29</sup> Em sua obra, Ivan Fernandes Lima se propôs a explicar o processo pelo qual se constituiu a faixa de terra (*restinga*) que deslocou a barra da lagoa Mundaú, tornando-a uma laguna no lugar de uma baía com ligação direta com o oceano, constituindo as terras baixas onde Maceió viria a se instalar, o que lhe garantiria a alcunha de cidade-restinga. O autor deixa clara a importância geográfica do canal da Levada para a constituição do fenômeno:

alagoano Octávio Brandão, que teria obtido suas informações junto a velhos moradores da área. Em sua obra “Canais e lagoas”, escrita entre 1916 e 1917, ele afirmará:

Assim é que o atual brejo do Sobral, uns 90 anos atrás, seguia paralelamente à praia, indo lançar-se na lagoa do Sabino. Isto, de um lado. Do outro, ele se ligava à Levada, em Maceió (BRANDÃO, 2001, p. 94).

Cabe ressaltar que a referência empreendida pelo autor a um lugar denominado “Maceió” deve ser analisada no contexto de uma formação urbana em que o núcleo central, como vimos, seria a origem da cidade, configurando-se como sinônimo desta por bastante tempo. Prosseguindo em sua fala, Octávio Brandão mencionará o tráfego das embarcações, que teriam entrada a partir da lagoa Mundaú:

Vimos que o brejo do Sobral se comunicava com a zona da Levada. As canoas que chegavam a este lugar, penetravam por um braço que aí existia (BRANDÃO, 2001, p. 95).

É graças ao potencial apresentado por este córrego para a navegação que os olhares da recém-criada província<sup>30</sup> irão se voltar com mais intensidade para aquela área. Assim, é a partir das falas oficiais que a denominação Levada se faz registrar pela primeira vez, com a proposta de construção de um canal ligando o trecho designado como Ponta Grossa, na planície lagunar, ao local conhecido como Boca de Maceió, situado no caminho entre o núcleo central e a enseada de Jaraguá. Segundo a arquiteta Verônica Robalinho (1998), o projeto do canal aparece citado pela primeira vez em 1828 no livro da Câmara municipal, tornando-se conhecido, posteriormente, como canal da Ponta Grossa ou Levada de Maceió, ou ainda como canal da Levada, havendo fortes indícios de que, já a essa época, toda uma grande região alagadiça de beira de lagoa passaria a ser assinalada como uma única espacialidade.

A primeira idéia que surge, relacionada com o projeto, pretendia estabelecer uma ligação entre o então povoado do Trapiche da Barra e o porto de Jaraguá, uma vez que o Trapiche se caracterizava como o ponto mais próximo da antiga capital, à época a cidade de Alagoas, integrando a chamada “rota do açúcar”, por meio da qual os produtos oriundos do sul da província, sobretudo os grandes carregamentos de açúcar, eram transportados através da lagoa e acomodados em grandes armazéns, os trapiches, erigidos na localidade para este fim, seguindo depois por terra em direção a Maceió. A relação entre as duas vilas

---

Concluímos que, para existir uma autêntica **restinga**, deve haver a “barragem arenosa” (Restinga de Maceió). amarrada a uma estrutura mais resistente (terraço estrutural do centro de Maceió), em cuja base passe um canal, que liga a lagoa com o mar (antigo canal que passava pelo Parque Rodolfo Lins e rua Dias Cabral) (LIMA, 1990, p. 128. Grifos do autor).

<sup>30</sup> Lembremos que Alagoas havia sido emancipada em 1817.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

nessa época pode ser melhor compreendida através do mapa intitulado “As lagoas das Alagoas”, elaborado em 1840 pelo Engenheiro de Obras Públicas da Província, Carlos Mornay, conforme mostrado abaixo.

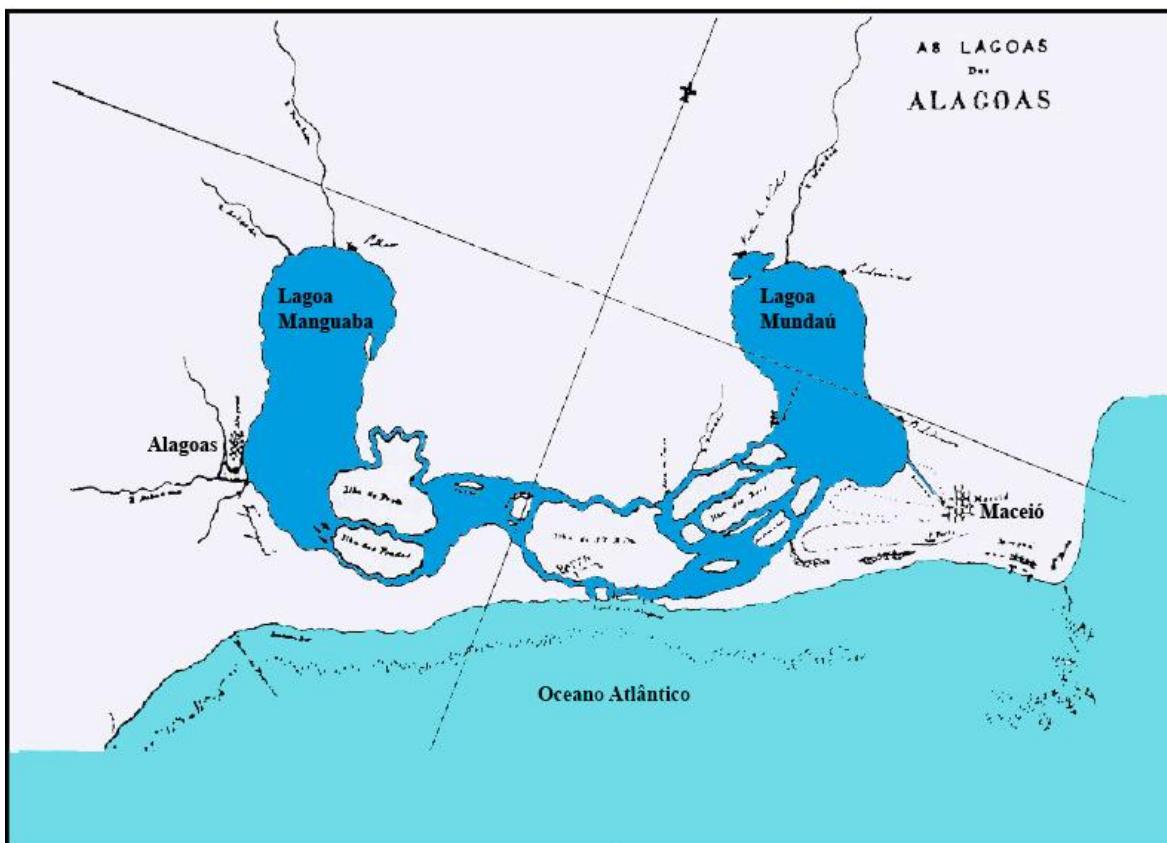


Imagen 05 – Mapa “As lagoas das Alagoas”, elaborado por Carlos Mornay em 1840, mostrando o complexo formado pelas lagoas Manguaba e Mundaú. Destaques identificando as lagoas e a posição das cidades de Alagoas e Maceió.

Fonte: Adaptado de Fernandes e Freire (2010).

Visando facilitar esse transporte, intentou-se a execução de uma obra de grandes proporções, mas perante a realidade dos custos excessivamente onerosos, foi feita a opção por um canal de pequeno porte, que aproveitasse o córrego existente nas imediações do núcleo central<sup>31</sup>, dando origem ao já citado canal da Ponta Grossa, que se iniciava na lagoa Mundaú, encontrando com o riacho do Reguinho<sup>32</sup>. O detalhe do mapa de Mornay, visto na imagem 06, mostra a localização do canal da Ponta Grossa, em relação ao centro urbano e aos povoados de Jaraguá e do Trapiche da Barra.

<sup>31</sup> Esse fato é também atestado por Octávio Brandão (2001) que, em sua obra, afirma que o braço d’água era “anterior à escavação da levada atual” e que esta, na forma como teria sobrevivido até sua época – 1916/17, seria o vestígio daquele primeiro curso d’água.

<sup>32</sup> Identificado por Ivan Fernandes Lima como antigamente situado na rua Dias Cabral, por isso mesmo conhecida, por muito tempo, como rua do Reguinho. Ver nota de rodapé nº 28 e observar marcação na imagem 07.



Imagen 06 – Detalhe do mapa de Carlos Mornay. Destaques identificando o canal da Ponta Grossa, o núcleo intitulado Maceió, o povoado e o porto de Jaraguá e o povoado do Trapiche da Barra.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Embora essa possa ser considerada a primeira referência cartográfica ao canal da Levada, acredita-se que este já se encontrava assinalado na Planta da Villa de Maceió, elaborada por José da Silva Pinto em 1820, sob as ordens do primeiro Governador da Província, Sebastião Francisco de Mello e Povoas. Nenhum registro dessa planta sobreviveu ao tempo, entretanto, a arquiteta urbanista Verônica Robalinho, em sua famosa tese “La production de l'espace à Maceió (1800-1930)”, datada de 1998, elaborou uma proposta que é considerada bastante fidedigna pelo meio acadêmico alagoano.

Utilizando-se da Planta da Villa de Maceió elaborada em março de 1841 por Carlos Mornay (imagem 08), a pedido do Coronel Francisco Manuel Martins, então Secretário do Governo da Província das Alagoas, e tendo por base relatos de diversos historiadores, que apontam o trabalho do referido engenheiro como sendo de atualização e complementação da planta de 1820, com pequenas mudanças, a arquiteta chega a uma representação da vila, à época instituída como um trecho do atual bairro do Centro<sup>33</sup>.

Em ambos os desenhos, não é possível visualizar o projeto do canal em toda a sua extensão, a partir de sua entrada pela lagoa Mundaú, situada no local conhecido como “Sacco da Ponta Grossa”, mas somente no trecho inserido na área central, cuja finalização sugere o possível encontro com o riacho do Reguinho, localizado um pouco abaixo no mapa, como é possível perceber na imagem 07.

<sup>33</sup> Ainda que, como temos visto até aqui, já existissem diversos outros povoados em terras do que se tornaria a futura cidade de Maceió, concentrados, sobretudo, ao longo da lagoa Mundaú.

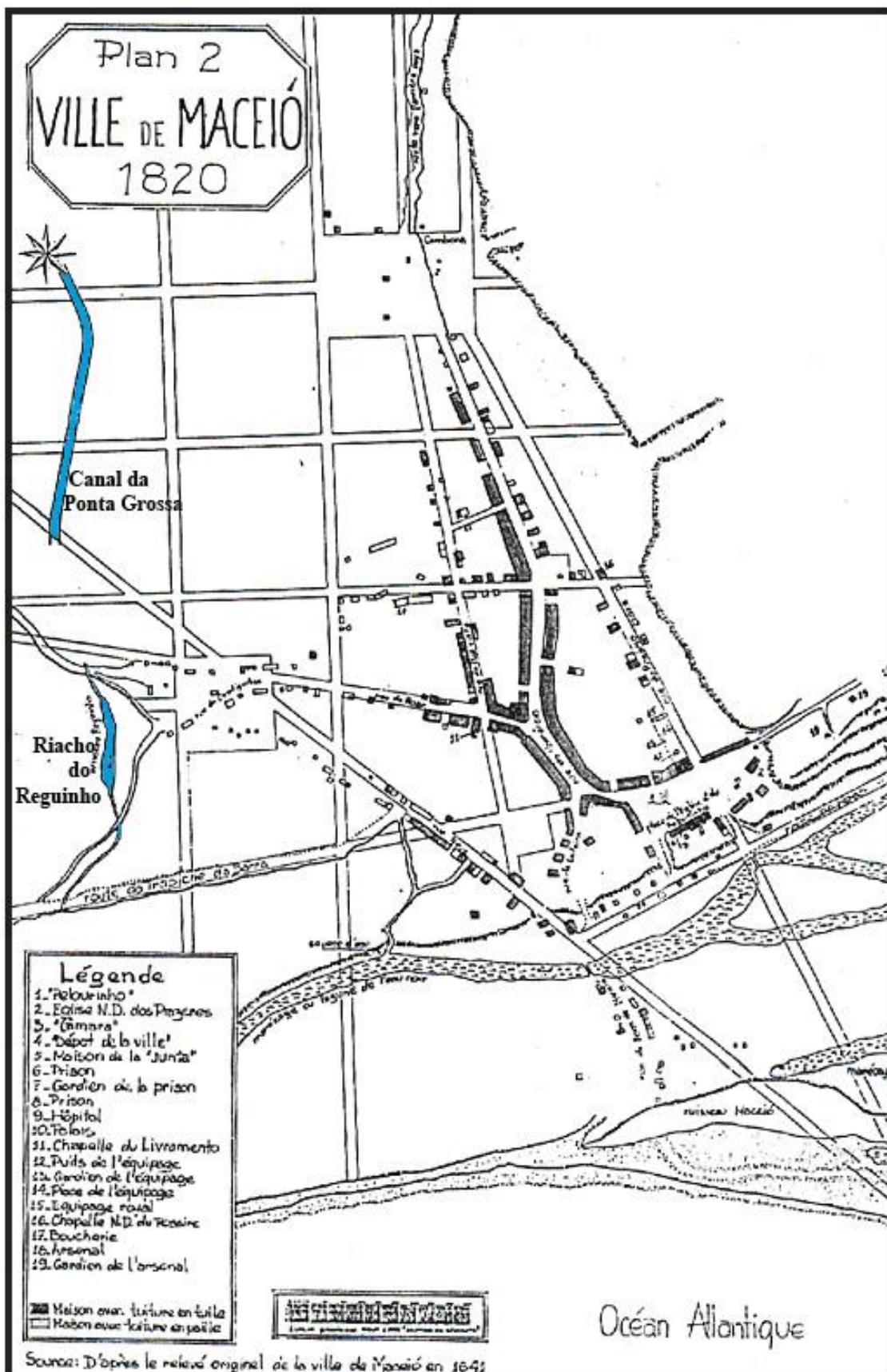


Imagen 07 – Desenho proposto por Verônica Robalinho para a Planta da Villa de Maceió que teria sido elaborada em 1820 por José da Silva Pinto. Destaques apontando o traçado do canal da Ponta Grossa à época e a localização do riacho do Reguinho.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

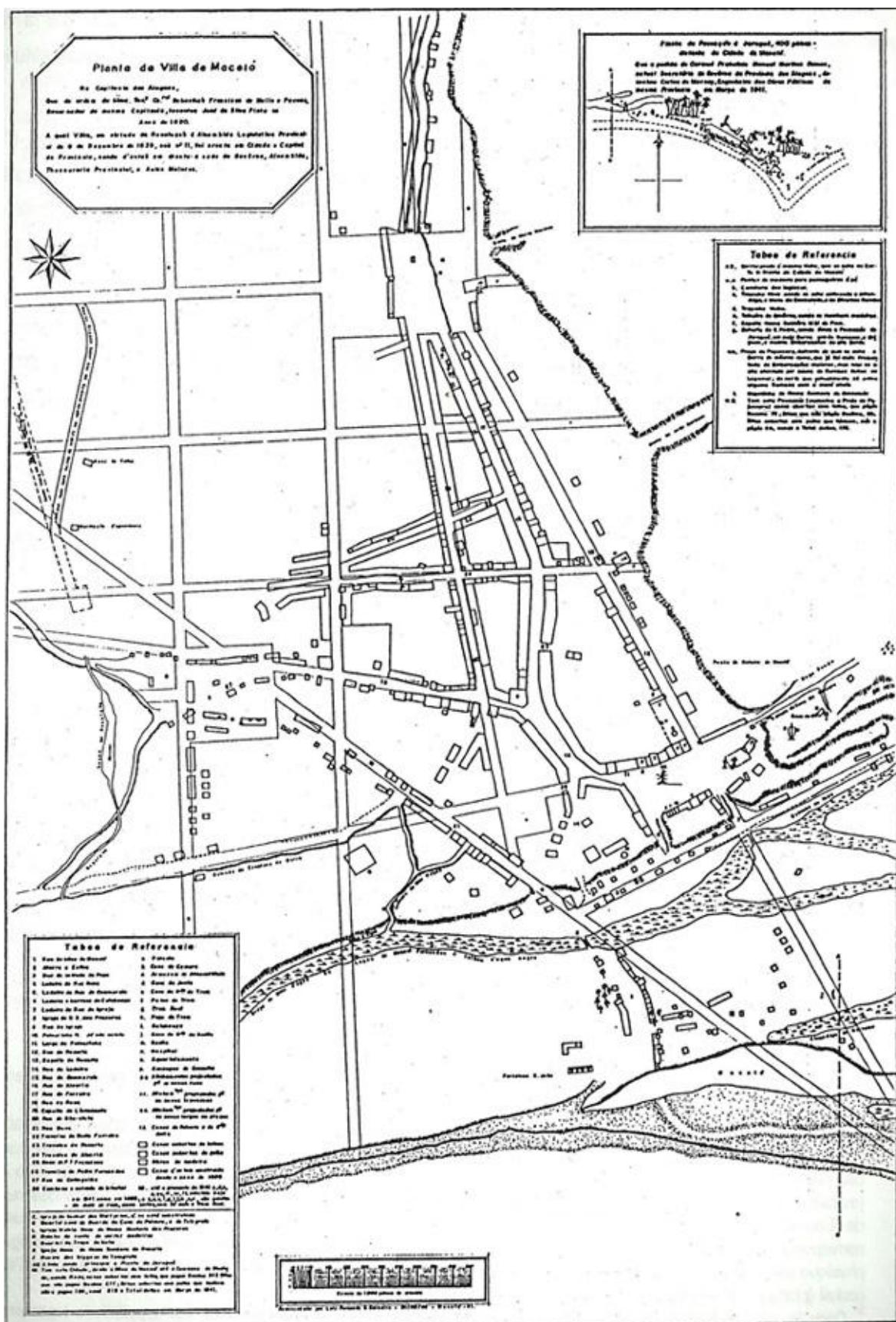


Imagen 08 – Planta da Villa de Maceió, atualizada e complementada em 1841 por Carlos Mornay – base utilizada para a elaboração da proposta da arquiteta Verônica Robalinho.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Verônica Robalinho (1998) chama a atenção para o fato de que a idealização do canal da Ponta Grossa estaria atrelada a um conjunto de melhoramentos urbanos propostos pelo governador Mello e Povoas, visando o desenvolvimento econômico da província, projeto que incluía o aterro de trechos do curso d’água, mas que não chegaria a ser executado. É nesse contexto que teria se dado a elaboração da planta de 1820, que visava o reconhecimento do território por meio do seu relevo. A obtenção de tais dados permitiria a introdução de beneficiamentos estéticos e funcionais na área, com a criação de praças, abertura de novas ruas e alargamento das vias existentes, melhorando a comunicação entre os pontos de comércio e ajudando na organização das localidades.

Essa análise é corroborada pela fala do historiador alagoano Craveiro Costa que, ao examinar a planta elaborada por Mornay em 1841, discorre sobre a proposta de retificação dos “defeitos originários do povoamento, para que a cidade crescesse linda e bem ordenada” (COSTA, 1981, p. 29). Também a planta de 1841 pode ser associada a um desejo de modernização. Devemos lembrar que apenas dois anos antes, em 1839, Maceió fora elevada à condição de capital da província, em função de seu desenvolvimento comercial. Seria o caso ainda de nos perguntarmos se ecos da nova conjuntura representada pelo estabelecimento do Império do Brasil, com a antecipação da maioridade e o coroamento de D. Pedro II em 1840, não se teriam feito sentir na região, conforme sugerido por Verônica Robalinho (1998) e Douglas Apratto (1996).

Ao analisarmos as duas plantas, é possível perceber que há poucas diferenças. Verônica Robalinho (1998) atesta a ausência de grandes modificações na estrutura urbana da vila nesse período de 20 anos. De acordo com a autora, haveria apenas duas exceções. A primeira delas ficaria por conta do crescimento alcançado pela zona portuária que, no dizer de Craveiro Costa (1981), teria sido acrescida ao desenho de 1820 por Carlos Mornay, com o registro da nova povoação – Jaraguá.

Por outro lado, a segunda exceção apontada pela arquiteta diz respeito, justamente, à execução do canal da Ponta Grossa. De fato, a planta delineada por Mornay apresenta dois desenhos para o canal, um em linha cheia e outro em linha tracejada, indicando que o projeto lançava mão de um novo traçado, diferente do feitio original do curso d’água. Tal explicação é corroborada pelo discurso do presidente da província, Manoel Felizardo de Souza e Mello, proferido à Assembléia Legislativa, em 4 de fevereiro de 1842, apenas um ano após a elaboração da planta da vila por Carlos Mornay. A fala de Manoel Felizardo atesta ainda a importância concedida à obra:

Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

De todas as obras publicas emprehendidas nenhuma ha de tão incontestavel utilidade para o comercio das duas Lagoas, vantagem das immensas propriedades que existem pelos rios Subahuma, Mundahu, Paraiba e seos affluentes; e abastanca de generos da primeira necessidade em Maceió, como da abertura do canal, que liga á Capital a Lagoa do Norte em Ponta Grossa.

A Lei de Orçamento ultimo decretou 5:000\$000 reis para a factura desta obra, e **meio antecessor** depois de maduro e sensato exame reconhecendo que o traço do antigo canal, ou valla era summamente imperfeito, tanto pelas grandes curvas que descrevia, como por ser assentado sobre terreno apaullado, esgoto d'agoa da aluvião, que de mais o trabalho feito estava em grande parte destruido, que as paredes lateraes nenhum talud tinha e somente com grandes despesas poderião ser defendidas das aguas do monte, **ordenou que o canal fosse traçado em linha recta da Ponta Grossa e rua da Cotinguiba, encurtando em mais de quarto da antiga extenção.** (FALLA com que abrio a sessão extraordinaria da quarta legislatura da Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, o presidente da mesma provincia, Manoel Felizardo de Souza e Mello em 4 de fevereiro de 1842, Grifos meus).

Assim, sem maiores ressalvas, podemos assumir que o desenho em linha cheia representa a feição primitiva do curso d'água, cujo traçado sinuoso teria sido aproveitado *in natura* quando dos primeiros trabalhos para a constituição do canal, enquanto o segundo representa a proposta de retificação, o que de resto é sugerido pela própria planta de Mornay, como se pode observar pelo detalhe presente na imagem 09, mostrando o canal novo junto com o antigo, assim como a localização do referido largo da Cotinguiba. Outro destaque fica por conta da existência, já então, de uma casa de telha beirando a levada original.



Imagen 09 – Detalhe da planta de Carlos Mornay de 1841. Destaques mostrando os dois traçados do canal e a localização do largo da Catinguba próximo ao Riacho do Reguinho, bem como a existência de uma casa de telha beirando a levada original.

Craveiro Costa (1981) atribui a construção do canal da Ponta Grossa ao presidente da província Rodrigo de Sousa Silva Pontes, no entanto, um exame mais atento das falas provinciais aponta apenas o início das obras nesta administração, no ano de 1838, seguido por inúmeras tentativas e fracassos no tocante à execução. As dificuldades para a finalização dos trabalhos se arrastariam até a década de 1850, tornando a estrutura obsoleta perante o crescimento da capital, o que levou o presidente da província, Figueiredo Camargo, a adaptar a antiga proposta, que passaria a englobar os riachos do Reguinho, da Vala e Maçayó, alargando-os ou aterrando alguns trechos. A representação dessa proposta aparece na imagem que se segue.

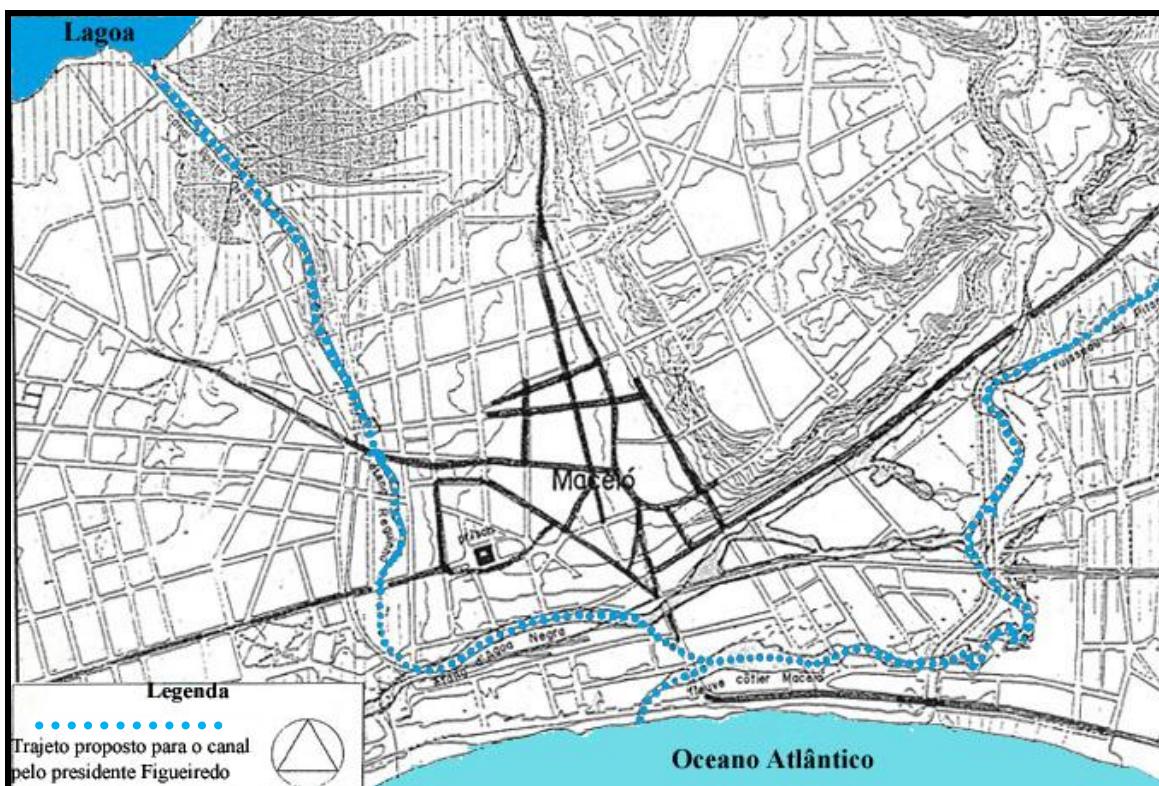


Imagem 10 – Proposta do presidente Figueiredo Camargo para o Canal da Ponta Grossa.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Porém, essa proposta também não seria concretizada e o projeto seria abandonado pelo governo da província, que voltaria seus esforços para o melhoramento do porto de Jaraguá. Restaria apenas o pequeno trecho conhecido como canal da Levada – praticamente o mesmo percurso que vinha sendo utilizado pela população há muito tempo, para o transporte fluvial até as imediações da área central.

Os percalços acerca das obras de implantação do canal da Levada não impediriam sua constituição como um elemento-chave da ocupação urbana de Maceió. De fato, graças a essas circunstâncias, prevalecerá o aproveitamento de suas águas no fluxo da vida cotidiana e não em função do projeto ambicionado pela instância governamental.

Enquanto elemento natural inserido na dinâmica da cidade, o canal se institui como limite da área urbana. É aqui que começa a se mostrar efetivamente útil a conceituação da fronteira como algo que comunica dois mundos, adotada pelos diversos autores dantes mencionados, tais como Michel de Certeau (2008) e Christian Norberg-Schulz (In NESBITT, 2006), sendo tomada de empréstimo por este último à obra de Martin Heidegger. De fato, tal noção nos ajudará a compreender como a Levada se constituirá como uma área de transição, expressa por sua condição de margem em relação a um centro.

Firmando-se como uma ocupação periférica – ou, de modo mais acertado, marginal –, a Levada se caracterizará como uma ocupação de borda, situada em volta de uma centralidade que aos poucos se expande, até encontrar-se rente ao charco. É a partir da segunda metade do século XIX, de acordo com a arquiteta Taís Normande (2000), que Maceió de fato se estenderá em direção à Levada. Os detalhes das plantas da cidade em 1868 e 1869, apontados a seguir<sup>34</sup>, apresentam esse núcleo expandido, encostado à metade mais próxima do canal pelo seu lado esquerdo<sup>35</sup>, mostrando-se pouco adensado. Entretanto, como vimos, o início do povoamento das margens pode ser recuado até a época mesma da planta de Carlos Mornay, que em 1841 já aponta a existência de pelo menos uma casa de telha nas imediações<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> Também a planta de Maceió datada de 1859 ilustra essa questão. Entretanto, não foi possível reproduzi-la com suficiente qualidade de modo a constar nesta monografia. De fato, o mau estado de conservação em que se encontra o acervo cartográfico de Maceió é um dos grandes desafios a se vencer na tentativa de elaboração de uma história dos lugares da cidade. Aproveitando, é preciso ressaltar que na fase final de revisão deste trabalho, travou-se conhecimento com uma planta desconhecida até então, que representa a capital no ano de 1902. Como não houve tempo para sua devida análise e interpretação, ela será apenas mencionada aqui, com a constatação do muito que permanece por fazer no tocante à identificação, compilação e preservação das bases iconográficas maceioenses, quiçá alagoanas.

<sup>35</sup> Os lados direito e esquerdo de um curso d'água são denominados no sentido de sua corrente.

<sup>36</sup> Conforme imagem 09, p. 53.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



Imagens 11 e 12 – Planta da Cidade de Maceió, 1868 e detalhe mostrando as ruas encostadas ao canal, respectivamente.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



Imagens 13 e 14 – Planta da Cidade de Maceió, elaborada pelo engenheiro Carlos de Bolterstern por ordem do presidente da província, em 1869 e detalhe mostrando o núcleo central de povoamento encostado ao canal, respectivamente.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Porém, esse caráter de marginalidade da Levada assumiria ainda outra expressão. Na medida em que o sítio geográfico apresenta condições naturais adversas à ocupação, em função dos terrenos alagadiços, ele se torna menos valorizado enquanto local de moradia por parte da parcela mais abastada da população maceioense. O lugar passa a se firmar,

então, como opção dos mais pobres, que se valiam da proximidade com a região central e com o porto, possíveis locais de trabalho, e ainda com a lagoa Mundaú, considerada fonte de sustento.

Essa perspectiva pode ser observada na primeira referência feita a uma ocupação mais efetiva na área da Levada, através do relato do Vigário João Barbosa Cordeiro, que faz menção à localidade em 1851. Em sua fala, o religioso deixa entrever as condições de penúria que permeavam a vida desses moradores:

É nesses tugúrios das ruas da Levada, Contiguiba, Santa Maria, Ponta Grossa e outras dessa ordem, que servem de asilo à pobreza onde tenho muitas vezes ido confessar a essas infelizes vítimas da indigência da peste, de bexigas e de outras enfermidades perigosas que hei observado entre a mesma sociedade que parece ignorar seus padecimentos [?]. Estendidos alguns sobre uma pobre esteira de grosso periperi lançadas mais das vezes no chão humilde, sem terem ao menos trapos que lhes amaciem a grosseira cama para não se escalarem as pústulas, e terminando o sofrimento, jazem sem cobertura, tiritando ou ardendo em febre, carecendo de tudo [?] desde o caldo até a mortalha. (CORRESPONDÊNCIA endereçada por João Barbosa Cordeiro à Presidência da Província das Alagoas. Maceió: 04/07/1851. Citado por ALMEIDA, s/d, manuscrito)<sup>37</sup>.

Teria início, dessa forma, um processo de caracterização do lugar no âmbito do urbano de Maceió, constituído no decorrer da própria dinâmica da cidade, ao qual seriam acrescentados outros elementos de reforço. É assim que em meados do século XIX, iremos encontrar as áreas alagadas, dos pântanos e mangues do Sobral, da Levada e Ponta Grossa, sendo utilizadas como depósito de lixo pelos habitantes da capital. Há relatos acerca dos entulhos que chegavam a se acumular ao longo do próprio canal, dificultando sua navegação em certas épocas do ano.

De modo semelhante, a lógica sanitária imputaria a essas áreas a má reputação de causadoras de doenças. Com o crescimento da cidade, se intensificaria a ocupação das margens da lagoa, caracterizando-se os aglomerados estabelecidos sobre aterros realizados no solo turfo, em brejos repletos de olhos d'água, sujeitos às inundações freqüentes, sobretudo em épocas de chuva, o que dificultava ainda mais o acesso à região durante o inverno.

Apontados por Verônica Robalinho (1998) como vinculados à corrente higienista, os escritos de 1871, do geógrafo Thomaz Espíndola, acabam por apontar as péssimas condições a que estariam sujeitas as moradias situadas perto do canal da Ponta Grossa:

As habitações da proximidade **do canal da Ponta Grossa**, da rua do dr. Sobral Pinto, do dr. Saraiva e da Cambona apresentam, além disso, a desvantagem de estarem sujeitas à influência das emanações pantanosas (ESPÍNDOLA, 2001, p. 147. Grifo meu).

---

<sup>37</sup> As interrogações representam palavras ilegíveis.

Dando continuidade a essa linha de raciocínio, Espíndola tecerá em sua obra fortes críticas à gestão do presidente da província, à época o bacharel José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, por ter empenhado os recursos do governo em obras luxuosas, em detrimento das intervenções consideradas necessárias ao saneamento da capital:

Não lamentamos o dinheiro despendido com obras públicas, não, apenas notamos que se consumissem tantos contos e se comprometessem as rendas futuras com certas obras meramente improdutivas, e algumas delas essencialmente luxuosas, nas atuais circunstâncias da província (...) tudo em prejuízo do aterro das faixas de pântanos que bordam a mesma cidade pelo lado de leste e sudoeste e que a tornam insalubre a ponto de o seu número de óbitos andar quase a par do número de nascimentos (ESPÍNDOLA, 2001, p. 324).

É bom que se diga que tais reformas realizadas por Bento Júnior serão apontadas por Verônica Robalinho (1998), junto a diversos historiadores, como representativas do desenvolvimento urbano da capital. A arquiteta as relacionará a um período de ascensão nos ciclos econômicos, impulsionados na província pelo desenvolvimento alcançado nas culturas do algodão e da cana-de-açúcar. As plantas da cidade elaboradas em 1868 e 1869 estariam inseridas nesse contexto, atestando tal crescimento. Devemos também levar em consideração o caráter político das afirmações de Thomaz Espíndola, que pertencia ao partido liberal, de oposição ao governo<sup>38</sup>; porém, descontadas tais questões, sua fala sugere que as melhorias empreendidas naquela gestão trariam poucos benefícios à região da Levada.

Esse quadro permaneceria praticamente inalterado até a chegada da República. Seria apenas a partir da década de 1890, na gestão do governador Pedro Paulino da Fonseca, irmão do Marechal Deodoro, que se daria início ao saneamento de parte da região, “como símbolo das grandes e recentes melhorias introduzidas nesse bairro” (ALMANAK DO ESTADO DAS ALAGOAS PARA 1891, p. 124). Seriam feitas obras de aterrramento, canalização e drenagem dos pântanos, concretizando-se, enfim, o trabalho intentado pelo governador Sebastião de Mello Povoas na década de 1820, ajudando a consolidar a ocupação na área. Estas ações estariam inseridas no período de efervescência relacionado à transição do país para o sistema republicano, em que a lógica governamental se pautava pela necessidade de alçar o Brasil a uma condição de nação moderna.

De todo modo, é possível perceber que as ações de disciplinamento urbano chegariam à Levada somente após sua consolidação como área ocupada da cidade,

---

<sup>38</sup> Thomaz Espíndola era presidente da Câmara Municipal, exercendo o cargo de presidente interino da província no ano de 1867. É digna de nota a participação de tal instituição, em sua época, no que diz respeito à elaboração da planta da cidade de 1869, que teria sido realizada na gestão de Bento Júnior atendendo ao insistente pedido da Câmara, a partir de 1866.

imprimindo ao lugar a marca de um reconhecimento oficial. A partir desse momento, a Levada começa a receber o tratamento de “bairro”, o que assinala o desenvolvimento do núcleo urbano da capital, que em menos de 15 anos evoluiria de uma divisão em apenas dois setores – Maceió, constituída pela porção central, limitada a oeste pelo canal, e Jaraguá, zona portuária – para uma nova configuração<sup>39</sup>.

Assim, já no Almanak de 1891, temos a cidade “formada por tres bairros distintos: o de Maceió, o de Jaraguá e o da Levada ou Ponta Grossa” (ALMANAK DO ESTADO DAS ALAGOAS PARA 1891, p. 124). Ainda segundo a publicação, tratava-se do “bairro mais novo da cidade porém muitissimo povoadão”, cujo território abrangia “toda área ocidental da cidade, além da depressão do terreno correspondente ao canal da Levada” (IDEM, p. 125).

Mas este não é o único documento em que a Levada aparece referenciada enquanto bairro da cidade. No texto do escritor de costumes Pedro Nolasco Maciel, datado de 1899, podemos observar a mesma circunstância, quando o autor cita especificamente o lugar da intervenção efetuada pelo governador Pedro Paulino:

(...) voltemos ao Aterro da Levada, hoje Praça da Independência. Foi um bom serviço prestado à população, principalmente do **bairro da Graça**, que não tinha passagem nas grandes marés e passava por dentro da lama nas pequenas. (MACIEL, 1964, p. 113. Grifo meu).

Como se pode ver, Pedro Nolasco referencia o “bairro da Graça”, onde ficaria o Aterro da Levada. A denominação utilizada pelo escritor se deveria à presença da Igreja de Nossa Senhora das Graças num largo próximo ao canal, que aparece mencionada já no Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o anno de 1877, constituindo uma das possíveis melhorias alcançadas pelo lugar. O autor também observa o estabelecimento, no trecho aterrado, da Praça da Independência<sup>40</sup>, que viria a se tornar a Praça Emílio de Maya, importante logradouro da Levada.

---

<sup>39</sup> O Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o anno de 1878 aponta Maceió ainda dividida em dois bairros, o de Maceió e o de Jaraguá.

<sup>40</sup> Na edição comentada do livro de Pedro Nolasco, o historiador Félix Lima Júnior identifica a praça da Independência como a antiga praça da Intendência, cujo registro aparece já no Almanak do Estado das Alagoas para 1891. O nome sugere a possível implantação desse equipamento público nos arredores do canal da Levada, o que seria bastante significativo, mas não foi possível avançar na obtenção de dados a esse respeito. Sabe-se que em 1892 a Intendência de Maceió já aparece situada na praça dos Martírios, espécie de praça cívica no centro da cidade, onde também estava localizado o Palácio do Governo do Estado. Em 1902, a Intendência se estabeleceria definitivamente no local, com o projeto da sede elaborado pelo arquiteto da municipalidade, o italiano Luigi Lucarini. A praça da Intendência, na Levada, também consta do Relatório de 1911 escrito pelo funcionário municipal Braulio Fernandes Tavares sobre os logradouros de Maceió, que aponta sua antiga alcunha como Largo da Levada, certamente devido à localização na beira do canal. Com os nomes de Praça da Levada e Praça Pedro Paulino da Fonseca, ela aparecerá ainda em diversas publicações,

A fala de Pedro Nolasco nos remete ainda àquela outra forma de caracterização de bairro, que se assemelha à própria noção de lugar, em que, para além da designação oficial, o reconhecimento dado pelas pessoas a uma porção do espaço passa por uma designação afetiva, com o estabelecimento de um lugar identitário, como dito por Augé (2008) – um espaço identificável. É a definição apresentada, como vimos, por Kevin Lynch (1997) e também por Pierre Mayol (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2008), onde o bairro aparece como um lugar de aconchego, em que o habitante pode se reconhecer de forma positiva ou negativa em meio ao espaço urbano.

Porém, outras coisas emergem a partir do texto de Pedro Nolasco. O autor aponta a importância das obras efetuadas, afirmando que o local se constituía num ponto sem passagem quando da maré cheia. Esse dado vem atestar a configuração do canal como limite para a expansão da cidade oficial, devido a sua conformação geográfica – de modo que, após as intervenções, o centro conseguiria avançar de forma desimpedida sobre a margem, buscando abarcá-la.

De tal maneira que encontraremos na ocupação da Levada, já a essa época, uma polaridade, que aparece bem caracterizada no Almanak de 1891, quando este afirma que o lugar seria composto tanto por casas de taipa, com cobertas de palha, como por edifícios de “tijolo e cal”, apresentando ainda ruas “largas, bem alinhadas e frescas”, mas também evidenciando a presença de uma grande concentração de casas de trabalhadores pobres.

Ainda de modo bastante preciso, a análise de Verônica Robalinho (1998) retrata a ocupação instalada sobre os trechos aterrados, onde teriam sido construídos os principais sobrados, bem como nas cercanias, ao passo que a população menos favorecida teria se instalado nas regiões mais insalubres, próximo às áreas inundáveis dos pântanos e do porto da Levada.

O porto, por sua vez, teria se estabelecido próximo à entrada do canal, em decorrência do movimento das canoas no transporte de pessoas e gêneros. Em trecho anterior de sua obra, Pedro Nolasco assinala sua existência, bem como a de vários pontos precários na região da Levada, retratando ainda as difíceis condições da travessia no canal antes das obras do governo. Sabidamente republicano e abolicionista, o autor elogiará a presteza e o patriotismo do administrador Pedro Paulino, verdadeiro símbolo dos novos tempos:

---

recebendo, com o tempo, as denominações de Parque dos Eucaliptos, Parque Rio Branco, Praça Ideal, Praça do Mercado e, finalmente, Praça Emílio de Maya, Rua ou Largo do Bom Conselho, Parque Rodolfo Lins e Praça do Pirulito. Devido a sua grande importância na história do bairro, esse logradouro terá sua trajetória melhor analisada no último capítulo da dissertação.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Passaram pelo antigo matadouro, convertido hoje em depósito de pólvora e em barracão para variolosos, aos quais deram por enfermeiro o José Monstro com sua perna de pau; e chegaram à Levada. Saltaram no **pôrto dos tijolos** e vieram rua a fora

(...) Atravessaram o lamaçal de saias arregaçadas, as sandálias metidas no charco.

Não tinha chegado ainda a esta terra o velho patriota Pedro Paulino da Fonseca, seu distinto filho, que na qualidade de governador mandou aterravar aquele paul, e muitos outros serviços teria prestado se a politicagem torpe não tivesse enfezado e esterilizado seu governo” (MACIEL, 1964, p. 111. Grifo meu).

Não obstante essas melhorias, diante da necessidade de investimentos em toda a região, as ações efetuadas por Pedro Paulino representariam apenas um paliativo. Assim, em relatório datado de 1898, visando informar o Secretário dos Negócios do Interior sobre o estado das edificações públicas e respectivas obras, o arquiteto italiano Luigi Lucarini, Diretor-Geral das Obras Públcas do Estado<sup>41</sup>, identifica a Levada como uma das áreas de expansão da cidade ainda carentes em infraestrutura. Neste documento, Lucarini aponta a necessidade de intervenções

no Poço e Pajussara, Levada até o Trapiche da Barra, por onde se deve estender a cidade futura, porque a seguir como estão fazendo arruados todos casuaes, sem plano e sem uma boa orientação de rumo e nível, das ruas, e tamanho dos quarteirões, estragando todo terreno devoluto, creando d'esta forma grandes dispendios, impossíveis para a Municipalidade remedial-os depois, ao passo que agora nada custaria, tendo uma bôa planta e uma real execução da mesma (RELATÓRIO de trabalho apresentado por Lucarini ao Secretário de Negócios do Interior. Maceió: 8 mar. 1898. Citado por BARREIROS et al, 2010, p. 108).

O relato de Lucarini prenuncia o processo de ocupação que alcançaria toda a orla lagunar nas décadas seguintes. Sua fala nos auxilia ainda na compreensão do limite territorial desse novo bairro da Levada, que encontraria com o Trapiche da Barra, o antigo povoado nascido da armazenagem do açúcar. Ao mesmo tempo, como vimos pelo Almanak de 1891, sua delimitação inicial era dada pelo canal e respectivas terras baixas, terminando por evidenciar, uma vez mais, sua dimensão abrangente dos terrenos localizados às margens da lagoa Mundaú.

Nos anos que se seguem, novos aterros serão realizados na região. Em 1907, na gestão do intendente Antonio Guedes Nogueira, será efetuado o aterramento na chamada Bacia da Levada<sup>42</sup>, que era considerada, à época, um foco de miasmas a serem combatidos.

---

<sup>41</sup> Luigi Lucarini é nomeado Diretor das Obras Públcas Estaduais em 1897, pelo então governador da província, Manoel José Duarte.

<sup>42</sup> No Almanak do Estado das Alagoas para 1891, encontramos possíveis referências ao que seria a Bacia da Levada, na verdade uma outra forma de se referenciar à enseada natural, entrada do canal pela lagoa:

(...) canal da Levada, no qual foram feitos ultimamente melhoramentos importantes, consistentes em aterros do paul e canalização de suas aguas para uma **bacia** destinada a

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Já o ano de 1912 nos trará notícias de uma estruturação mais efetiva do lugar, no governo do coronel Clodoaldo da Fonseca, quando é realizada a construção do chamado “Porto da Levada”, complementando a obra do canal. Na imagem 15 temos uma foto do dia da inauguração do porto, evidenciando a intensa ocupação já existente na margem do canal e a amplitude de suas águas a partir da lagoa.



Imagen 15 – Inauguração do porto da Levada.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

A obra efetuada por Clodoaldo da Fonseca, aparentemente, garantiria uma nova configuração àquele antigo ancoradouro, utilizado já há bastante tempo, ajudando ainda a estruturar essa outra parte do canal, onde o mesmo se iniciava a partir da lagoa, e que era também conhecida como Boca da Levada. Com as intervenções aí realizadas, toda a extensão do córrego receberia algum tipo de tratamento urbanístico. É interessante notar que o termo “boca”, no dizer de Thomaz Espíndola (2001), fazia referência aos lugares onde as extremidades dos rios, ribeiros, regatos, riachos e ribeirões despejariam suas águas, tornando-se sinônimo de foz. No entanto, da forma como seria popularizada, essa denominação passará a se remeter à nascente do canal, cujo trecho, como vimos, apresentava uma configuração de enseada.

Um desenho contido no Relatório sobre as ruas, travessas, becos, praças e estradas de Maceió, escrito pelo funcionário municipal Braulio Fernandes Tavares em 1911<sup>43</sup>,

---

servir de ancoradouro das canôas que, pela lagoa do Norte, demandam o nosso mercado. (ALMANAK DO ESTADO DAS ALAGOAS PARA 1891, p. 125. Grifo meu).

<sup>43</sup> Relatorio que, sobre as ruas, travessas, becos, praças e estradas de Maceió, apresentou ao Illustre Snr. Intendente desta Capital Dr. Luiz de Mascarenhas o funcionario municipal Braulio Fernandes Tavares em 19 de Agosto de 1911.

apresenta o trecho do canal trabalhado pela administração pública, após os aterros realizados entre a última década do século XIX e a primeira do século XX. Como se pode perceber pela imagem 16, em um lado dos terrenos seria implantada uma via férrea, alvo de maiores considerações no próximo capítulo. Também é possível perceber a ocupação mais efetiva da margem direita, reforçando a paisagem captada pela fotografia exibida anteriormente, datada de 1912.

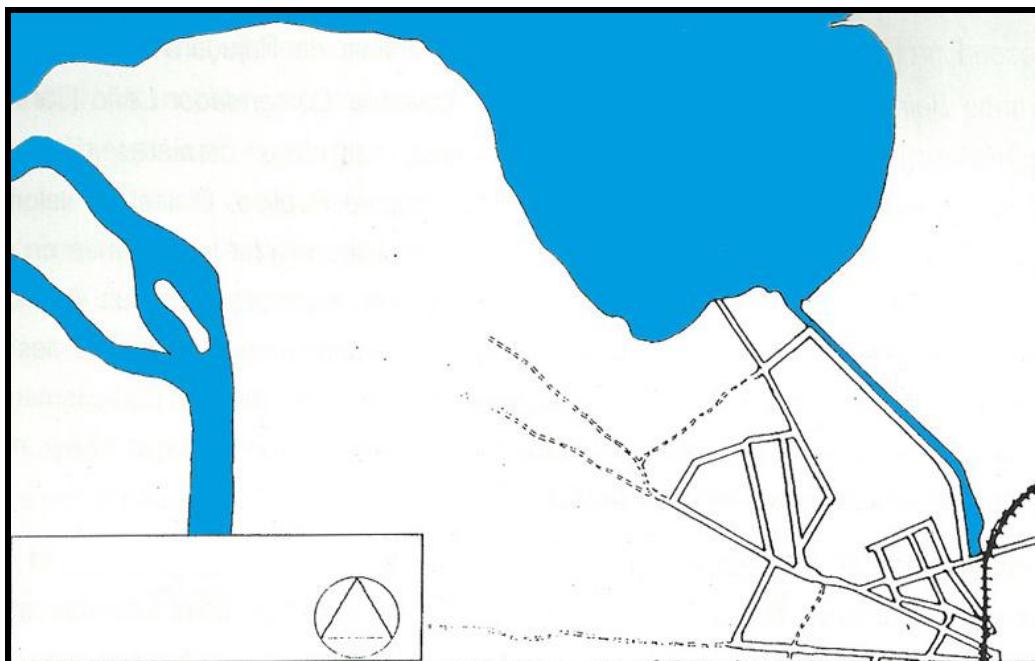


Imagen 16 – Planta de Maceió em 1911, apresentada no Relatório sobre as ruas, travessas, beccos, praças e estradas de Maceió.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Outro fator a se considerar, no que diz respeito ao povoamento dessa área, é a fundação da Fábrica Alexandria no ano de 1912, em um ponto não muito distante do canal, numa porção do território maceioense que viria a se configurar, posteriormente, como o bairro do Bom Parto, vizinho à Levada pelo lado norte. Sua implantação daria origem a um grande concentrado de casas de operários na região, contribuindo para dinamizar sua ocupação.

Nos anos seguintes, confirmando e ultrapassando a previsão do arquiteto Lucarini, o desenvolvimento da cidade se estenderia ao longo das planícies marítima e lagunar, mais detidamente nesta última. As décadas de 1920 e 1930 seriam de grande crescimento para a capital, incluindo aí a região da Levada, o que pode ser visto a partir da imagem 17, onde é apresentada a planta de Maceió em 1927. No detalhe mostrado logo em seguida, pode-se ver a ocupação ampliada, seguindo o mesmo vetor de 1911. Em conformidade com a

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

expansão realizada, nota-se mais um trecho aterrado do canal, em relação ao seu desenho aproximadamente quinze anos antes.

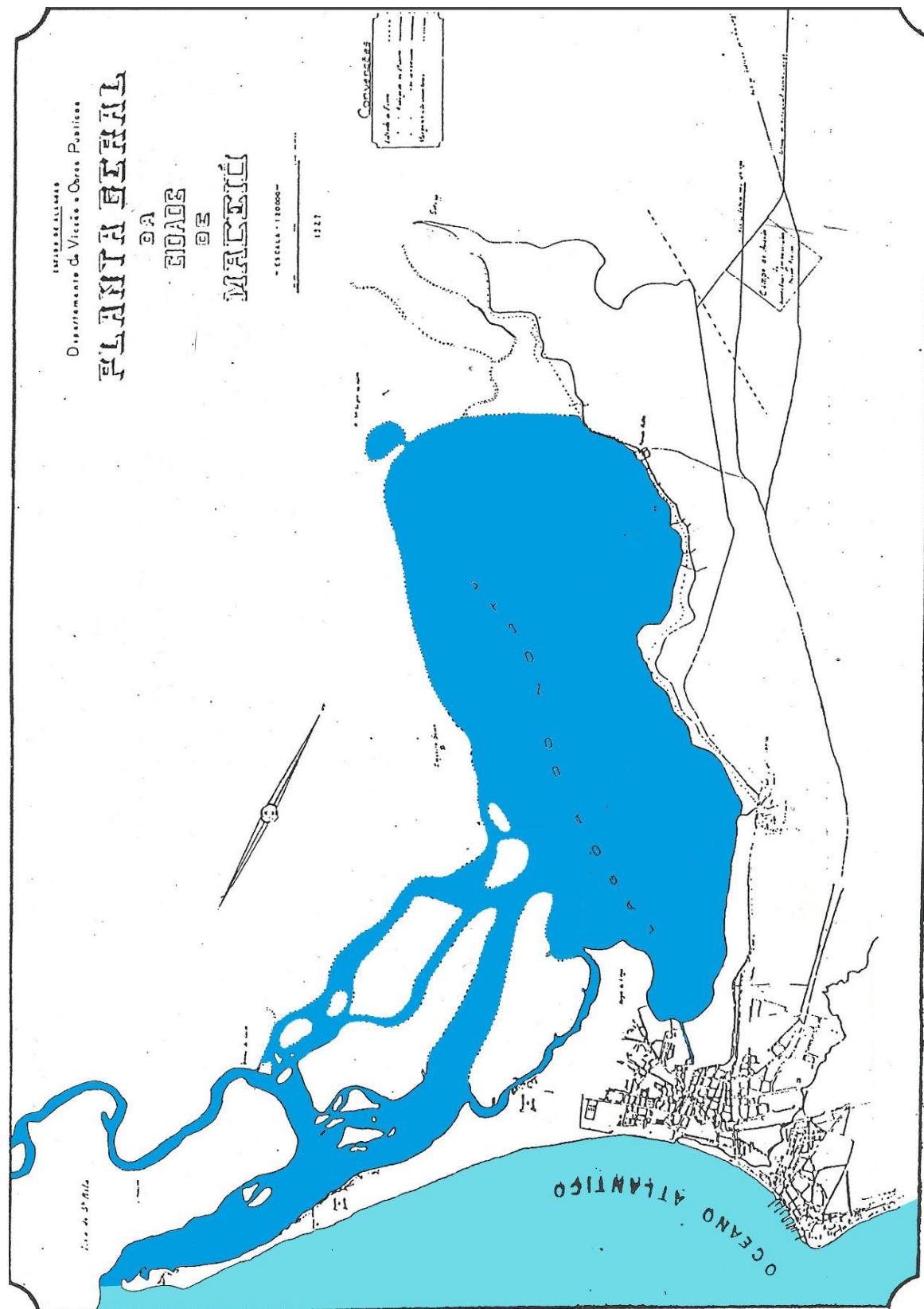


Imagen 17 – Planta Geral da Cidade de Maceió, 1927.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

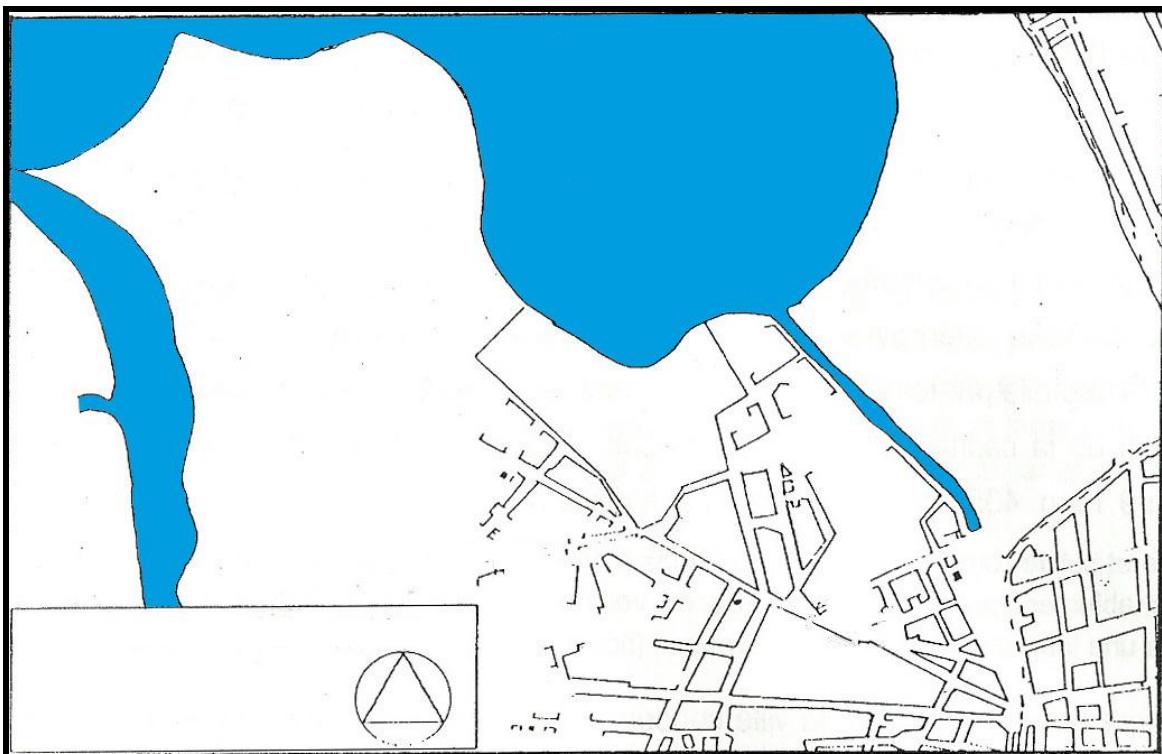


Imagen 18 – Detalhe da Planta Geral da Cidade de Maceió, 1927, mostrando o trecho abrangendo o canal da Levada.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

A respeito da expansão da cidade na década de 1930, no texto “Evolução urbana e social de Maceió no período republicano”, lançado em 1939 como homenagem aos 100 anos da capital, o historiador Manuel Diegues Júnior afirma que a partir de 1935 haveria uma grande procura pelos bairros da Pajuçara e da Levada, em busca “das zonas refrescadas pelo mar ou pelas lagoas, devido à ventilação mais fácil” (DIEGUES JUNIOR, p. 213, In COSTA, 1981). O autor cita o relatório de 1935 do engenheiro da prefeitura, dr. Afonso Lira, no qual este afirma que as construções de alvenaria estariam diminuindo no bairro do Farol, situado no alto da colina ao norte do bairro do Centro, e aumentando sensivelmente naqueles dois bairros da orla marítima e lagunar.

Esse fato ganha consistência ao analisarmos a planta elaborada em 1932 por Américo Laszló, mostrada na imagem que se segue, que apresenta a extensão da planície inteiramente coberta pelo desenho de ruas, até o chamado Canal do Trapiche. Grande parte dos logradouros, é verdade, encontra-se tracejada, evidenciando-se seu caráter de projeção. Ainda assim o desenho permanece como um bom indicador da incorporação da região ao meio urbano da capital.

Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

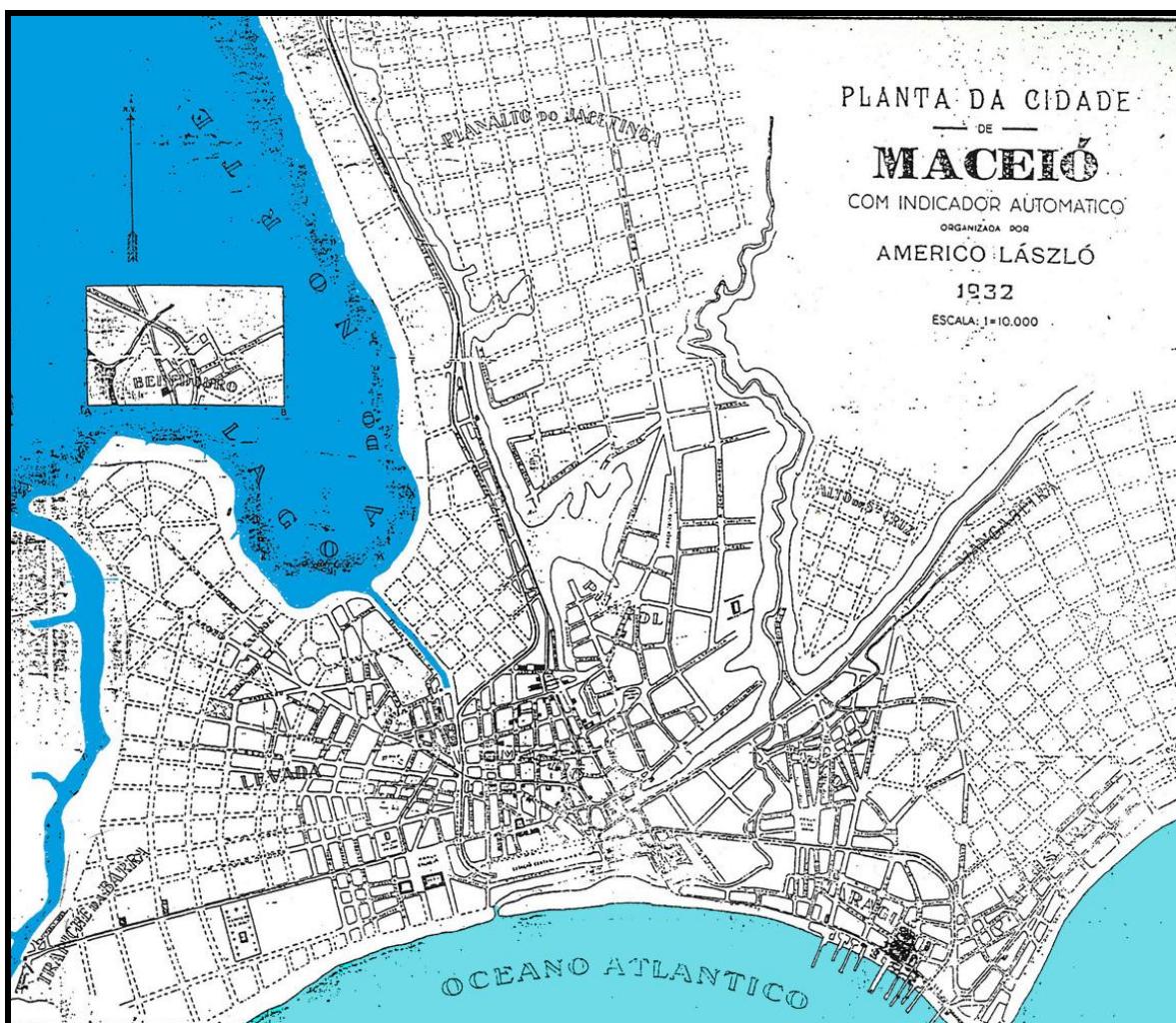


Imagen 19 – Planta da Cidade de Maceió, desenhada por Américo Laszló, 1932.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Por outro lado, se analisarmos somente o trecho abrangendo o canal da Levada, conforme o detalhe mostrado na imagem 20, perceberemos que este se apresenta sem modificações em relação à planta de 1927, no que diz respeito a novos aterros, notando-se, entretanto, a consolidação do povoamento de suas margens, embora no lado esquerdo predomine a representação tracejada, em consonância com o que foi mencionado na página anterior.

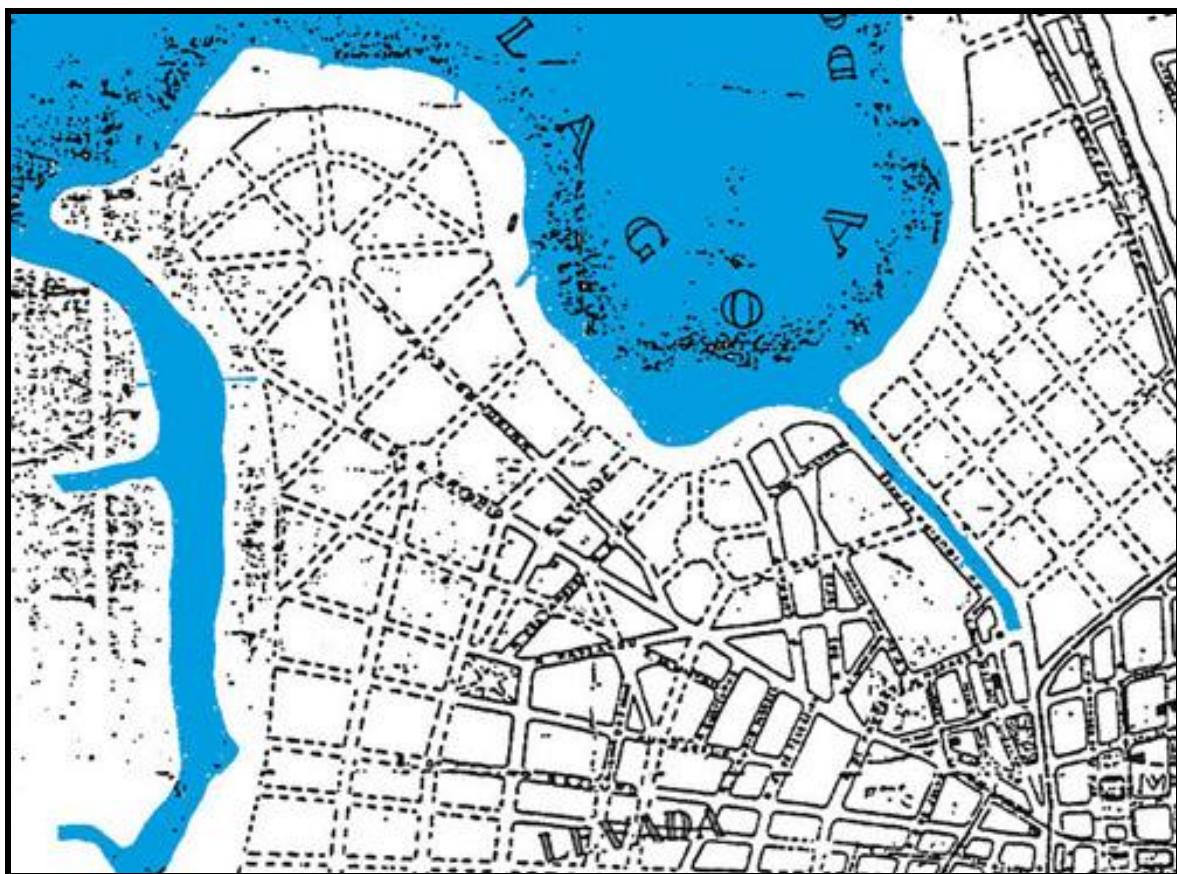


Imagen 20 – Detalhe da planta de 1932 mostrando o trecho abrangendo o canal da Levada.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Porém, o fato realmente considerável no tocante a essa planta fica por conta das nomenclaturas dos bairros, pois pela primeira vez a Levada aparece nominalmente disposta numa base cartográfica, abrangendo a grande extensão às margens da lagoa, cujos termos são dados de forma imprecisa pelo Trapiche da Barra e pela porção central, ainda assinalada como Maceió. Essa representação é determinante na conformação do desenho do lugar-Levada, designativo de toda a região alagadiça da orla lagunar na porção oeste da cidade. Tal arranjo se perpetuará por toda a década de 1930, pois ainda em 1939 encontramos a seguinte fala de Manuel Diegues Júnior:

Os bairros e arrabaldes agitam-se na renovação. São os mesmos, aliás, dos tempos imperiais: Jaraguá, Poço, Farol, Trapiche da Barra, **Levada**, Bebedouro (DIEGUES JUNIOR, p. 201, In COSTA, 1981. Grifo meu).

Embora questionável no que diz respeito a alguns dos núcleos citados, a afirmação do autor aponta que a Levada permanecia, então, como uma única espacialidade. Mais adiante, Diegues Júnior se pronunciará novamente acerca dos lugares identificados na cidade:

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Dois bairros principais – o centro urbano, chamado geralmente Maceió, e Jaraguá – constituem o eixo do comércio; os arrabaldes – Pajussara, Bebedouro, Trapiche da Barra, Levada, Farol – são zonas residenciais. (DIEGUES JUNIOR, p. 214, In COSTA, 1981).

Ainda que em sua fala o autor aponte para a Levada uma composição de arrabalde meramente residencial, é provável que ele estivesse se referindo às ocupações mais distanciadas na direção da margem lagunar. Nesse sentido, mais uma vez a espacialização evidenciada pela planta de Laszló de 1932 se mostra bastante reveladora quanto ao caráter de centralidade adquirido pela Levada no âmbito do urbano de Maceió nesse período.

As décadas de 1920 e 1930 representariam um momento de grande efervescência na vida cultural da cidade, tendo na Levada um dos palcos dessa agitação. O crescimento alcançado pelo bairro e os diversos beneficiamentos recebidos à custa do aterro dos inúmeros pântanos e de parte do canal permitiriam a instalação de linhas de bonde e de equipamentos como praças, igreja, mercado público e mesmo um cinema, além do primeiro restaurante de Maceió. Tais melhorias se traduziriam no incremento da vida social do lugar, que passaria a ser, então, freqüentado pelas ditas “boas famílias” da sociedade alagoana, como veremos no terceiro capítulo.

A presença de manifestações populares, como a feira mais importante da capital e os festejos durante os eventos religiosos ou o carnaval, conferiam à Levada um teor pitoresco evidenciado em diversas obras da época. Além disso, nas primeiras décadas do século XX, o bairro passaria a abrigar um porto de hidroaviões, o primeiro de Maceió, com poucos efetuados na lagoa Mundaú. Assim, não deve causar estranhamento a assertiva de Manuel Diegues Júnior, em 1939, na qual o autor aborda o potencial turístico da região, pondo em evidência, ainda uma vez mais, a importância das águas na configuração de um caráter relativo ao lugar:

De mais interesse, sob o ponto-de-vista turístico, pelo menos, são a **Levada** e o Trapiche da Barra. Não porque haja no primeiro o Mercado Público, um grupo escolar, o Cinema Ideal, a Feira de Passarinho (...) Mas sim pela influência das águas da lagoa” (DIEGUES JUNIOR, p. 216. In COSTA, 1981. Grifo meu)

A esse interesse turístico o autor associaria o interesse comercial, contrariando sua assertiva anterior quanto ao caráter meramente residencial do lugar. A movimentação em hidroporto, portos e canal continuaria intensa ao longo das décadas de 1940 e 1950, com a chegada de aviões americanos a partir da Segunda Guerra Mundial. É assim que, em 1952 nos deparamos com a seguinte citação no guia “Maceió no Bolso – Indicador da Cidade de Maceió”:

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

A Levada é um dos tradicionais bairros da cidade. Movimentado de negócios, e servido pelo canal afluente das lagoas do Norte, Mundaú e Manguaba, tendo o seu valioso porto de intenso comércio. É uma grande fonte de renda para o Município (...) O canal vai até o Mercado Público, possui tráfego regular de canoas. (VIEIRA; BARBOSA, 1952, p. 83).

Com o tempo e graças à procura reforçada durante décadas, a margem lagunar veria sua ocupação expandida na direção do já mencionado Canal do Trapiche, facilitada pela consolidação de uma grande avenida, denominada Santo Antônio. A cidade cresceria, na década de 1940, concentrada nos bairros do Poço, Levada, Bebedouro e Farol, mas já a partir dos anos 1950 e durante as duas décadas seguintes, graças à migração impulsionada por uma grande seca ocorrida no interior do estado, seriam consolidados os bairros da porção ocidental das planícies marítima e lagunar de Maceió, novamente buscados como opção de moradia por uma população de baixa renda. Esse incremento populacional resultaria em uma área de grande adensamento, como mostrado na imagem 21.



Imagen 21 – Vista aérea mostrando a enseada da Levada na década de 1970. Podemos ver, na metade direita da foto, como a margem ocidental da lagoa já se mostra inteiramente ocupada.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

É nesse contexto que surgem, na década de 1950, os primeiros parcelamentos urbanos aprovados na prefeitura para a Levada. O primeiro deles, denominado Epomina Gato Falcão, seria locado beirando o lado direito do canal da Levada, talvez aterrando parte das áreas alagadiças do antigo brejo da Água Negra. Em 1959, outro loteamento, denominado Brasília, seria estabelecido margeando pequeno trecho no lado esquerdo do canal. A localização dos diversos empreendimentos, surgidos no bairro entre as décadas de 1950 e 1970, pode ser observada na imagem que se segue.

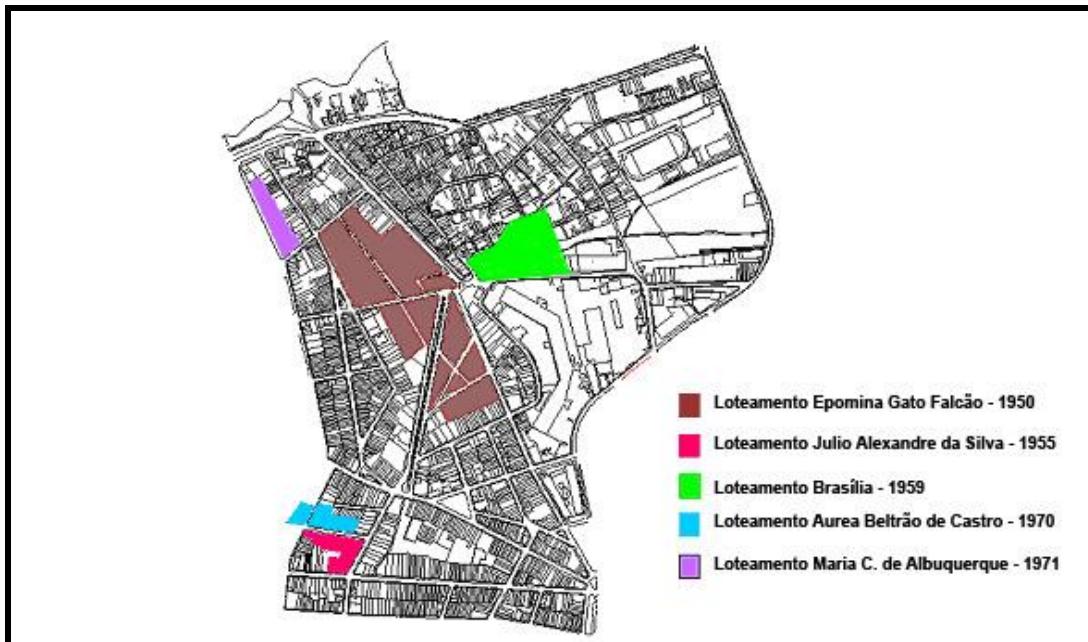


Imagen 22 – Loteamentos estabelecidos na Levada entre as décadas de 1950 e 1970.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008).

De acordo com Araújo, Albuquerque e Macedo (1983), é também por volta dessa época, englobando o período que vai do fim da década de 1940 ao início da década de 1970, que se estabelece a favela que se tornará conhecida como Vila Brejal, passando a ocupar a margem esquerda do canal da Levada, no encontro com a lagoa. A imagem 23 apresenta de modo esquemático a área que seria ocupada pelo novo assentamento, tomando como base a planta de Maceió de 1960.



Imagen 23 – Área ocupada pela Vila Brejal.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Até então, segundo depoimentos de moradores da favela, coletados por Araújo, Albuquerque e Macedo (1983), essa era uma área coberta por vegetação nativa, com caminhos abertos por pescadores e marisqueiros em meio ao mangue. Inúmeras obras de urbanização do local seriam pretendidas pelo governo do estado, visando estabelecer uma estrada ligando a Levada ao bairro do Bom Parto, local da antiga fábrica Alexandria, porém o solo turfose se constituiria novamente como obstáculo e o projeto seria abandonado. Após alguns anos, essas faixas semi-aterradas ganhariam uma ocupação dispersa, formada por barracos e casas de taipa, cobertas com capim do brejo, que serviriam de abrigo para alguns moradores.

De acordo com a arquiteta Bárbara Nascimento (2008), o ponto de partida para a constituição da Vila Brejal na década de 1940 se dá quando um político local, o Major Luiz Cavalcante, manda alojar doze famílias num trecho da área que dará origem a futura favela. A partir daí, a localização do lugar se estabeleceria como um fator determinante, pois sua proximidade com o Centro se tornaria um grande atrativo para os imigrantes recém-chegados à capital, assim como a existência da lagoa e seus recursos em abundância. Aos poucos, novos aterros seriam efetuados pela população sobre o mangue, conquistando mais solo urbano aos trechos alagadiços. Estruturas como palafitas também seriam erguidas sobre a lagoa, com pontes de madeira interligando as habitações.

A partir da década de 1970, graças a uma grave crise econômica que se abate sobre o estado, inúmeras famílias migram do interior para a capital, em busca de melhores condições de vida. Essas pessoas passariam a ocupar, em grande parte, os terrenos ainda vazios existentes na beira da lagoa, situados mais a oeste, ficando sujeitas a toda sorte de intempéries. É nesse contexto que a orla lagunar será alvo, novamente, de grandes intervenções por parte do poder público, dessa vez numa escala muito mais abrangente.

A primeira dessas ações é iniciada no ano de 1978, na gestão do prefeito Dilton Simões. Segundo Branco (2006), seriam efetuados grandes aterros, de modo a incorporar diversas ilhas lacustres e o canal João Ramos, modificando o contorno geográfico da orla lagunar. Na imagem 24, vemos uma fotomontagem executada pela autora, em que aparecem as ilhas incorporadas pela cidade, assim como o grande canal que as separava do continente. A imagem 25, por sua vez, mostra o novo traçado obtido após o aterramento.

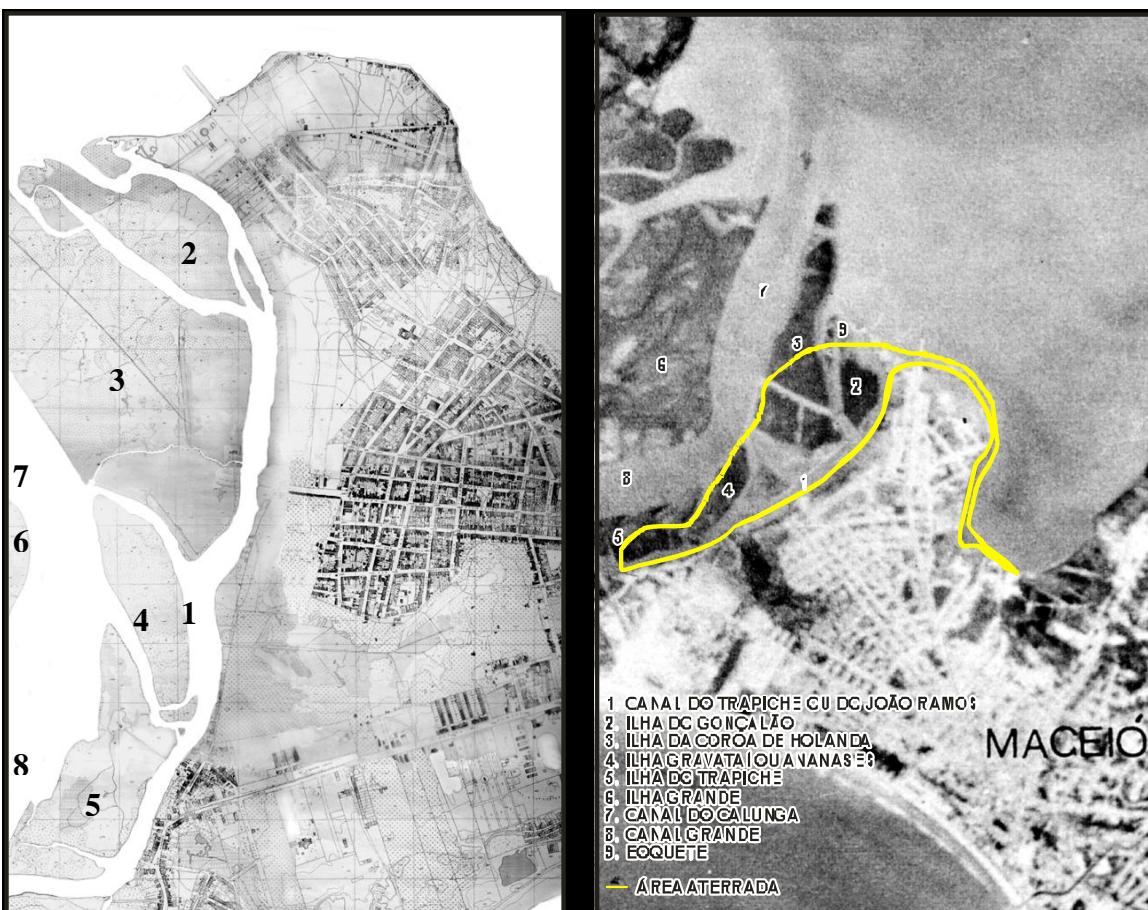


Imagen 24 – Fotomontagem mostrando as ilhas lacustres posteriormente anexadas ao solo urbano de Maceió, bem como o canal aterrado. Imagem 25 – Foto aérea de 1965, com destaque em amarelo mostrando a nova configuração que seria alcançada após os aterros. Em ambas as fotos: 1 – Canal do Trapiche ou do João Ramos; 2 – Ilha do Gonçalão; 3 – Ilha da Coroa de Holanda; 4 – Ilha Gravatá ou Ananases; 5 – Ilha do Trapiche; 6 – Ilha Grande; 7 – Canal do Calunga; 8 – Canal Grande; 9 – Boquete.

Fonte: Branco (2006).

O projeto visava atender aos requisitos para a implantação da Indústria Química Salgema na restinga da praia do Sobral, o que demandava sua ligação com as jazidas de extração, situadas um pouco mais ao norte da cidade, prevendo-se a construção de um duto subterrâneo. A instituição do complexo, aprovada pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) ainda em 1967, seria efetivada apenas em 1979, no âmbito da política desenvolvimentista do governo federal – pretendia-se o abastecimento da demanda interna do país no tocante aos produtos químicos clorados.

Ao mesmo tempo, no contexto local, o projeto objetivava resguardar as áreas já ocupadas pela população, às margens da lagoa, contra as freqüentes cheias, promovendo

maior quantidade de área livre inundável através dos aterros. Com essa intervenção, também seria efetivada uma nova ligação entre a parte baixa e a parte alta da cidade<sup>44</sup>.

Para constituir o novo solo urbano, utilizou-se areia retirada do fundo da própria lagoa, constituindo buracos de grande profundidade. Previa-se, para a ocupação desse novo perímetro, a instituição de um plano integrado, cujo zoneamento contemplava a construção de conjuntos habitacionais do tipo COHAB, mas estes não chegaram a ser realizados.

Apenas a partir de 1983, com o Projeto de Urbanização do Dique-Estrada, proposto pela gestão do então prefeito Fernando Collor, os conjuntos seriam construídos, após a edificação de um dique cujo objetivo era conter as inundações, possibilitando a implantação de uma nova via circundando toda a área, como visto na imagem 26, por meio da execução de aterros complementares e obras de dragagem de canais e da lagoa. O trecho contemplado, segundo Branco (2006), abrangia desde o porto de hidroaviões até o canal da Levada.



Imagen 26 – Obras de aterro para a criação do Dique-Estrada, entre 1979-1980.

Fonte: Superintendência Regional do IPHAN em Alagoas.

<sup>44</sup> Conforme explicado anteriormente, o sítio físico de Maceió inclui uma área central, na forma de um pequeno patamar ou terraço pouco elevado, cercado por terras baixas das planícies lagunar e costeira e, em outro extremo, limitado por encostas, onde se inicia um extenso planalto. É essa diferença brusca de nível que dá nome à parte baixa e à parte alta da cidade. Ao contrário de outros lugares como Salvador, não se costuma utilizar a denominação cidade baixa e cidade alta, pois durante muito tempo, a ocupação urbana ficaria restrita às áreas baixas e ao centro, com incursões nas fraldas do monte, expandindo-se de fato para a parte alta da cidade somente no período posterior à Segunda Guerra Mundial, notadamente a partir da década de 1950.

Ainda de acordo com Branco (2006), os anos de 1988 e 1989 ficariam marcados na história das Alagoas devido à situação de calamidade pública ocasionada pelas enchentes ao longo da bacia do rio Mundaú<sup>45</sup>. O governo do estado, na gestão do ex-prefeito Fernando Collor, dá início, então, a um projeto emergencial de construção de novos conjuntos habitacionais, executados em regime de mutirão em apenas seis semanas. O projeto oferecia a oportunidade de remoção das ocupações na beira da lagoa, constituindo uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida da população (BRANCO, 2006). Entretanto, seriam edificadas unidades habitacionais sem nenhum tipo de esgotamento sanitário, o que concorreria enormemente para a poluição da lagoa.

Ao término de todas as intervenções efetuadas ao longo de 10 anos, as áreas aterradas somavam um total de aproximadamente 200 ha. Durante as décadas seguintes, novas invasões viriam a ocorrer em trechos ainda vazios dos terrenos incorporados como solo urbano. Somando-se a este fato, tem-se que graças aos aterros efetuados, novas áreas livres foram geradas nas margens da lagoa, que seriam também ocupadas por inúmeras favelas com o passar do tempo, conjunto hoje conhecido como as “favelas do Dique-Estrada”. Esse processo também levaria à incorporação formal, junto aos limites da cidade, da antiga Vila Brejal. A via executada, no entanto, terminaria por seccionar a área da favela, mantendo parte no continente e deixando a outra parte “à margem”.

Alterados ao longo do tempo, os limites do bairro da Levada só alcançariam sua conformação atual a partir de 2000, fruto do novo abairramento proposto pela Prefeitura Municipal de Maceió, que já a partir de 1998 sugere modificações para os limites com os bairros do Vergel do Lago, da Ponta Grossa e do Prado. Na planta da cidade de 1975, esses bairros já aparecem com seus contornos bem definidos, como pode ser visto na imagem 27. O perímetro da Levada, então, apresentava-se maior na direção oeste, mas já não englobava mais toda a orla lagunar.

---

<sup>45</sup> Semelhante ao evento ocorrido em junho de 2010, que envolveu as bacias dos rios Mundaú e Paraíba, entre outros, que abastecem as lagoas Mundaú e Manguaba. Há evidências de que essas são cheias sazonais, que aconteceriam num intervalo determinado de anos.

Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

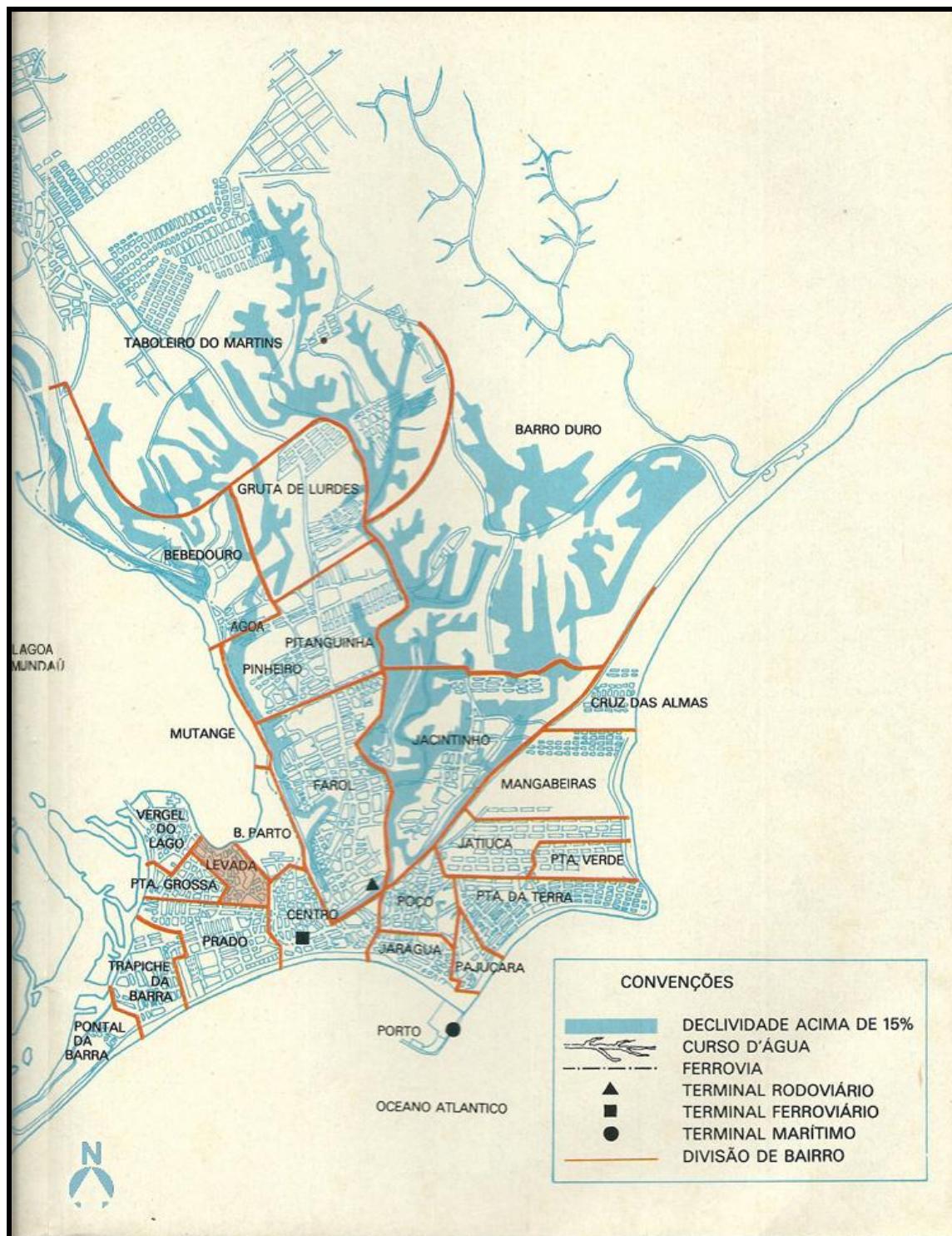


Imagen 27 – Planta de Maceió em 1975, com destaque para os limites do bairro da Levada na época.  
Fonte: Adaptado de PREFEITURA DE MACEIÓ (1975).

Com as intervenções efetuadas a partir de 1978, seria acrescentada aos limites do bairro a quadra que abrigava as instalações do novo mercado e da Central de Abastecimento Alimentício de Alagoas (CEASA/AL), aterrada para a construção de tais equipamentos neste mesmo ano. O aterro incluiria ainda mais um pequeno trecho do antigo canal.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Ao mesmo tempo, presume-se que nesta mesma intervenção tenha sido efetivada a drenagem e a canalização do antigo brejo da Água Negra, área alagada situada nas proximidades do canal da Levada, aos poucos aterrada em função da expansão urbana na região. De qualquer maneira, restaria apenas um pequeno córrego que, “agregado” como um novo trecho do primitivo canal, passaria a receber sua mesma designação, ainda que não possuísse nenhuma relação com aquele curso d’água original.

A imagem 28 dá uma idéia do que foi toda essa operação, mostrando os novos contornos adquiridos pelo bairro a partir de 1981, representados em planta e através de foto panorâmica da década de 1970, demarcando ainda o trecho remanescente e o novo trajeto incorporado do canal da Levada.

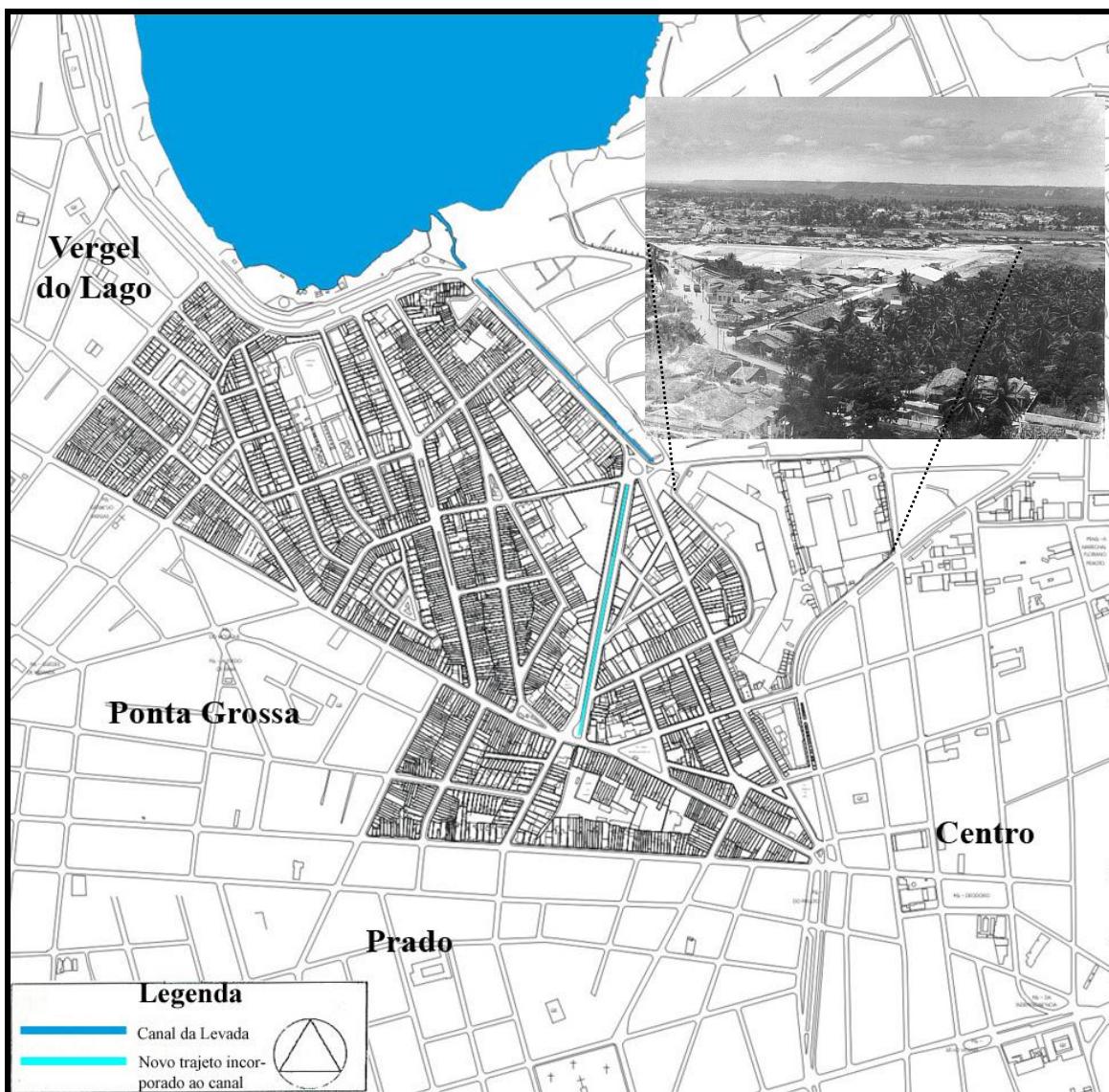


Imagen 28 – Limites do bairro da Levada em 1981, com destaque para a quadra aterrada quando da construção do novo mercado e da CEASA/AL. Diferenciados por cor, o trecho remanescente e o trecho posteriormente incorporado do canal da Levada.

Fonte: Acervo pessoal, a partir de MAPLAN, 1998 e de foto do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

É interessante notar que o limite da Levada com o bairro do Bom Parto, nas décadas de 1970 e 1980, continua sendo representado, em parte, pelo trecho remanescente do antigo canal. Essa configuração se manteria ainda no novo arranjo definido em 1998, o mesmo valendo para a inclusão da quadra do mercado. Como podemos perceber pela imagem 29, é na porção oeste, na divisa com os bairros do Vergel do Lago e da Ponta Grossa, que haverá uma mudança significativa e uma nova perda de território.

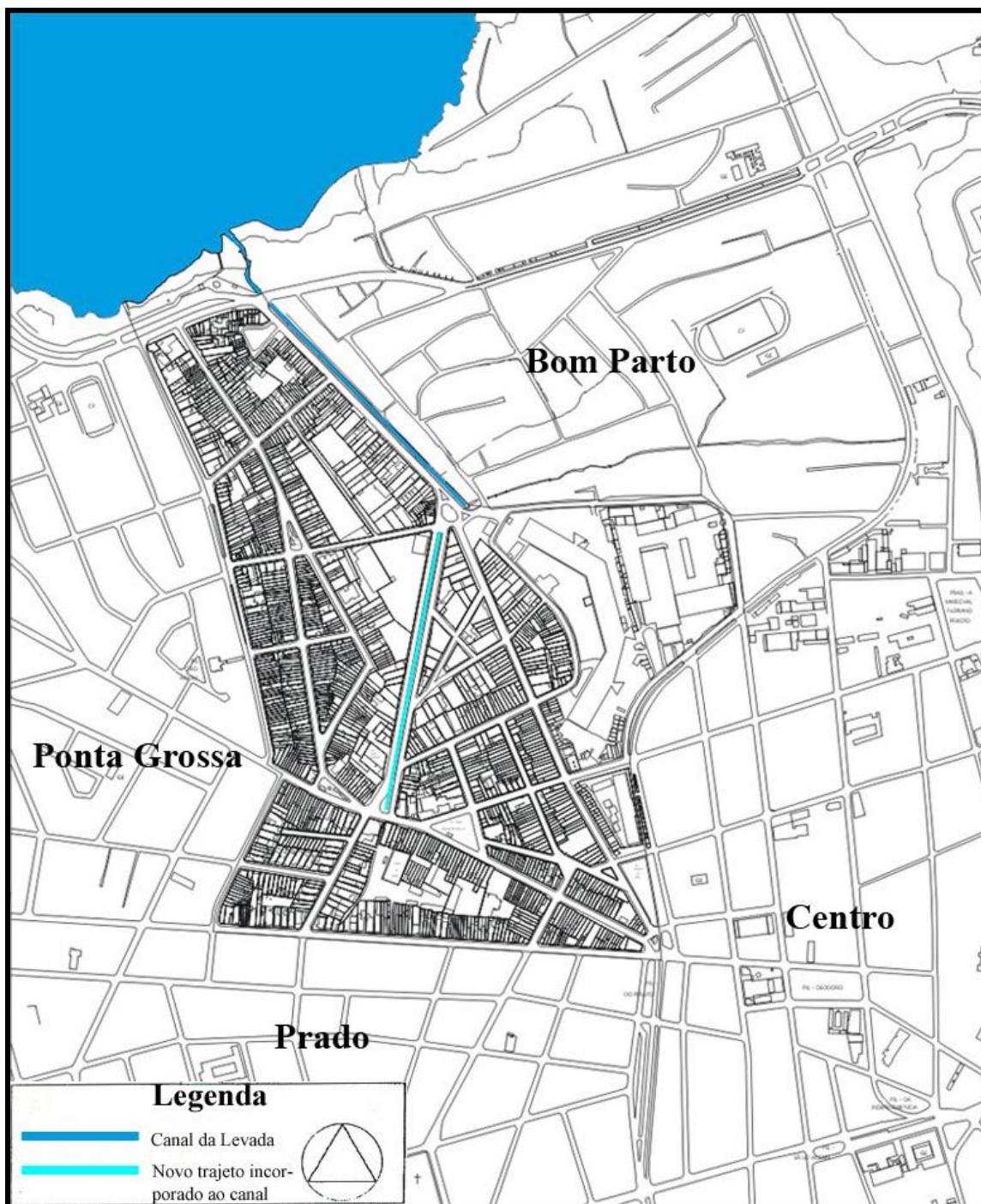


Imagen 29 – Limites do bairro da Levada na proposta de abairramento de 1998. Diferenciados por cor, o trecho remanescente e o trecho posteriormente incorporado do canal da Levada.

Fonte: Acervo pessoal, a partir de MAPLAN, 1998.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

As linhas divisórias da Levada seriam praticamente mantidas na redefinição ocorrida em 2000, nos lados oeste e sul e, em parte, no lado leste. Porém, é nesta face que ocorre a alteração mais significativa, sendo incorporado ao perímetro do bairro o território da antiga favela da Vila Brejal, antes pertencente ao bairro do Bom Parto. Dessa forma, o antigo canal deixa de compor o limite da Levada. O novo desenho surgido a partir dessas modificações, mostrado na imagem 30, permanece como a Levada de hoje.

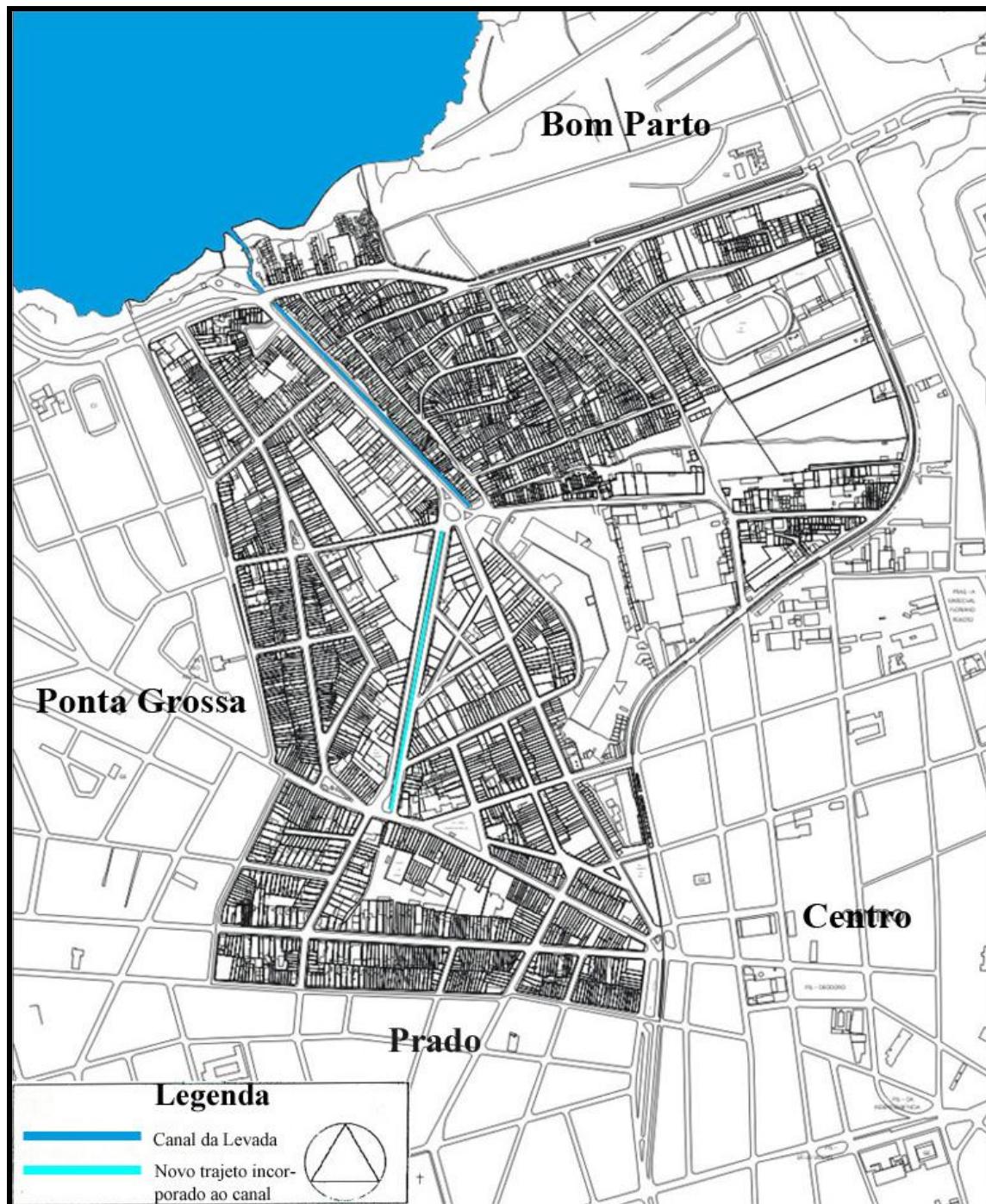


Imagen 30 – Planta de Maceió em 2008 mostrando os limites atuais do bairro da Levada. Diferenciados por cor, o trecho remanescente e o trecho posteriormente incorporado do canal da Levada.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

## **Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió**

Em meio a tantas mudanças, configurando hoje esse elemento representativo da trajetória do bairro, mostram-se o antigo e o novo trecho do canal da Levada associados a diferentes realidades. Se por um lado, cercado pelo contexto da favela, temos o fragmento remanescente servindo de reforço a um cotidiano de esgoto a céu aberto e lixo acumulado, simbolizando a precariedade da falta de infraestrutura da Vila Brejal, do outro lado temos o fragmento incorporado curiosamente instituído na forma de um novo limite imaginário, identificador de uma Levada vista como comércio, burburinho e confusão.

É assim que, reinventando suas fronteiras, a Levada segue entre novos e antigos caminhos. Junto com as pessoas e o tempo, que passam.

## **Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió**

*...os caminhos ...*

## **2. A Levada dos Caminhos**

*O homem encontra na água seu primeiro caminho. Chegar, sair, transportar – o ir e vir das gentes no prosseguir da vida faz do lugar um cruzamento de estação e passagem. Das águas, lagoas, levadas, o percorrer dos passos penetra a terra, faz território. E o caminho continua. Há trilha por onde se trilha. E trilho.*

É graças ao seu potencial de navegabilidade que a região das lagoas começa a ser povoada pelo homem português, passando a integrar a realidade da colônia. Em seu projeto de mundo, esse homem enxerga no complexo lagunar a possibilidade de articulação entre os lugares de fixação – engenhos, vilarejos, povoados – e sua comunicação pelo mar.

Sob essa ótica, a existência do Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba vai garantir um sítio resguardado para a fundação dos primeiros centros urbanos, que serão erguidos longe da costa, ao abrigo de ataques externos, porém numa posição vantajosa, uma vez que as lagoas garantem a conexão com o mundo, servindo de passagem ao homem, em suas idas e vindas.

São as lagoas, portanto, que permitem ao homem chegar, configurando-se como os primeiros caminhos da região. Dessa maneira, as vilas que surgem no início do século XVII serão fundadas em posições estratégicas: Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, beirando a lagoa Manguaba e Santa Luzia de Siracusa, beirando a lagoa Mundaú, ambas afastadas quase a mesma distância do litoral, como mostrado na imagem 31. Por outro lado, pode-se apontar a criação tardia de Maceió, no início do século XVIII, como relacionada ao processo de expansão do povoamento do território lagunar, em busca desse contato com o externo, o que lhe confere uma localização na borda do mar, como visto na mesma imagem.



Imagen 31 – Localização esquemática das cidades de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, Santa Luzia de Siracusa e Maceió.

Fonte: Acervo pessoal.

Como sabemos, a necessidade de estar em contato constitui um aspecto essencial da idéia de lugar – caracterizados como encontro entre os mundos, os lugares não existem isolados, mas se definem perante outros lugares. Dessa forma, autores como Ana Fani (1996) e Marc Augé (2008) apontam que é na relação entre o local e o global que o lugar se constitui – exterior e interior como vetores que se cruzam num determinado ponto.

Nesse sentido, Maceió se constituirá a partir dos caminhos originados na lagoa, que possibilitam, num primeiro momento, a fundação de um engenho e seu povoado. Tais percursos, interligados a outros lugares, estabeleceriam diversos ancoradouros na margem lagunar da futura cidade. Atrelada a um destes portos, seria firmada a principal rota, instituída em função do açúcar, tendo por destino a enseada de Jaraguá, conforme mencionado no capítulo anterior.

A chamada “rota do açúcar” alcançava Maceió a partir da entrada do canal que ficaria conhecido como “Canal de João Ramos” ou “Canal do Trapiche”, passagem entre as ilhas lagunares e o continente, como se pode observar na imagem 32. O pequeno porto estabelecido para a ancoragem das embarcações daria origem ao povoado do Trapiche da

Barra, de onde seguiria o percurso terrestre que acabaria por configurar a principal estrada de acesso à vila – o chamado “Caminho da Vila”<sup>46</sup>.

Há relatos de que essa via teria sido implantada num trecho elevado da restinga, fator que contribui para que o traçado, constituído a partir das idas e vindas, se estabeleça como uma espécie de “cercamento” da porção ocidental da planície lagunar, como pode ser visto na imagem abaixo, que apresenta o desenho esquemático da rota terrestre. Podemos supor que, dessa maneira, teria início um processo de diferenciação, em que a área a se configurar como Levada começaria a esboçar os seus contornos.

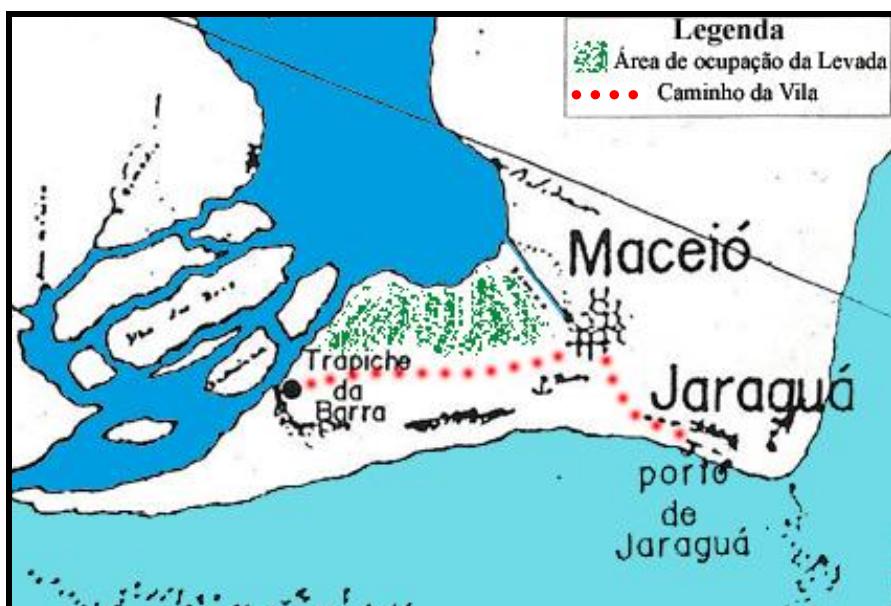


Imagem 32 – Desenho esquemático da rota terrestre que constituía o Caminho da Vila, com ponto de partida no canal do Trapiche, evidenciando a porção da planície lagunar que seria designada como Levada.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

No entanto, conforme já mencionado, haveria outros percursos – rotas de menor visibilidade, que ajudariam a firmar o povoamento das margens da lagoa, dando origem a outros portos e estabelecendo outros caminhos. Os registros acerca desses ancoradouros apontam para uma ocupação inicial a partir da porção norte da orla lagunar de Maceió, com pelo menos dois importantes entrepostos para escoamento de mercadorias: Bebedouro, às margens do Riacho do Silva<sup>47</sup>, e Fernão Velho, beirando um riacho de mesmo nome<sup>48</sup>, ajudando a estruturar uma importante rede de circulação, que integraria outras localidades, dentro e fora das terras maceioenses.

<sup>46</sup> Atual Avenida Siqueira Campos.

<sup>47</sup> O primeiro riacho que teve suas águas canalizadas para o abastecimento de Maceió no século XIX.

<sup>48</sup> No Almanak do Estado das Alagoas para 1891 é feita referência ao riacho Fernão Velho, que estaria situado na divisa de Maceió com Santa Luzia do Norte. O porto aparece mencionado no romance “Calunga”,

Assim, já em 1782, conforme atestado pela caderneta de Desobriga do vigário Manoel José Cabral, da Freguesia de Santa Luzia do Norte, nos deparamos com a existência dos povoados do Mutange, Bebedouro e Carrapato, situados ao longo da estrada que segue margeando a lagoa, ligação entre Maceió e o interior da província, mais conhecida como “caminho de Bebedouro” (imagem 33).

Do mesmo modo, em 1819, outra edição dessa caderneta aponta a existência das localidades do Mutange, Bebedor, Freichal, Goiabeira, Bom Jardim, Fernão Velho e Carrapato, praticamente todas situadas na orla lagunar, sempre seguindo a mesma estrada, cujo desenho aproximado pode ser visto na imagem mostrada abaixo.

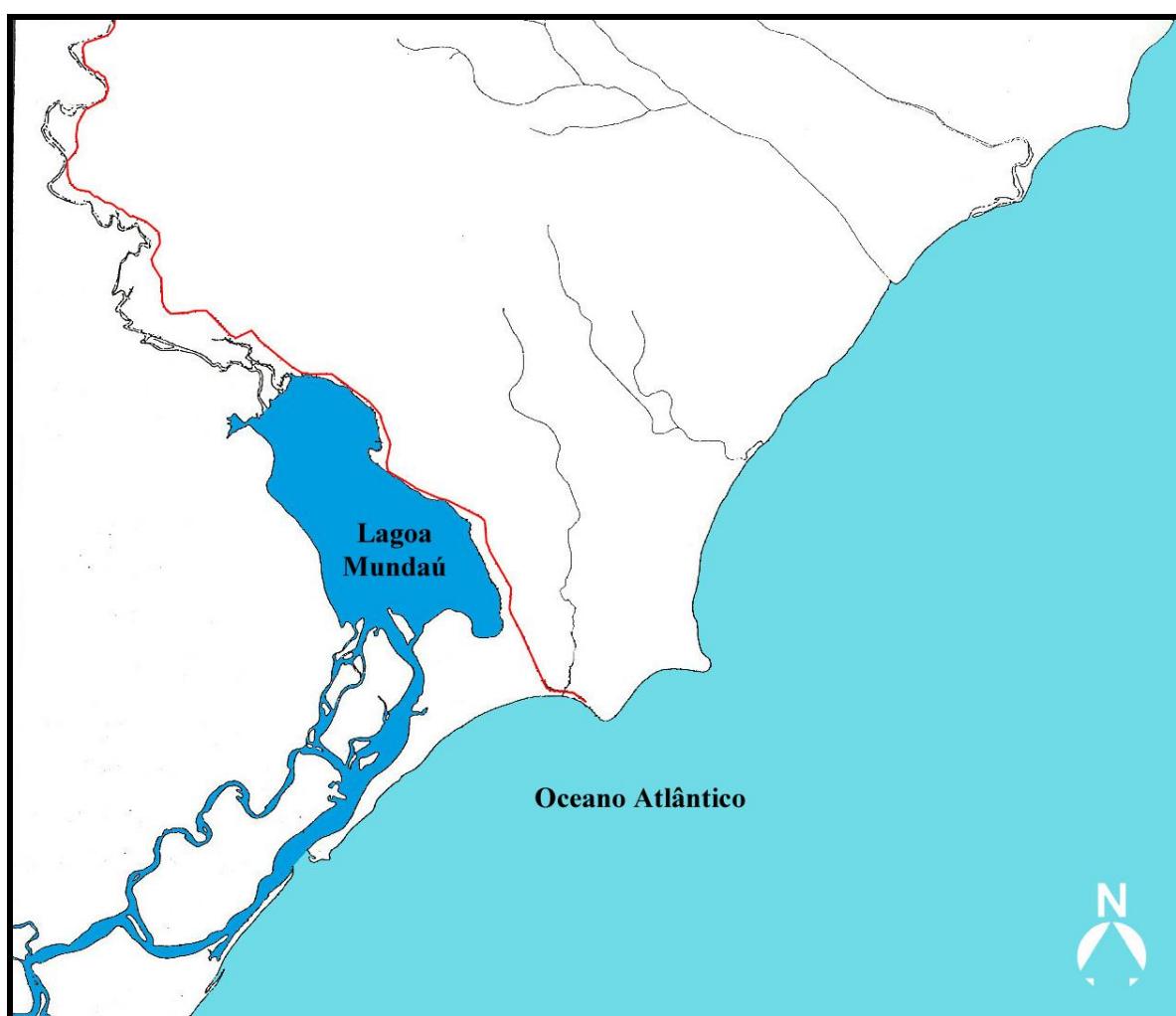


Imagen 33 – Traçado esquemático do caminho de Bebedouro, seguindo em direção a Jaraguá.  
Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

---

do escritor alagoano Jorge de Lima, datado do início do século XX. Outra referência quanto a um curso d’água existente no lugar diz respeito ao Canal Barão de Jaraguá, que faria parte da reserva da fábrica Carmem, importante indústria têxtil criada em 1857 por José Antônio Mendonça, o Barão de Jaraguá, vindo a configurar o distrito industrial de Fernão Velho, um dos três que existiram na capital.

Embora não se possa precisar o surgimento do porto situado às margens do canal da Levada, sabe-se que sua utilização também está relacionada aos percursos lagunares, a partir do tráfego de embarcações em direção à vila, oriundo, por exemplo, de Santa Luzia do Norte. De fato, como vimos, é a constatação da naveabilidade deste curso d'água, ou seja, de sua eficácia enquanto caminho, que lhe garante as primeiras atenções, nos anos de 1820.

Porém, ao contrário dos outros povoados que nascem beirando a lagoa, a Levada surgirá como parte do urbano de Maceió, graças à localização do canal na vizinhança do núcleo central. Caracterizado como a borda dessa centralidade, o lugar-Levada se torna um elo entre o “dentro” e o “fora” desse urbano.

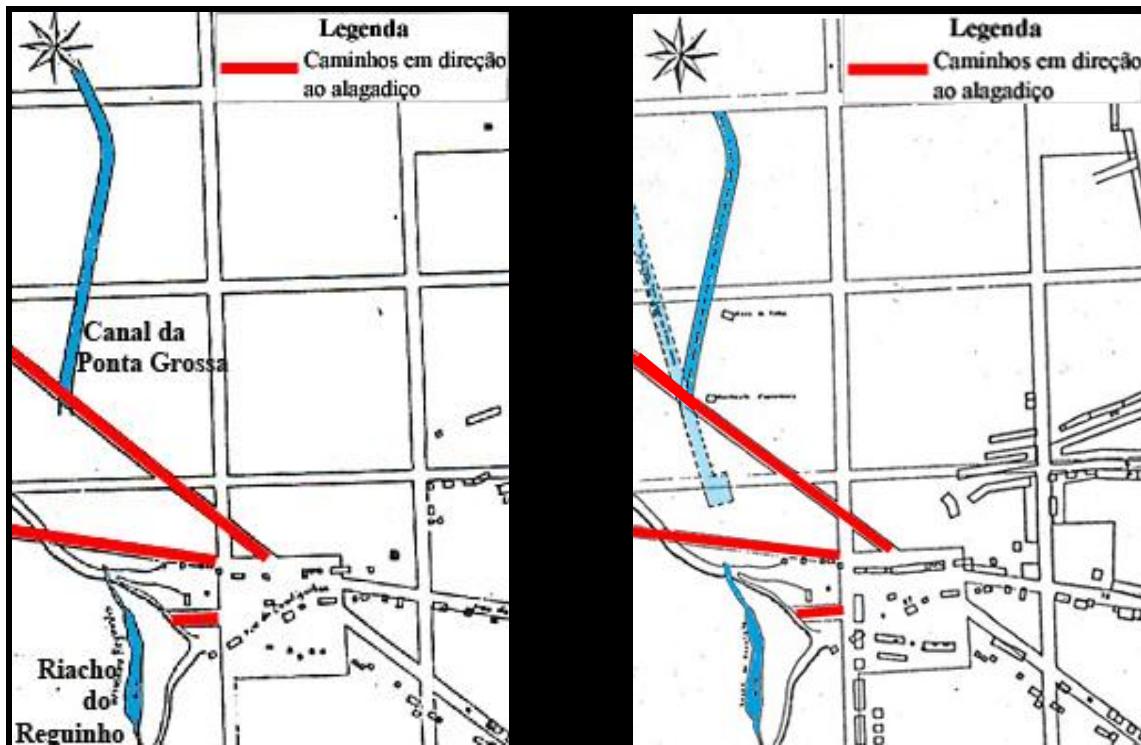
Carreando outros pólos, pela lagoa, através do canal, partindo da margem, instituem-se caminhos em busca de um centro; por outro lado, a expansão desse centro também firmará caminhos que constituirão o lugar. Assim, em função desse limiar, que é passagem, fluxo de pessoas e coisas, Maceió aos poucos se expande ao longo da planície lagunar na direção do Trapiche da Barra.

Podemos localizar os primeiros indícios desse movimento já na planta de Maceió de autoria de Carlos Mornay, datada de 1841, com fortes chances também no que diz respeito à planta da cidade elaborada por José da Silva Pinto em 1820<sup>49</sup>. Uma observação mais cuidadosa do desenho do largo da Cotinguba permite perceber a existência de vias deixando a praça numa direção que aponta para a margem da lagoa Mundaú, indo de encontro ao canal da Levada ou ao riacho do Reguinho, como mostrado nos detalhes das imagens 34 e 35.

Porém, é na planta de 1868 que encontramos evidências mais concretas a respeito de tais caminhos. No desenho, cujo detalhe é mostrado na imagem 36, é possível visualizar claramente uma estrada que começa a penetrar o alagadiço, como tentativa de ligar o núcleo central ao território além, partindo do largo da Cotinguba e constituindo-se de forma a desviar do canal da Levada – como vimos no capítulo anterior, graças à sua configuração pantanosa, o canal se tornaria um elemento difícil de transpor.

---

<sup>49</sup> Como mencionado na p. 49, a análise se baseia na proposta elaborada pela arquiteta Verônica Robalinho.



Imagens 34 e 35 – Detalhes do desenho proposto para a planta de Maceió em 1820 e da planta da cidade em 1841, respectivamente, mostrando os caminhos que saem do largo da Cotinguba, rumo ao canal da Levada e ao Riacho do Reguinho.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

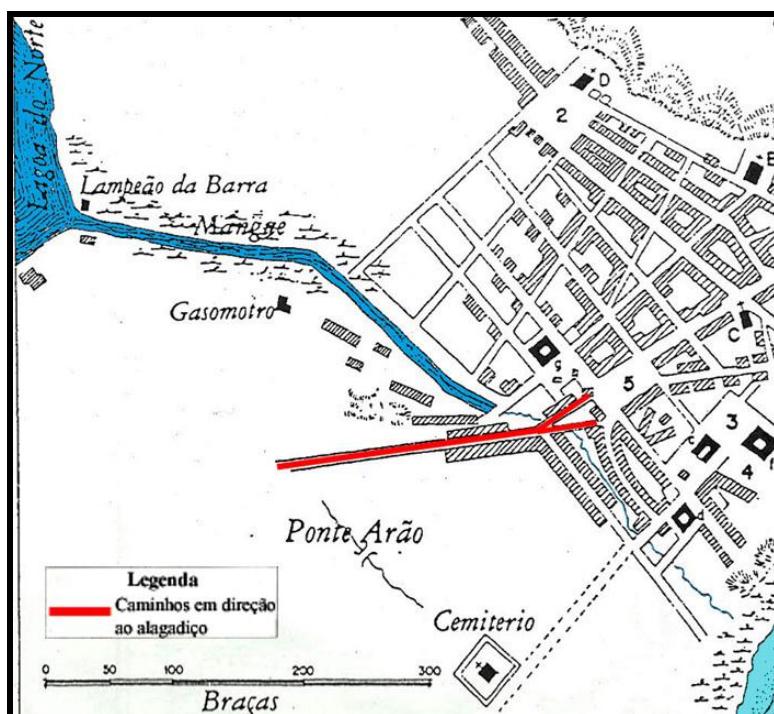


Imagen 36 – Detalhe da Planta da Cidade de Maceió em 1868, mostrando o caminho que desvia do canal da Levada, a partir do largo da Catinguba, marcado em número 5.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Com base na comparação entre as plantas, notaremos algumas diferenças quanto ao desenho do largo da Cotinguba e, em parte, no tocante ao traçado de certas vias e quadras. Ao mesmo tempo, podemos verificar que na planta de 1841 não é possível visualizar inteiramente o curso do canal – fatores que não invalidam os pontos de aproximação com a planta de 1868.

Efetivamente, a análise de ambos os desenhos mostra o primeiro trecho do caminho compondo a esquina com o largo da Cotinguba pelo lado esquerdo. De modo semelhante, embora a planta de 1868 não refcrcie o Riacho do Reguinho, como a de 1841, ela mantém no espaço a representação de um fio d’água interrompido em diversos trechos, o que parece indicar que a expansão da via teria aterrado parte do seu curso. De fato, faz bastante sentido imaginar que, ao se depararem com as dificuldades apresentadas pela travessia do canal, os transeuntes tenham buscado um ponto mais acessível para efetuar a passagem.

É dessa forma que nos deparamos com o progressivo estabelecimento de um caminho que, saído das cabeceiras do canal da Levada, buscará ultrapassar o brejo, aterrando-o, e seguirá avançando sobre o alagado da margem da lagoa. Ao longo das décadas seguintes, essa estrada se converteria, certamente, num dos principais eixos de povoamento da planície lagunar ocidental de Maceió. Assim, no Almanak da Provincia das Alagoas de 1877, são encontradas referências a diversas ruas estabelecidas sobre o mangue, como a rua da Água Negra, rua da Levada e rua do Manguinho, ao passo que no Almanak do estado das Alagoas para 1891 a Levada já surge como o terceiro bairro da capital, considerado bastante povoado, como vimos no capítulo anterior.

A partir de 1911, surgem informações esclarecedoras a respeito dos percursos firmados sobre o alagadiço. No relatório apresentado em agosto deste ano pelo funcionário municipal Braulio Tavares ao intendente de Maceió, Dr. Luiz de Mascarenhas, são descritos pelo menos dois caminhos que cruzam a Levada ligando-se à margem lagunar.

Um deles é a rua Formosa, já mencionada no Almanak de 1877 e agora intitulada rua Dr. Gabino Besouro, que é descrita como iniciando na linha férrea e terminando nos arredores da lagoa Mundaú. O outro aparece sob a designação de Estrada do Félix Bandeira, partindo da margem da lagoa, com acesso ao sítio do mesmo nome, também denominado à época como Vergel do Lago.

A existência desta propriedade é identificada por Verônica Robalinho (1998) como abarcando parte da língua de terra situada entre o Trapiche da Barra e a enseada da Levada, de modo a concorrer para a ocupação do lugar. Na imagem abaixo, são apresentados diversos destaques, elaborados a partir da planta contida no relatório de 1911, mostrando a localização aproximada do sítio do Vergel do Lago, bem como do brejo da Água Negra, junto com as principais vias que atravessam o alagadiço.

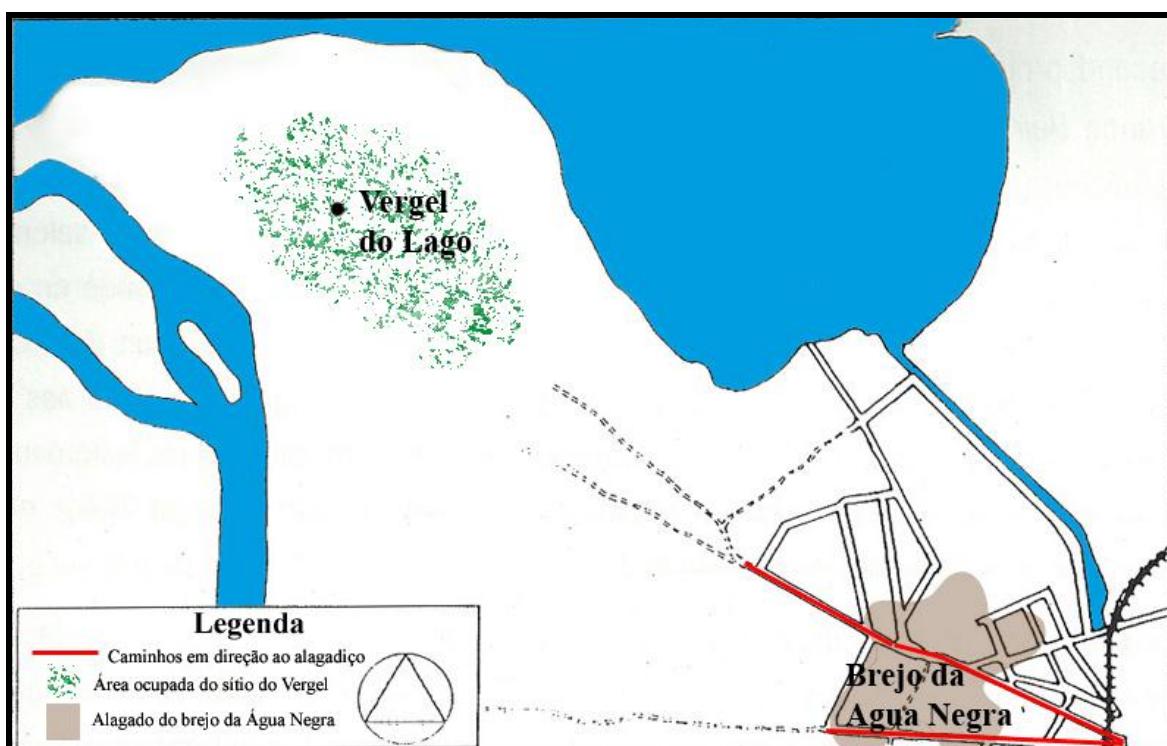
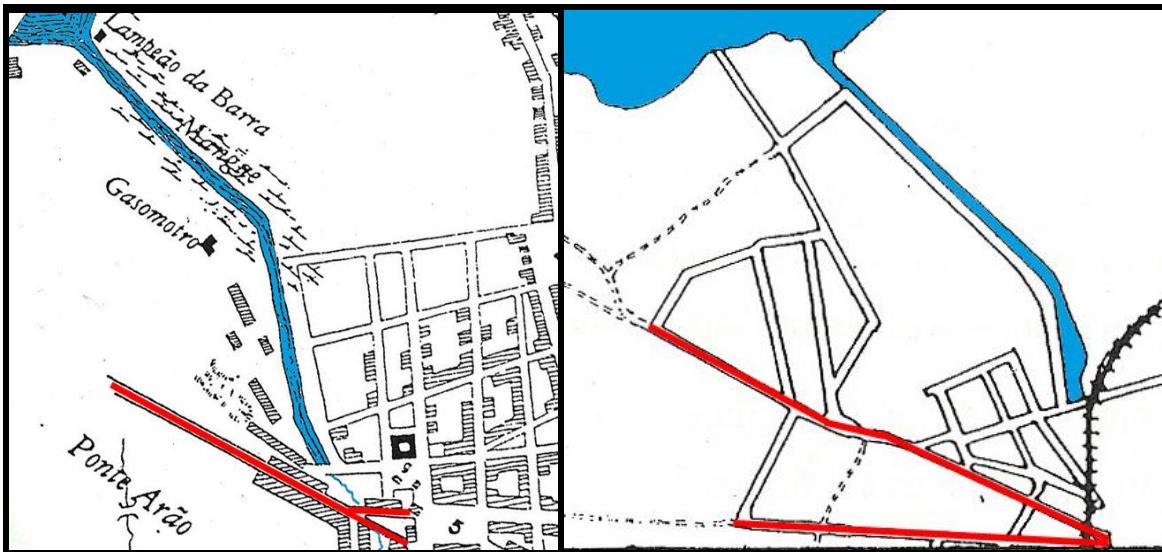


Imagen 37 – Detalhe da Planta de Maceió em 1911, integrante do relatório de Braulio Tavares, com destaque mostrando a localização esquemática do sítio do Vergel do Lago, bem como as novas vias e sua relação com as massas de água da lagoa Mundaú, do canal da Levada e do brejo da Água Negra.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Embora não seja possível identificar na planta o nome destas vias, percebe-se a existência de pelo menos dois caminhos algo consolidados, que iniciam na estrada de ferro e avançam em direção à lagoa, continuando a partir do que parecem ser trilhas abertas no mangue, instituídas como linhas tracejadas. O desenho de uma dessas estradas apresenta grandes semelhanças com a via apontada na planta de 1868, se tivermos como parâmetro a posição do canal da Levada, como pode ser percebido pela comparação entre as plantas, apresentada a seguir.



Imagens 38 e 39 – Detalhes das Plantas de Maceió em 1868 e 1911, respectivamente, mostrando a principal via que avança pela região da Levada.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Na medida em que se estabelece, essa via irá aterrinar parte do brejo da Água Negra, evidenciando a penetração do elemento humano que extrai seu território do alagadiço. A esse respeito, é significativa a menção feita pelo próprio relatório de 1911 a uma Estrada D'Água Negra, que serviria como outro acesso ao sítio do Vergel do Lago, tendo como início uma rua denominada Santo Antônio, com termo na chamada Ponte D'Água Negra.

É bastante provável que estas vias, notadamente as que se acham relacionadas ao sítio do Vergel, caracterizassem rotas de transporte de mercadorias, semelhantes àquela iniciada no porto do Trapiche da Barra, o que nos remete à possível existência de outros portos lacustres na região da Levada, em meio à orla lagunar. De fato, adensando a nossa rede, há referências a pelo menos mais um ancoradouro, designado como porto do Vergel do Lago, que aparece entre os cinco entrepostos estabelecidos na margem da lagoa Mundaú em Maceió<sup>50</sup>, citados pelo pesquisador alagoano Fernando Gomes (2009) em sua obra “Memórias das Alagoas”.

<sup>50</sup> Os outros quatro são aqueles já citados neste trabalho: o porto do Trapiche, o porto de Bebedouro, o porto de Fernão Velho e o porto da Levada. Porém, além destes exemplares, é preciso atentar para a existência de um porto no sítio que viria a constituir o bairro do Bom Parto, designado pelo historiador Félix Lima Júnior (1996) como “porto da cega”, estando situado por trás da antiga Fábrica Alexandria, com indicações relativas ao final do século XIX. Foto ilustrativa do lugar, datada do início do século XX, pode ser encontrada na supracitada obra de Fernando Gomes (2009). Por fim, há indícios ainda em relação a um porto situado no povoado conhecido como Carrapato, estabelecido às margens do riacho Carrapatinho, próximo à divisa de Maceió com o município de Satuba. Sobre este, encontramos referências à existência do vilarejo desde 1782, conforme mencionado anteriormente, embora não haja alusões ao porto. É essencial investigar de forma mais abrangente os ancoradouros firmados na orla lagunar de Maceió e sua relação com os povoados constituídos, muitos dos quais dariam origem a bairros da cidade, pois é possível que para cada lugar tenha havido um porto.

Apesar da falta de informações a respeito deste porto, os indícios circunstanciais encontrados acerca dos caminhos e do sítio apontam para a sua caracterização como um elemento-chave da ocupação das áreas mais próximas à lagoa, daí o crescimento alcançado pela localidade com o passar dos anos, tornando-a parte do urbano de Maceió, lugar pertencente ao bairro da Levada. Assim, já no relatório de 1911, a Levada aparece como o segundo bairro da cidade em número de logradouros, com um total de 33 ruas, 3 travessas, 3 praças e 6 estradas, atrás apenas do núcleo intitulado Maceió.

Graças ao povoamento efetivado na região, os primitivos caminhos se firmam. Assim, na planta de 1927, cujo detalhe é mostrado na imagem 40, muitas trilhas já aparecem consolidadas, como a antiga bifurcação que segue para o Vergel do Lago, presente na planta de 1911. O sítio não mais existe, passando a figurar como área pública em algum momento entre os anos de 1918 e 1924, tendo sido desapropriado durante a gestão do governador Fernandes Lima. Não foi possível apurar a causa desse procedimento, mas é provável que ele tenha relação com projetos de amplas ruas e praças traçados entre 1915 e 1917, citados por Verônica Robalinho (1998), cujas proposições deveriam ser estabelecidas na zona do Vergel do Lago e Felix Bandeira.

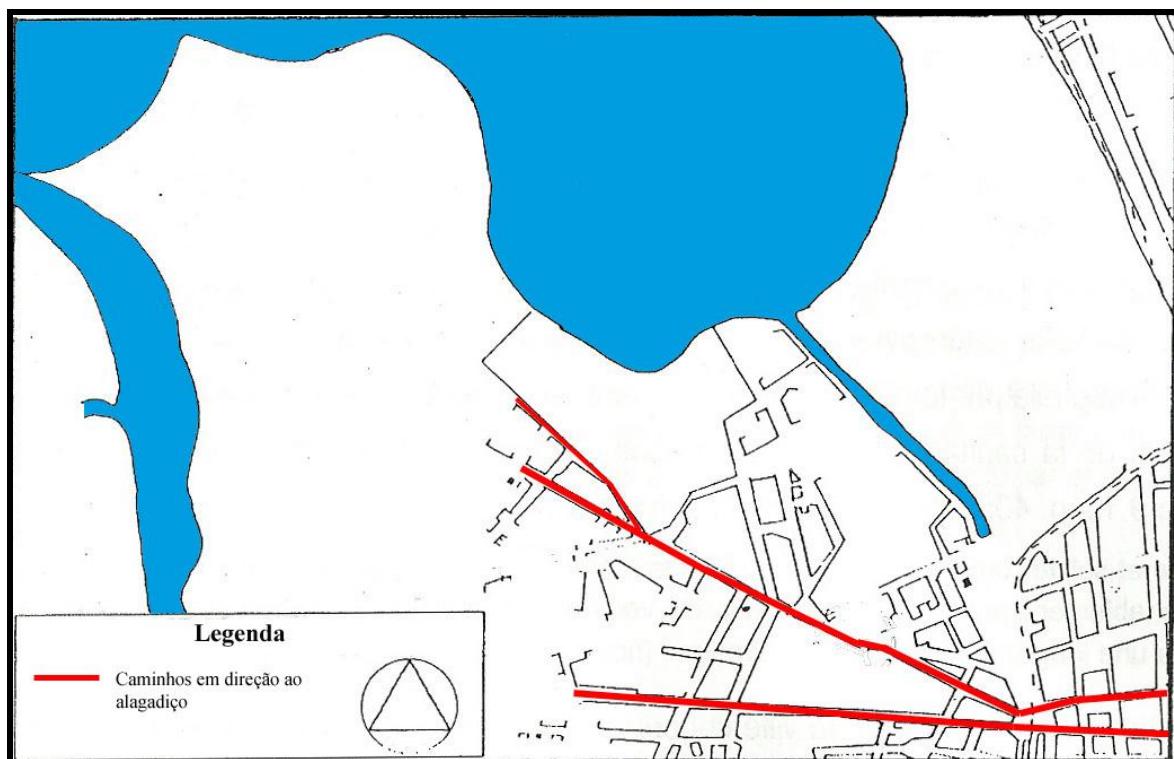


Imagen 40 – Detalhe da Planta Geral da Cidade de Maceió, 1927, mostrando as vias consolidadas em relação às massas de água da lagoa Mundaú e do canal da Levada.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Talvez em decorrência destes projetos a planta de 1932 contenha inúmeras vias tracejadas, como é mostrado na imagem 41, de modo a tomar inteiramente a planície lagunar, inclusive a área do Vergel do Lago. Entre os novos caminhos apresentados, vemos as duas vertentes da bifurcação anteriormente consolidada, agora sob as designações de Santo Antônio e Félix Bandeira, garantindo uma identificação mais precisa dos antigos caminhos. É possível que com o passar dos anos a denominação de rua Santo Antônio tenha prevalecido sobre a da antiga Estrada da Água Negra, definindo uma nova caracterização.

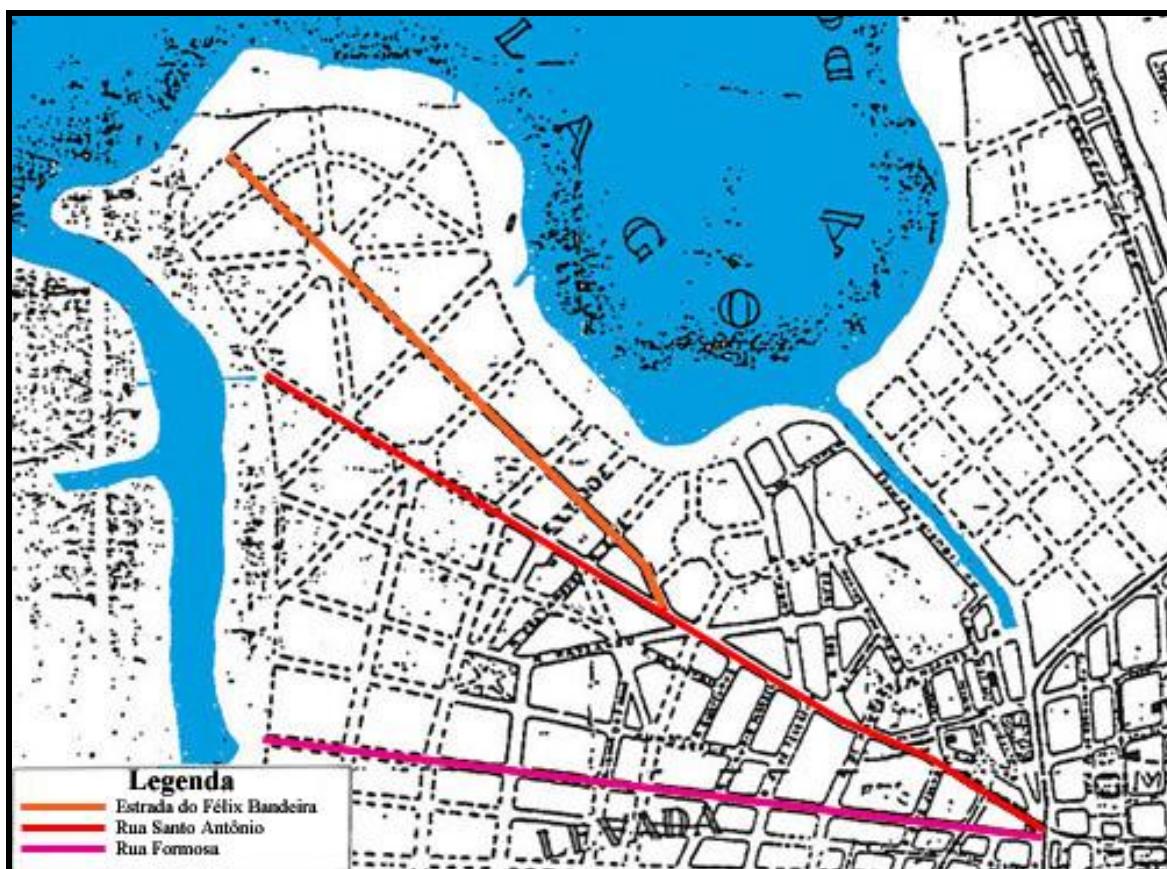


Imagen 41 – Detalhe da Planta da Cidade de Maceió, desenhada por Américo Laszló, 1932, com destaque para as vias agora denominadas como Santo Antônio e Félix Bandeira, bem como para a antiga rua Formosa.  
Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Com o tempo, a rua Santo Antônio ganharia ainda mais expressão, estabelecendo-se como a principal rua atravessando a Levada em direção à lagoa, a primeira a ser

asfaltada em toda a capital, no ano de 1942<sup>51</sup>, conforme atestado pelo historiador alagoano Moacir Sant’Ana:

Cinqüentenário do asfaltamento, em 1942, em dia e mês não detectados, do primeiro logradouro público da capital alagoana a receber esse tipo de pavimentação, a rua Santo Antônio, no bairro da Ponta Grossa, mediante cooperação entre a Prefeitura de Maceió e a companhia Panair do Brazil, ficando asfaltada uma área de 15.700m<sup>2</sup>. Para isso a municipalidade concorreu com Cr\$ 7.500,00 para atender às despesas com o deslocamento dos postes e dos trilhos da linha de bondes que existia no leito de mencionada artéria (SANT’ANA, 1992, p. 98).

Podemos ainda identificar outro aspecto interessante da fala de Sant’Ana, que aponta a rua Santo Antônio como pertencente ao bairro da Ponta Grossa, o que pode significar que, nesse momento, já houvesse uma subdivisão do antigo território da Levada. Como sabemos, é a partir das décadas de 1940 e 1950 que tem início um maior adensamento da orla lagunar, cada vez mais procurada pelos mais pobres, o que talvez tenha proporcionado aos diferentes lugares contornos mais definidos. Corroborando essa hipótese, a arquiteta Taís Normande (2000) afirmará que entre 1940 e 1950, o início do Vergel do Lago era assinalado pelo final da avenida Santo Antônio, que junto com a avenida Siqueira Campos (antiga rota do açúcar) fazia a ligação do centro com os já mencionados portos do Vergel e do Trapiche.

A partir da fala de Normande podemos identificar, de forma mais precisa, a localização do porto do Vergel do Lago, situando-o a partir do final daquela avenida, assinalado na imagem 42. Ela nos permite entrever, ainda uma vez mais, os traços da rede estruturada a partir da lagoa, em que os ancoradouros se estabelecem como pontos de amarração dos caminhos. Evidencia-se, então, uma das dimensões mais antigas do lugar, a de confluência, conforme explorado por Augé (2008) acerca da instância geométrica, em que se tem o cruzamento de itinerários gerando uma intersecção. Essa é a lógica do entreposto, que é, ao mesmo tempo, fixação e movimento, ponto de parada e de passagem – característica que seria reforçada, conforme veremos, pela transformação do porto do Vergel num **hidroporto**<sup>52</sup>, numa ressignificação dos fluxos lagunares.

---

<sup>51</sup> A inauguração da nova rua ocorreria em 06 de março de 1943 (SANT’ANA, 1993).

<sup>52</sup> Embora seja este o nome vulgarmente utilizado para se referir ao local de pouso de aeronaves na Levada, cuja grafia optou-se por manter, tecnicamente o termo correto seria hidrobase, que constitui um aeródromo especialmente concebido para a operação de hidroaviões ou aviões anfíbios, tipo de veículo mais comum nas viagens aéreas do início do século XX. Utiliza-se, ainda, a designação de base hidroáerea.



Imagen 42 – Final da avenida Santo Antônio, demarcando as imediações do porto do Vergel do Lago. Planta de 1960.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Embora não se possa precisar o momento em que o porto passa a se constituir também como ponto de parada dos hidroaviões, acredita-se que já na década de 1920 se fazia uso da lagoa para poucos das máquinas de companhias como a Pan American Airways, Sindicato Condor Ltda. e a própria Panair do Brasil S.A., o que caracterizaria o hidroporto instituído na Levada como o primeiro aeroporto de Maceió<sup>53</sup>, em consonância com a afirmação de diversos historiadores locais.

De fato, já na década de 1930 havia uma movimentação intensa, efetuada por diversas empresas. No entanto, as condições apresentadas pela área eram bastante precárias – não havia nenhum tipo de cobertura e o caminho de passageiros e mercadorias era feito em pleno charco, motivando pedidos de adequação por parte de autoridades como o deputado federal por Alagoas, Emílio de Maya, conforme nos mostra notícia veiculada pelo jornal “O Semeador”, em 31 de julho de 1937:

<sup>53</sup> De acordo com Moacir Sant’Ana (1993), data de 1913 o primeiro voo de avião realizado nos céus de Alagoas. Encontramos, ainda, diversas menções feitas em publicações a respeito do pouso de hidroaviões na lagoa durante a década de 1920. Assim, é perfeitamente cabível que em algum momento ao longo dessas duas décadas o porto do Vergel tenha sido alçado à condição de hidroporto. Ao considerar, porém, a fala do historiador Félix Lima Júnior (1976), que identifica o primeiro pouso de avião na lagoa Mundaú durante o ano de 1931, verifica-se a necessidade de maiores investigações sobre a questão.

O aeroporto da levada tem, nestes ultimos tempos, augmentado consideravelmente o seu movimento, figurando, já hoje, entre os principaes do paiz Semanalmente por alli transitam, fazendo escalas obrigatorias, dois hydros aviões da Panair rumo sul e dois rumo norte, e um do Syndicato Condor rumo sul e outro rumo norte. O movimento de passageiros, de carga, encommendas e correspondencia postal vem crescendo extraordinariamente e tende a augmentar cada vez mais.

Enquanto que isso sucede, incentivando o desenvolvimento da aviação commercial no paiz, o aeroporto de Levada é completamente desabrigado, desprovido de qualquer galpão; por mais simples e rudimentar que seja, necessario a evitar que passageiros, cargas, encommendas e correspondencias postaes fiquem ao relento, á mercê do tempo, com graves inconvenientes e prejuizos, especialmente nos mezes de inverno.

Dahi, como se vê a conveniencia da aprovação da emenda, que visa um melhoramento digno de nota em um dos principaes aeroportos do nosso paiz. (O Semeador, "As emendas apresentadas pelo deputado Emilio de Maya ao orçamento da união para o anno de 1938". Maceió, 31/07/1937. P. 1.).

Dessa forma, é facilmente explicável o interesse da companhia Panair nas obras de asfaltamento da rua Santo Antônio, conforme evidenciado anteriormente na fala do pesquisador Moacir Sant'Ana (1992), mencionada na página 93, uma vez que esta via se configurava como o acesso para o hidroporto, que tinha na Panair um de seus principais usuários. Outro ponto reafirma a importância da intervenção realizada: a utilização do aeroporto para o pouso de aviões anfíbios, por militares norte-americanos. De fato, conforme atestado por Calheiros e Amorim (1986), este foi um lugar considerado estratégico durante o período da Segunda Guerra Mundial.

A esse respeito, a arquiteta Taís Normande (2000) também referencia uma base da Força Aérea Brasileira – FAB, implantada no final da avenida Santo Antônio. André e Lopes (1999) vão além e ressaltam que a presença de campos de pouso passaria a definir os “limites da cidade”, então caracterizados pelo Campo dos Palmares, aeroporto instalado na parte alta de Maceió, no chamado Tabuleiro do Pinto, divisa com o município de Rio Largo, e pelo hidroporto, situado junto à base militar do Vergel do Lago, o que se constitui como mais um fator de diferenciação do lugar. A imagem que se segue apresenta a localização aproximada dos dois terminais.

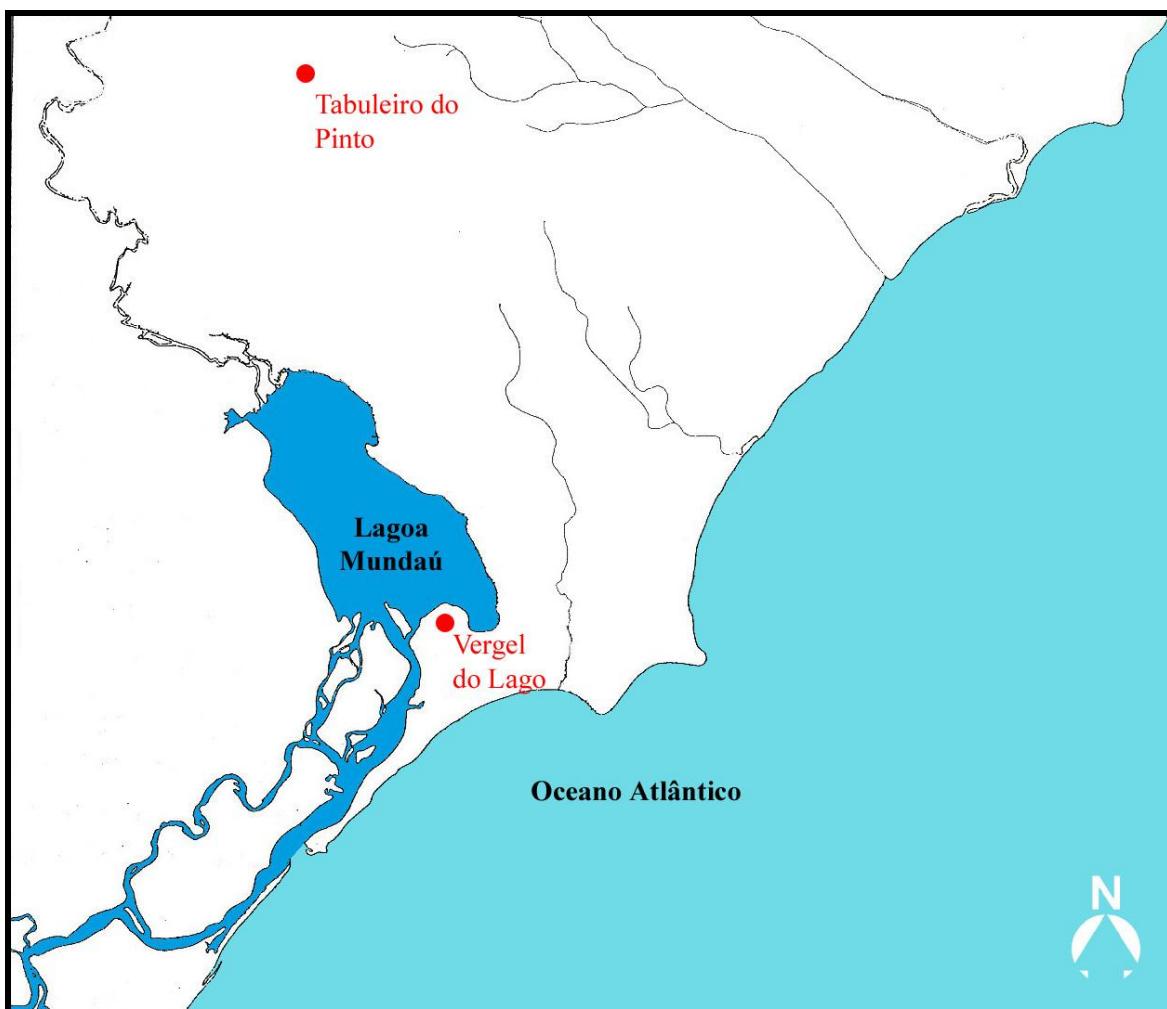


Imagen 43 – Localização esquemática dos campos de pouso no Tabuleiro do Pinto e no Vergel do Lago.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Em volta dessa base hidroáerea, segundo Gonçalves (2003), se firmaria uma localidade de pobres, que ficaria conhecida como “Coréia”<sup>54</sup>, num novo processo de demarcação de lugar, estabelecido através da ocupação das instalações abandonadas pelos *mariner*. O autor aponta ainda como algumas ruas e vilas do Vergel passariam a ostentar o próprio nome Panair<sup>55</sup>, não tendo sido possível apurar se esse fato guarda relação apenas com a rotina do porto de hidroaviões, incorporada ao cotidiano dos moradores, ou se deriva de algum tipo de complexo habitacional fundado pela empresa.

Assim como ocorreu com o canal e seu porto, encontraremos o hidroporto ainda em funcionamento na década de 1950. Não foi possível estabelecer uma data para o término das atividades de tráfego aéreo no local, mas sabe-se que este já não funcionava no final da

<sup>54</sup> Atualmente a Coréia se configura como uma Zona Especial de Interesse Social – ZEIS pertencente ao bairro da Ponta Grossa, na divisa com o bairro do Vergel do Lago, de acordo com o Plano Diretor do Município de Maceió, lei municipal nº 5.486, de 30 de dezembro de 2005.

<sup>55</sup> De modo análogo, a rua Panair, junto com outras localidades, é considerada hoje uma ZEIS situada no bairro do Vergel do Lago, ainda de acordo com o Plano Diretor do Município de Maceió.

década de 1970, quando foi efetuado o aterramento de parte da rampa de acesso, que adentrava a lagoa. Os últimos vestígios da estrutura podem ser vistos ainda hoje na orla lagunar do bairro do Vergel do Lago, em meio às favelas conhecidas como “favelas do Dique-Estrada”.

Como sabemos, a origem desse nome está diretamente vinculada aos aterros instituídos a partir de 1978, responsáveis por modificar o contorno da porção ocidental da orla lagunar de Maceió, culminando na construção da via Dique-Estrada. Esta se configuraria como uma nova rota de entrada e saída da capital, tanto para os habitantes como para os recém-chegados, num caminho que se estendia pela margem da lagoa até o limite da Levada, com um percurso agora estabelecido ao largo do bairro do Centro.

Fazendo a ligação da praia do Sobral, praticamente na saída ocidental de Maceió, com o bairro do Farol e os tabuleiros<sup>56</sup>, essa nova via reflete as transformações ocorridas na cidade, com a expansão urbana em direção à parte alta e a criação de novas centralidades, em detrimento do antigo centro, que tem sua capacidade de atração reduzida.

Poderíamos dizer que a configuração de margem seria novamente significada por essas intervenções. Uma vez mais, devemos relembrar o duplo movimento que caracteriza a idéia de borda ou fronteira: enquanto elemento de ligação, limiar que permite, nesse caso, a passagem do fluxo interno e externo, mas também em seu caráter de separação, aqui reforçado com a proliferação das favelas, que passam a ocupar os novos terrenos formados entre a via e a linha d’água, vendo-se enquadradas como um território à parte da cidade<sup>57</sup>.

E já que estamos falando aqui de fronteira, é importante mencionar outro elemento no qual podemos identificar essa configuração, no caso a linha férrea, outro dos caminhos estabelecidos na Levada, que surgiria como uma espécie de percurso lagunar transbordado, uma vez que podemos vincular a origem da implantação das ferrovias, na província das Alagoas, à própria navegação lacustre.

As primeiras estradas de ferro surgirão conjuntamente ao emprego de barcos a vapor no transporte de gêneros pelas lagoas, inicialmente instituídas no rastro da principal rota: a do açúcar. A respeito dessa questão, o historiador alagoano Douglas Apratto (1996) faz referência ao próprio contrato firmado pela província das Alagoas no ano de 1869, no qual é determinado que a construção de vias férreas fosse efetuada a partir de qualquer ponto de navegação.

---

<sup>56</sup> Os tabuleiros representam o extenso planalto que caracteriza a parte alta de Maceió, tendo seu início nas encostas que cercam o terraço do centro, a partir do bairro do Farol.

<sup>57</sup> Como viria a ocorrer, conforme vimos, com parte da antiga Vila Brejal que, seccionada pela via, teria a maior parte de seu território circundado pelo dique e um pequeno trecho mantido de fora.

Segundo o autor, os primeiros estudos nessa área seriam autorizados ainda em 1864, porém somente em 1866 é que seria contratada firma denominada Companhia Baiana de Paquetes a Vapor, instituindo, ao mesmo tempo, a navegação entre o Trapiche da Barra e diversas vilas na margem da lagoa, bem como uma via férrea ligando o Trapiche ao porto de Jaraguá. Tal iniciativa tinha por objetivo sanar algumas dificuldades apresentadas pelo transporte de mercadorias, que envolviam tanto a travessia pela chamada barreta do Pontal, na desembocadura da lagoa Mundaú, quanto o percurso terrestre que era realizado em plena restinga, firmado pela rota do açúcar.

A partir daí, conforme Craveiro Costa (1981), seria contratado um serviço de *tramways* – carros de tração animal sobre trilhos, que estabeleceriam a ligação entre Jaraguá e Trapiche da Barra, com um ramal destinado ao centro da cidade. O percurso implantado, que aparece na imagem 44, representaria um melhoramento considerável à movimentação de cargas e passageiros. A empresa responsável é apontada por Costa (1981) sob a denominação de Companhia Baiana de Navegação, dirigida pelo engenheiro britânico Hugh Wilson, negociante com larga experiência em empreendimentos na Inglaterra e no Nordeste do Brasil e realizador de inúmeras obras nas Alagoas.



Imagen 44 – Traçado esquemático para o percurso dos *tramways*, adotado a partir de 1868. Base cartográfica de 1927.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

O primeiro ramal seria inaugurado em 25 de março de 1868, data que é considerada, por diversos autores, como o começo efetivo do transporte ferroviário nas Alagoas. Com percurso inicial compreendendo desde o ancoradouro marítimo até o núcleo intitulado Maceió, o *tramway* seria estendido, depois de alguns meses, da ponte de desembarque de Jaraguá até o Trapiche da Barra, trajeto que seria integrado à navegação das lagoas<sup>58</sup>, a partir do antigo porto que dera origem a este povoado. A imagem 45 mostra um trecho do primeiro circuito situado na chamada Boca de Maceió. De acordo com Verônica Robalinho (1998), trata-se provavelmente da primeira foto da cidade, tirada entre março de 1868 e junho de 1869, antes das reformas efetuadas pelo presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, que alteraria o desenho da linha, transferindo-a para outra rua. O caráter pioneiro deste registro, por si só, atesta a força do novo serviço implantado.



Imagen 45 – Trecho do caminho do *tramway* situado na Boca de Maceió, no que talvez seja a primeira fotografia da cidade.

Fonte: Arquivo Público de Alagoas.

De acordo com Douglas Apratto (1996), seria somente a partir de 1869 que teriam início os estudos para a implantação da estrada de ferro propriamente dita, tendo por pretensão unificar o trajeto desta ferrovia aos caminhos do *tramway*. Estes últimos, conforme vimos na fala de Verônica Robalinho (1998), não permaneceriam os mesmos, pois seriam alterados pelo presidente José Bento Júnior, no contexto das propostas de melhoria para a capital. A instituição da nova linha ganharia corpo somente a partir de maio de 1870, quando José Bento autoriza o empresário Hugh Wilson a construir uma via

<sup>58</sup> De acordo com Espíndola (2001), a navegação a vapor nas lagoas teria início em setembro de 1868.

férrea partindo do porto de Jaraguá até a vila de Imperatriz<sup>59</sup>, seguindo o vale do rio Mundaú<sup>60</sup>. Outra resolução, datada de 20 de junho de 1871, reconheceria o trecho implantado entre Jaraguá e Maceió como princípio da nova estrada, que passa a ser intitulada Estrada de Ferro da Província das Alagoas.

A partir de outubro de 1872, graças ao novo projeto da Estrada de Ferro, a linha é prolongada em direção ao povoado de Bebedouro, a partir de uma bifurcação com o ramal do Trapiche. A extensão de cerca de 5 km seguia mais ou menos o mesmo percurso do antigo Caminho de Bebedouro, margeando a lagoa Mundaú. Na imagem que se segue podemos observar o traçado completo das linhas implantadas em Maceió no período. Nelas eram utilizados tanto os *tramways* quanto locomotivas, com os primeiros marcando o início de um tráfego regular no ambiente urbano.



Imagen 46 – Traçado esquemático das principais linhas férreas existentes em Maceió a partir de 1872. Base cartográfica de 1927.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

<sup>59</sup> Atual município de União dos Palmares.

<sup>60</sup> Segundo Douglas Apratto (1996), essa era uma região que concentrava grande quantidade de engenhos, produção que constituía o móvel da rota do açúcar.

Será em meio a essa expectativa geral acerca da implantação do novo sistema de transporte que Thomaz Espíndola irá propor a instalação de uma via férrea na Levada. Em sua obra “Geografia Alagoana”, cuja versão mais conhecida seria a segunda, datada de 1871, o autor sugere esta medida, como parte de um conjunto de soluções de cunho higienista apontadas como as mais urgentes e necessárias ao melhoramento de Maceió, sendo a primeira delas a drenagem dos inúmeros pântanos que cercavam a capital, inclusive

os que se acham adjacentes às margens direita e esquerda da Levada, devendo ser esta aterrada até a sua embocadura, podendo ser substituída para as necessidades do comércio por uma via férrea, que partindo da Ponta grossa termine na praça do mercado público (ESPÍNDOLA, 2001, p. 150).

Conforme veremos, é no seio do projeto da Estrada de Ferro Maceió a Imperatriz que a proposição de Espíndola será em parte alcançada, embora levasse algum tempo, face às inúmeras brigas entre o governo e a empresa responsável pelas obras. Em meio ao jogo de interesses, as concessões se sucediam. Assim, em 1881 é conferido aos empresários locais Moitinho e Leão o privilégio de 90 anos para a construção, uso e gozo da estrada de ferro, que passa a ser operado, já no ano seguinte, pela *The Alagoas Brazilian Central Railway Company Limited*, empresa britânica constituída para este fim.

Afinal, em 1882, seria aprovada pelo Ministério da Agricultura uma variante do traçado da linha férrea por dentro de Maceió e pelo vale do Mundaú. As obras iniciadas em 15 de março seriam terminadas apenas dois anos depois, em dezembro de 1884, sendo provável que nesse momento tenha sido implantado o novo percurso, com parte do trajeto se estabelecendo no lugar do canal da Levada, gerando, possivelmente, os primeiros aterros de trechos do curso d’água.

A esse respeito, podemos ainda observar a curiosa referência feita por Otávio Brandão em sua obra, escrita entre 1916 e 1917, na qual o autor comenta: “Não existindo o aterro da estrada de ferro atual, nem o da antiga, dos Leões” (BRANDÃO, 2001, pp. 94-95). Essa afirmação marca, de forma evidente, uma distinção entre a via férrea presente nessa época e aquela operada pelos concessionários de 1881, mencionados anteriormente, ilustrando ainda distintos aterramentos efetivados para a instalação dos trilhos.

O novo traçado implantado em 1884 corresponderia às obras de finalização da via em direção à Imperatriz<sup>61</sup>, estabelecida sobre o vale do rio Mundaú. O prolongamento da

<sup>61</sup> Mais alguns anos se passariam até que a Estrada de Ferro da Província das Alagoas fosse completamente finalizada. Apenas em março de 1894 os trilhos seriam prolongados até a cidade de São José da Laje, situada depois de Imperatriz, já na divisa com Pernambuco. A ligação desta linha férrea com a Estrada de Ferro

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

linha dentro da capital, conforme mencionamos, seguiria mais ou menos o mesmo trajeto do antigo caminho que interligava os portos lacustres, passando por Bebedouro e percorrendo povoados como o de Fernão Velho, até o limite de Maceió com outros municípios, como Satuba e Rio Largo. Tanto o traçado completo da ferrovia quanto o trecho estabelecido na capital são apresentados na imagem 47. Verifica-se como os primitivos percursos lagunares atuaram de forma decisiva na constituição dos novos caminhos: onde há trilha, há trilho.



Imagen 47 – Traçado da Estrada de Ferro da Província das Alagoas, sobressaindo o trecho remanescente que liga Maceió ao município de Rio Largo, em que as estações seguem, na capital, margeando a lagoa Mundaú. O antigo ponto intermediário, situado no povoado de Lourenço Albuquerque, é hoje o ponto final da linha.

Fonte: Montagem a partir de imagens do acervo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Implantada, a linha férrea servirá, como não poderia deixar de ser, enquanto eixo estruturante da ocupação dos lugares por ela atravessados, de modo a firmar o desenvolvimento nas diversas cidades, bem como ao longo da orla lagunar de Maceió e em vários bairros, como na Levada. Aí, conforme vimos, ela se constituirá sobre o aterro de parte do canal, prosseguindo com sua configuração de caminho, ajudando a trazer para o lugar uma população oriunda de outros municípios. Mas não é só.

---

Central de Pernambuco ocorreria neste mesmo ano, durante a administração do coronel Pedro Paulino da Fonseca.

Graças à localização com que é implantada, a via férrea toma de empréstimo as características anteriormente associadas ao canal da Levada, passando a demarcar uma espacialidade e servindo como o novo limite entre o bairro da Levada e o núcleo central. Estabelece-se, portanto, um novo elemento de contato, mas também, de modo semelhante ao curso d'água aterrado, um novo elemento de separação, que chega a adquirir contornos simbólicos, conforme evidenciado pelo relato de Cavalcante (2011) que aponta a categorização de marginalizados para aqueles que moravam depois da linha do trem (informação verbal)<sup>62</sup>. É dessa maneira que podemos afirmar, também para a ferrovia, a feição dual da fronteira.

Será na planta de 1911 que encontraremos a primeira referência espacial a esse trecho da linha férrea que contorna o território da Levada, como podemos observar na imagem 48, mas é do relatório que contém este desenho, elaborado por Braulio Tavares, que retiramos a descrição aproximada dos limites do bairro, que aparece “separado de Maceió pela Estrada de Ferro e limitado pela margem oriental da Lagôa do Norte” (RELATÓRIO que, sobre as ruas, travessas, becos, praças e estradas de Maceió, apresentou ao Illustre Snr. Intendente desta Capital Dr. Luiz de Mascarenhas o funcionario municipal Braulio Fernandes Tavares em 19 de Agosto de 1911, p. 35).

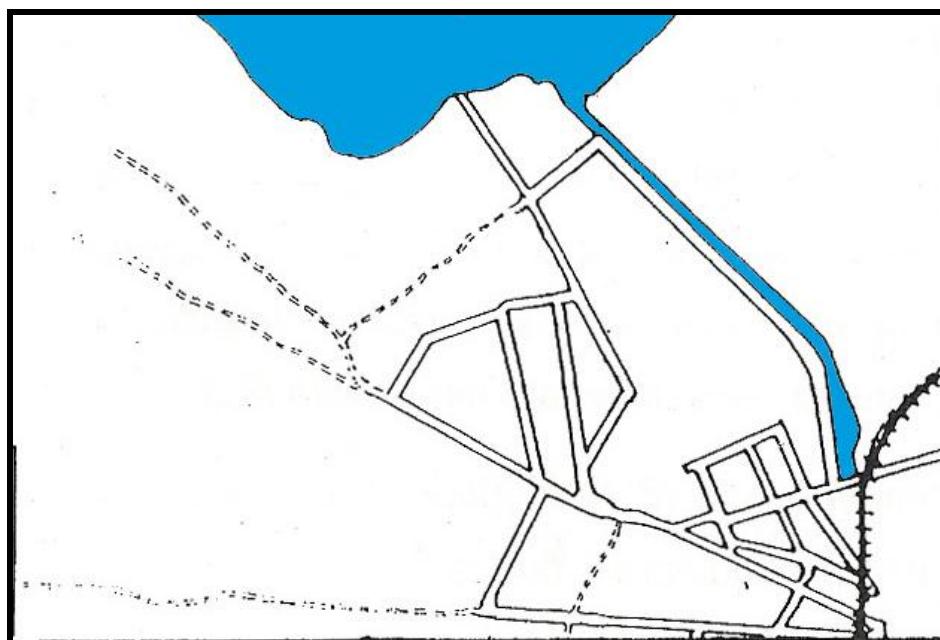


Imagen 48 – Detalhe da planta da cidade de Maceió em 1911, em que a via férrea é vista representada pela primeira vez.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

<sup>62</sup> Depoimento de Homero Cavalcante Nunes, professor do curso de Artes Cênicas: Licenciatura em Teatro da Universidade Federal de Alagoas e sobrinho de José Venustiano Cavalcante Filho, fundador do Cinema Ideal no bairro da Levada.

Também na planta de 1932, em que os bairros da capital surgem nomeados de maneira inédita, a linha férrea aparentemente continua a ser o elemento que faz o limite entre o bairro da Levada e o núcleo intitulado Maceió, como é possível observar na imagem que se segue.

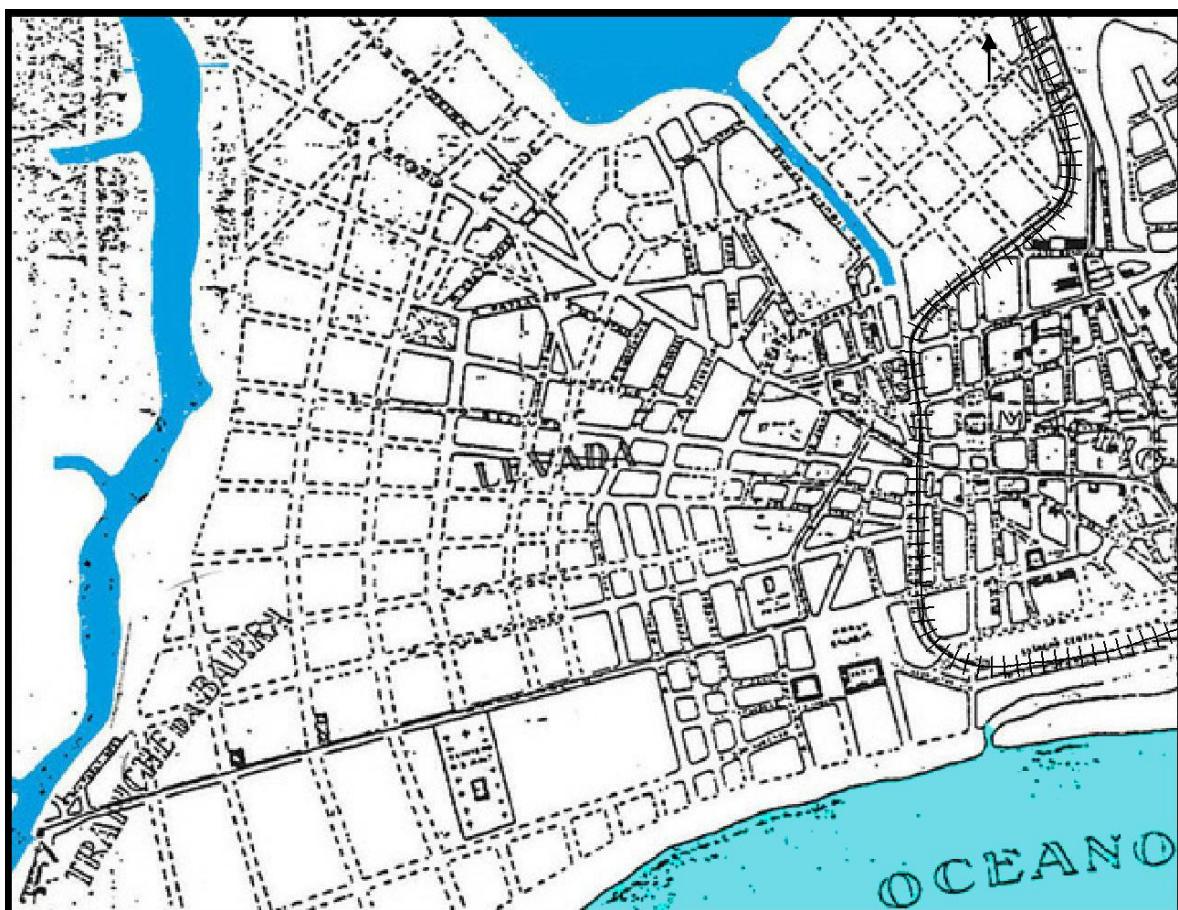


Imagem 49 – Detalhe da Planta da cidade de Maceió em 1932, mostrando a via férrea destacada, elemento que faz o limite, aparentemente, entre a Levada e o núcleo intitulado Maceió.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

As alterações efetuadas ao longo de sucessivos anos no perímetro do bairro não modificariam essa linha de contorno, de modo que na planta de 1960 o limite da via férrea se encontra estabelecido, situado bastante próximo do canal, o que confirma o desenho da planta de 1975, como pode ser vista na comparação das imagens 50 e 51. Os desenhos da Levada em 1981, 1998 e 2000 também manteriam como uma das características básicas a divisa representada por esse trecho da ferrovia, configuração que permanece ainda hoje. As imagens 52 a 54 possibilitam a observação deste fenômeno.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



Imagens 50 e 51 – Trecho mostrando a Levada em 1960, com demarcação do traçado de 1975 – nota-se o canal praticamente encostado à via férrea, que serve de limite com o bairro do Centro. Ao lado, o perímetro do bairro na planta da década de 1970, com destaque para a ferrovia.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998) e PREFEITURA DE MACEIÓ (1975).

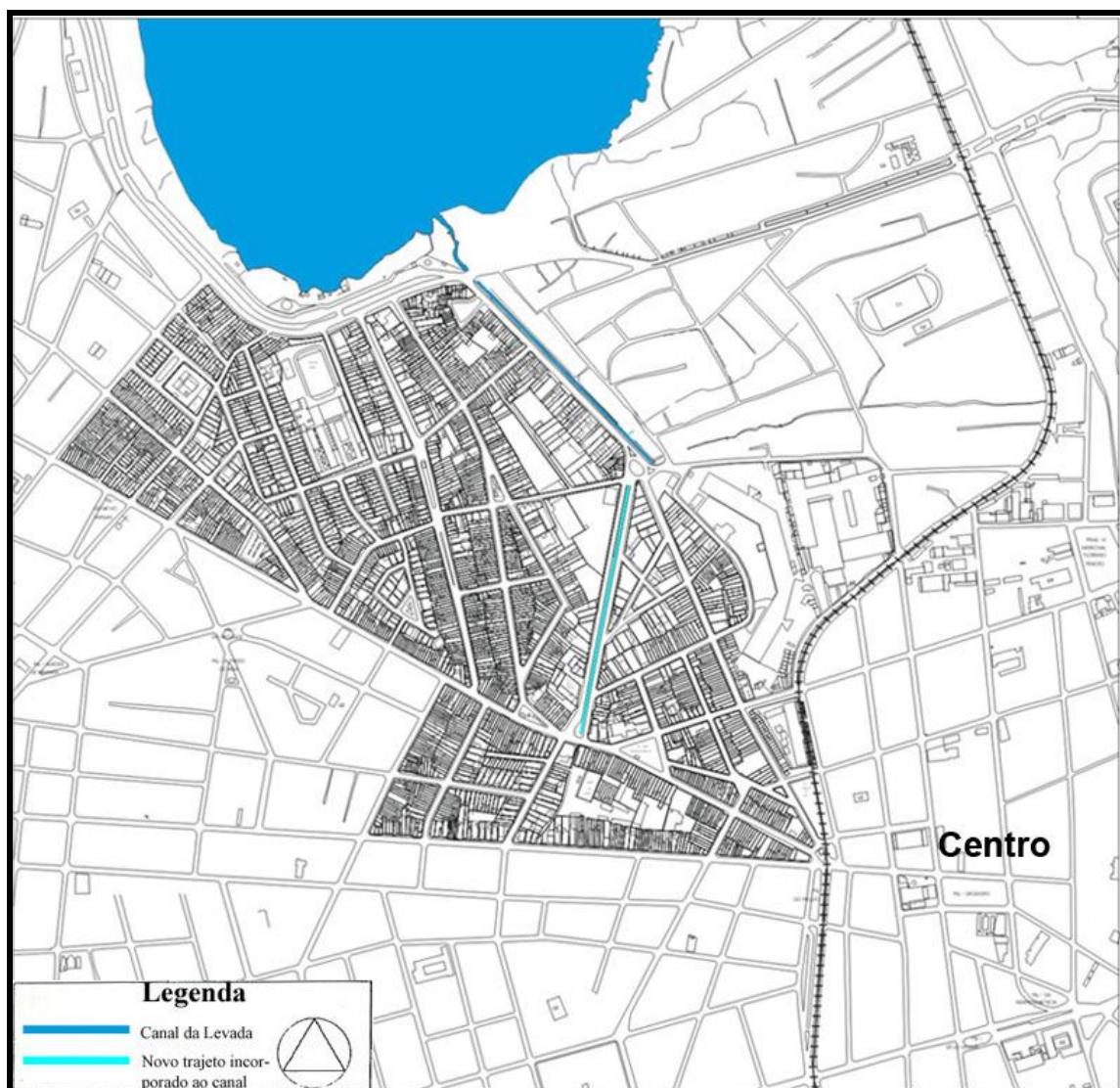


Imagen 52 – Desenho do bairro da Levada em 1981, com destaque para o trecho da via férrea que serve de limite com o bairro do Centro.

Fonte: Acervo pessoal, a partir de MAPLAN, 1998.

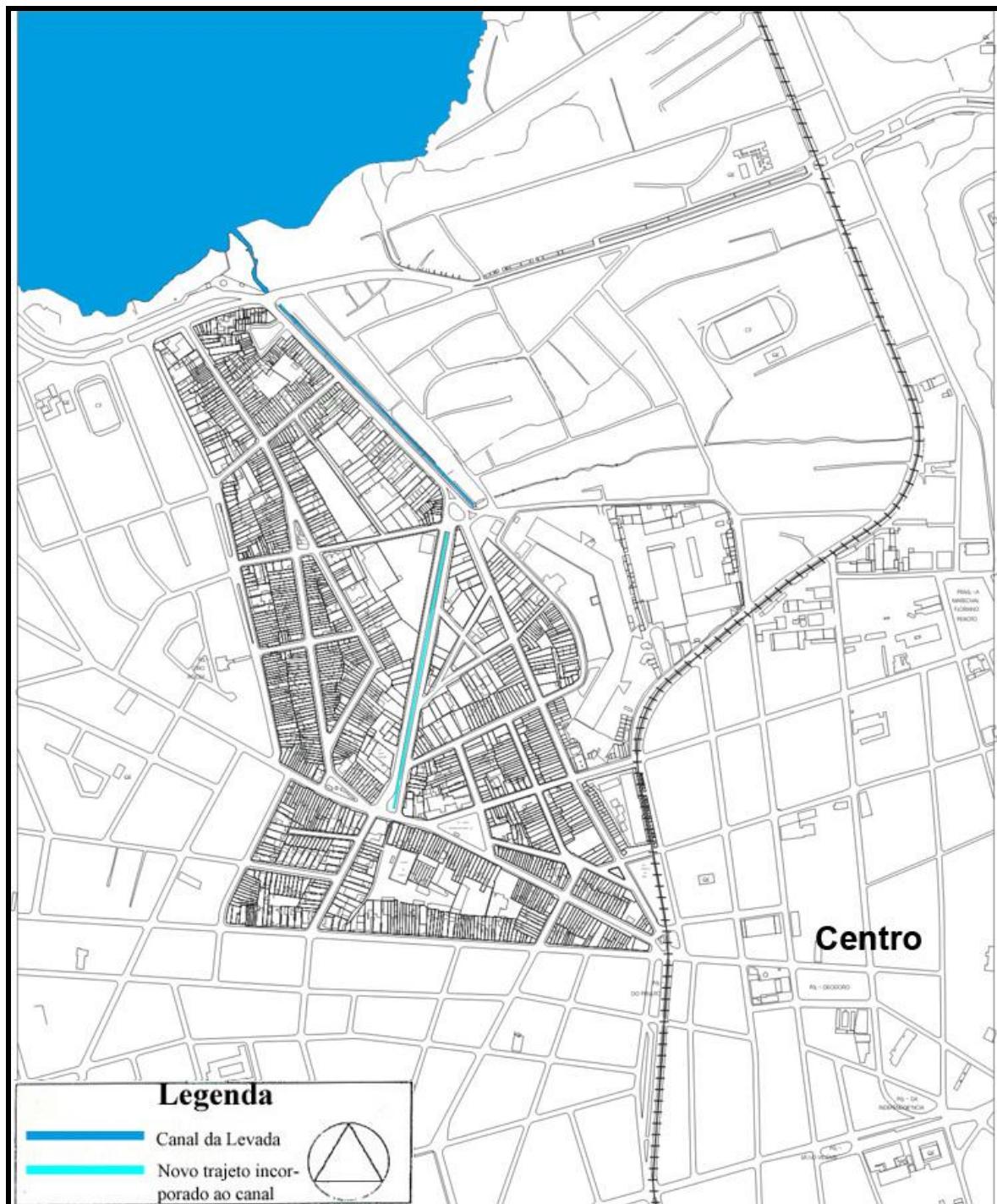


Imagen 53 – Desenho do bairro da Levada na proposta de abairramento de 1998, com destaque para o trecho da via férrea que serve de limite com o bairro do Centro.

Fonte: Acervo pessoal, a partir de MAPLAN, 1998.

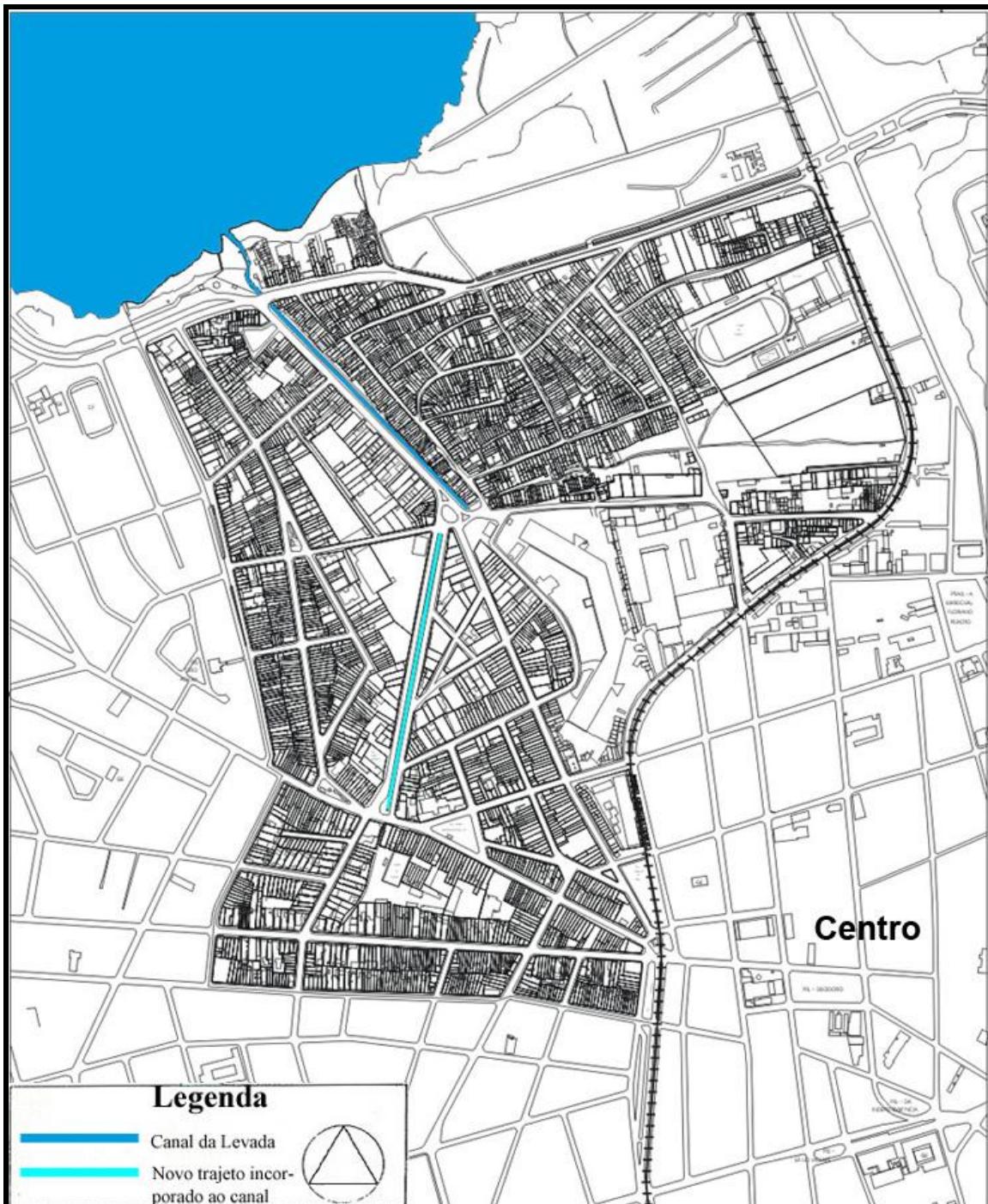


Imagen 54 – Desenho atual do bairro da Levada, estabelecido a partir do ano 2000. Destaque para o trecho da via férrea que serve de limite com o bairro do Centro.

Fonte: Acervo pessoal, a partir de MAPLAN, 1998.

Em relação à última configuração assumida pelo bairro há, ainda, outro fator considerado relevante. Em 1995 é construída a estação ferroviária do Mercado, em trecho situado no bairro do Centro, contíguo à via férrea, o que pode ter também contribuído para o estabelecimento do novo perímetro, consolidado a partir de 2000, quando a ferrovia passa a definir toda a divisa leste da Levada.

Embora tenha atualmente uma configuração urbana, contando assim com estações de embarque e desembarque em vários bairros, durante muito tempo a ferrovia manteve uma característica de transporte intermunicipal. O trânsito dentro da cidade, então, passaria a ser desenvolvido em paralelo, com a implantação das linhas de bonde em Maceió.

Tudo indica que em 1884, com a mudança de traçado envolvendo a Levada, é instituída uma diferenciação entre a via férrea e os caminhos dos bondes – até então, locomotivas e *tramways* teriam dividido os mesmos trajetos. Desse momento em diante, portanto, os trens assumiriam o caráter mais vinculado ao tráfego geral do estado, enquanto os bondes teriam um papel eminentemente urbano, passando a representar um excelente indicativo acerca do crescimento da capital.

Nesse sentido, é significativo que este tráfego passe a ser gerenciado pela CATU – Companhia Alagoana de **Trilhos Urbanos** no final do século XIX. Segundo o pesquisador norte-americano Allen Morisson (1989), a partir de 1881, a CATU assumiria todas as operações com bondes em Maceió, tornando-se independente da companhia de navegação das lagoas Mundaú e Manguaba<sup>63</sup> a partir de 1890, nos dizeres de Verônica Robalinho (1998).

Os primeiros bondes implantados na cidade, como vimos, seriam veículos movidos por tração animal. Foram esses exemplares que integraram a primeira linha estabelecida na Levada, que aparece já no Indicador da cidade de 1902, compondo um dos três novos ramais surgidos na virada do século<sup>64</sup>. É sob este aspecto que Verônica Robalinho (1998) apontará a expansão dos trajetos dos bondes como algo que atesta o crescimento da cidade nesse período, mas talvez seja mais interessante pensarmos numa incorporação dos lugares ao urbano da capital, uma vez que a Levada, por exemplo, já apresentava certa ocupação desde meados do século XIX.

Assim, o Relatório de Braulio Tavares, em 1911, irá apresentar o trajeto pela Levada como parte da ligação envolvendo Maceió e o Trapiche da Barra, enquanto Verônica Robalinho (1998) demonstra que, já em 1919, as linhas existentes na cidade encontravam-se consolidadas, com poucas alterações em relação àquelas de 1902, destacando-se, entre outros, os prolongamentos em direção à Levada e Ponta Grossa. A imagem 55 mostra a representação da autora quanto ao caminho dos bondes nessa época,

---

<sup>63</sup> A Companhia Baiana de Navegação contaria com um braço denominado Empresa de Navegação das Lagoas, que também exploraria os primeiros *tramways*.

<sup>64</sup> Os outros dois constituíam, respectivamente, uma linha para o bairro do Poço e outra com intervalo de meia hora para o centro da cidade (as demais linhas passavam de hora em hora).

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

já então servidos por modelos elétricos, que teriam substituído os antigos veículos puxados por burros a partir de 1914, como nos diz Morrison (1989).

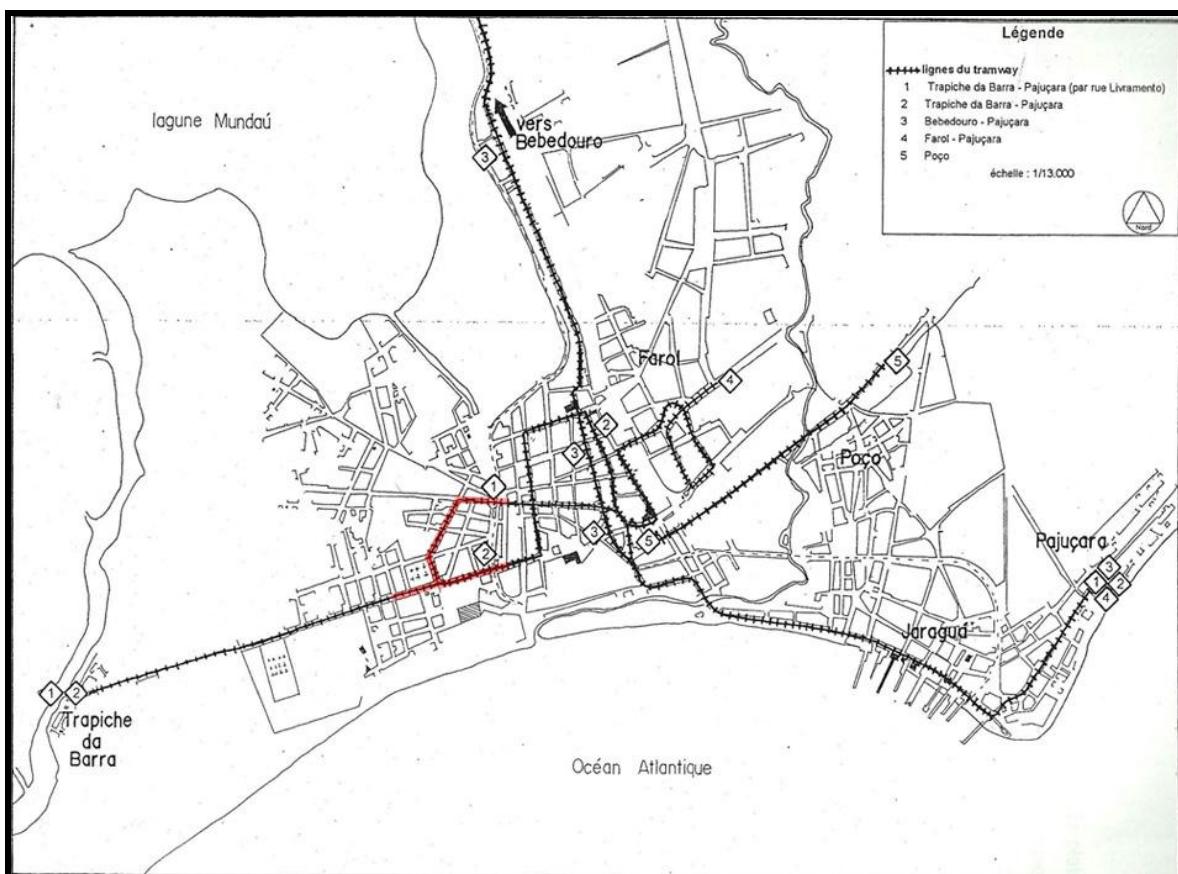


Imagen 55 – Linhas de bonde existentes em Maceió em 1919, com destaque para o trecho situado na Levada.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

No desenho, a linha que percorre o território da Levada aparece como parte de um dos dois trajetos ligando o bairro da Pajuçara ao Trapiche da Barra, tendo uma porção do traçado estabelecida sobre a rua Formosa, continuando pela rua que vai dar no cemitério. No trecho situado entre a Levada e o Trapiche, essa linha seria conhecida pela denominação de “Promotora”.

A partir de 1931, segundo Verônica Robalinho (1998), as linhas de bonde ganhariam um formato mais ou menos definido na cidade, pouco diferenciado do traçado de 1919, e que se manteria ao longo dos cerca de 25 anos seguintes. A representação desse traçado pode ser vista na imagem 56, que apresenta nova planta elaborada pela autora, praticamente idêntica a desenho contido no livro de Morrison (1989), o que atesta sua veracidade. Como podemos observar, o trajeto pela Levada passa a ser feito, agora, pela rua Santo Antônio, o que confirma a fala do historiador Moacir Sant'Ana para o ano de 1942, contida na página 93 desta dissertação.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

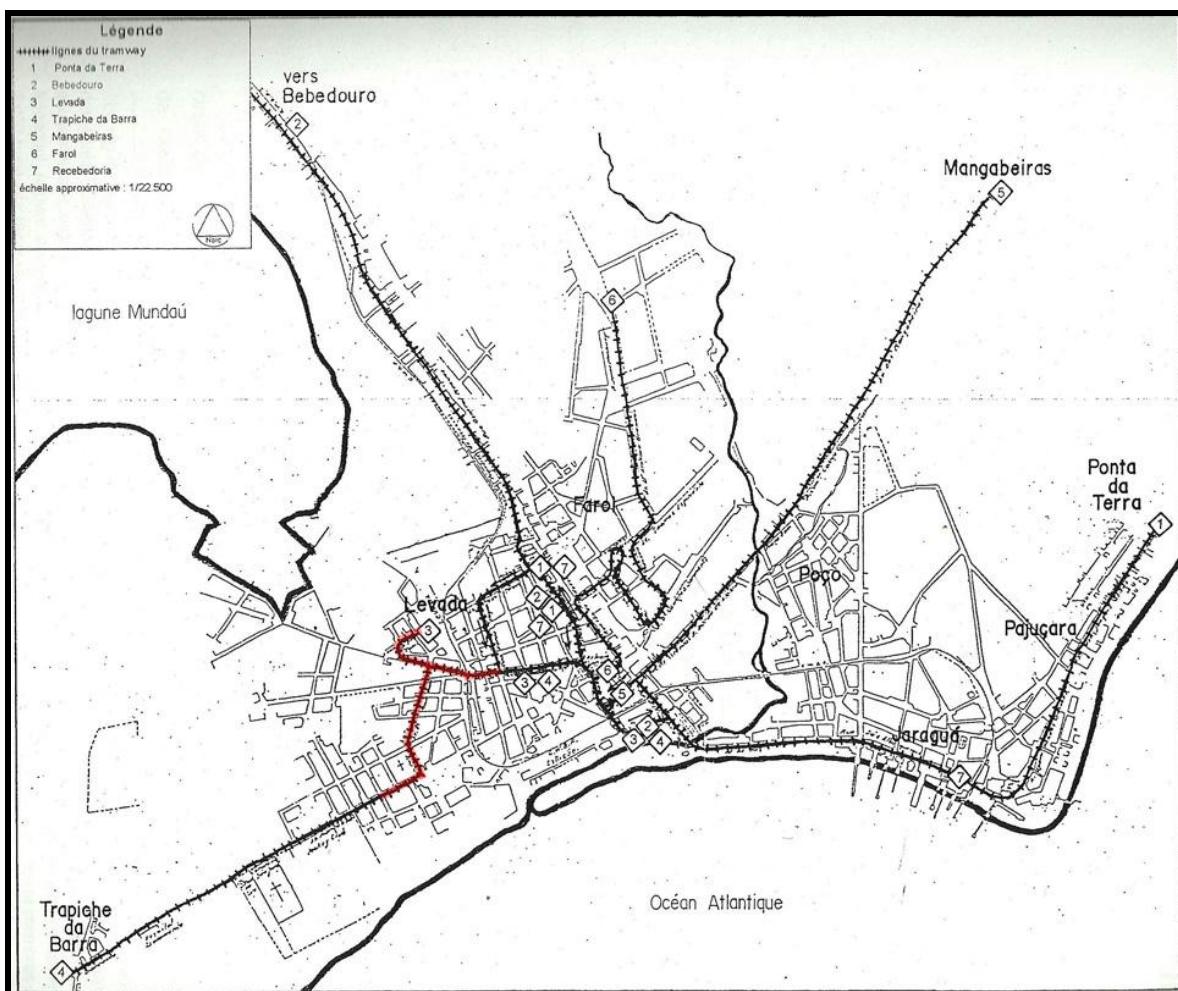


Imagen 56 – Linhas de bonde existentes em Maceió em 1931, com destaque para o trecho situado na Levada.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Se compararmos esse desenho com a Planta da cidade de Maceió organizada por Americo Laszló em 1932 (imagem 57), que apresenta as novas áreas ocupadas e o primeiro esquema de divisão territorial da cidade<sup>65</sup>, podemos perceber melhor a relação existente entre a expansão das linhas de bondes e o desenvolvimento urbano alcançado pela capital, incluindo aí o bairro da Levada.

Os trajetos existentes, mostrados na planta de 1931, se direcionam aos bairros da Pajuçara (linha da Ponta da Terra), Bebedouro, Levada, Trapiche da Barra, Mangabeiras, Farol e Jaraguá (linha da Recebedoria), todos nomeados pela planta de Laszló, que além destes identifica: o bairro do Poço, servido pela linha de Mangabeiras; o núcleo de Maceió<sup>66</sup>, centralizador de todas as linhas; o Planalto do Jacutinga<sup>67</sup> e o Alto de Santa

<sup>65</sup> É necessário ressaltar que a maioria dos bairros, embora mantenha denominação igual ou aproximada, teve seus limites alterados em abairramentos posteriores, incluindo a Levada.

<sup>66</sup> Bairro do Centro.

<sup>67</sup> Parte dos atuais bairros do Farol e do Tabuleiro dos Martins.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Cruz<sup>68</sup>. As duas últimas localidades aparecem como os únicos bairros desservidos, sendo necessário ressaltar, porém, que a ocupação do Planalto do Jacutinga só seria consolidada, de fato, várias décadas depois, enquanto que o Alto de Santa Cruz, caracterizado pela ocupação do vale do antigo riacho Maçayó, se configuraria como uma área de topografia bastante acidentada, posteriormente ocupada por um dos maiores complexos de favelas da cidade.

Considerando-se ainda o acréscimo da linha férrea a estes caminhos, como pode ser observado no desenho abaixo, e tendo em vista a ligação indo do porto de Jaraguá até os núcleos localizados na orla da lagoa (Levada, Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Fernão Velho), teremos como resultado o fato da cidade ser quase que inteiramente coberta pelos trilhos, como é fácil verificar pela comparação de ambas as imagens.

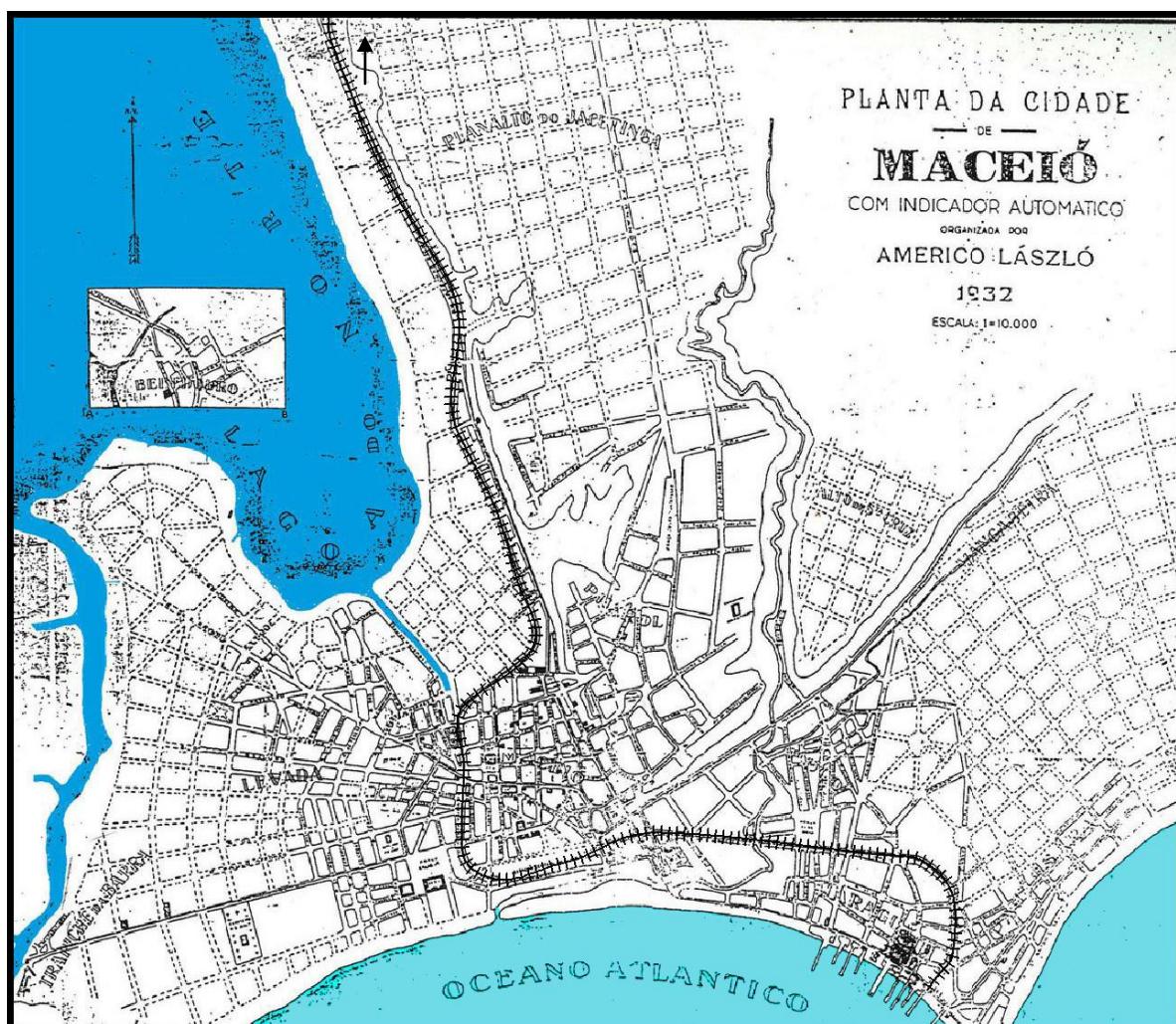


Imagen 57 – Planta da cidade de Maceió, elaborada por Américo Laszló em 1932. Destaque para a via férrea.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

<sup>68</sup> Abrangendo parte do atual Vale do Reginaldo e do bairro do Jacintinho.

O tráfego de bondes seria encerrado por volta de 1956, enquanto o trem possui circulação ainda nos dias de hoje, interligando o centro da cidade aos bairros da orla lagunar, seguindo em direção ao município de Rio Largo, praticamente no mesmo percurso instituído em pleno século XIX. Atualmente, encontra-se em fase de substituição por uma versão mais moderna, o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, cujo projeto também prevê a recuperação do antigo trajeto ligando o Centro a Jaraguá, o único trecho desativado dentro de Maceió, em vários anos, assim como propõe sua expansão para outras áreas da cidade.

De fato, uma das propostas inseridas no Plano Diretor do Município de Maceió, lei municipal nº 5.486, de 30 de dezembro de 2005, envolve a implantação de um sistema intermodal rodoviário, hidroviário, ferroviário e cicloviário nas imediações do Mercado da Produção. Construído no final da década de 1970, em conjunto com a CEASA/AL, nas imediações da antiga favela denominada Vila Brejal, vindo a aterrarr parte do canal da Levada, conforme vimos, o complexo conta hoje com um terminal de ônibus e uma estação de parada do trem urbano.

Assim, ao vislumbrar a possibilidade de integração dos fluxos existentes com a potencialidade representada pela lagoa, a nova lei municipal irá propor, quase 180 anos depois, a retomada do antigo canal da Levada, como forma de ampliar o sistema hidroviário da cidade, propondo ainda a expansão da rede para os bairros de Bebedouro, Fernão Velho e Rio Novo<sup>69</sup>.

São os antigos caminhos que voltam, mais uma vez. Como passagem do humano, reafirmam sua potência – de reunir e de permitir a convivência, e assim possibilitar as trocas entre os homens.

---

<sup>69</sup> O artigo 83 do Plano Diretor de Maceió prevê o estudo para ampliação do sistema hidroviário: I – através do canal da Levada até à área do Mercado; II – para os bairros de Bebedouro, Fernão Velho e Rio Novo. Este último se constitui como um bairro lagunar situado após Fernão Velho, na divisa entre Maceió e o município de Satuba.

## **Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió**

*...das trocas.*

### 3. A Levada das Trocas

*O lugar é onde as pessoas estão, nos caminhos por onde se cruzam, se encontram, convivem – vida em conjunto que abriga as diversas trocas; mundos diversos, que se abraçam e se afastam. Pela levada das águas, troca-se coisas, mas também desejos, visões, crenças, hábitos e gostos. Troca-se a si mesmo com o outro.*

Como uma grande porta líquida, a lagoa Mundaú marcaria a entrada das gentes em Maceió. As primeiras incursões de viajantes pela margem se dariam através da rota para o transporte do açúcar, alcançando o ancoradouro lagunar do Trapiche da Barra e seguindo por terra até a enseada marítima de Jaraguá. Em meio ao mangue e às dunas, esse contato se revestia de um impregnar-se das mais diversas sensações: cores e sons, os cheiros e os sabores de uma umidade quase palpável.

Para quem chegava por essa via, de imediato, Maceió era lagoa, era margem, e tudo que se referia a ela, seus terrenos alagados, braços d'água que adentravam o continente. É sob uma atmosfera salobra que o humano se fixa, firmando numa pequena elevação o gérmen de um núcleo urbano, instituído como um terraço de onde se avista a lagoa e o mar. Podemos imaginar o que era Maceió em seu surgimento, no século XVIII, pequeno povoado encravado ao pé da encosta, uma quase-ilha em meio aos brejais. E por todo lado, a visão das terras baixas, da linha do horizonte, das águas<sup>70</sup>.

O sítio assim descrito se torna melhor compreendido ao observarmos a imagem que se segue. Trata-se do detalhe de uma litografia datada de 1864, que capta o panorama da cidade a partir do mar. Muito embora se constitua numa representação tradicionalmente vinculada ao olhar estrangeiro, cuja perspectiva é sempre externa, ela permite visualizar o conjunto localizado sobre um pequeno platô em meio ao território circundante.

---

<sup>70</sup> Mesmo hoje, com toda a ocupação existente na planície marítima e lagunar ocidental, é possível vislumbrar a linha do horizonte da lagoa em plena área central, a partir de algumas das principais vias que ligam a margem ao centro, estudadas no capítulo anterior. Além disso, de Maceió, já se disse muitas vezes que é a única capital do país cujo centro da cidade faz fronteira com o oceano. Também estão presentes inúmeros mirantes situados no alto da encosta do Farol, de onde se pode visualizar tanto o mar quanto a lagoa. Para maiores informações a este respeito, consultar: BEZERRA, Edson. Manifesto Sururu. In: Graciliano. Ano I, Nº 02. Maceió: 2008, pp. 21-35 (anexo a este trabalho); FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **O registro da memória e o exercício do olhar na Ladeira da Catedral e suas “Casas-Mirante”**. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003; FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Contemplando a paisagem litorânea-lagunar a partir do Farol: relações entre cidade, memória e paisagem**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

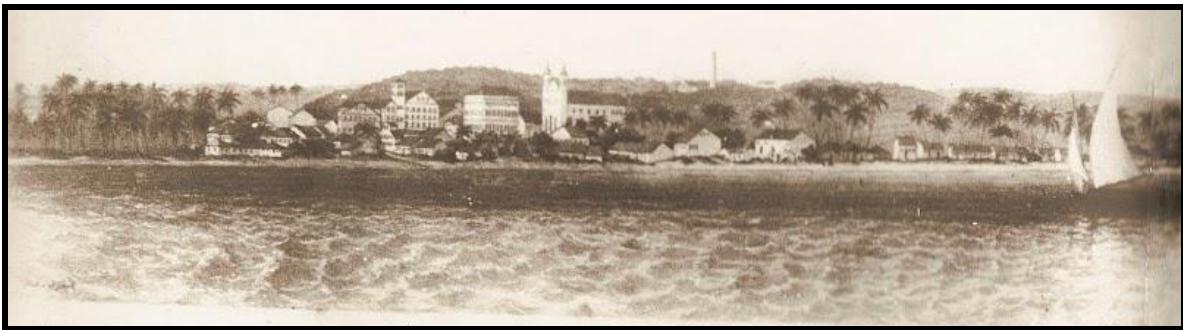


Imagen 58: Vista panorâmica de Maceió a partir do mar, datada de 1864 (detalhe da litografia).

Fonte: Arquivo Público de Alagoas.

Como se pode perceber, o núcleo em destaque, representando o antigo largo da capela, encontra-se cercado por encostas, sobretudo nos fundos da igreja matriz, ocupando uma posição um pouco mais alta que a linha da costa. Enquanto isso, na extremidade esquerda da foto, vemos uma densa faixa de coqueiros, marcando a restinga que oculta a lagoa Mundaú e sua margem. Assim, ainda que não esteja explícita, a relação entre lagoa e cidade se insinua.

É a prerrogativa do estabelecimento de uma espacialidade anfíbia, aqui marcada pela forte presença das águas junto ao núcleo urbano. Embora possamos relacionar o povoamento da margem lagunar de Maceió à constituição de diversos vilarejos ao longo de sua porção norte, ainda no século XVIII, é a ocupação na Levada, a partir de meados do século XIX, que trará a lagoa para a cidade, proporcionando outro tipo de visibilidade à região.

Em última análise, é possível que a contribuição representada por essa rede de portos lacustres, em meio à qual surgiram tanto a Levada quanto os distintos povoados, tenha se dado de forma crucial na instituição do próprio núcleo embrionário da cidade. A hipótese da fundação de um engenho nessa área por moradores da vila de Santa Luzia do Norte serve de reforço a tal proposição. Assim, para a formação de Maceió, os demais caminhos derivados da lagoa teriam um papel tão determinante quanto a própria rota do açúcar<sup>71</sup>.

Considerações à parte, é certo que a rota lagunar, fazendo uso do porto da Levada, irá se configurar como uma rota de abastecimento do núcleo central. E é no afluir das

<sup>71</sup> A rota do açúcar, enquanto rota de saída de mercadorias pelo mar, já utilizada desde o século XVII, teria se estabelecido como de grande importância à consolidação do porto de Jaraguá, vindo a se firmar como principal acesso à vila somente após o estabelecimento de seu núcleo primitivo, passando então a garantir sua condição de entreposto e sustentação econômica. Mas em que medida o surgimento mesmo desse núcleo aparece vinculado aos outros caminhos? Essa é uma questão que merece maior aprofundamento em pesquisas futuras.

embarcações pelo canal, braço de lagoa em solo maceioense, que Maceió vira margem. Assim que podemos pensar a Levada em uma configuração de “margem urbana”, elemento de transição, passagem, borda de uma centralidade.

Instituída, dessa maneira, como porta de entrada da cidade, a Levada se constituirá, num primeiro momento, como o lugar da gente que chega, uma gente anfíbia, que se situa na iminência do centro. Assim, a ocupação apresenta características extremamente ambíguas, ora contando com uma forte conotação de exclusão, ora adquirindo feições privilegiadas, conforme veremos.

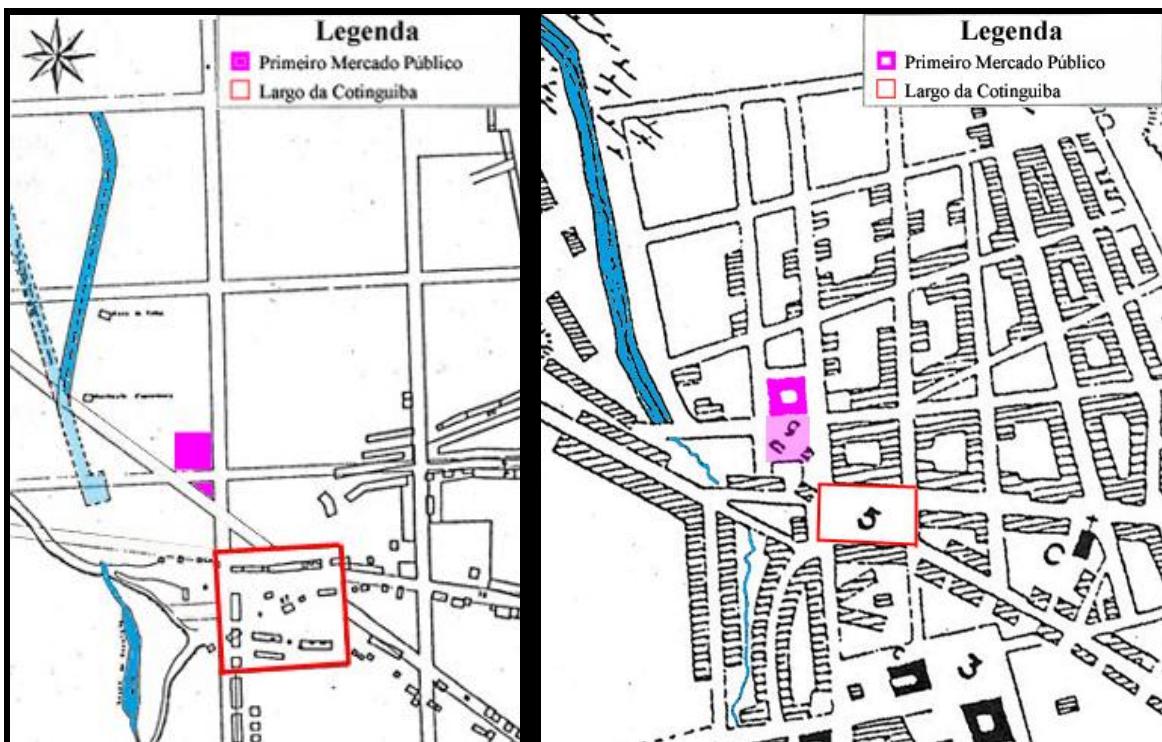
A apropriação dessa faixa intermediária, conformada pelos terrenos ao lado do canal, será feita, inicialmente, em função do tráfego de pessoas e coisas, que dará origem a um intenso comércio nas imediações do ponto de desembarque das canoas. Nas áreas adjacentes, situadas na passagem entre o cais e o conhecido largo da Cotinguba, viria a funcionar a feira mais significativa de Maceió, que passaria a ser conhecida como Feira do Passarinho.

Não foram encontrados registros quanto ao exato local de surgimento da feira, mas o historiador Félix Lima Júnior (1976) aponta sua provável origem no largo que se tornaria conhecido como largo do Mercado<sup>72</sup>, em frente ao qual seria construído pelo presidente da província, João Capistrano Bandeira de Melo, já no ano de 1848, o primeiro Mercado Público da Cidade, ajudando a consolidar a disposição do lugar enquanto pólo abastecedor de Maceió.

A comparação entre as plantas da cidade elaboradas em 1841 e 1868, mostrada a seguir, permite observar a localização estratégica de tais atividades. Embora o mercado e a praça sejam representados, efetivamente, apenas no segundo desenho, iremos considerá-los também, de forma esquemática, em meio ao traçado da primeira planta, que guarda maior proximidade com a data em que o mercado foi construído.

---

<sup>72</sup> O Largo do Mercado também seria conhecido como Praça de São Benedito, devido à presença, em suas imediações, da Igreja de São Benedito, recebendo ainda a denominação de Praça João Capistrano, em referência ao governante responsável pela instalação do complexo. Também seria conhecido como Praça Tavares Bastos. Mercado e praça desapareceriam nas primeiras décadas do século XX, dando lugar ao Instituto da Educação, atual sede da Secretaria de Estado da Educação.



Imagens 59 e 60 – Detalhes das plantas de Maceió em 1841 e 1868, respectivamente, mostrando a localização do primeiro Mercado Públco da Cidade, bem como do largo do Mercado, em relação ao canal da Levada e ao largo da Cotinguiba.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Identificado desde cedo como lugar do mercado da cidade, a Levada se mostraria um universo bastante diversificado, certamente freqüentado por compradores ricos e pobres e posto de trabalho consolidado de uma população em busca de sua sobrevivência: seriam canoeiros, pescadores e marisqueiros, com suas cargas; vendedores, mascates e ambulantes, com suas mercadorias; carregadores, estivadores e outros ganhadores por profissão, assim como os chamados negros de ganho<sup>73</sup> e negros de aluguel<sup>74</sup> e ainda diversos escravos domésticos e criados. Com o advento da Abolição, esse contingente passaria também a englobar os escravos recém-libertos.

Especialmente o grupo composto por pobres, em sua maioria trabalhadores braçais, é que viria a ocupar as áreas alagadiças na margem do canal e da lagoa, buscando situar-se próximo de seu local de sustento. É assim que esse sítio desabitado se constituiria enquanto opção de moradia para aqueles que não podiam estar no centro, sendo moldado por eles no seu viver.

A existência dessa massa de pobres e operários garantia à região um forte estigma, vinculado ao cotidiano de carga e descarga e à presença de gêneros perecíveis, sendo ainda

<sup>73</sup> Escravos que exerciam trabalhos remunerados, repassando todos os ganhos obtidos a seus donos.

<sup>74</sup> Escravos cujos serviços eram alugados por seus senhores a terceiros, que podiam ser inclusive do poder público. Alguns conseguiam juntar quantias suficientes para comprar sua alforria.

reforçada pelo preconceito ligado às áreas de charco, relacionando-a a uma condição de sujeira e doença.

Nessa linha, Verônica Robalinho (1998) atestará como, durante o século XIX e início do século XX, as atividades consideradas insalubres e degradantes seriam situadas fora do núcleo urbano, nas áreas de brejo, localizadas na Levada ou no Trapiche da Barra, garantindo-lhes uma conotação de desagradouro da cidade.

Tal seria o caso do hospital dos doentes de varíola, mencionado no primeiro capítulo a partir de trecho da obra do escritor Pedro Nolasco (1964), datada de 1899. Este autor também demonstra como a praia do Sobral seria o local de lançamento dos dejetos da cidade, hábito que duraria aproximadamente até a década de 1930. Do mesmo modo, Craveiro Costa, no Indicador Geral do Estado de Alagoas, lançado em 1902, aponta a presença, na Levada, do cemitério público, instituído a partir de 1850, e ainda do Asilo de Alienados Santa Leopoldina, construído em 1901. Ambos os escritores identificam, ainda, a localização do matadouro da capital na região. Por fim, é nessa zona que Verônica Robalinho (1998) irá situar as áreas destinadas pela municipalidade ao enterro de animais.

Mas haveria um último aspecto a influenciar de modo vital na caracterização desse lugar menosprezado no âmbito da cidade, instituído pela intensa concentração de negros no local, conforme mencionado anteriormente.

Essa realidade não se estabeleceria, obviamente, de modo gratuito. De fato, a caracterização de certos tipos de função como reservadas às camadas negras da sociedade é apontada pela fala do célebre historiador Sérgio Buarque de Holanda (1995), ao abordar a existência dos chamados “*negro jobs*” (trabalhos de negro):

Os pretos e descendentes de pretos, esses continuavam relegados, ao menos em certos textos oficiais, a trabalhos de baixa reputação, os *negro jobs*, que tanto degradam o indivíduo que os exerce, como sua geração (HOLANDA, 1995, p. 56. Grifo do autor).

Assim que os ditos “trabalhos de baixa reputação”, apontados por Sérgio Buarque de Holanda como depreciadores da imagem social do indivíduo, seriam acima de tudo os chamados trabalhos braçais, bastante freqüentes em mercados e feiras. Prosseguindo com suas considerações, o autor discorre acerca da associação recorrentemente feita, no Brasil, entre o labéu<sup>75</sup> e os trabalhos vis, considerados degradantes por serem tradicionalmente relacionados à escravidão. Tanto que seu caráter pejorativo é evidenciado no emprego de

---

<sup>75</sup> Infâmia, desonra, vilania, aqui relacionada à condição de servidão, contraposta à condição de nobreza do indivíduo livre.

termos relacionados à cor, considerados ofensivos, como “caboclo” e outros semelhantes, para designar os executores e seus descendentes.

Em sua reputada tese “Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912”, datada de 2004, o pesquisador Ulisses Rafael faz eco às palavras de Sérgio Buarque:

Porém, como desde o período da escravidão, foram sempre os pobres de cor que desempenharam o trabalho mais pesado, inclusive porque no Brasil espalhou-se a idéia de que certos tipos de atividade remetiam seu executor a uma condição semelhante à do escravo, é que pardos e brancos eximiram-se do ingresso nesse ramo de atividade. (RAFAEL, 2004, p. 176).

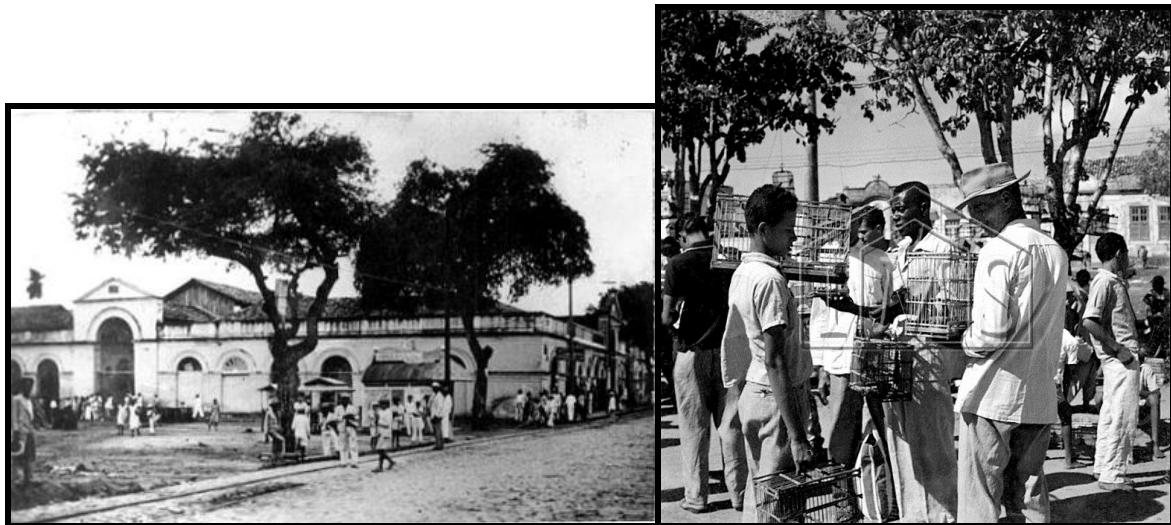
Ulisses Rafael também nos oferecerá referências mais concretas acerca dessa população de trabalhadores negros na Maceió das primeiras décadas do século XX. Analisando a crônica local no período posterior à Abolição, o autor aponta atividades comumente exercidas pelos ex-escravos, como a de “ganhador” – espécie de trabalhador braçal de ocasião e a de ambulante, tendência que se verificava, segundo ele, não somente nas Alagoas, mas em várias capitais do país, como o próprio Rio de Janeiro, então capital da república. De todo modo, desnecessário dizer do quanto tais ocupações se encontram relacionadas ao cotidiano tanto da feira quanto do mercado na Levada.

Mas o autor vai além e a partir da análise de dados policiais encontrados em jornais da cidade no período, ele atesta a predominância, entre aqueles designados como ganhadores, de indivíduos classificados como “pretos” e “morenos” (algo em torno de 73%), havendo ainda aqueles considerados “escuros” ou “caboclos”. Da mesma forma, entre os designados como criados, aproximadamente metade dos indivíduos estaria enquadrada como “de cor”, havendo ainda os considerados “morenos escuros”, “pardos” e “caboclos”, que somariam cerca de 20%.

Assim, com base nas questões levantadas por Sérgio Buarque de Holanda (1995) e a partir das informações trazidas por Ulisses Rafael (2004), parece razoável considerar a ocupação nos terrenos próximos ao canal como composta por uma população majoritariamente negra e mestiça. Mas, para pôr fim às duvidas, podemos lançar mão de curiosas referências acerca da própria Feira do Passarinho, dando conta de que, já no início do século XX, esta apresentava um caráter de marginalização, servindo como praça a diversas atividades escusas que tinham lugar em plena luz do dia, gerando um clima de insegurança relacionado à presença de indivíduos negros sem ocupação definida, que praticavam pequenos delitos.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Por fim, se observarmos as fotos que se seguem, evidenciando momentos relacionados ao cotidiano do mercado e da feira, poderemos perceber a grande concentração de indivíduos negros e mestiços, consolidando as informações aqui expostas.



Imagens 61 e 62 – Primeiro Mercado Público da Cidade na década de 1920 e Feira do Passarinho entre as décadas de 1940 e 1950. Notar, em ambas as fotos, a significativa presença de indivíduos negros e mestiços. Fontes: Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA e Instituto Moreira Salles – IMS, respectivamente.

Inicialmente conhecida pelo comércio de aves, é o colorido e a diversidade da Feira do Passarinho que lhe garantem a reputação de feira mais famosa da cidade. Seu caráter pitoresco e movimentado seria explorado em inúmeras crônicas locais, que lhe conferiam um acentuado sabor exótico. Relatos dão conta de que nela podiam ser encontrados diversos produtos artesanais e alimentícios, servindo também como palco aos mais diferentes tipos e manifestações populares, na forma de cordelistas, repentistas e variados artistas e grupos de rua.

Dessa forma, o lugar se mostraria uma grande fonte de interesses, passando a atrair a população maceioense, dando início a um processo de apropriação do território que reflete a assimilação de certas práticas culturais pelos habitantes de toda a cidade. É assim que o bairro da Levada começará a se constituir como um dos grandes pólos dos festejos da capital<sup>76</sup>, notadamente nas épocas especiais, como o carnaval, as festas juninas e, sobretudo, o Natal, ou ainda quando da realização de procissões e outros eventos de caráter religioso.

<sup>76</sup> Segundo diversos cronistas, apenas o bairro de Bebedouro rivalizava com a Levada em relação às festas de rua, havendo ainda lugares de menor atração, situados no Poço e na Pajuçara. Os festejos de Natal eram especialmente animados na Levada.

Podemos considerar tal aspecto como indicativo de um fenômeno comum no Brasil, em que as manifestações culturais produzidas por segmentos marginalizados da sociedade serão assimiladas pela população de modo geral. Um dos exemplos mais evidentes fica por conta do carnaval, festa em que o elemento negro terá ampla participação, em Maceió como em todo o Nordeste e em grande parte do Brasil.

Assim, de acordo com Ulisses Rafael (2004), a maior ou menor animação dos festejos na capital seria associada a maior ou menor presença das brincadeiras de cunho popular, em seus diversos formatos, na sua maioria protagonizadas por essa população negra e mestiça, como é apontado por ele em relação ao bairro da Levada, apresentado como uma espécie de reduto da folia. O relato também deixa ver, uma vez mais, essa característica tão própria do lugar, de reunião das diversas classes sociais:

Aliás, o próprio bairro da Levada (...) estava localizado a apenas algumas quadras do centro da cidade, sendo a linha de trem da *Great Western* o limite entre as duas regiões. É certo que ali, segundo informações prestadas por um outro jornalista, concentrava-se “todo aquele exército de bobagens” que no carnaval o bairro despejava nas ruas centrais da cidade, palavras utilizadas para se referir a essa parcela significativa de moradores, composta por “um magote de negros bons e sacudidos”, “safardanas de marca”, que naquela região pareciam conviver em estado de congraçamento com elementos de outras classes mais abastadas (RAFAEL, 2004, p. 232. Grifos do autor).

Ulisses Rafael (2004) também atestaré essa forte identificação que se estabelece entre o lugar, a festa e a questão da cor verificando a nomenclatura adotada pelos diversos clubes carnavalescos existentes no bairro. Fazendo uso de uma nota jornalística do carnaval de 1901, identificando os blocos e sua procedência na cidade, o autor reafirma a relação entre certas localidades e a presença de uma população marcadamente negra, como seria o caso da Levada. Segue a referida matéria:

Da Levada, me consta que vem um bando de clubs: Club Pretinho, Club Cor de Canella, Club Rouxinholo, Club Caboclo e muitas outras novidades atrahentes, como têm saído daquelas bandas em outras épocas. Aquilo é que é gente: ao meio dia ganha a rua e não há sol, nem poeira, nem suor, que a empate. À noite recolhe-se à casa dizendo: - Diverti uma porção. (A Tribuna, “Mascaras e Mascarilhas”. Maceió, 08/02/1901. P. 2. Citado por RAFAEL, 2004, p. 205).

Essa, segundo Ulisses, seria uma prática comum ao carnaval de Maceió: da mesma forma que, no Recife, tem-se a constituição de inúmeros clubes identificados em função das atividades profissionais de seus integrantes, diversos blocos locais se caracterizariam pela referência às raízes negras de seus componentes. O autor demonstra ainda que a definição desses grupos poderia ocorrer tanto em relação à cor dos participantes, como é o caso daqueles pertencentes à Levada, quanto no tocante à presença de manifestações notadamente afro-brasileiras, como maracatus e quilombos, ou simplesmente pela

designação mesma dessa origem. É o que se dá em relação ao bloco Cambinda de Ouro, considerando-se que o termo “cambinda” seria um sinônimo de maracatu nas Alagoas (BRANDÃO, 1973)<sup>77</sup>, e também com o bloco Bahianas Africanas.

A bem da questão, diversos folguedos que se constituiriam como o divertimento da população da capital, e mesmo do estado, em eventos e celebrações, guardariam relação com a cultura negra, conforme a afirmação de Ulisses Rafael (2004), calcada em diversos autores locais. O caso mais emblemático talvez seja o da dança conhecida como coco, surgida, de acordo com o pesquisador alagoano Abelardo Duarte, entre os negros do Quilombo dos Palmares:

A dança em apreço passou, na sua ascensão social, dos mocambos palmarinos, na zona da mata, para os terreiros e as senzalas e destes para os salões de dança rural tornou-se citadina (DUARTE, 1974, p. 87, citado por RAFAEL, 2004, p. 166).

Na cidade, por fim, de uma folia abrigada junto a alguns dos piores prostíbulos, conforme se depreende pelo relato de Pedro Nolasco (1964) em sua obra de 1899, passada em Maceió, o coco desponta como uma dança brincada durante o Natal e que “aparecia nos melhores salões”, conforme retratado por Manoel Diegues Júnior (1981) em seu texto de 1939, comemorativo dos 100 anos da capital.

Ainda de acordo com Ulisses Rafael (2004), haveria uma forte relação destas brincadeiras com as manifestações religiosas enunciadas pelos terreiros de xangô, nome freqüentemente utilizado para designar as casas de candomblé nas Alagoas e também em Pernambuco<sup>78</sup>. O autor citará os estudos do folclorista Théo Brandão (1973), que apontaria os maracatus<sup>79</sup> e outros folguedos populares em Alagoas, com destaque para o Guerreiro<sup>80</sup>, como estando vinculados a este tipo de culto. Ele ainda observa um curto período da década de 1910, na capital, que seria fértil de pedidos oficiais para o funcionamento de práticas como fandangos, congós, reisados, presépios e marujadas, bem como para a

<sup>77</sup> Essa fala tem suporte no relato de Luis Veras (s/d), em sua crônica “Natais de Maceió”, onde este autor menciona o maracatu Cambinas de Porto ou Cambinas de Ouro. Ainda hoje, em Pernambuco, pode-se encontrar maracatus como o chamado Cambinda Estrela.

<sup>78</sup> Abelardo Duarte (1974) demonstra que é a predominância do orixá Xangô nos terreiros das Alagoas e de Pernambuco, em relação às outras divindades, que dará origem a esta forma de denominar os locais onde era realizado esse tipo de cerimônia religiosa.

<sup>79</sup> Em sua obra, Théo Brandão reporta a identificação feita por Abelardo Duarte a respeito do maracatu Cambinda de Ouro, que seria “totalmente integrado por negros autênticos, que aliás estavam ligados a um dos terreiros de xangô da Capital” (BRANDÃO, 1973, p. 162). Ainda, de acordo com Ulisses Rafael, era o maracatu, entre todos os folguedos, “o que mais se aproximava do xangô, tanto pelos aspectos estéticos e rítmicos, como pelo fato de seus organizadores serem também pessoas ligadas àquela religião” (RAFAEL, 2004, p. 122).

<sup>80</sup> Folgado nascido em Alagoas na primeira metade do século XX, o Guerreiro se constitui como um auto natalino que mistura diversas outras manifestações folclóricas, como o Pastoril, Bumba-meu-boi, Chegança, Quilombo, Caboclinhos e, sobretudo, o Reisado.

instalação dos próprios xangôs, mostrando o vínculo recorrente entre os organizadores das distintas funções.

Também no que diz respeito à Levada, a forte presença negra e a concentração de diversos folguedos irão revelar a existência de inúmeros terreiros localizados no bairro, sobre os quais veremos mais adiante. No momento, importa deixar claro que a assimilação dessas manifestações pela população em geral, aqui considerada na configuração do lugar enquanto um dos principais palcos da agitação da cidade, aponta para um processo de mistura que representa o desenvolvimento de mecanismos de sobrevivência dessas práticas, trilhando sua apropriação pela cultura predominante.

Traçando um paralelo com o processo de sincretismo que tem lugar no candomblé, em que os orixás serão associados aos santos católicos, muitos desses folguedos passarão a se compor como brincadeiras apresentadas durante o Natal<sup>81</sup>, festa religiosa ligada ao catolicismo, passando a obter, dessa forma, certa aceitação por parte da sociedade, ainda que em caráter restrito.

Entende-se, portanto, que essa seja uma das razões para que, na Levada, fossem enfatizados os festejos natalinos, fato que só vem demonstrar a realidade, tantas vezes aqui apontada, de entrelaçamento dos modos de vida dos que estão à margem com os daqueles que ocupam o centro. A promoção desses folguedos contribuirá para o estabelecimento de um território que se firma como lugar de reunião de pessoas das mais distintas procedências.

No entanto, é na própria caracterização do mercado como elemento dinamizador, que atua na consolidação dessa área próxima ao canal como uma parte do urbano, que podemos localizar o início desse processo de apropriação. Assim, podemos apontar a ocupação representada pelos próprios trabalhadores pobres, instauradora de um forte comércio de rua, como tendo dado ensejo à construção do primeiro Mercado Público da Cidade, de modo a impulsionar a estruturação do lugar, já evidenciada na fala de Thomaz Espíndola em sua “Geografia Alagoana”, datada de 1871: “Dessas praças e ruas são somente dignas de ser mencionadas a praça de D. Pedro II, a das Princesas, a dos Martírios e a do Mercado” (ESPÍNDOLA, 2001, pp. 142-143. Grifo meu).

Aliás, se analisarmos o contexto que envolve o autor deste relato, veremos que Thomaz Espíndola se apresenta como um intelectual representante da classe política do estado, legítimo integrante de uma parcela privilegiada da sociedade local. Sua visão

---

<sup>81</sup> Théo Brandão (2003) chega a apontar o próprio maracatu como um folguedo natalino.

acerca desse logradouro constitui, portanto, um indicador confiável da apropriação do lugar por parte daquela que era considerada “nossa melhor sociedade” (VIEIRA; BARBOSA, 1952). Além disso, conforme abordado no primeiro capítulo, a lógica higienista que permeia o pensamento de Espíndola nos permite supor o tipo de melhoramento alcançado pela área a ponto de recomendá-la aos olhos do escritor.

Porém, essas melhorias irão se consolidar, de forma mais efetiva na região, somente a partir dos aterros realizados no canal da Levada na década de 1890, efetuados, como vimos, pelo presidente da província Pedro Paulino da Fonseca. É nessa época que surgirão as primeiras referências ao logradouro designado como Praça da Intendência, contidas no Almanak do estado das Alagoas para 1891.

Anteriormente designado como largo da Levada, não foram encontrados maiores dados sobre o lugar tanto no período que antecede as obras mencionadas quanto no momento imediato de sua constituição. É certa sua localização margeando o canal e a consequente ampliação e estruturação decorrente do aterramento. Também podemos deduzir, com base no nome com que ficaria conhecido, que ali se localizou, em algum tempo, a sede da municipalidade, mas não foi possível avançar nesse sentido. Essa praça ainda receberia a denominação de Praça Pedro Paulino, certamente devido ao governador responsável por sua efetivação, aparecendo, ainda, na obra de Pedro Nolasco (1964) com o título de Praça da Independência.

Entretanto, as notícias sobre o lugar começam a se mostrar mais definidas somente a partir de sua caracterização mesma como palco das festas de rua da cidade, momento em que essa faixa aterrada passará a ser conhecida pelo nome de largo ou rua do Bom Conselho. Estabelecendo-se como um ponto de encontro das gentes, o local se notabilizará pela realização de jornadas de Pastoril<sup>82</sup>, conforme o relato de Luis Veras:

Esse Pastoril conquistou enorme cartaz, e, sozinho, garantiu um lugar distinguido aos festejos da **Rua Bom Conselho**, em rivalidade com os da Miguel Omena, Estrada-Nova (Com. Leão) e Bebedouro. De 1923 a 1934, retumbantes triunfos asseguravam-lhe o primeiro lugar dentre os rivais da época (VERAS, s/d, s/p. Grifo meu).

A imagem 63 apresenta o lugar já nessa ótica, mostrando a concentração de pessoas quando da realização de festejos. Do antigo canal restará, talvez, um pequeno fio d’água<sup>83</sup>,

---

<sup>82</sup>Folgado que se constitui numa espécie de encenação cantada que homenageia o nascimento de Jesus e sua adoração por pastores. Em Alagoas, ao contrário do que ocorre em Pernambuco, constituía-se numa diversão considerada de caráter familiar.

<sup>83</sup>Não é possível afirmar com certeza que se trata de uma fotografia do canal da Levada, podendo também se constituir numa imagem do riacho do Reguinho, córrego que, como sabemos, fazia a ligação do canal com o oceano. Em qualquer das hipóteses, apresenta-se como um registro único do curso d’água em trecho aterrado.

em destaque na extremidade esquerda da foto, assim como o que parece ser uma pequena ponte e, bem ao lado, a linha férrea.



Imagen 63 – Festa de rua no largo do Bom Conselho, antigo largo da Levada. Sem data.  
Fonte: Superintendência Regional do IPHAN em Alagoas.

Tais festividades realizadas na Levada teriam entre seus organizadores diversos moradores de destaque, sendo um dos mais proeminentes o senhor José Venustiniano Cavalcante Filho, também conhecido como “seu Ioiô”, um dos diretores da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil – CFLNB, empresa responsável pelo gerenciamento da rede de energia elétrica e também do tráfego de bondes em Maceió.

Patrocinador de jornadas de Pastoril, José Cavalcante Filho teria um papel ativo no desenvolvimento do lugar, promovendo também diversas exibições cinematográficas junto aos festejos, no final da década de 1920. O empreendimento teria dado tão certo que no ano posterior, em parceria com um senhor chamado Iago Coelho, ele fundaria um cinema de bairro na Levada, o Cinema Ideal. A empresa aparece retratada nas falas dos cronistas Julio Normande e Luis Veras, que também mencionam os festejos:

(...) aparece um cidadão com o nome improvável de Iago e resolve fazer um cinema junto da festa; arrendou um quintal, arranjou uns bancos toscos de madeira, uma tela de brim e uma máquina de projeção; cercou a área com uma empanada, como um circo, e eis um cinema em plena função.

Mais tarde transferido para prédio próprio, em frente a praça Emílio de Maia, o **Ideal** oferecia uma casa de gosto popular (NORMANDE, s/d, p. 02. Grifo do autor).

(...) pastoril organizado por José Cavalcanti Filho, Yoiô, por sinal idealizador e fundador do Cinema Ideal, com a colaboração de Iago Coelho. Teve como local de suas representações a própria residência do seu Ioiô, no antigo Parque do Rio Branco, ex-Praça/Parque dos Eucaliptos, depois Mercado Municipal. (VERAS, s/d, s/p.).

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Como podemos observar, o último relato, elaborado por Luis Veras, nos deixa uma interessante referência acerca do local de fundação do cinema, apontado como uma antiga praça ou parque onde haveria eucaliptos. De fato, era comum o emprego dessa espécie de árvore na drenagem de terrenos alagadiços, graças a sua capacidade de absorção de água, o que indica que essa pode ter sido uma das soluções adotadas para a drenagem do antigo canal da Levada, em alguma das diversas intervenções urbanísticas efetuadas no lugar, notadamente aquela empreendida em 1912, pelo governador Clodoaldo da Fonseca.

A inauguração do Cinema Ideal aconteceria em 23 de dezembro de 1928, próxima às festividades de Natal, portanto, conforme seria noticiado pelo Jornal de Alagoas nesta data:

Annexo aos festejos do Natal, no Parque Rio Branco, será inaugurado hoje o Cinema Ideal que proporcionará ás exmas. familias e ao publico em geral, durante as festas de Natal, Anno Bom e Reis, atraentes sessões cinematographicas, com fina e escolhida programação e a preços populares. (Jornal de Alagoas, “Cinema Ideal”, 23/12/1928. P. 2).

A imagem que se segue permite uma boa visualização do que seria esse logradouro. Assim como na foto anterior, aparece retratada uma área vasta, atravessada pela via férrea, e ladeada por casas, porém sem nenhum tipo de tratamento que indique a constituição formal de uma praça. Na extremidade esquerda podemos ver o primeiro prédio que abrigou o Cinema Ideal, ainda em estilo eclético<sup>84</sup>.

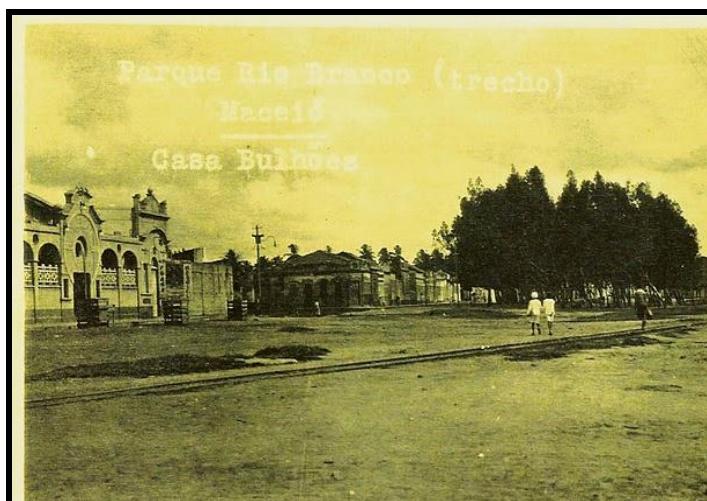


Imagen 64 – Foto do Parque Rio Branco mostrando o primeiro prédio do Cine Ideal, em estilo eclético, à esquerda. Sem data.

Fonte: Arquivo Público de Alagoas.

<sup>84</sup> O Cine Ideal sofreria inúmeras reformas, em que seria atualizado por seus proprietários para os estilos Art Déco e Moderno. Para maiores informações a este respeito, consultar: CAVALCANTI, Isadora Padilha de Holanda; FERREIRA, Antonio Elias Firmino; SILVA, Thayse Rocha. **Lugar Ideal**. In: Anais do I Seminário Internacional – Urbicentros – Morte e Vida dos Centros Urbanos. João Pessoa: UFPB, 2010. CD ROM.

A fundação do cinema passaria a constituir um espaço diferenciado, que começaria a ganhar contornos mais definidos enquanto praça, reforçando o caráter de área de encontro e lazer da população. Porém, sua estruturação mais completa ocorrerá no ano de 1937, durante a gestão de Eustáquio Gomes de Melo, quando é construído no Parque Rio Branco o segundo Mercado Público de Maceió, em substituição ao antigo edifício da praça São Benedito, que seria demolido. Junto com o novo mercado é empreendida a reforma deste logradouro, que passará a ser conhecido oficialmente como Praça Ideal<sup>85</sup>, segundo o relatório enviado pelo prefeito ao Interventor Federal, no qual esta importante obra é mencionada:

(...) atualmente estamos construindo a Praça Ideal no antigo Parque Rio Branco do lado sul do novo mercado (...).

(...) E estou certo de que a praça Ideal depois de terminada será a praça mais bonita de Maceió, queiram ou não os pessimistas de sempre. (RELATÓRIO apresentado pelo prefeito Eustáquio Gomes de Melo ao Interventor Federal. Maceió: 1937. Citado por CALHEIROS; AMORIM, 1986, p. 51).

A inauguração do novo mercado serviria de reforço à destinação comercial que caracterizaria o bairro da Levada, cuja função de lugar de abastecimento da capital já aparece de forma plenamente consolidada na década de 1950, evidenciando-se pelo fato deste abrigar, além do Mercado Público, a Feira do Passarinho, agora designada pelo intenso comércio de gêneros alimentícios, oriundos de localidades que margeavam as lagoas. Tais particularidades são apontadas pelo guia “Maceió no Bolso – Indicador da Cidade de Maceió”, de 1952:

A Levada é um dos tradicionais bairros da cidade. Movimentado de negócios, e servido pelo canal afluente das lagoas do Norte, Mundaú e Manguaba, tendo o seu valioso porto de intenso comércio. É uma grande fonte de renda para o Município (...) O canal vai até o Mercado Público, possui tráfego regular de canoas. Ao lado do Mercado está a feira do Passarinho conhecida como a maior feira abastecedora de frutas, verduras e legumes para a população da capital (VIEIRA; BARBOSA, 1952, p. 83).

O mesmo documento apresenta uma caracterização que nos permite compreender melhor a disposição daquele logradouro, trazendo referências à Rua Bom Conselho, então renomeada como Parque Rodolfo Lins, bem como à Praça Pedro Paulino, rebatizada com o nome de Parque Rio Branco, e à Praça do Ideal, agora denominada como Praça Emílio de Maya. Assim, temos aquele extenso largo já diferenciado em três lugares distintos.

---

<sup>85</sup> A presença do novo mercado, porém, seria determinante para que o lugar se tornasse conhecido como Praça do Mercado.

A denominação como Praça Emílio de Maya passaria a designar a chamada Praça Ideal ou Praça do Mercado a partir de 1939, durante o centenário da capital, como tributo a um famoso advogado e deputado federal alagoano falecido naquele mesmo ano, sendo erigido no lugar um busto em sua homenagem<sup>86</sup>. Agora sede de importantes instituições, como o novo Mercado e o Cine Ideal, além do primeiro restaurante fino da cidade, o Bar Gracy, e a famosa macarronada Eureka, o antigo parque de festeiros populares aparece como uma praça urbanizada vital para a cidade e seus moradores, como se evidencia através de relatos como os de Accioly (2007) sobre a década de 1930:

(...) A maioria das residências de Maceió concentrava-se no centro da cidade, no espaço delimitado por praças, da Praça dos Martírios à Praça Sinimbu, desta à Praça Afrânio Jorge, que junto à **Emilio de Maya**, fechavam o quadrilátero dos principais acontecimentos da cidade. (ACCIOLY, 2007, p. 36. Grifo meu.).

Toda iluminada e ajardinada, com arbustos esculpidos à moda européia, contando com seu famoso caramanchão, a Praça Emílio de Maya se constituiria como um lugar de passeio das famílias maceioenses e dos freqüentadores da área comercial, tornando-se um perfeito reflexo da centralidade adquirida pela Levada no âmbito da cidade. Neste sentido, o próprio relato de Accioly aponta esta praça como um delimitador do centro. A imagem abaixo nos apresenta o aspecto adquirido pelo logradouro, verdadeiro cartão postal nas décadas de 1930 e 1940, períodos de grande desenvolvimento urbano na capital.

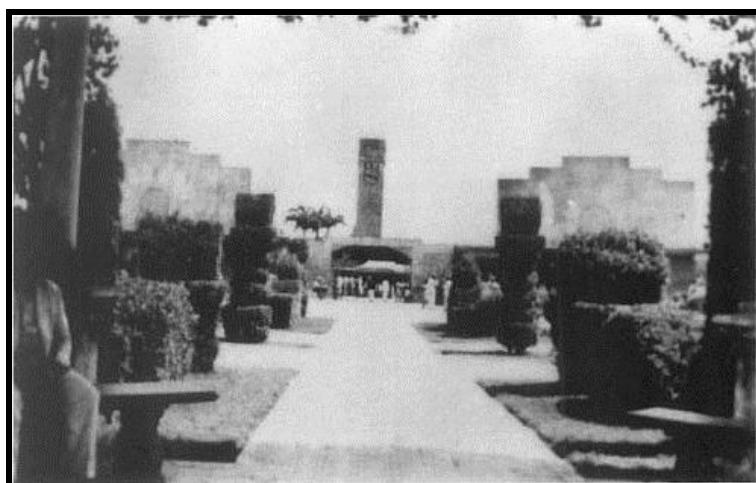


Imagen 65 – Praça Emílio de Maya, vulgo Praça do Mercado, na década de 1940.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

<sup>86</sup> A denominação de Praça Emílio de Maya seria a última recebida pela praça. O busto seria posteriormente transferido, encontrando-se, atualmente, em uma pequena praça da Ponta Verde, bairro nobre da orla marítima.

Esse caráter adquirido pela Levada também aparece refletido na fala de escritores da década de 1930. É assim que no romance “Angústia”, lançado em 1936 por Graciliano Ramos, que tem por cenário a cidade de Maceió, encontramos a seguinte citação: “(...) e eu imaginava que ela residia em Bebedouro, na Levada, em Jaraguá, no Farol, enfim admitia que nos quatro pontos cardeais existiam datilógrafas doentes” (RAMOS, 1975, p. 171).

Podemos observar, neste trecho, como o autor lança mão de referências geográficas de modo a explicitar as ocupações então representativas na cidade. É curioso o recurso empregado por Graciliano Ramos: os quatro pontos cardeais parecem estabelecidos a partir do “centro”, então denominado Maceió, ficando Bebedouro a noroeste, a Levada a oeste, Jaraguá a leste e o Farol a nordeste. Ao sul estaria, justamente, o mar.

Outra menção significativa aparece na fala do historiador Craveiro Costa (1981), em sua obra escrita no ano de 1939, em comemoração ao centenário da capital:

A cidade cresce sempre, Maceió desenvolve-se cada dia. As necessidades do culto católico já determinaram a criação de novas freguesias. Atualmente são quatro: Nossa Senhora dos Prazeres (Maceió), Nossa Senhora Mãe do Povo (Jaraguá), Nossa Senhora das Graças (Levada) e Santo Antônio de Pádua (Bebedouro) (COSTA, 1981, p. 109).

Como é possível notar, os lugares apontados serão quase os mesmos do relato anterior. Porém, uma vez que se trata de uma associação entre o crescimento da cidade e a constituição de novas freguesias, o autor irá se referir diretamente à freguesia de Maceió, encabeçada pela igreja matriz, deixando de abordar o bairro do Farol, talvez porque seu desenvolvimento recente ainda não permitisse o estabelecimento de uma nova paróquia.

Na condição de novo cartão-postal da cidade, a Levada também se configura como uma espécie de entrada oficial para os visitantes, graças aos hidroaviões. O pouso na lagoa Mundaú, uma das primeiras vistas de quem chegava a Maceió, é assim descrito pelo historiador alagoano Manuel Diegues Júnior:

Na Levada amerissam os aviões, de modo que o viajante que chegar a Maceió pelos ares tem um encontro pitoresco com a cidade: através da lagoa. E' um gôsto ver-se aquilo lá de cima; é um labirinto d'água, a que não faltam o colorido dos coqueirais, os mangues extensos, os goiamuns pela areia, e os pescadores apanhando sururú nas suas canoas. A Levada tem assim um interesse turístico e comercial, ao mesmo tempo, por causa dos aviões. (DIEGUES JUNIOR, 1981, p. 216. In COSTA, 1981).

O potencial turístico ressaltado pelo autor, assim como uma certa aura pitoresca, está presente na maioria das imagens que retratam a Levada, sejam aquelas que mostram a feira, os diversos festejos e logradouros, sejam aquelas que registram o pouso dos hidroaviões, como a que se segue. De fato, segundo relatos de moradores antigos da

cidade, assistir à chegada dos aviões na lagoa a partir de algum ponto alto, sobretudo os mirantes, constituía um grande divertimento durante a primeira metade do século XX.



Imagen 66: Hidroavião amerissando na Lagoa Mundaú. Sem data.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

Podemos notar esse aspecto de mitificação ainda na fala de outro autor citado, não por acaso, no texto do próprio Manuel Diegues Junior (1981). Trata-se de registro efetuado pelo escritor Valdemar Cavalcanti acerca do tipo de habitação e do modo de vida do homem da lagoa:

“A casa é o mocambo – todo de palha ou de taipa, coberto de palha. A disposição interna, a tradicional nos mocambos. Como aparelho sanitário, a toica de bananeiras detrás de casa. Um candieiro de flandre na sala. Um coração de Jesus de cromo ou de uma Santa Teresinha. Às vezes o retrato de jornal de padre Cícero. Camas, uns giraus ou esteiras de piripirí.” (Valdemar Cavalcanti, citado por DIEGUES JUNIOR, 1981, p. 216. In COSTA, 1981).

Como podemos notar, essa abordagem apresenta um caráter bastante lírico, porém são dignas de nota as semelhanças existentes entre este relato e aquele realizado em 1851 pelo Vigário João Barbosa Cordeiro, em conotação totalmente diversa, conforme mostrado no primeiro capítulo. Senão, vejamos novamente um trecho de sua fala:

É nesses tugúrios das ruas da Levada, Contiguiba, Santa Maria, Ponta Grossa e outras dessa ordem, que servem de asilo à pobreza (...) Estendidos alguns sobre uma pobre esteira de grosso periperi lançadas mais das vezes no chão humilde, sem terem ao menos trapos que lhes amaciem a grosseira cama. (CORRESPONDÊNCIA endereçada por João Barbosa Cordeiro à Presidência da Província das Alagoas. Maceió: 04/07/1851. Citado por ALMEIDA, s/d, manuscrito).

A comparação entre os textos faz ver que pouca coisa teria mudado acerca das condições materiais que constituíam a vida dos pobres instalados nas áreas mais próximas à lagoa. O crescimento do centro não abarcaria toda a margem. A grande diferença se

daria, de fato, pela contaminação dos hábitos da sociedade local pelas práticas culturais dessa população, o que contribuiria na conformação do urbano.

Dessa maneira, a caracterização da lagoa como uma espécie de lugar bucólico, de contornos paradisíacos, reforçada pela realização de passeios e piqueniques, sobretudo pelos jovens, que buscariam também os banhos lagunares, aparece como uma reedição de um hábito comum à parcela mais pobre da cidade desde o século XIX, conforme demonstrado por Normande (2000).

Sob essa ótica, o novo costume apresentado pelas classes sociais mais abastadas já aparece retratado no livro de Pedro Nolasco (1964), cuja versão original data da virada do século, antes mesmo de constar dos relatos de Diegues Junior (1981) compostos em 1939, e será ainda evidenciado, por sua vez, no filme “Casamento é Negócio?”, a primeira ficção cinematográfica realizada em terras alagoanas, levada a termo pelo italiano Guilherme Rogato<sup>87</sup> em 1933. Contando com atores locais, essa produção teria como cenário a cidade de Maceió e sítios localizados na margem lagunar.

Em dado momento da trama, dois protagonistas, que começam a se envolver romanticamente, marcam um passeio pela lagoa, algo bastante ilustrativo do que vimos anteriormente – só que a história não termina aí. A seqüência de imagens mostra casas de taipa, cobertas com folhas de coqueiros e ao olhá-las, a personagem da moça exclama: “Que lindo! As casinhas parecem debruçadas na água e os coqueiros amparando-as...”. Do mesmo modo, em um outro momento do encontro, o cavalheiro que está com ela emitirá o seguinte comentário: “Vai ver agora um dos mais belos presentes que a natureza deu, a nós, alagoanos. A lagoa Manguaba! Com as águas tranqüilas e piscosas seus coqueirais poéticos, suas canoas sonolentas...”.

Assim, podemos observar como uma realidade antes marginal passa a se constituir como uma espécie de referência identitária, ainda que num caráter mitificado segundo a visão de uma classe social privilegiada. Portanto, embora possamos considerar esse tipo de caracterização como algo que esvazia o conteúdo relativo à condição de precariedade do viver dessa população ribeirinha, não devemos desmerecer o fato de que os olhares aparecem voltados para ela. Sob essa ótica, a fotografia que se segue apresenta um exemplo do tipo de moradia encontrada à época na beira da lagoa, ao mesmo tempo em que exemplifica o cânone de representação tipicamente utilizado para mostrar o lugar.

---

<sup>87</sup> Fotógrafo nascido na Itália, conhecerá Alagoas no ano de 1919, devido a uma exposição de fotografia, passando a residir no estado a partir de então, estabelecendo-se como fotógrafo oficial do governo do Estado em 1921.

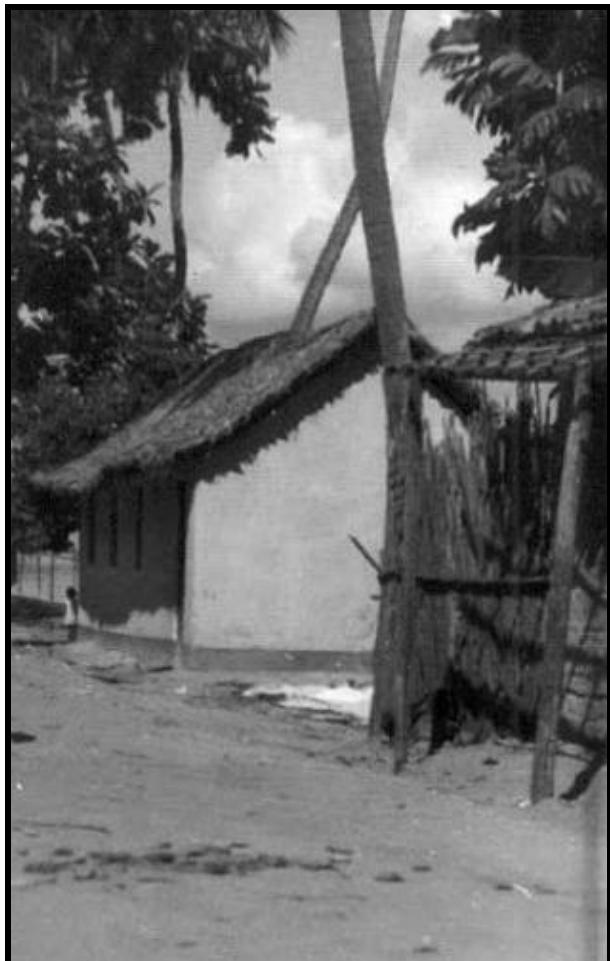


Imagen 67 – Casa tradicional encontrada na margem lagunar. Sem data.  
Fonte: Arquivo Público de Alagoas.

De modo semelhante encontraremos, no grande sucesso representado pelo frevo “Sururu da Nega”, durante o carnaval da cidade na década de 1930, uma assimilação da temática representada pelo modo de vida dos pobres que ocupam a região lagunar, bem como de traços da identidade negra daqueles vinculados a essa condição. A letra, composta em 1934 por Aristóbulo Cardoso e Pedro Nunes, segue mostrada abaixo:

É da favela?!/ Não!/ Nega Juju/ Nasceu num rancho/ Na terra do sururu./ Quadris roliços/ O cabelo atrapalhado/ Quem vê diz que tem feitiço/ No olhar apimentado/ Cavando a vida/ No canal do Mundaú/ Pesca caboco/ massunim/ E sururu./ Em Bebedouro/ No Farol, na Ponta Grossa/ Com o sururu da nega/ A folia é nossa/ Não há petróleo/ Não há porto/ Não há nada/ O bom problema/ É o sururu lá da Levada.

Sob este aspecto, é interessante notar como o sururu se constituirá, já então, como uma metáfora perfeita: saído da lama e estabelecido, desde os primórdios da ocupação lagunar, como a fonte de sustento dessa população à margem, esse marisco passaria a constar também na mesa das famílias ricas e da classe média, comercializado pelos pobres e servido aos turistas como uma fina iguaria. Essa questão também será evidenciada na fala

de Dirceu Lindoso (2000), ao retratar o sururu enquanto base alimentar da cultura lagunar que dará origem a Maceió<sup>88</sup>.

Dessa forma, embora concordando com Sávio de Almeida em sua análise que aponta esta música como “um texto único dos pobres sobre eles mesmos e, assim, a pobreza dos pobres era trabalhada e sentida como a vida” (ALMEIDA; CABRAL; ARAÚJO, 2003, p. 73), é preciso considerar a maneira como seu conteúdo será apropriado, ou seja, o contexto que levará os traços dessa realidade cotidiana a serem absorvidos através de um poderoso filtro.

Parece útil, neste sentido, relembrar a dicotomia estabelecida entre margem e centro, que aparece salientada no episódio de criação da Casa do Pobre, colônia de mendigos dirigida por freiras, instituída na área do Vergel do Lago, em 1930, em terreno doado pela prefeitura. Como temos visto, é este período, englobando as décadas de 1920 e 1930, ilustrativo do grande crescimento da cidade, que constituirá uma espécie de época de ouro da Levada, quando o bairro se tornaria um verdadeiro cartão postal de Maceió. Porém, enquanto os visitantes eram recebidos nos hidroaviões e os festejos aconteciam animados no largo do Bom Conselho, no final da Avenida Santo Antônio, configurando o limite do urbano, estava instalada uma população desassistida, deixada na dependência das irmãs de caridade<sup>89</sup>.

Ilustrando essa questão, o escritor Júlio Normande nos apresenta um interessante relato acerca do cotidiano da orla lagunar nas primeiras décadas do século XX, que aponta para a configuração de uma espécie de “território à parte”, sobretudo nos lugares mais distantes:

(...) os cemitérios desenvolviam-se na Levada e imediações, pequenas zonas de prostituição aí pelas alturas da Rua do Reguinho, do Capim e Santa Maria. Isto é, alternavam-se casas de famílias modestas (comerciários, pequenos funcionários públicos) com 'pensões', **rendez-vous** e cabarés disfarçados em bares. Lá pras bandas da Ponta Grossa então, nem se fala, o ambiente de noite era pesado (...) Dali, a propósito, haviam vários caminhos de fuga para as lonjuras da estrada do Félix Bandeira (NORMANDE, 1987, p. 28. Grifos do autor).

A essa altura, portanto, está mais do que delineado o perfil dos habitantes no centro e dos habitantes à margem, os primeiros caracterizados pela constituição de sobrados e

<sup>88</sup> Nesse sentido, em que pese a crítica efetuada por Dirceu Lindoso, é possível encontrar conjecturas bastante curiosas sobre o estabelecimento de uma “alagoanidade” e o caráter simbólico do sururu no texto do professor Edson Bezerra intitulado “Manifesto Sururu”, que segue anexo a esta dissertação.

<sup>89</sup> É necessário ressaltar que também essa instituição, conforme dados noticiados pelo jornal “O Semeador” em 23 de novembro de 1939, seria detentora de terrenos posteriormente parcelados, de modo a possibilitar a instalação de diversas famílias, que passariam a pagar foro à Casa do Pobre, tendo contribuído certamente para a urbanização da localidade.

moradias de classe média, estabelecidas sobre áreas de aterro, e pelo atendimento de suas demandas relativas à infraestrutura e serviços, e os segundos identificados por sua ocupação de baixa renda representada pelos mocambos, erigidos sobre terrenos alagados, e pela precariedade de suas condições de vida.

Porém, ao mesmo tempo, verifica-se a troca entre os diferentes mundos, vista como uma contaminação, constituindo o cerne da questão insistente abordada neste capítulo, que aponta a configuração da Levada como um território que possibilitou uma espécie de convivência mediada, negociada ou restringida, a indivíduos de todas as classes sociais, o que evidencia um encontro permeado de conflitos.

Nesse sentido, podem ser apontadas ainda as diversas disputas religiosas existentes na área, que concentrava tanto manifestações da religião predominante, qual seja a igreja católica, como uma das primeiras práticas instituídas, no estado, em relação à religião protestante, firmando-se, ainda, como sede da maioria dos terreiros de xangô da capital, conforme mencionado anteriormente.

A primeira notícia encontrada sobre uma instituição religiosa na região aparece na obra de Thomaz Espíndola em 1871, vinculada à tradição católica. O autor se refere à Freguesia de Maceió, que seria composta, entre outras igrejas e capelas, pela de Nossa Senhora da Graça, então situada no lado ocidental da Levada. Nova citação a este respeito será encontrada no Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o anno de 1877, acerca de uma pequena capela de mesmo nome. Ao passo que, conforme mostrado no primeiro capítulo, a obra do escritor Pedro Nolasco, datada de 1899, trará uma importante menção ao chamado “bairro da Graça”, o que evidencia a importância alcançada por aquele templo, que passaria a ser associado ao lugar.

Assim, a presença da igreja certamente concorreu para o desenvolvimento urbano na região. De acordo com notícia veiculada pelo jornal católico “O Semeador” em 13 de novembro de 1937, várias ruas adjacentes eram de sua propriedade e talvez, com o tempo, tenham sido alvo de melhorias. Assim, no Relatório sobre as ruas, travessas, becos, praças e estradas de Maceió, elaborado em 1911 pelo funcionário municipal Braulio Tavares, encontraremos uma alusão ao logradouro conhecido como Praça de Nossa Senhora das Graças, cujo nome teria sido alterado, em 1909, para Praça Guimarães Passos. O conjunto, composto de praça e capela, tem sua localização esquemática mostrada a seguir.

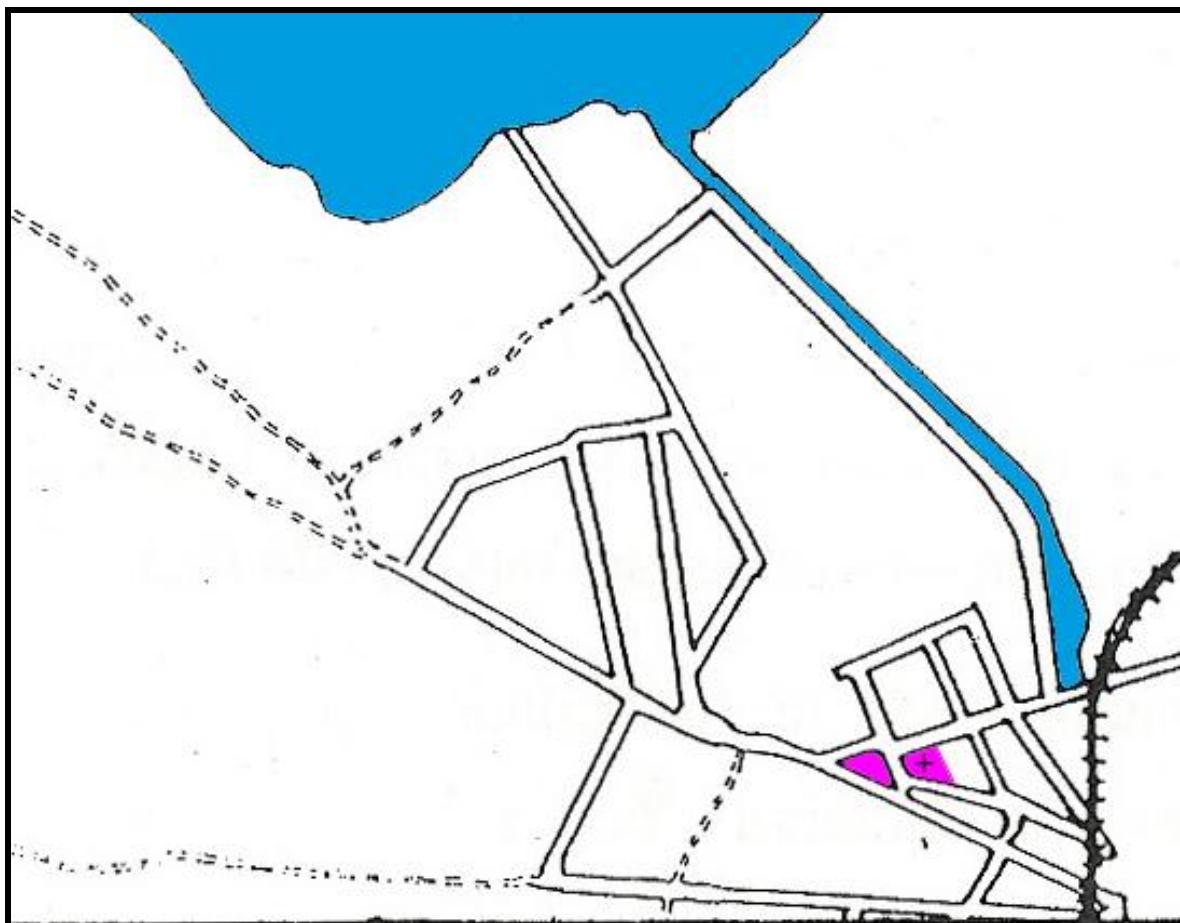


Imagen 68 – Detalhe da planta de Maceió em 1911, mostrando a localização esquemática da capela e praça de Nossa Senhora das Graças, em relação ao canal da Levada e à lagoa.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Por sua localização, devemos supor que a Praça de Nossa Senhora das Graças se estabeleceria sobre solo alagadiço, parte do antigo brejo da Água Negra. De fato, os resquícios do terreno de várzea podem ser vistos na imagem 69, numa época em que o largo ainda não apresentava um tratamento urbanístico. A paróquia de Nossa Senhora das Graças será criada em 1915, mas é somente em 1929 que será terminado o prédio tal qual é conhecido hoje, mostrado na imagem 70. A praça retomaria seu antigo nome entre 1937 e 1938, após a realização de um congresso eucarístico no lugar.



Imagens 69 e 70 – Largo que conformava a Praça de Nossa Senhora das Graças em 1940, notando-se o trecho alagadiço, provável resquício do brejo da Água Negra e vista da Igreja e Praça de Nossa Senhora das Graças na década de 1960, evidenciando a constituição já formal do conjunto.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

Ao mesmo tempo, em época não muito distante, integrando o rol de acontecimentos da década de 1920, será efetuada a construção da sede da Primeira Igreja Batista de Alagoas, também localizada na Levada. Entretanto, a história dessa religião em Maceió viria a se desenvolver já a partir do século XIX, com a chegada do ex-padre alagoano Antônio Teixeira de Albuquerque, que é considerado o primeiro pastor batista brasileiro (GEIER, 2008).

Juntamente com missionários americanos, Antônio Teixeira viria a instituir em 1885 o primeiro templo desse culto no estado, considerado o terceiro do Brasil<sup>90</sup>. Originalmente, este teria funcionado em um prédio localizado na rua da Lama, tradicional ponto de prostituição no centro de Maceió, o que evidencia seu caráter circunscrito. A direção dos trabalhos era, então, dada pela igreja da Bahia.

Após ocupar imóveis em outras ruas da área central, é enfim no ano de 1923 que terá inaugurado seu prédio próprio, em terreno situado na confluência das ruas 16 de Setembro<sup>91</sup> e Avenida Formosa, na Levada, defronte à ferrovia, no antigo parque Rio Branco. As imagens que se seguem permitem visualizar a implantação e o sítio. Como

<sup>90</sup> De acordo com Geier (2008), as primeiras igrejas batistas fundadas no país foram aquelas organizadas no município de Santa Bárbara, São Paulo, nos anos de 1871 e 1879, por missionários americanos, tendo seu culto realizado em inglês, não sendo, portanto, consideradas igrejas brasileiras. Citando a Convenção Batista Brasileira, a autora explica que a primeira igreja voltada para integrantes locais teria sido a de Salvador, fundada em 1882 pelo pastor Antônio Teixeira de Albuquerque, junto com os casais de missionários americanos Bagby e Taylor. Intitulada Primeira Igreja Batista Brasileira, foi pioneira no uso do idioma nacional durante os cultos. Segundo a mesma cronologia, a segunda igreja batista teria sido fundada pelo casal Bagby em 1884, no Rio de Janeiro, intitulando-se Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro.

<sup>91</sup> Ligando-se a Praça Deodoro, antigo Largo da Catinguba, a rua 16 de Setembro marca o início da rua Santo Antônio, na Levada.

podemos notar no detalhe da planta de Maceió de 1927, sua localização pode ser apontada como relativamente próxima àquela da Igreja de Nossa Senhora das Graças.

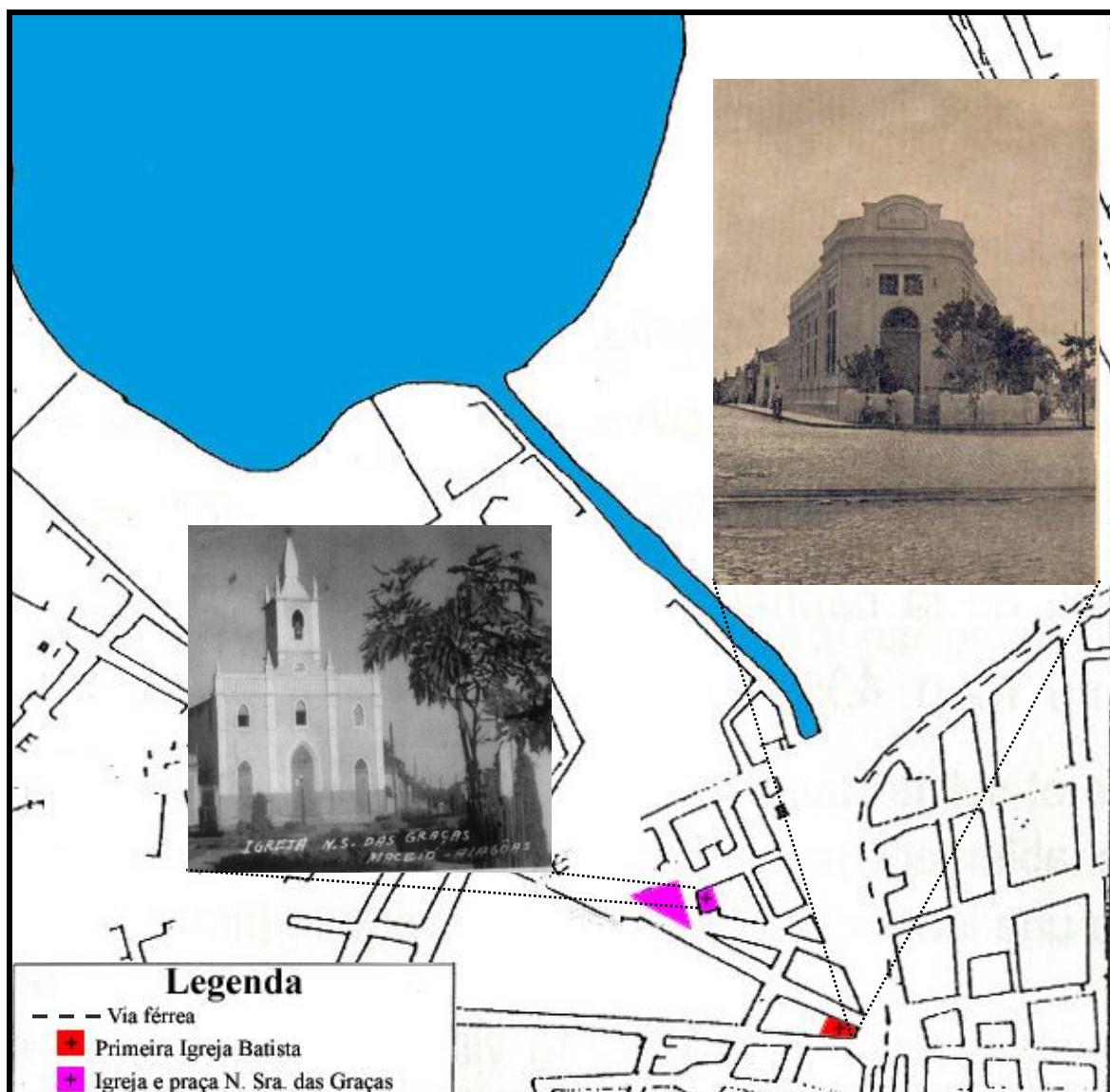


Imagen 71 – Detalhe da planta de Maceió em 1927, mostrando a localização esquemática da Primeira Igreja Batista em relação à Igreja e Praça de Nossa Senhora das Graças. Observar ainda a via férrea, também vista em primeiro plano na foto do alto.

Fonte: Montagem a partir de Cavalcanti (1998) e fotos da Revista Alagoas Reality and potencial 1958 e do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

Essa proximidade seria um fator que favoreceria a ocorrência de ocasionais conflitos. Devemos considerar que numa sociedade predominantemente católica desde os tempos do Brasil colônia, cujos mecanismos de controle e repressão contavam, em geral, com o apoio do aparelho de estado, os adeptos de outras crenças, como a batista, tenderiam a ser tratados como párias.

Uma notícia publicada no jornal “Correio da Tarde”, no ano de 1921, nos fornece uma boa idéia de como se processavam tais querelas:

Amos. srs. redatores do Correio da Tarde:

Cumprimento-os.

Zombando das autoridades, o padre Xavier continua cometendo desatinos: transferiu a festividade do padroeiro, que se ia realizar na igreja, muito distante do templo evangélico, para a frente deste.

Ontem foi celebrada a primeira novena campal e, logo em seguida, cantado o hino ‘Pé de Bode’, da sua lavra, com a música da poesia ‘Pé de Anjo’, acompanhado pelo poviléu, pancadaria e pífano.

O vigário está provocando cenas lamentáveis e perturbando o sossego das famílias, que se julgam sem garantias. (Correio da Tarde. Maceió, 17/08/1921. Citado por GEIER, 2008, p. 34).

O relato desse acontecimento nos permite perceber sob uma lente mais aprofundada os eventos que tinham lugar no largo do Bom Conselho, antigo Parque Rio Branco. Sabemos que na década de 1920, este era palco das festividades religiosas, notadamente as do Natal. Assim, se levarmos em conta o percurso facilmente empreendido entre a Praça de Nossa Senhora das Graças e aquele logradouro, é fácil imaginar que esse era o caminho usual das procissões.

Essa suspeita ganha corpo se observarmos a edição do jornal católico “O Semeador” de 09 de outubro de 1937, que apresenta um itinerário do cortejo em homenagem a Nossa Senhora das Graças, representado esquematicamente na imagem 72, com base nas informações contidas no relatório sobre os logradouros de Maceió em 1911. Segundo aquele periódico, saindo da matriz, a comitiva percorreria as ruas Santo Antônio, São Bernardo, Gabino Besouro (rua Formosa), Miguel Omena, São João, Sant’Anna e 16 de setembro, o que levaria o trajeto a passar, impreterivelmente, pela frente do templo batista, estabelecido na localidade desde 1923. Assim, é provável que a partir da construção da sede batista, os embates tenham se acirrado.

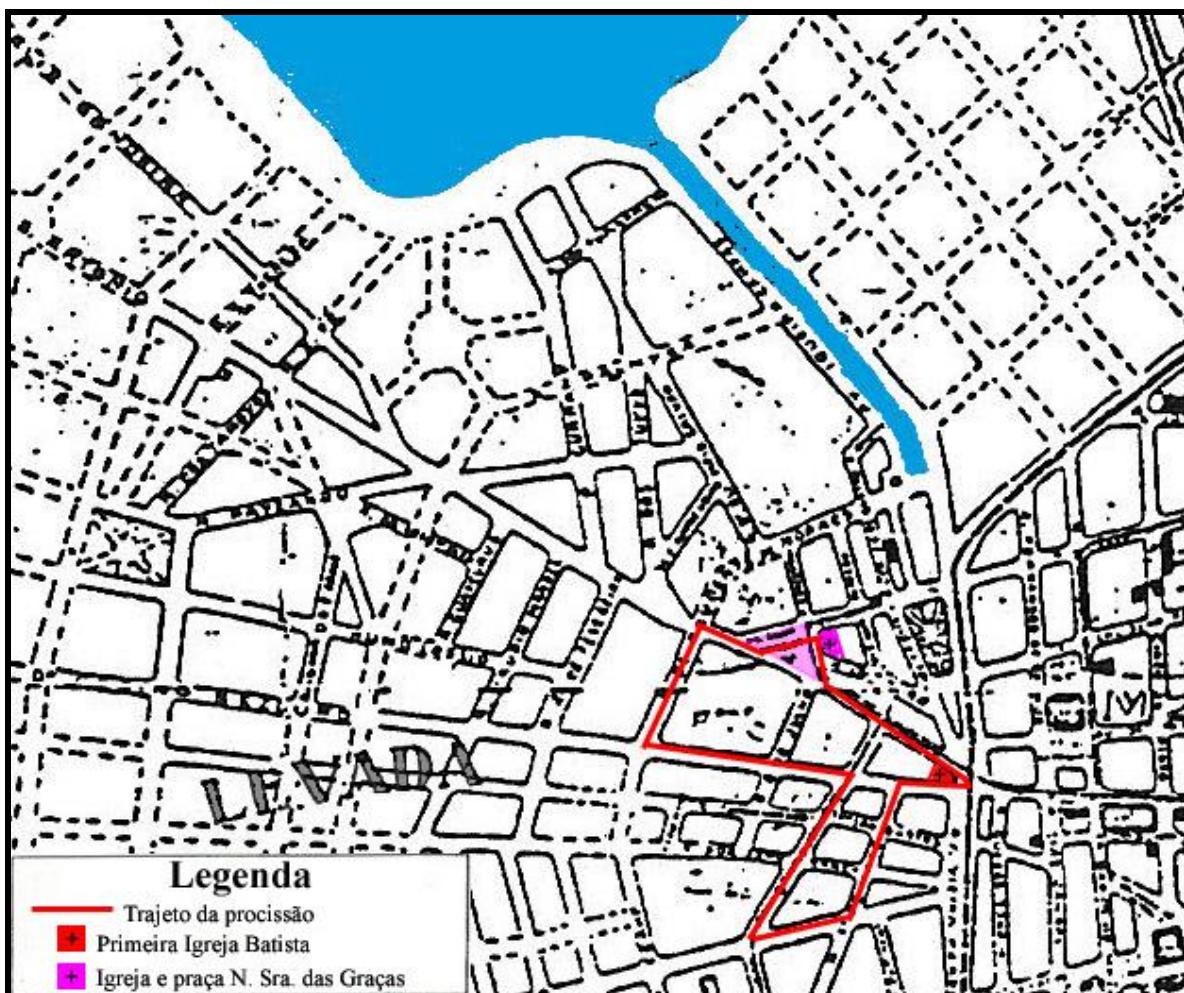


Imagen 72 – Detalhe da planta de Maceió em 1932, mostrando o suposto trajeto da procissão em homenagem a Nossa Senhora das Graças, realizada no ano de 1937, e sua relação com a igreja católica e o templo batista.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (1998).

Outra reportagem do jornal “O Semeador”, datada de 1939, que traça um esboço acerca da história da Igreja de Nossa Senhora das Graças, nos fornece uma interessante pista acerca de tais conflitos:

(...) aos 10 de março de 1928, ficou sob a egide do Revmo. Padre P. Cavalcante Oliveira, o rebanho desta Matriz.

Este jovem sacerdote decidiu iniciar sua lida com romarias, que da Matriz iam a diversos pontos da parochia e isso **devido ao grande numero de seitas heréticas com que os protestantes e espíritas procuravam illudir os fieis**. (O Semeador, “A Paroquia das Graças (Esboço historico)”. Maceió, 23/11/1939. P. 11. Grifo meu).

Como podemos ver, além de mostrar o incômodo com os cultos protestantes, a notícia evidencia uma reação à presença de supostas “seitas espíritas”. Sobre estas últimas, devemos atentar para uma questão recorrente no Brasil, que é o emprego da denominação de “baixo espiritismo” para designar práticas como o candomblé e a umbanda, conhecidas

por também promoverem comunicações espirituais em suas cerimônias. De fato, graças à perseguição sofrida por estas manifestações, a denominação de espíritas seria largamente empregada por elas mesmas, uma vez que o espiritismo alcançaria grande aceitação entre as classes mais abastadas, devido às origens européias desta doutrina, fortemente vinculadas aos ideais positivistas daquele século.

Considerese que, conforme mencionado anteriormente, a Levada seria um dos lugares responsáveis por abrigar a maior quantidade de terreiros na cidade, alguns firmados, provavelmente, desde a segunda metade do século XIX (DUARTE, 1974). Em grande parte devido a este fato, é lá que seria deflagrado o episódio mais brutal de repressão a essa prática religiosa no estado de Alagoas, quiçá um dos piores do país, a chamada Operação Xangô ou Quebra-quebra, em geral denominada como o Quebra de 1912 ou simplesmente o Quebra.

De acordo com Ulisses Rafael (2004), no início do século XX, os terreiros existentes em Maceió e nas suas proximidades gozariam, senão de certa liberdade de culto, ao menos de uma grande tolerância por parte das autoridades políticas, ao contrário do que acontecia, de modo geral, no restante do país. Era o período que se tornaria conhecido, em Alagoas, como Era Maltina, momento em que o governador Euclides Malta, alternando a chefia política com seu irmão, Joaquim Malta, ficaria à frente do poder estadual durante 12 anos.

O grande descontentamento com a situação política daria origem a protestos e distúrbios diversos na capital, insuflados pela oposição ao regime e em parte encabeçados pela chamada “Liga dos Republicanos Combatentes em homenagem a Miguel Omena”. A Liga constituía uma milícia paramilitar, estabelecida com fins políticos, com sede na casa de seu dirigente, Manoel Luiz da Paz, localizada na Levada, no cruzamento da rua do Sopapo, antiga denominação da rua Dr. Miguel Omena, com a rua Pernambuco Novo, atual rua Comendador Teixeira Bastos (VERAS, s/d).

Formada, em sua maioria, por homens de cor (RAFAEL, 2004), a Liga também viria a se compor como uma agremiação carnavalesca, onde eram realizados os ensaios do Clube dos Morcegos, organizado por Manoel Luiz da Paz. Diversas apresentações de folguedos eram ainda patrocinadas nesse endereço, o que o caracterizaria como um palco menor dos festejos na Levada. Ao mesmo tempo, é possível que já nessa época a rua integrasse algum circuito de procissões, talvez no mesmo molde daquele citado na notícia de jornal de 1937.

Porém, um fator de suma importância deve ser acrescentado a essa equação, pois a rua do Sopapo também se constituía como o endereço de um terreiro dirigido pelo babalorixá conhecido como Chico Foguinho, cuja inauguração teria sido prestigiada pelo próprio governador, ali aclamado “representante máximo na terra do deus *Leba* e, portanto, o papa do xangô alagoano” (RAFAEL, 2004, pp. 28-29. Grifo do autor). Graças a episódios como esse, circulariam pela cidade boatos de que a tolerância com essas casas de culto estava ligada ao fato de Euclides Malta se valer da feitiçaria de pais e mães de santo para se manter no poder durante tanto tempo.

Conforme apontado por Ulisses Rafael (2004), outros fatores serviriam de reforço a essa suposição, como a presença assídua de um irmão de Foguinho, denominado Japyassu, no Palácio do Governo ou ainda o fato do dirigente de um dos principais terreiros da cidade, um negro conhecido como Manoel Inglês, constituir-se como membro da comitiva levada por Euclides Malta ao Rio de Janeiro em uma de suas viagens. Não se sabe ao certo se tais acusações eram verdadeiras ou não, mas na campanha difamatória envolvendo esse político e os xangôs da capital, elas seriam largamente empregadas pela oposição.

As ações dos adversários acabariam por provocar a fuga do governador para Recife, no final de janeiro de 1912. Pouco tempo depois, os integrantes da Liga voltariam sua fúria contra os terreiros, numa espécie de revolta por sua suposta ligação com o administrador. Era dia 01 de fevereiro e a cidade se preparava para o carnaval, que ocorreria em apenas uma semana. Celebrava-se a festa da Imaculada Conceição, que na capital era realizada entre 23 de janeiro e 02 de fevereiro, correspondendo, no xangô local, às festividades reservadas a Oxum (RAFAEL, 2004).

Um dos terreiros mais animados, então, era justamente o da rua do Sopapo, que segundo Ulisses Rafael (2004) se preparava, ainda, para dar continuidade aos festejos, com as cerimônias em homenagem a Santa Bárbara ou Iansã. Quando a Liga dos Combatentes iniciou sua perseguição, em função da proximidade, esse teria sido o primeiro lugar atingido. Uma multidão invadiria a celebração, promovendo uma grande pancadaria e quebra-quebra, espancando os adeptos e destruindo móveis e objetos do culto, muitos dos quais seriam queimados numa grande fogueira preparada em plena rua.

Com base na reportagem de um jornalista da época, que relatou em primeira mão o acontecimento, Ulisses Rafael (2004) remonta o trajeto desenvolvido pelos manifestantes. Depois do assalto ao xangô de Chico Foguinho, estes seguiriam para outros terreiros, localizados perto dali, ainda em território da Levada, como o de João Aristides Silva, vulgo João Funfun, e o de Aurélio Marcelino dos Santos, mais conhecido como Pai Aurélio.

No transcorrer da ação, eles teriam se encaminhado para o terreiro de Tia Marcelina, localizado pelo referido jornalista numa “das ruas mais esconsas da Levada”<sup>92</sup>. Africana legítima, então com 93 anos de idade, era considerada a mãe de santo mais famosa da capital<sup>93</sup> e tida como uma das responsáveis pela realização dos trabalhos que buscavam favorecer o governador Euclides Malta. Quando da chegada a este lugar, o cortejo já estaria formado por quase quinhentas pessoas, que caíram com fúria sobre os praticantes do culto. A mais prejudicada seria a própria ialorixá, que sofreria um golpe de sabre na cabeça, vindo a falecer dias depois.

Percorrendo mais algumas ruas da Levada, a multidão chegaria à rua do Reguinho, alcançando o terreiro de Manoel Coutinho, situado próximo ao Teatro Deodoro. Este era um dos pais de santo mais famosos da cidade, constituindo-se, de acordo com Ulisses Rafael, como

(...) um dos poucos, juntamente com Manuel Guleiju, a receber a Coroa de Dadá, irmão mais moço de Xangô, importante distinção do rito nagô transmitida pela Tia Marcelina, que a adquirira originalmente da África (RAFAEL, 2004, p. 35).

Prosseguindo em direção à área central, a comitiva chegaria à rua do Apolo, onde funcionava o terreiro de João Catarina, nas imediações do Palácio do Governo. Os manifestantes também alcançariam o xangô liderado por Manoel Inglês, situado na Ladeira do Brito, ligação entre o centro da cidade e o Alto do Jacutinga, atual bairro do Farol. Como vimos antes, este pai de santo, também mestre de maracatu, apresentava grande ligação com o governador Euclides Malta.

Após o ataque aos principais terreiros situados na área central, vários combatentes seguiriam para a sede da Liga junto com seu presidente, lá depositando inúmeros objetos apreendidos durante o saque. Outros manifestantes, ao retornarem para suas casas, dariam continuidade à investida, atacando lugares na vizinhança de suas residências. Assim, seriam invadidos os xangôs de Manoel Guleiju, no Mutange, de Pai Adolfo, no Poço, de Maria da Cruz, no Frechal de Cima, de Manoel da Loló, no vale do Reginaldo, e muitos outros.

<sup>92</sup> Jornal de Alagoas, “Bruxaria”. Maceió, 08/02/1902. Citado por RAFAEL, 2004, p. 139. Como mostrado pelo pesquisador, essa informação se mostra conflitante com o relato de diversos autores, que localizam o terreiro de tia Marcelina na rua da Aroeira, na área central, já nas proximidades de Jaraguá. Assim, é possível que a mãe de santo estivesse, nesse dia, prestando tributos em outra casa.

<sup>93</sup> Segundo Abelardo Duarte (1974), Tia Marcelina estava para Maceió como Mãe Menininha do Gantois para Salvador. Aliás, este autor faz inúmeras menções ao intercâmbio existente entre os dirigentes de xangôs da cidade com aqueles sediados na Bahia e mesmo de alguma interação com a África.

A ofensiva prosseguiria pelo fim de semana, atingindo o terreiro de Mestre Félix, em Jaraguá, babalorixá considerado de grande influência no círculo governista, e se estendendo para outros povoados e municípios vizinhos, como Atalaia, Santa Luzia do Norte e a então cidade de Alagoas<sup>94</sup>.

De acordo com Ulisses Rafael (2004), os objetos que não foram destruídos durante os tumultos seriam apresentados na sede da liga nos dias após o evento, identificados por um filho de santo que teria escrito em papéis as denominações e finalidades de cada item. Os artefatos seriam depois doados ao museu da instituição conhecida como Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, uma agremiação de comerciários que contava, então, com outros acervos.

Ulisses Rafael (2004) citará Abelardo Duarte quando este aponta que, somente após algumas décadas, graças a uma menção de Gilberto Freyre a esse material, que despertaria o interesse de pesquisadores americanos, haveria toda uma mobilização dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas no sentido de adquirir a coleção, que estava esquecida nos porões da Sociedade. A partir de então ela ficaria conhecida como Coleção Perseverança, nome que se mostra terrivelmente acertado, face aos acontecimentos.

Como consequência imediata da Operação Xangô, Ulisses Rafael (2004) apontará o êxodo dos principais babalorixás e ialorixás e de inúmeros mestres de folguedos para estados vizinhos como Bahia e Pernambuco, tanto em função do Quebra como devido aos atos sistemáticos de violência que se tornariam comuns após o evento<sup>95</sup>. Assim, segundo este autor, após o episódio os maracatus, por exemplo, deixariam de tocar no carnaval de Maceió.

Os praticantes remanescentes da religião dariam origem a uma nova modalidade de culto, investigada pelo pesquisador pernambucano Gonçalves Fernandes durante visita a Alagoas no ano de 1939 e por ele denominada como “Xangô-rezado-baixo” (RAFAEL, 2004). Tratava-se de um formato que dispensava a cerimônia com adereços e batuques, lançando mão de um rito simples, que se utilizava de imagens de santos católicos e onde a marcação era feita com palmas<sup>96</sup>.

<sup>94</sup> Segundo Félix Lima Júnior (2001), a região toda compreenderia cerca de 50 terreiros, “toques” ou casas de pais de santo em funcionamento na época.

<sup>95</sup> As perseguições policiais a essas práticas, que se mostraram irrisórias no início do século XX, em período anterior ao Quebra, de acordo com Ulisses Rafael (2004), se tornariam bastante freqüentes após o episódio, segundo Abelardo Duarte (1974).

<sup>96</sup> A relação entre estas casas e os ditos centros de mesa branca, muitas vezes caracterizados como centros espíritas, ou ainda com outras práticas, como as da umbanda, dada a profusão e mescla com que se estabeleceriam na Levada, permanece como assunto a ser investigado.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Não obstante a necessidade de estudos mais aprofundados acerca dos efetivos rebatimentos do Quebra, observa-se que a mera “perseverança” dessas práticas, ainda que numa roupagem mais simples, seria suficiente para incomodar o poderio do culto católico, conforme demonstrado pela reportagem que menciona a presença, na região da Igreja de Nossa Senhora das Graças, de seitas espíritas que procuravam iludir os fiéis, ainda em 1928. Acontecimentos desse tipo, ocorridos cerca de 15 anos após o ataque, evidenciam o quanto certas manifestações já se encontravam incorporadas ao modo de vida da população em geral.

Ao mesmo tempo, em suas pesquisas, Ulisses Rafael (2004) demonstrará como os contatos entre a classe política alagoana e a nova modalidade de xangô também se perpetuariam. Podemos resumir essa questão numa frase do pesquisador Nina Rodrigues acerca da Bahia, mas que é válida para todo o Brasil e, portanto, para as Alagoas, onde “todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se tornarem negras” (RODRIGUES, 1935, p. 186, citado por RAFAEL, 2004, p. 56).

Assim, é necessário enfatizar que, com uma nova marca associada à discrição, tais modalidades “adaptadas” se tornariam bastante presentes na Levada e lugares adjacentes onde, no decorrer do tempo, rezas e mezinhas continuariam a ser feitas, perpetuando na feira o comércio de ervas e artefatos vinculados ao candomblé<sup>97</sup>, o que pode ser visto ainda hoje, a exemplo do que pode aparecer na imagem 73.



Imagen 73 – Foto da “Comercial Xangô”, loja de artigos de candomblé situada nas imediações do Mercado da Produção. Ano de 2006.

Fonte: Relatório de Caracterização Sócio-Espacial do Bairro da Levada.

<sup>97</sup> Ainda hoje a feira da Levada se notabiliza pela quantidade de barracas de ervas, assim como pelas casas de artefatos ligados ao candomblé e à umbanda, instaladas junto às bancas de frutas e verduras e de artigos diversos. Na antiga rua do Apolo, hoje rua Mello Moraes, no bairro do Centro, lugar de um dos antigos terreiros, até bem pouco tempo também podiam ser encontradas lojas desse tipo.

Esse tema, aliás, seria explorado de forma magistral no documentário “Ponto das Ervas”, elaborado por Celso Brandão em 1978. Em sua obra, o cineasta entrevista o médium e raizeiro conhecido como Professor Oliveira, que detinha um curioso estabelecimento comercial no Mercado, misto de consultório, farmácia e laboratório, denominado “Ponto das Ervas de Senhor do Bonfim”, constituindo-se como uma “Casa especializada em plantas e ervas medicinais para cura de todos os tipos de doenças”.

Em hipótese alguma, portanto, a realidade encontrada na Levada pode ser vista enquanto uma realidade “partida”, mostrando-se o tempo todo entrelaçada, uma vez que no comércio, no mercado, nas feiras, nas festas, nas procissões, enfim, nos diferentes lugares onde o trabalho e o cotidiano possibilitavam a sociabilidade e convivência, os mundos diversos se encontravam, permitindo que também as camadas populares encontrassem meios de fazer valer suas crenças e valores. É graças a essa contaminação que, como vimos, algo da margem definitivamente ocuparia o centro.

Para além disso, verifica-se que a partir da segunda metade do século XX é a própria margem que começa a se voltar sobre o centro. Tenhamos em mente que esse é o momento que marca o crescimento desenfreado das cidades brasileiras, bem como o surgimento de novas centralidades, implicando no comprometimento da capacidade de atração dos antigos centros urbanos, que se degradam pela falta de investimentos, agora direcionados para outros bairros da cidade em expansão. Maceió, nesse sentido, não configura uma exceção.

Se em sua busca por se apropriar da margem, o centro a empurraria cada vez mais para longe – para a margem de fato, a da lagoa –, com o tempo os lugares da planície costeira e lagunar da capital seriam cada vez mais buscados por uma população de baixa renda, sofrendo um grande adensamento. Buscando na cidade grande melhores opções de vida, essa população repetirá um percurso já feito há décadas, passando a ocupar a beira da lagoa, que se mostra uma fonte de sustento, questão concentrada na coleta do sururu<sup>98</sup>. As atividades de pesca e mariscagem darão origem a novas trilhas abertas no mangue, como a que aparece na imagem 74, instituindo-se como caminhos desse habitar.

---

<sup>98</sup> O sururu se torna, então, uma representação do meio de sobrevivência extraído dessa população ribeirinha à lagoa, que engloba ainda diversas outras práticas.



Imagen 74 – Trilhas sobre o mangue na Levada, durante a década de 1940, mostrando dois ocupantes negros da margem.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

Nesse sentido, devemos atentar ainda para a tecnologia utilizada quando do surgimento da favela da Vila Brejal, apontada sob o nome de “varedos”, “ripados de madeira sustentados por estacas fincadas no mangue que serviam de caminhos para os pescadores” (ARAÚJO; ALBUQUERQUE; MACEDO, 1983, p. 33), representando o máximo do habitar a lagoa por parte dessa gente anfíbia.

Adentrando o alagadiço, o varedo termina por configurar, simbolicamente, o processo de demarcação do lugar pela passagem do humano: o caminho não existe, até que alguém avance e estabeleça o primeiro marco. Nesse processo, a passagem dá lugar à fixação: a ocupação das gentes – as casas aos poucos se sucedem, umas junto das outras, e fazem nascer a favela, que será depois incorporada ao solo, tornando-se parte do bairro, contorno.

Este último, como sabemos, será adquirido durante o grande aterro representado pelas obras do Dique-Estrada, a partir de 1978 e ao longo da década de 1980, que possibilitará ainda o surgimento de conjuntos habitacionais sobre a área aterrada e de inúmeras favelas na nova faixa de margem. Ironicamente, o excesso do ocupar trará a devastação do mangue que, somado ao despejo da maior parte do esgoto<sup>99</sup> e do lixo da cidade na lagoa, levará ao escasseio do sururu<sup>100</sup>, essa importante fonte de renda da população.

<sup>99</sup> Maceió apresenta apenas 23% da área urbana com rede de esgoto, estando em fase de finalização pelo governo do estado a rede coletora da baixada lagunar.

<sup>100</sup> Em 14 de dezembro de 2008 chegaria a ser noticiado pelo jornal Gazeta de Alagoas o fim do sururu na lagoa e que este estaria sendo importado de Sergipe para venda no estado.

A concentração cada vez mais intensa de moradores de baixa renda traduz a necessidade de novas opções no que diz respeito ao habitar, mas também ao trabalhar, portanto, à questão de como sobreviver. É assim que o comércio informal se estabelecerá progressivamente, como o meio de vida dessa gente à margem, de modo a conformar a Levada como o lugar dos ambulantes da cidade.

A bem da questão, na segunda metade do século XX, o uso comercial se exacerbará, tornando-se praticamente homogêneo, atualmente, no trecho limítrofe ao bairro do Centro, expulsando as residências dos trechos contíguos para as fronteiras com outros bairros, de cunho mais residencial, o que significa, novamente, expedi-las mais para perto da lagoa, enquanto a área central se torna cada vez mais associada à questão do comércio, que passa também a identificar o bairro da Levada. Estabelece-se assim o ciclo vicioso de transformação da diversidade em homogeneidade, apontado por Jane Jacobs (2003) quanto à desestruturação da vitalidade urbana, que configura áreas da cidade em processo de degradação social e econômica.

Entretanto, como sabemos, esse uso remete à própria consolidação do lugar-Levada, tornando-se constantemente reforçado pela instalação de equipamentos e atividades. A primeira ação nesse sentido se dá com a transferência do Mercado Público para o bairro, o que é acompanhado, posteriormente, pela Feira do Passarinho, talvez no início da década de 1950. De acordo com Félix Lima Júnior (1976), a feira seria relocada a pedido dos comerciantes do núcleo central, visando sanar problemas decorrentes do acúmulo de lixo, sobra de alimentos, mau cheiro, falta de higiene, entre outros. Evidentemente, essas questões não seriam eliminadas apenas com a mudança de endereço, o que nos permite considerar a remoção como um mero expediente ao qual se recorre visando manter essa fonte de incômodo distante do comércio.

É dessa maneira que já na década de 1960 podemos observar a nova conformação da feira às margens do canal da Levada, como é mostrado na imagem 75. Graças a essa configuração, a Feira do Passarinho se estabeleceria como o limite da ocupação comercial e o começo da zona residencial na área (NASCIMENTO, 2004).



Imagen 75 – Feira do Passarinho ocupando as margens do canal da Levada. Do lado direito, podemos ver ainda parte da favela conhecida como Vila Brejal, que aparece parcialmente constituída já na década de 1960.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

Na década seguinte, com o aterramento deste trecho do canal para a constituição da quadra onde seriam instalados o Mercado da Produção e a CEASA/AL, a feira seria removida para o lado do antigo Mercado Público, nas imediações da Praça Emílio de Maya e da via férrea.

Ao mesmo tempo, o início da ocupação desta praça por diversos ambulantes já teria ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960. De fato, mostrava-se comum, ainda na década de 1940, uma certa concentração de pequenos comerciantes em torno do Cinema Ideal, cuja entrada estava voltada para este logradouro. Porém, a mudança do acesso para a rua 16 de Setembro e o consequente deslocamento das barracas para aquele trecho traria prejuízos para o fluxo de veículos, o que levaria à relocação das bancas definitivamente para a Praça Emílio de Maya, fazendo parte de ações de “embelezamento” propostas pelo prefeito Sandoval Cajú para os bairros da planície flúvio-costeira (NASCIMENTO, 2004).

Inicialmente ocupando o lugar apenas durante o dia, ou operando somente nos fins de semana, a partir da década de 1970 os ambulantes começam a se estabelecer de forma fixa na Praça Emílio de Maya. Ao mesmo tempo, com o aterro do canal e a transferência da feira, a nova quadra surgida após a praça seria cada vez mais ocupada por ambulantes, uma vez que o espaço interno do terceiro Mercado Público, agora configurado como Mercado da Produção, assim como o da CEASA/AL, também se tornam insuficientes para a demanda de comerciantes. Podemos observar a dimensão dessas áreas de entorno, que passariam a constituir a Feira Livre da Levada, na imagem 76.

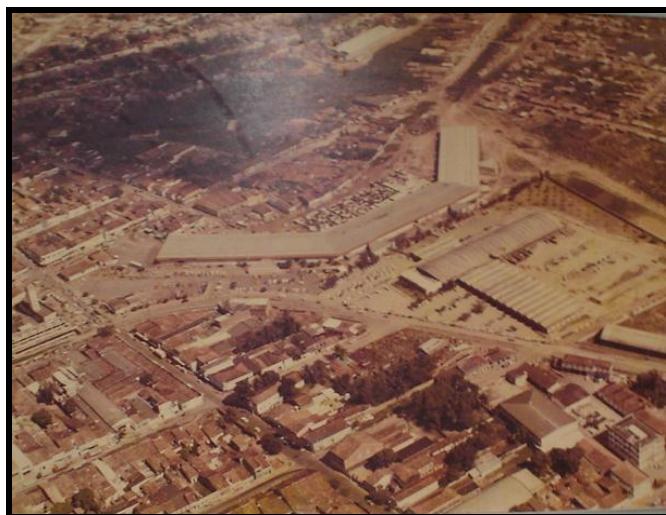


Imagen 76 – Vista aérea mostrando a quadra onde seriam locados os prédios do Mercado da Produção, da CEASA/AL e do Bompreço, instalado posteriormente. Sem data.

Fonte: Relatório de Caracterização Sócio-Espacial do Bairro da Levada.

Uma nova espacialidade será forjada nesse processo. A construção da CEASA/AL ajuda a acentuar a função de abastecimento da Levada no âmbito da cidade, só que agora numa escala muito maior, o que vale também para o novo mercado e para a quantidade de ambulantes que se estabelece no local. Ao mesmo tempo, o antigo Mercado Público na Praça Emílio de Maya é transformado em Mercado do Artesanato de Maceió, novamente pondo em destaque a importância turística consagrada ao bairro.

Na década de 1980, o aumento da quantidade de barracas na Praça Emílio de Maya começa a configurá-la como um verdadeiro “camelódromo”, implicando em uma maior dificuldade no acesso ao lugar e levando ao fechamento do antigo Bar Gracy. Também nesse período tem-se a transformação do Cine Ideal num cinema pornô. É ainda a partir de 1985 que o antigo núcleo da Feira do Passarinho, situado ao longo da ferrovia, se tornaria conhecido como Feira do Rato, comercializando produtos de origens duvidosas<sup>101</sup>, muitas vezes frutos de roubo e contrabando, expostos diretamente sobre os trilhos<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> A arquiteta Bárbara Nascimento (2008) aponta que um pequeno núcleo vinculado à Feira do Passarinho permaneceria estabelecido perto do canal, mantendo-se no lugar até hoje, comercializando aves. Entretanto, esse é um dos equívocos freqüentes em relação à Levada, pois o referido comércio encontra-se situado junto ao trecho canalizado do antigo brejo da Água Negra, provavelmente associado ao canal da Levada a partir da década de 1970, como já vimos. No entanto, é interessante imaginar até que ponto essa atividade é caracterizada pela população, sejam os vendedores ou os freqüentadores, como remanescente da antiga feira. E ainda até onde essa memória forjada tem como lastro uma suposta identificação entre a feira e o lugar onde ela se estabelecia, reconhecido por todos como o antigo canal da Levada, ainda que geograficamente não seja o mesmo. Esses são aspectos a serem observados com maior atenção.

<sup>102</sup> Graças a essa característica tão pitoresca, a feira já se tornou objeto de reportagens em cadeia nacional. Atualmente, essa atividade encontra-se suspensa, graças à implantação do VLT, que determinou o cercamento da área.



Imagen 77 – Feira do Rato em 2010.

Fonte: Acervo pessoal.

Na década de 1990, outros empreendimentos que marcaram época na Levada encerrariam sua trajetória, como a Macarronada Eureka, que se muda para o bairro de Jaraguá e o Cinema Ideal, que se torna uma loja de móveis. Também nesse período temos a transferência da Primeira Igreja Batista para outro terreno, localizado mais à frente na rua 16 de Setembro. Um dos motivos apresentados por Geier (2008) para este fato diz respeito a grande presença de ambulantes na entrada do templo, fator que também teria contribuído para a decadência do cinema. A partir de então, o prédio original permaneceria fechado, sendo comprado por um comerciante e reformado em 2011 para virar uma galeria de lojas.

A comparação de diferentes fotografias do lugar na década de 1970 e no ano de 2006, vistas nas imagens 78 e 79, nos fornecem uma boa idéia acerca da invasão dos ambulantes em passeios e vias públicas. O prédio já não é mais o mesmo da década de 1920, tendo sido ampliado por reformas que lhe emprestaram uma aparência com traços neogóticos. A imagem 80 mostra uma versão mais atual.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



Imagen 78 – Vista da Primeira Igreja Batista por volta da década de 1970. Notar a ausência de ambulantes na área.

Fonte: Geier (2008).



Imagens 79 e 80 – Vista da Primeira Igreja Batista em 2006 e 2011. Notar a grande ocupação de ambulantes na área.

Fonte: Acervo pessoal.

É também no início da década de 1990 que o Parque Rodolfo Lins, popularmente conhecido como Praça do Pirulito, terá seu desenho modificado com a implantação de

baias receptoras de ônibus com destino a diversos pontos da cidade. É provável que tenha sido nesse momento que a rua Formosa se constituiu como o importante corredor de ônibus que é hoje.

A intervenção tinha como objetivo evitar a entrada desses veículos em lugares que passariam a compor o calçadão do comércio central. Nos trechos remanescentes do logradouro, situados além da área destinada aos abrigos de passageiros, outras barracas de ambulantes seriam instaladas, a reboque do intenso fluxo de pessoas.

Ainda nesse período, têm início as discussões da proposta de transferência da CEASA/AL para a parte alta da cidade, o que só será efetivado mais de uma década depois, no ano de 2006, representando uma mudança significativa na dinâmica do bairro. Os motivos apresentados pelo Governo do Estado apontariam a obsolescência de suas instalações e condições operacionais, demonstrando a sucessiva falta de investimentos em infraestrutura no tradicional lugar de abastecimento da cidade, concentrador ainda hoje de uma grande variedade de atividades econômicas de atacado e varejo, notadamente de caráter informal.

Nota-se ainda, nos dizeres de Almeida (2007), a desestruturação física e econômica da Feira Livre e o declínio do Mercado da Produção, com a evasão de comerciantes e usuários. Para esta autora, a transferência da CEASA representa a negação de uma condição atribuída ao bairro da Levada e desconsidera relações forjadas ao longo do tempo. Porém, devemos retomar a natureza do lugar enquanto fronteira, característica da primitiva margem, que se estabelece como caminho das pessoas rumo ao centro urbano, fluxo em função do qual surge o comércio.

Assim, tendo em vista que essa qualidade se mantém, a saída da CEASA pode ser considerada uma oportunidade. De fato, os rumores sobre a transferência acabaram por dar certa visibilidade ao bairro, evidenciando um lugar vinculado à formação da cidade e que, embora tido como sujo, desagradável, desorganizado e violento, socialmente marginalizado e ambientalmente degradado, permanece freqüentado por muitos, atraindo multidões que seguem comprando nas feiras, mercados ou camelôs. O próprio prédio construído em 1978, sede original da instituição, que hoje permanece subutilizado, constitui um projeto arquitetônico inovador<sup>103</sup>, situado numa área-chave do bairro, e pode

---

<sup>103</sup> O projeto da CEASA/AL é elaborado com base na tecnologia da argamassa armada, desenvolvida pelo engenheiro uruguai Eládio Dieste e empregado graças à experiência trazida pelo encontro entre este e os arquitetos gaúchos Carlos Maximiliano Fayet e Carlos Eduardo Comas.

vir a se tornar um elemento simbólico num processo de melhoria das condições urbanísticas do lugar.

A bem da questão, nas referências que encontramos a respeito da Levada, o trecho onde tem início sua distinção histórica enquanto lugar, estabelecido a partir do canal, é recorrentemente citado, mostrando-se constantemente reinvestido de sentido. De modo semelhante, nas palavras de Almeida (2007),

(...) o complexo de abastecimento alimentício, composto pela feira livre, Mercado da Produção, supermercado Bompreço e, hoje, o prédio da CEASA/AL, é o centro do bairro, local onde as “Levadas” se encontram, sintetizando as tantas identidades que o bairro possui. (ALMEIDA, 2007, p. 38. Grifos da autora).

Porém, é na dissertação da arquiteta Bárbara Nascimento (2008), intitulada “A imagem do lugar e seus reflexos: um estudo do bairro da Levada” que encontraremos dados mais significativos a esse respeito. Como o próprio título já diz, o trabalho se trata de uma tentativa de estabelecer a imagem atual apresentada pelo lugar denominado como Levada, sob a ótica daqueles que o habitam e freqüentam e ainda na visão dos demais moradores da cidade.

A autora fará uso de uma abordagem que combina entrevistas direcionadas e o uso de associações visuais livres e dirigidas, cujo estrato é selecionado através do critério da localização geográfica, dentro do bairro e nos diversos bairros da cidade, buscando contemplar grupos distintos, como moradores, comerciantes, visitantes e não-visitantes. A partir daí, suas conclusões acerca da imagem apresentada pela Levada, segundo a visão dos que freqüentam ou não freqüentam o lugar, passam a apontar semelhanças intrigantes entre os dois grupos.

Assim, segundo Bárbara, a maioria dos entrevistados associará à Levada um único elemento: o Mercado da Produção, como representando a totalidade do bairro, verdadeiro símbolo deste, tomando-se as qualidades de um como inerentes ao outro. De maneira que o lugar apresentaria um aspecto agitado, barulhento etc. Do mesmo modo, a sensação de confusão seria, segundo os freqüentadores, um sinal de que se chegou à Levada. Nesse sentido, muitos relataram a forte identificação através de cheiros e sons: de frutas e ervas ou do burburinho da feira, dos bordões dos vendedores e ainda do apito do trem. Também a Praça do Pirulito<sup>104</sup>, cortada pela ferrovia e ocupada por ambulantes e abrigos de ônibus, embora pertença hoje ao bairro do Prado, permanece fortemente atrelada à Levada.

---

<sup>104</sup> Nome mais conhecido do Parque Rodolfo Lins, antiga Rua do Bom Conselho.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Essas questões estarão mais presentes nas falas dos não-moradores que, segundo a autora, apontam um bairro quase exclusivamente comercial, também conhecido como “bairro do Mercado”, cuja delimitação é bem menor que a divisão oficial. Para estes entrevistados, as áreas residenciais pertenceriam aos bairros vizinhos do Vergel do Lago, da Ponta Grossa ou do Prado, cujo território, como sabemos, integrava de fato a Levada. Elaborada pela autora, a imagem abaixo nos ajuda a compreender o lugar demarcado.

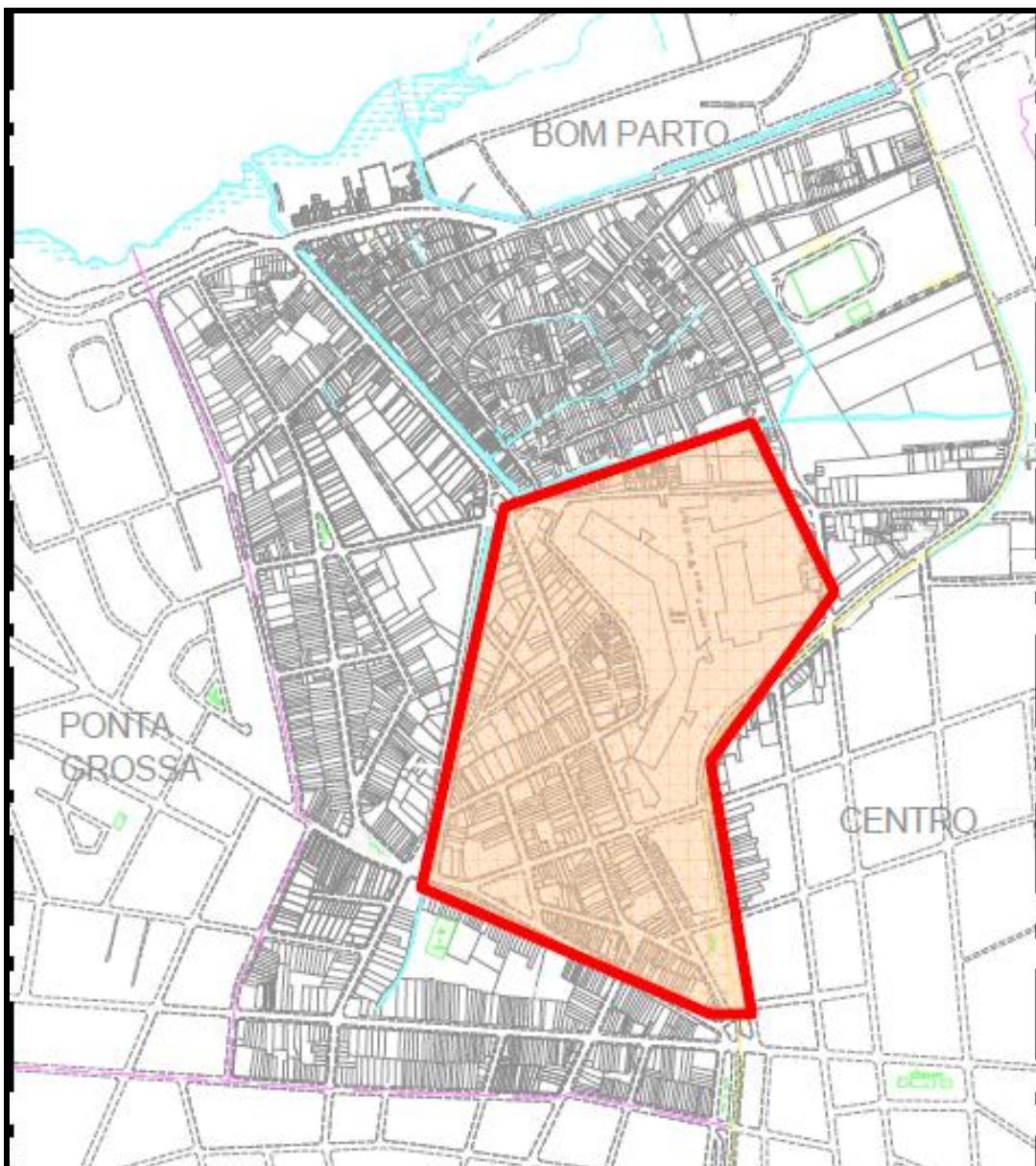


Imagen 81 – Área delimitada pelos não-freqüentadores da Levada como sendo o perímetro do bairro.  
Fonte: Nascimento (2008).

Uma das preocupações apresentadas por esse grupo, como mostra Bárbara Nascimento (2008), teria relação com a necessidade de se orientar dentro do bairro, dada a sua configuração tida como caótica. Por esse motivo, o prédio do Cine Ideal é citado com

frequênci a, em sua importância arquitetônica e histórica, mas fundamentalmente devido ao fato de sua fachada abrigar um ponto de ônibus, importante recurso de localização.

Essa lógica provavelmente está relacionada a outro aspecto significativo, apontado pela autora a respeito dos “não-visitantes”, evidenciando que todos apresentaram algum tipo de contato com a Levada, que não era desconhecida para nenhum deles, o que atesta o quanto o lugar se faz presente na dinâmica urbana de Maceió ainda hoje. Esse grupo, não por acaso, apontou a localização do bairro como sendo uma de suas características mais positivas, assim como indicou como um traço negativo sua degradação.

Porém, o que de fato surpreende é o mapa elaborado por Bárbara Nascimento (2008) acerca dos elementos agora apontados pelos moradores como significativos no que diz respeito ao bairro, o que é evidenciado na imagem abaixo.

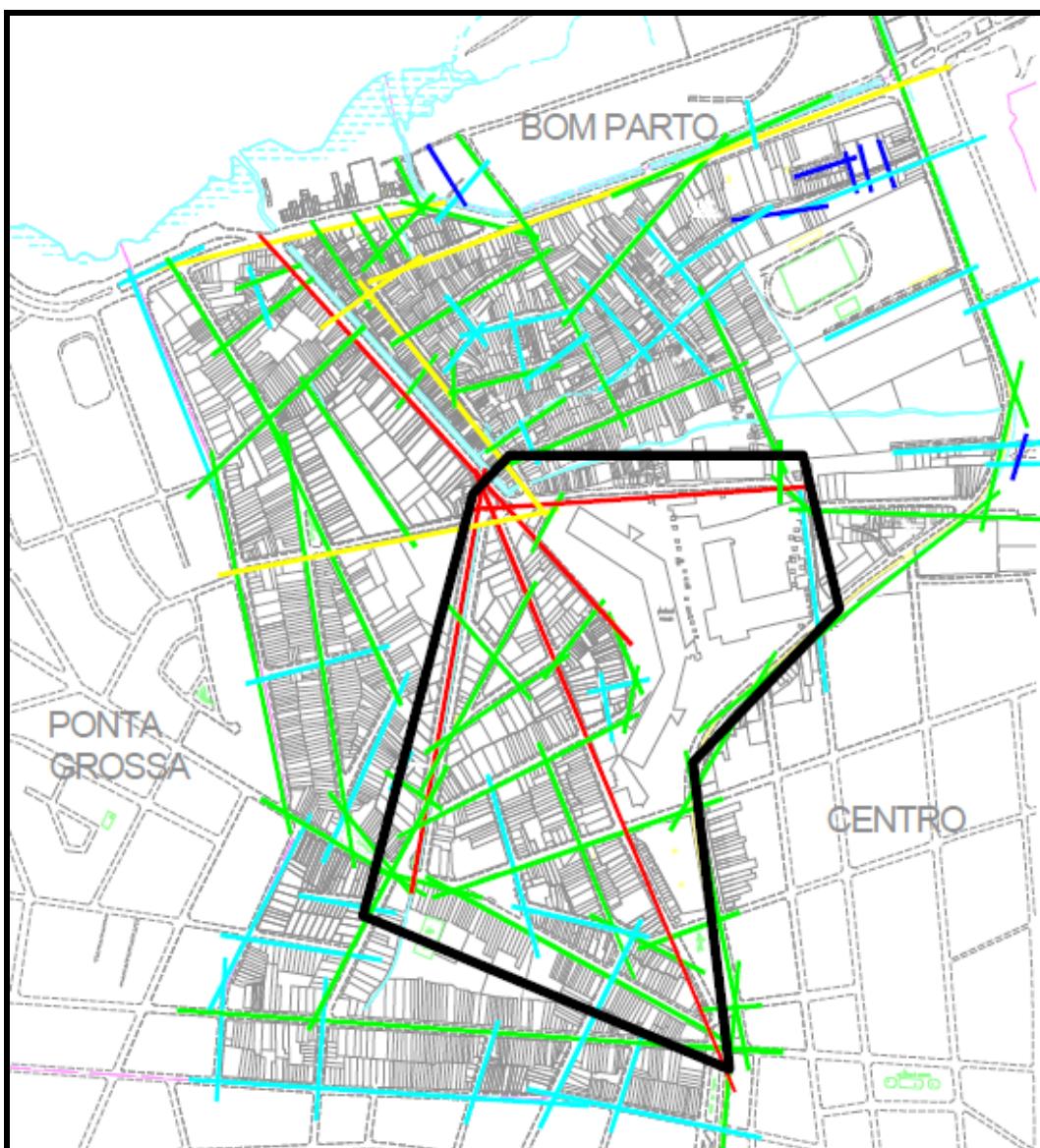


Imagen 82 – Mapa de integração global com base nos elementos significativos apontados pelos moradores.  
Fonte: Nascimento (2008).

Conforme se verifica na comparação entre as duas imagens, o perímetro identificado no segundo mapa se mostra praticamente idêntico àquele demarcado pelos não-freqüentadores, com a diferença de que, segundo a autora, esta área é caracterizada pelos habitantes como o “coração do bairro”, lugar de elementos marcantes, ainda existentes ou não, como a Igreja de Nossa Senhora das Graças, o Mercado do Artesanato, a Primeira Igreja Batista, o Cine Ideal, o Primeiro Centro de Saúde, além da sorveteria popular, panificação Rio Branco, a Macarronada Eureka, o Bar Gracy e a Praça Emílio de Maya.

Assim, se temos para os não-moradores o “bairro do Mercado”, para moradores teremos o bairro da Levada, onde, de acordo com Bárbara, a identificação destes elementos estaria associada a edificações arquitetônicas consideradas significativas, mas também e de forma bastante intensa, a lembranças vinculadas à história do lugar e ainda a instituições importantes no cotidiano. Mostram-se entrelaçadas, portanto, vivências do ontem e do hoje, pois a área demarcada também seria a mais freqüentada da Levada, o que explica porque a fala se mostra parecida no que diz respeito a entrevistados velhos e jovens, moradores ou não.

A pesquisa efetuada pela arquiteta vem ao encontro do que este trabalho identifica, no sentido de que, permanentemente freqüentado pelas pessoas, continuamente investido de sentido pelos diversos grupos e acontecimentos, o trecho limítrofe entre a Levada e o Centro, lugar caracterizado pelo antigo canal e pela via férrea, se estabelece como um espaço-síntese das experiências vividas, suporte da memória coletiva, verdadeira mònada, que ajuda a contar a história do bairro e da cidade, quiçá de Alagoas.

Caracterizam-se os lugares a serem preservados, portanto, como aqueles que se tornam a instância dessa troca fundamental, que é o encontro do ser com o outro. Ao longo do tempo, onde é possível reconhecer o humano encarnado nas ações que moldam o espaço, nas configurações que persistem porque permitem essa identificação, e no agora, onde o conviver permite a instituição e apreensão de um substrato comum: a qualidade partilhável que nos une.

## ***Epílogo***

A tentativa de descobrir qual o lugar da Levada na memória de Maceió traz, na verdade, sua própria resposta: a memória da cidade guarda consigo uma Levada que se institui como lugar ao longo do tempo. Lugar presente na vivência cotidiana da maior parte dos moradores da capital; memória que, como vimos, não foi apropriada na elaboração da história desse urbano. Levada que permanece uma “ilustre desconhecida”.

Ou, mais propriamente, Levada à margem – enunciado ambíguo que reflete uma condição de ser, mesmo quando se torna sinônimo das abordagens que concorrem para desvalorizar o lugar, a história e a vida de seus ocupantes, mas sem conseguir esvaziar sua potência. Pois em que pese o descaso, é da força de uma matéria viva que esse trabalho se vale, evidenciando algo em seu valor para o humano, posto que mantido. Assim que podemos afirmar como o fazer da história não se opõe à memória, mas antes desta se serve, fortalecendo-a e à própria instância do vivido.

É enquanto testemunha do humano que habita as lagoas que a Levada evidencia sua potência, trazendo um fazer cidade que se apropria da região lagunar e culminando por desvendar a formação da própria realidade denominada Alagoas, como relacionada à presença marcante da água que distingue o espaço e caracteriza o território, tendo garantido sua identificação enquanto lugar. Atestando, portanto, que impossível se faz entender Maceió e as Alagoas sem entender a Levada – porém, forçoso é dizer que por muito tempo assim foi feito.

É desse modo que nos defrontamos com uma tradição historiográfica local cujas formulações não permitem aprofundar as razões da formação do território das Alagoas, dada a necessidade de maiores conhecimentos acerca dos condicionantes espaciais de tal ocupação. A carência de considerações nesse sentido acaba por desprezar os elementos que permitem elucidar, por exemplo, quanto ao que teria ocasionado o surgimento de um pólo colonizador calcado no complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba, dando origem, simplesmente, a primeira capital da província. O mesmo se pode dizer quanto à posição exercida pela fundação de Maceió como parte desse processo. No entanto, é importante ressaltar o trabalho desenvolvido por alguns pesquisadores ainda neste âmbito, entre os quais se deve destacar a figura de Dirceu Lindoso, possibilitando que essa história comece a ser contada.

Devemos considerar que compreender esse processo significa apreender o homem que recorta a margem e nela institui seu lugar. Isto, mais do que tudo, permite apontar os silêncios gritantes que configuram a história alagoana, estabelecendo-a como um texto, o mais das vezes, desconexo. Em meio a tantas lacunas este trabalho busca se inserir, enquanto tentativa de compreender as escolhas efetivadas pelo humano acerca do espaço, de modo a transformá-lo em lugar, reinvestido de sentido ao longo do tempo. Escolhas determinantes para a constituição da Levada, como das Alagoas, pois a história contada nos atesta o papel das populações de trabalhadores pobres e negros que povoaram o mangue, sobretudo em Maceió.

Dando continuidade a este raciocínio, faz-se necessária uma última ressalva no tocante aos vazios que permeiam a história da capital, a respeito do número inexpressivo de análises historiográficas abordando a cidade, notadamente sua evolução urbana, algo bastante revelador em si. De tal modo que o único trabalho realmente significativo neste âmbito, dotado inclusive de uma cartografia inédita sobre Maceió, é uma tese de doutorado escrita em francês que permanece há quase 15 anos sem publicação. Mas é importante observar que mesmo esta monografia, em que pesse sua contribuição pioneira primorosa, não se propõe uma análise da constituição da cidade a partir do povoamento da região lagunar.

De maneira que é preciso dizer da Levada em função de tais silêncios. Escrever sua história ainda por contar, enfrentando a ausência mesma de considerações mais aprofundadas sobre o lugar. Em meio à história da capital, a constituição da Levada é uma lacuna evidenciada através das poucas falas que, quando ocorrem, apresentam um caráter esvaziado e se restringem a análises superficiais, estabelecendo-se de duas maneiras: nos fragmentos em que se menciona a ocupação feita no mangue, retratando sempre uma área deteriorada, ou numa elaboração narrativa mitificada, que ilustra uma espécie de “época áurea”, em que o bairro é apontado como um dos cartões postais da cidade – sendo esta a vertente mais difundida.

Fazendo valer a importância da água enquanto elemento geográfico determinante na constituição de uma espacialidade denominada Alagoas, espacialidade culturalmente configurada e politicamente reconhecida, os primeiros apontamentos a se destacar na investigação sobre a formação da Levada dizem respeito à ocupação da região lagunar em si, instituindo o potencial de navegabilidade das lagoas como o elemento-chave para o estabelecimento, pelo homem português, do terceiro pólo de colonização em solo alagoano, propiciando a fundação de cidades resguardadas, mas em contato com o mar,

despontando a antiga capital. É neste sentido que as lagoas aparecem retratadas como verdadeiras portas líquidas, favorecendo as incursões pelo território e a fixação do habitar.

Tais percursos se efetivarão no estabelecimento de rotas lagunares, interligando povoados e firmando uma rede de ancoradouros, numa organização que é apenas em parte conhecida. Urge aprofundar-se no estudo desta trama, cuja real importância ainda não foi mensurada, mas que se mostra evidente na constituição de Maceió, tendo seguramente influenciado na fundação mesma do núcleo embrionário da cidade, o primitivo engenho, com destaque para as antigas ocupações de arrabaldes, em sua maioria instituídas na margem da lagoa, beirando pequenos braços d'água formados por riachos e canais. Presume-se que muitos dos bairros e localidades da capital, surgidos nessa configuração, devem sua origem a estes portos lacustres, trazendo à tona uma cidade delineada a partir da lagoa.

Pode-se apontar Maceió como um fruto tardio do processo de ocupação da região das lagoas. Ao mesmo tempo em que a Levada aparece como a ocupação da margem, da baixada lagunar da cidade. Importa relembrarmos aqui o papel desempenhado pela configuração física da capital, em que o núcleo original de povoamento, intitulado Maceió, depois Centro, firma-se sobre o platô, único terreno algo elevado em meio às terras baixas alagadiças e rematado por encostas.

É como um terraço cercado pelas águas que Maceió surge, na forma de uma quase-ilha. Nessa espacialidade marcadamente anfíbia, os primeiros bairros se estabelecerão na parte baixa, mais fácil de ocupar, no esteio das rotas e ancoradouros lagunares e marítimos, rede em meio à qual também será firmado o porto da Levada. Consideremos, ainda, que já a partir da primeira rota, utilizada para o desembarque do açúcar no antigo porto do Trapiche da Barra e seu transporte por terra até a enseada de Jaraguá, configuram-se os contornos da extensão posteriormente denominada Levada, conformando o imenso alagado em torno do núcleo urbano.

Designando toda uma espacialidade definida como a beira da lagoa que alcança Maceió, a Levada se institui então como borda de um centro, configurada a partir dos caminhos que, entrando pela margem, conduzem à tal centralidade-Maceió. Assim, por este prisma, temos o curso d'água próximo ao vilarejo como porção de lagoa que adentra o continente, firmando-se a passagem das pessoas no percorrer dessas águas como o que junta lagoa e cidade, gerando a ocupação do brejo e proporcionando uma significação de urbanidade à orla lagunar.

Verificamos, então, que a conquista da margem da lagoa Mundaú, notadamente na forma da ocupação representada pela Levada, caracteriza um dos fatores essenciais para a consolidação de Maceió, como instância última que vem atestar a conquista do mangue em prol de um fazer cidade. Evidencia-se a apropriação que transforma o espaço em lugar ou, mais precisamente, o lugar enquanto recorte dado pelo humano ao espaço, apropriado para a vida, mostrando-se geograficamente e afetivamente constituído, de modo a se instalar oficialmente.

Portanto, é como margem urbana, margem da cidade, que a Levada se consolida, tornando-se de tal forma o terceiro bairro da capital – embora essa espacialidade viesse a ser posteriormente fragmentada em bairros distintos, em função do próprio adensamento populacional, é enquanto totalidade que ela se constitui. Ao mesmo tempo, como é possível observar, ainda que outros núcleos tenham surgido de forma precedente, margeando a lagoa, nenhum deles veio a se formar no esteio do urbano, fazendo surgir simplesmente povoados diversos, com o tempo incorporados enquanto metrópole.

De sorte que a Levada nasce como uma ocupação de caráter urbano, diferenciada dos distintos povoados justamente em função da contiguidade com o centro urbanizado, instaurando-se como cidade à margem – Maceió que se faz margem. Movimento que se estabelece em decorrência do potencial de navegação do referido canal ou levada, que vem a garantir o nome do lugar, firmando-se desde o início como rota de abastecimento em relação à vila.

Ao tempo que a primitiva levada já nos diz desse movimento de levar pessoas e coisas, podemos assinalar o canal como a fronteira que se atravessa, que é passagem, mas também como instituído, inicialmente, na forma de barreira natural à expansão urbana, servindo de limite à cidade assim reconhecida, que aos poucos se desvia e depois o supera, aterrando-o progressivamente. De tal maneira que é possível apontar a conquista deste curso d'água como o que permite à dita cidade abarcar a margem.

Na sequência, podemos compreender de que modo as primeiras vias firmadas no lugar se desenvolvem a partir dos caminhos trilhados no mangue, seguindo dos portos lacustres em direção ao centro urbano e representando a progressiva apropriação da cidade sobre o sítio alagadiço: margem rumo à centralidade. Movimento que também dispõe, cada vez mais longe, tudo aquilo que é considerado “além-cidade” ou, por assim dizer, “inurbano”, na forma de equipamentos relacionados à insalubridade e sujeira, visto ainda quando do posterior surgimento de novas favelas beirando a lagoa.

Com o tempo, a passagem se consolida na forma de novas versões dos antigos caminhos e fronteiras, agora já incorporados à cidade. Como a linha férrea, que ocupa antigo trecho do canal e retoma quase inteiramente a estrada da margem lagunar, ou os novos deslocamentos pela lagoa, através dos hidroaviões. Numa versão mais atual, verifica-se a implantação do VLT e a proposta de reinstaurar o transporte hidroviário, pelo Plano Diretor de Maceió. É o ir e vir do humano que prossegue, em percursos que configuram, ao mesmo tempo, indicadores e agentes da urbanização na orla lagunar.

Entrementes, falar da Levada em sua caracterização como urbano significa trazer à tona o humano que confere novos significados ao espaço, reconhecendo, sobretudo, o papel da população pobre na construção de Maceió. Assim, a Levada representa, substancialmente, a cidade feita pela pobreza, descortinando os habitantes que ocupam a margem – pessoas à margem, que em sua necessidade de habitar fazem cidade. É no viver deste humano, portanto, que o lugar se configura, adquire reconhecimento oficial, instituindo enquanto bairro.

De tal forma que estamos a falar do triunfo do modo de viver dessas pessoas, ainda que cercado de restrição e, portanto, da potência dessa vida. Conforme observado, são inicialmente os trabalhadores e os negros que fazem surgir essa ocupação urbana, na tentativa de se estabelecer junto a seu local de sustento, em grande parte representado pela lagoa, que favorecia a pesca e a mariscagem, mas também o desenvolvimento de atividades relacionadas ao transporte e à comercialização de gêneros.

Configurando o início da ocupação, o movimento de passageiros e mercadorias com destinação à cidade, instituído através do canal, tem como desdobramento a feira e o mercado, caracterizando na Levada a atribuição como lugar de abastecimento de Maceió e contribuindo para a urbanização da área. Ao mesmo tempo, esse intenso tráfego também lhe confere a característica de porta de entrada do urbano, local da gente que chega e que se estabelece ao redor do centro, dando origem a faixas de transição, em que os terrenos localizados entre o curso d'água e a cidade são ocupados com núcleos de comércio e moradia.

Importa dizer que uma vez atestado que as trocas comerciais e, desse modo, a própria feira, vêm dos caminhos a partir da água, podemos afirmar que, em última instância, remetem à própria água. Nesse contexto, a Levada evidencia sua característica de intersecção de trajetórias, de confluência das pessoas, demonstrando uma das

qualidades essenciais do lugar: a de reunir, firmando uma espécie de convívio mediado entre freqüentadores das mais diversas procedências.

É no mercado que os diferentes mundos se cruzam. As relações de troca neste ambiente que é utilizado pelas mais distintas classes sociais – ricos, pobres, pescadores, ambulantes, trabalhadores braçais, escravos, negros libertos etc. – são relações algo flexibilizadas e que denotam uma grande riqueza humana. Devemos reconhecer nessa diversidade o elemento que determina este lugar da animação na cidade.

Assim que, embora estigmatizada pelo mangue, pela presença dos pobres, negros e trabalhadores braçais e por diversos usos associados à insalubridade, doença, sujeira e ainda carga e descarga, a Levada se torna um lugar freqüentado por toda a cidade, firmando-se, posteriormente, como palco da agitação em Maceió.

Neste reduto da folia, surgirão as agremiações que promovem alguns dos melhores festejos de Carnaval, eventos juninos e natalinos ou ainda as procissões, entre outros, no âmbito da capital. Podemos verificar, nessa situação aparentemente ambígua, a assimilação de práticas culturais, surgida na convivência entre elementos diversos, geradora de contaminação. Este tipo de apropriação em relação a valores ligados a populações marginais se mostra comum no Brasil e Alagoas não será uma exceção. Assim, a festa em Maceió, com a animação desejada por todos, guarda relação direta com a presença de brincadeiras populares, em geral protagonizadas pela população pobre, negra e mestiça, em grande parte radicada na Levada.

A importância desse uso se faz sentir nos diversos projetos de urbanização que serão empreendidos nessa área, levando ao aterro progressivo do canal e dando origem a um dos logradouros mais importantes de Maceió, consagrado palco de eventos e festividades, conhecido por suas diversas designações, como largo da Levada, Praça Pedro Paulino, Praça Emílio de Maya, Rua Bom Conselho, entre muitas outras.

É na forma do novo cartão postal da cidade que este lugar enfim se inscreve na história de Maceió e será o maior atestado da centralidade que a Levada adquire. Aqui nos deparamos com a construção de uma realidade mitificada envolvendo o bairro, onde os aspectos relacionados ao comércio e aos festejos, usos continuamente reforçados, são apresentados sob o brilho de suas características exóticas, notadamente vinculados a uma apropriação turística, numa lógica que abrange mesmo os pontos mais distanciados da margem lagunar, tomando partido do fluxo dos hidroaviões e chegando a estabelecer uma visão glorificadora de um habitar supostamente singelo da pobreza.

Obviamente, esse tipo de análise não é capaz de esconder a penúria profunda que cerca as ocupações sobre o mangue. Um exemplo claro disso é o estabelecimento, nessa mesma época, da colônia de mendigos conhecida como Casa do Pobre, que passará a funcionar num trecho longínquo da Levada, na localidade conhecida como Vergel do Lago. De fato, ao longo de várias décadas e até hoje, a baixada lagunar de Maceió terá continuamente reforçado seu caráter de lugar de habitar da pobreza, tornando-se uma das regiões mais adensadas da cidade.

Portanto, forçoso se faz reconhecer como se mostra bastante demarcada a ocupação ambígua que reiteradamente constituiu o bairro, na forma de um verdadeiro dueto entre centro e margem, convivência que ora denota privilégio, ora exclusão. Assim, os trechos aterrados, próximos à área central, se tornariam ocupados pelos sobrados da classe média, enquanto que aqueles situados em meio ao mangue, junto ao porto da Levada e à beira da lagoa, seriam ocupados pelos casebres da população mais pobre.

A convivência entre mundos tão diferentes traria como resultado outras formas de conflito, pondo à mostra o tortuoso caminho das trocas entre os homens. É no campo religioso que essa questão se manifesta de maneira mais intensa, certamente por desvelar sistemas mais profundos de crenças e valores. A própria diversidade serve aqui de combustível, uma vez que o lugar abrigava representantes tanto da religião predominante – a igreja – como de cultos estigmatizados – o primeiro templo batista alagoano e a maioria dos terreiros de xangô da capital.

Como ponto alto destes embates, apresenta-se o episódio do Quebra de 1912, em que a destruição dos terreiros de Maceió e cidades vizinhas aparece relacionada à conjuntura política na qual tais manifestações religiosas adquirem grande relevância. Mas não é a toa que o ataque será iniciado a partir da Levada, por uma agremiação sediada na rua de uma das mais movimentadas casas de xangô existentes na cidade. Assim, a dificuldade na efetivação de uma real coexistência pode ser considerada uma das armadilhas da tão desejada diversidade, que traz em si mesma os elementos que concorrem para sua desestabilização – um risco para o qual é preciso atentar sempre.

O caso em questão finalizará com a predominância do arranjo de forças que desfere o ataque e com o silêncio estabelecido, de distintas maneiras, acerca do evento, seja pela ausência, até bem recentemente, de análises históricas a tal respeito, seja pela perseguição que passa a ocorrer em torno das cerimônias. A mais grave consequência, porém, aparece representada pelo êxodo de seus principais líderes religiosos, o que teria levado ao enfraquecimento das diversas práticas.

Assim, como resultado da perseguição e da subsequente evasão, temos o desaparecimento dos maracatus na capital, bem como a organização de novas modalidades do antigo culto, apresentando características menos exuberantes. A respeito de tal questão, porém, é importante ressaltar a necessidade de investigações mais aprofundadas, que possam dar conta dos efetivos rebatimentos do Quebra, apresentando as formas estabelecidas como continuidade e permanência após esse momento de ruptura.

Nesse sentido, devemos considerar que, não obstante os impedimentos, tais práticas adaptadas são instituídas na Levada, firmando-se de maneira significativa, a ponto de acarretar incômodos, por exemplo, à instituição católica, cerca de 15 anos depois. De fato, a concentração de manifestações dessa ordem não apenas se mantém, como é intensificada na região, dando origem a um forte comércio de mezinhas e ervas, entre outros. Do mesmo modo, diversos folguedos e festejos, apontados por pesquisadores como ligados aos cultos de matriz africana, se perpetuarão. No fim, as pessoas terminam por estabelecer mecanismos correspondentes que lhes permitam fazer valer seus valores e crenças.

Ainda no que diz respeito ao comércio, essa atividade tão própria da Levada aos poucos se expandirá, tomando grandes proporções e ameaçando a própria diversidade que ajudou a construir. Com o reforço dos grandes equipamentos instalados, é gerada uma nova espacialidade, caracterizada pela homogeneização da função comercial na divisa com o bairro do Centro e a progressiva expulsão das residências para pontos mais afastados, dando início ao uso exacerbado tal qual se encontra atualmente e fortalecendo essa tendência antiga, presente na forte concentração das moradias nas proximidades dos bairros vizinhos.

Ao mesmo tempo, a Levada passaria a sofrer com a deficiência de investimentos em infraestrutura e, sobretudo, com um fenômeno comum no Brasil, representado pela baixa na atratividade dos centros de cidades, graças à formação de novas centralidades urbanas. Ora, uma vez que o velho centro se torna incapaz de mobilizar as pessoas em redor de si como antes, também seu derredor se desarticula. É nesse sentido que a retirada da CEASA AL, após o desmantelar de diversas outras instituições, pode ser considerada o ponto alto na crise de vitalidade da Levada.

Por isso, a mudança estabelece uma oportunidade: já que o mercado, a feira e os ambulantes permanecem, importa encontrar caminhos para potencializar essas atividades, que ajudaram a caracterizar a Levada ao longo de sua trajetória. Pensar o bairro significa, então, pensar toda a parte central de Maceió, uma vez que a presença das pessoas se mostra, atualmente, o maior trunfo do lugar: sua atratividade como núcleo de compras e

ainda como passagem em direção ao Centro, configurando uma área conhecida por toda a capital, designada pelos freqüentadores como “o bairro do Mercado”.

Ainda que esta represente uma visão parcial, constitui de fato o reconhecimento a uma das facetas mais significativas do bairro, demonstrando a capacidade dos visitantes de descortinar características bastante definidas da realidade de um lugar, estabelecendo uma espécie de síntese identificadora. As observações a respeito de tal área-chave que é determinada por estes usuários demonstram que ela tende a coincidir com aquela apontada pelos próprios moradores, ao retratar uma Levada mais profundamente vivenciada, que entrelaça memórias e usos atuais. O que nos põe diante de um lugar reinvestido de sentido – sentido que não se perde porque reiteradamente se transforma, ao ser apropriado para a vida.

Finalizando, se no recorte que configura o lugar o homem se vale das possibilidades apresentadas pelo espaço, com as quais ele se identifica, dotando-as de significado em meio ao seu viver, são evidenciadas na Levada as águas de lagoa e canal, instituídas como passagem, caminhos, que formam os meios encontrados por esse humano para permitir a convivência e as trocas, ainda que essa troca muitas vezes signifique o conflito.

Temos, então, que são os elementos de que o homem escolhe se valer ao longo do tempo, passíveis de servir à vida nas diferentes épocas e conjunturas, que representam a essência do lugar. Assim, o lugar se estabelece como um invariante que se manifesta em suas variações, pois é justamente graças a sua mutabilidade e adaptabilidade, em suma, a sua capacidade de ser apropriado e reconfigurado pelas pessoas, de diversas formas, que ele permanece.

Pensar o lugar, fortalecer e valorizar sua potência, significa fortalecer e valorizar os elementos que constituem sua essência, apropriados pelo homem. Esse é talvez o grande desafio a ser empreendido nas tentativas de preservação da memória dos lugares, questão primordial a ser considerada seja na consolidação do patrimônio cultural, seja no fazer do arquiteto e urbanista e no pensar da cidade, hoje o lugar de habitar do humano.

É nesse sentido que podemos afirmar os valores a serem preservados na Levada como aqueles escolhidos pelas pessoas e correntemente reinvestidos de sentido, apropriados para o seu viver e que, dessa forma, compõem a essência e fazem a potência de quaisquer lugares. Em âmbito oposto, verifica-se que é o desconsiderar desses elementos que gera espaços estéreis, tantas vezes re-produzidos em nosso tempo, pela nossa “arquitetura”.

Contar a história do lugar se estabelece como uma forma de conhecer e valorizar tais elementos. Mas temos em mente que constitui, sobretudo, a identificação do humano que os escolheu para o seu viver. Por isso, ao buscar o lugar encontramos as pessoas que o fazem, em suma, encontramos a gente anfíbia que faz Alagoas, Maceió, Levada. Essa gente um dia insinuada por Gilberto Freyre, bem como seu triunfo ao recortar o espaço, ao se mostrar agente da história.

No fim das contas, contar a história das Alagoas trata de conhecer e dar voz a sua gente anfíbia, reconhecer seu papel nesta conformação hídrica. É mais que buscar as razões do pólo lagunar ou entender suas capitais enquanto filhas dessas águas-lagoas: trata-se de encontrar o olhar aquático dessa gente, ajudando a construir uma historiografia alagoana que abarque todas as águas. Esse é, certamente, um longo e necessário caminho a percorrer

## **Fontes**

### **Impressos e Manuscritos**

#### ***Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)***

**ALAGOAS (Província). Falla do governador da província em 1835.** 1835.

**ALAGOAS (Província). Falla e relatorio, com que abrio a segunda sessao ordinaria da Assemblea Legislativa da Provincia das Alagoas o Presidente da mesma provincia Antonio Joaquim de Moira, em 10 de Janeiro de 1836.** 1836.

**ALAGOAS (Província). Discurso e relatorio com que abrio a primeira sessão ordinaria da Assemblea Legislativa da provincia das Alagoas, o presidente da mesma provincia, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 6 de janeiro de 1837.** Bahia, Typ. do Diario--Impr. F. T. D'Aquino, 1838.

**ALAGOAS (Província). Discurso e relatorio com que abrio a terceira sessão ordinaria da Assemblea Legislativa da provincia das Alagoas, o presidente da mesma provincia, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 12 de janeiro de 1837.** Bahia, Typ. do Diario--Impr. F. T. D'Aquino, 1837.

**ALAGOAS (Província). Relatorio que á Assembléa das Alagoas apresentou na sessão ordinaria de 1839, o excellentissimo presidente da mesma província, Agostinho da Silva Neves.** 1839.

**ALAGOAS (Província). Falla que pretendia dirigir á Assembléa Legislativa da província das Alagoas na instalação da primeira sessão ordinaria no dia 3 de maio de 1840, o presidente de mesma província, dor. João Lins Vieira Cansansão do Sinimbú.** 1840.

**ALAGOAS (Província). Falla com que abrio a sessão extraordinaria da quarta legislatura da Assembléa Legislativa da província das Alagoas, o presidente da mesma província, Manoel Felizardo de Souza e Mello em 4 de fevereiro de 1842.** Pernambuco, Typ. de M. F. de Faria, 1842.

**ALAGOAS (Província). Falla com que abrio a sessão ordinaria da quarta legislatura da Assembléa Legislativa da província das Alagoas, o presidente da mesma província Manoel Felizardo de Souza e Mello em 21 de fevereiro de 1842.** Pernambuco, Typ. de M. F. de Faria, 1842.

**ALAGOAS (Província). Falla com que abrio a segunda sessão ordinaria da quarta legislatura da Assembléa Legislativa da província das Alagoas, o ex.mo presidente da mesma província, Caetano Silvestre da Silva, em 2 de fevereiro de 1843.** Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1843.

**ALAGOAS (Província). Falla com que abrio a primeira sessão ordinaria da sexta legislatura da Assembléa Legislativa da província das Alagoas, o ex.mo presidente da mesma província, Anselmo Francisco Peretti, em 9 de maio de 1844.** Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1844.

ALAGOAS (Estado). **Relatorio que, sobre as ruas, travessas, beccos, praças e estradas de Maceió, apresentou ao Illustre Snr. Intendente desta Capital Dr. Luiz de Mascarenhas o funcionario municipal Braulio Fernandes Tavares em 19 de Agosto de 1911.** Maceió, Typographia Commercial, 1911.

ALMANAK ADMINISTRATIVO DA PROVINCIA DAS ALAGOAS PARA O ANNO DE 1875. Maceió, Typographia Social, 1875.

ALMANAK ADMINISTRATIVO DA PROVINCIA DAS ALAGOAS PARA O ANNO DE 1876. Maceió, Typographia Social, 1876.

ALMANAK ADMINISTRATIVO DA PROVINCIA DAS ALAGOAS PARA O ANNO DE 1877. Maceió, Typographia Social, 1877.

ALMANAK ADMINISTRATIVO DA PROVINCIA DAS ALAGOAS PARA O ANNO DE 1878. Maceió, Typographia Social, 1878.

ALMANAK ADMINISTRATIVO DA PROVINCIA DAS ALAGOAS PARA O ANNO DE 1879. Maceió, Typographia Social, 1879.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DAS ALAGOAS PARA 1885. Maceió, Typographia de Amintas de Mendonça, 1884.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVINCIA DAS ALAGOAS PARA 1886. Maceió, Typographia de Amintas de Mendonça, 1885.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS PARA 1889. Maceió, Typographia de Amintas de Mendonça, 1888.

ALMANAK DO ESTADO DAS ALAGOAS PARA 1891. Maceió, Typographia do Gutenberg, 1891.

ALMANACH LITTERARIO ALAGOANO DAS SENHORAS PARA 1889. Maceió, Typ. Novo-Mundo, 1889.

ALMANAK ALAGOANO DAS SENHORAS – LITTERARIO, HISTORICO E ESTATISTICO PARA 1904. Maceió, Oficinas da Livraria Fonseca, 1904.

ALMANAQUE DE ALAGOAS. Maceió, Casa Ramalho, 1952.

AZEVEDO FILHO, João. **Indicador Comercial do Estado de Alagoas – 1949.** Maceió: Casa Ramalho Editora, 1949.

\_\_\_\_\_ . **Indicador Comercial do Estado de Alagoas – 1950.** Maceió: Casa Ramalho Editora, 1950.

COSTA, Craveiro e CABRAL, Torquato. **Indicador Geral do Estado de Alagoas.** Maceió: Typographia Comercial, 1902.

VIEIRA, Agérico e BARBOSA, Pedro Lopes. **Maceió no Bolso – Indicador da Cidade de Maceió.** Maceió: Oficinas da Imprensa Oficial, 1952.

### *Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA)*

LIMA, José Franklin Casado de. Maceió histórias-costumes: Maceió – Década de 30. In: **Folhetim FUNTED.** N° 10. Maceió: s/d, pp. 75-80.

## **Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió**

NORMANDE, Júlio. Maceió histórias-costumes: filmes e cinemas. In: **Folhetim FUNTED**. N° 52. Maceió: s/d, s/p.

PLECH, Gilvan. Maceió histórias-costumes: velhos cinemas. In: **Folhetim FUNTED**. N° 55. Maceió: 1983, s/p.

VERAS, Luis. Maceió histórias-costumes: natais de Maceió. In: **Folhetim FUNTED**. N° 8. Maceió: s/d, s/p.

### ***Universidade Federal de Alagoas (UFAL)***

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **A Geração da Pobreza em Alagoas**. Maceió, s/d, manuscrito.

### ***Jornais***

#### ***Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)***

Diário das Alagoas. Maceió, 1860/1870.

Gazeta de Alagoas. Maceió, 1970.

Jornal de Alagoas. Maceió, 1920/1930.

O Semeador. Maceió, 1920/1930.

## **Referências**

### **Bibliográficas**

#### **Gerais**

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I série, Vol. XIV. Porto: 1998, pp. 77-97.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 7<sup>a</sup> edição. Campinas: Papirus, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVALCANTI, Isadora Padilha de Holanda. **Um Lugar para a Arquitetura**. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 15<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 8<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COLLINGWOOD, R.G. **A Idéia de História**. Lisboa: Editorial Presença/ Brasil: Livraria Martins Fontes, 1972.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. pp. 1-13.
- FRAMPTON, Kenneth. Perspectivas para um regionalismo crítico. In: **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 503-520.
- \_\_\_\_\_. Uma leitura de Heidegger. In: **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 474-480.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 3<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3<sup>a</sup> edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5<sup>a</sup> edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fonte, 1997.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 443-461.
- \_\_\_\_\_. O pensamento de Heidegger sobre arquitetura. In: **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 462-473.
- ORTEGOSA, Sandra Mara. **Cidade e memória: do urbanismo “arrasa-quarteirão” à questão do lugar**. Arquitectos 112.e525 [online] Disponível na internet via WWW URL: <http://www.vitruvius.com.br/arquitectos/ark000/esp525.asp> Acessado em 12/04/2010.
- REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. **O conceito de lugar**. Arquitectos 087.10 [online] Disponível na internet via WWW URL: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.087/225> Acessado em 05/08/2010.
- TUAN, Yi Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

### *Específicas sobre Alagoas*

- ACCIOLY, Maria Rocha Cavalcanti. **Amando a vida – crônicas**. Maceió: Catavento, 2007.
- ALMEIDA, Iria Rocha Cavalcante. **Um espaço em transformação: a feira livre do Mercado da Produção**. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de; ARAÚJO, Zezito; CABRAL, Otavio (orgs). **O negro e a construção do carnaval no Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2003.
- ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. 6ª edição. Maceió: SERGASA, 1975.
- ANDRADE, Fernando Gomes de. **Memórias das Alagoas**. Maceió: IHGAL, 2009.
- ANDRÉ, Ricardo e LOPES, Edson. **Análise do processo de transferência das favelas do Dique Estrada, proposta pela Prefeitura de Maceió**. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.
- BARREIROS, Vânia Luiza Amorim et al. **Luigi Lucarini: vida e obra**. Edição Bilíngüe Português/Italiano. Maceió: Grafmarques, 2010.
- ARAÚJO, Cristina Benamor de; ALBUQUERQUE, Jorge Nei Pereira de; MACEDO, Tatiane Maria. **A auto produção do espaço: Vila Brejal – um estudo de caso**. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1983.
- BEZERRA, Edson. Manifesto Sururu. In: **Graciliano**. Ano I, Nº 02. Maceió: 2008, pp. 21-35.
- BRANCO, Noeme Maria Amaral Franco Lima Castello. **O Dique-Estrada em pleno século XX: poesia e miséria**. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.
- BRANDÃO, Octavio. **Canais e Lagoas**. 3ª edição. Maceió: EDUFAL, 2001.

- BRANDÃO, Théo. **Folguedos Natalinos de Alagoas**. 2<sup>a</sup> edição. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1973.
- CALHEIROS, Cláudia e AMORIM, Inês. **Espaço de cinema em Maceió**. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1986.
- CAVALCANTE, José Osvaldo. **Conheça Nossa Cidade – Maceió**. Maceió: JOC Empreendimentos LTDA, s/d.
- CAVALCANTI, Isadora Padilha de Holanda; FERREIRA, Antonio Elias Firmino; SILVA, Thayse Rocha. **Lugar Ideal**. In: Anais do I Seminario Internacional – Urbicentros – Morte e Vida dos Centros Urbanos. João Pessoa: UFPB, 2010. CD ROM.
- CAVALCANTI, Veronica Robalinho. **La production de l'espace à Maceió (1800-1930)**. Tese de doutorado, Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne (Institut d'étude du développement économique et social), Paris, 1998.
- COSTA, Craveiro. **História das Alagoas** (Resumo Didático). Maceió: SERGASA, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Maceió**. 2<sup>a</sup> edição. Maceió: SERGASA, 1981.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. In: **Maceió**. Maceió: SERGASA, 1981. pp. 197-219.
- \_\_\_\_\_. **O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EDUFAL, 2006.
- DUARTE, Abelardo. **Catálogo ilustrado da Coleção Perseverança**. Maceió: DAC/SENEC, 1974.
- ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.
- FERNANDES, Ana Cristina de Almeida e FREIRE, Neilson Cabral Ferreira. **Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais**. In: Anais do III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias de da Geoinformação. Recife: UFPE, 2010. CD ROM.
- FERRARE, Josemary Omena Passos. **A preservação do patrimônio histórico: um RE-pensar, a partir da experiência da cidade de Marechal Deodoro**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Contemplado a paisagem litorânea-lagunar a partir do Farol: relações entre cidade, memória e paisagem**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O registro da memória e o exercício do olhar na Ladeira da Catedral e suas “Casas-Mirante”**. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio 1. In: **O Banguê nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2006. pp. 09-16.

- GEIER, Vivian Kruger. **Marcos do patrimônio batista em Maceió**. Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- GONÇALVES, Alexandre de Souza. **Anteprojeto de um terminal turístico hidroviário na orla lagunar de Maceió**. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Iphan, 2002.
- IVO, Lêdo. Mar perto. In: **Confissões de um poeta**. 3<sup>a</sup> edição. Maceió: SERGASA, 1995. p. 25.
- \_\_\_\_\_. **Ninho de Cobras**. Maceió: Edições Catavento, 2002.
- LIMA, Jorge de. **Calunga; O anjo**. 3<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- LIMA, Ivan Fernandes. 2<sup>a</sup> edição. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editôra do Brasil. 1965.
- \_\_\_\_\_. **Maceió a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano**. Maceió: EDUFAL, 1990.
- LIMA JÚNIOR, Felix. **Maceió de outrora**. Vol. 1. (Publicação conjunta do Departamento de Assuntos Culturais e do Arquivo Público de Alagoas). Maceió: Imprensa Oficial, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Maceió de outrora**. Vol. 2 (Obra póstuma com textos organizados e apresentados por ROCHA, Rachel). Maceió: EDUFAL, 2001.
- LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Interpretação da Província – Estudo da Cultura Alagoana**. 2<sup>a</sup> edição. Maceió: EDUFAL, 2005.
- MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e Troças – Leitura Quente (crônica Vermelha)**. 2<sup>a</sup> edição. Maceió: DEC, 1964.
- MORRISON, Allen. **The tramways of Brazil**. A 130-year survey. New York: Bonde Press, 1989.
- MOURA, Antônio Joaquim de. **Opúsculo da descripção geográfica, phizica, política e histórica, do que unicamente respeita à província das Alagoas no Império do Brasil**. 2<sup>a</sup> reimpressão. Maceió: EDUFAL/CESMAC, 2009.
- NASCIMENTO, Bárbara Thomaz Lins do. **A imagem do lugar e seus reflexos: um estudo do bairro da Levada**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Fragments da história e da memória urbana: a Praça Emílio de Maya e seus arredores**. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.
- NORMANDE, Júlio de. **A Casa da Rua do Sol**. Maceió: Ediculite/Seculte, 1987.
- NORMANDE, Taís Bentes. **História de Uma Permanência: a Jatiúca Velha – Pobres e Ricos na Orla Marítima de Maceió**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2000.

OLIVEIRA, Andréia da Silva. **O sistema de espaços livres do bairro da Levada, em Maceió – AL.** Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

PREFEITURA DE MACEIÓ. **Maceió. Modelo urbanístico do Nordeste.** Rio de Janeiro: Guavira, 1975.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. **Plano Diretor do Município de Maceió,** lei municipal nº 5.486, de 30 de dezembro de 2005.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RAMOS, Graciliano. **Angústia.** 15ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, Martins, 1975.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Efemérides Alagoanas.** Maceió: Instituto Arnon de Mello, 1992.

\_\_\_\_\_. **Efemérides Alagoanas.** 2º volume. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 1993.

SANTOS, Rochana Campos de Andrade Lima. **Estudo sedimentológico e geoambiental no sistema lagunar Mundaú – Alagoas.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e ferrovias no Brasil.** 2ª edição. Curitiba: HD Livros, 1996.

TENÓRIO, Douglas Apratto e DANTAS, Carmen Lúcia. **Caminhos do Açúcar: Engenhos e Casas-grandes das Alagoas.** 2ª edição. Maceió: SEBRAE AL, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Escritório Modelo de Causas Sociais em Arquitetura. **Caracterização Sócio-Espacial do Bairro da Levada.** Maceió, 2008. 95 p.

## **Internet**

IMAGENS da Feira do Passarinho: acervo fotográfico do Instituto Moreira Salles. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Base de dados: Fotografia:** no ar desde 1992. Disponível em <<http://homolog.ims.com.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>> Acesso em: 27 jun. 2011.

MAPA do trajeto da Estrada de Ferro Maceió-Imperatriz: acervo do blog Estações Ferroviárias do Brasil, produzido por Ralph Mennucci Giesbrecht. **Base de dados: Estações ferroviárias do Nordeste:** no ar desde 2001. Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/mundau.htm>> Acesso em: 27 jun. 2011.

MAPA elaborado por Gaspar Barleus: acervo de mapas antigos. Disponível em <[http://www.raremaps.com/gallery/archivedetail/16300/Capitania\\_De\\_Cirii\\_et\\_Parnambuc\\_o/Barleus-Blaeu.html](http://www.raremaps.com/gallery/archivedetail/16300/Capitania_De_Cirii_et_Parnambuc_o/Barleus-Blaeu.html)> Acesso em: 27 jun. 2011.

WIKIPEDIA: A enciclopédia livre. Produzida pela Wikimedia Foundation Inc. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Hidrobase>> Acesso em: 27 jun. 2011.

***Filmográficas/Videográficas***

**Casamento é negócio?** Brasil, 41'44", pb, 35mm, 1933. Direção: Guilherme Rogato.

**Ponto das ervas.** Brasil, 11', 35mm, 1978. Direção: Celso Brandão.

## Anexos

**Anexo 1** – Manifesto Sururu.

**Anexo 2** – Mapa de Barleus datado de 1647.

**Anexo 3** – Desenho proposto por Verônica Robalinho para a Planta da Villa de Maceió que teria sido elaborada em 1820 por José da Silva Pinto.

**Anexo 4** – Mapa “As lagoas das Alagoas”, elaborado por Carlos Mornay em 1840.

**Anexo 5** – Planta da Villa de Maceió, atualizada e complementada em 1841 por Carlos Mornay, contida na tese de doutorado “La production de l'espace à Maceió (1800-1930)”, de Veronica Robalinho Cavalcanti.

**Anexo 6** – Planta da Cidade de Maceió, 1868.

**Anexo 7** – Planta da Cidade de Maceió, elaborada pelo engenheiro Carlos de Bolterstern por ordem do presidente da província, em 1869.

**Anexo 8** – Planta de Maceió em 1911, apresentada no Relatório sobre as ruas, travessas, beccos, praças e estradas de Maceió, contida na tese de doutorado “La production de l'espace à Maceió (1800-1930)”, de Veronica Robalinho Cavalcanti.

**Anexo 9** – Planta Geral da Cidade de Maceió, 1927.

**Anexo 10** – Planta índice das propriedades pertencentes a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, 1931.

**Anexo 11** – Planta da Cidade de Maceió, desenhada por Américo Laszló, 1932.

**Anexo 12** – Planta de Maceió em 1975.

## ***Manifesto Sururu***

**Por Edson Bezerra\***

***Para Tia Marcelina<sup>1</sup>, Tia Creusa, Maria Lúcia<sup>2</sup>, Dirceu Lindoso  
e Mestre Sávio de Almeida<sup>3</sup>***

O *Manifesto Sururu* quer muito pouco. Quem sabe um pouco mais do que exercitar um certo olhar: *um olhar atento por sobre as coisas alagoanas*. O *Manifesto Sururu* não quer apostar e nem pousar em outras imagens. O que ele procura é exercitar *olhos* e *sentidos* por sobre (e dentre) antigas e permanentes imagens das coisas alagoanas: olhar primeiramente os *canais que interligam as lagoas e os rios*.

*Os canais sempre foram as nossas pontes<sup>4</sup> e disto já o sabia Octavio Brandão<sup>5</sup>.*

*O Manifesto Sururu* também fala da fome. Não da fome comum, mas da fome de devorar as Alagoas.

---

<sup>1</sup> **Tia Marcelina**, uma ex-escrava de origem africana e matriarca do candomblé em Alagoas, morta durante o movimento que entraria para a história como ***O Quebra***, o movimento de revolta contra a oligarquia de Euclides Malta, quando, no espaço de alguns dias, de trinta a cinqüenta terreiros de candomblé foram quebrados e os pais, filhos e mães de santo foram espancados e humilhados publicamente.

As reminiscências dos relatos registram que mesmo sabendo antecipadamente da quebra dos terreiros, quando a turba chega ao seu barracão, ao invés de correr, **Tia Marcelina** se adentrou no espaço sagrado o **Peji** e que, ao ser espancada a chutes de coturno por um soldado de polícia, ao tempo em que gritava por seu orixá ela dizia, *bate, bate, vocês matam o corpo mas não a sabedoria*.

Ao oferecermos a *escrita* do manifesto em sua homenagem, registramos uma dívida histórica no que acreditamos ser ela, a figura histórica mais importante da resistência das *culturas populares* ao colonialismo e desaculturamento das elites alagoanas para com as particularidades locais.

<sup>2</sup> Ambas foram minhas primas. Através da escrita de seus nomes, queremos acentuar o nosso pertencimento às nossas origens afro-alagoana.

<sup>3</sup> No que se refere a Dirceu Lindoso e Sávio de Almeida, trata-se de rendermos homenagem a dois historiadores comprometidos com a *escrita* de uma história construída a partir das *camadas oprimidas das Alagoas*.

<sup>4</sup> Quando ainda não existiam ou ainda eram precárias as estradas, era pelos canais que navegavam os barcos trazendo os moradores das cidades de Pilar e Marechal Deodoro, situadas no entorno da lagoa Manguaba.

<sup>5</sup> **Octavio Brandão** foi o primeiro intelectual alagoano a romper com uma historiografia alagoana construída a partir de um olhar das elites. Ele tinha apenas 19 anos quando escreveu *Canais e Lagoas*, um dos textos fundamentais na inspiração deste manifesto. Octavio Brandão percorreria – *a cavalo, de barco e a pé* – os arredores da lagoa **Mundaú** um roteiro de aproximadamente cinco mil quilômetros na pesquisa da *fauna, flora, acidentes geográficos e culturas populares* nos entornos lacustres.

Forçado a se exilar de Alagoas em virtude de sua militância comunista, dizem que para não perder o contato com Alagoas, carregaria seixos nos bolsos para se lembrar de suas origens alagoanas.

\***Edson José de Gouveia Bezerra**, é músico, compositor, poeta e articulador cultural Graduado em Sociologia, Mestre em Antropologia e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, atualmente é professor da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal, Campus I) e da Seune (Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste).

Contra as derrapagens de uma *modernidade vazia*<sup>6</sup>, uma outra *assinalada de coisas alagoanas*.

Novas rotas. Rotas alagoanas: de canais e lagoas, sobretudo.

O *Manifesto Sururu* não está sozinho. O sururu, ele mesmo é o alimento e a caloria de milhares de vidas. *O sururu é vida*<sup>7</sup>.

O *sururu*, ele mesmo é o alimento e a caloria de milhares de vidas. *O sururu é vida*.

O *Manifesto sururu* está atento aos batuques noturnos dos terreiros periféricos<sup>8</sup> fora de rota e também dos milhares de capoeiras espalhados<sup>9</sup>.

O *Manifesto Sururu* se alegra com a folia dos meninos de rua, com os guerreiros e com as tradições alimentadas pelos povos periféricos.

*Manifesto Sururu*: mistura e associação de moluscos, peixes, águas, negros, cafusos, morenos e de todas as mestiçagens possíveis das gentes alagoanas. *Manifesto Sururu*: do vale do Mundaú<sup>10</sup> para onde houver lagoas.

Suas heranças são imagens, suas comidas e seus pais ancestrais. Assim: Calabar é nosso e, sobretudo, Zumbi dos Palmares: migrantes deslocados da colônia central<sup>11</sup>.

*Penso em imagens alagoanas*: o olhar a cidade de nossos mirantes. *Os mirantes são os nossos planetários*<sup>12</sup>. Dos mirantes se avista a lagoa, o céu e o mar.

---

<sup>6</sup> Todos nós estamos inseridos nos movimentos da *modernidade*. A mesma modernidade que derruba os edifícios e devassa as tradições, também inventa e reinventa modas e estabelece a emergência de novas relações sociais. O que estamos denominando de *modernidade vazia* é o testemunho da implantação de uma modernidade *esvaziada das coisas alagoanas*. É o que se verifica, quando observamos os edifícios com nomes estrangeiros, como também a produção de *artefatos culturais esvaziados de um imaginário alagoano*.

É nesse contexto que uma das idéias do *Manifesto Sururu*, é que, diante do inevitável processo da *modernidade alagoana* exista a possibilidade de uma abertura para as representações de um *imaginário alagoano* a partir dos *patrimônios históricos* associados às contranarrativa, dos *rastros* das *culturas populares* e das *geografias culturais alagoanas*.

<sup>7</sup> Diante das péssimas condições de vida das camadas pobres habitantes dos bairros lacustres, o sururu, devido seu forte índice calórico, durante séculos vem alimentando as camadas populares, e aos gentios até o presente se encontra no centro da sobrevivência das camadas mestiças dos entornos lacustres.

<sup>8</sup> Existem centenas de terreiros de cultos afros espalhados pelos bairros pobres e periféricos da grande Maceió, todos, invisibilizados a partir de um olhar situado nos espaços centrais dos bairros de Ponta Verde, Jatiúca, Pajuçara, etc.

<sup>9</sup> Também situados nos bairros periféricos, a existência de aproximadamente de cinco mil capoeiristas espalhados.

<sup>10</sup> O Vale do Mundão foi onde se desenvolveu o território livre da República de Palmares.

<sup>11</sup> Os deslocados nesse contexto, refere-se ao lugar que tanto Calabar quanto Zumbi dos Palmares ocupam nas representações dominantes das elites alagoanas. Só recentemente e após ter sido reconhecido nacionalmente um herói nacional, é que Zumbi começou a ser visibilizado e adotado nos discursos e representações do imaginário alagoano. Todavia, nem Zumbi nem Calabar ainda não têm, ao contrário dos Marechais alagoanos, Floriano Peixoto, Deodoro e Pedro de Góis Monteiro – estátua ou monumento erguido em suas homenagens.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Dos mirantes: ali poderíamos comer além de tapioca e beiju, outras coisas das tribos ancestrais.

*Penso em imagens alagoanas.* Penso que uma delas é a *Mestra Ilda do Coco* tomado (no mínimo) caldinho de sururu na beira da Mundaú<sup>13</sup>.

Penso em uma outra: a do Major Bonifácio melado de lama e dançando carnaval na rota *Bebedouro-Martírios*. Ele, o major, bem que poderia ter também dançado capoeira<sup>14</sup>.

Uma outra seria pensar a Tia Marcelina<sup>15</sup> como se ela fosse Nossa Senhora dos Prazeres<sup>16</sup>.

No fundo somos *gente-sururu* e por isso trazemos nos olhos as imagens de *todas as águas*.

Das *águas do mar* e do somatório das *dezenas de lagoas, rios e olhos d'água* espalhados nas periferias da cidade.

*Octávio Brandão:* Mundaú: *rio dos negros*. São Francisco: *rio dos brancos*. Que vivam as lagoas todas: as vivas e as mortas. Somos *filhos do barro, nascemos entre os batuques dos negros e da mistura da lama*.

Por isso: *que estória é essa de Terra dos Marechais*<sup>17</sup>?

Somos ainda a derradeira sobrevivência (e isso é fantástico) do extermínio do povo Caeté. Em nossa veia, além do povo caeté, pulsa sangue negro. Os brancos nos trouxeram a mistura e (também) a morte.

De todo modo, *mestiços de índios, negros e brancos*, estamos vivos.

---

<sup>12</sup> Alagoas tem o privilégio de possuir uma série de mirantes geograficamente situados: o mirante da *Chã de Bebedouro*, o da *igreja Santa Teresinha*, o da *Fundação Pierre Chalita*, o *mirante por detrás do colégio Guido*, o da *ladeira da Catedral* e o mirante do Jacintinho. Dos três primeiros pode-se avistar o acinzentado da lagoa Mundaú e o azul das águas marinhas.

Todavia até hoje eles têm sido tratados como meros acidentes geográficos desvalorizados, e não existe até o presente nenhum projeto com a finalidade de situá-los enquanto um espaço de visitação ou para fins de um turismo sustentável. Os nossos mirantes, todos eles representam uma das características geográficas mais significativas de Maceió.

<sup>13</sup> Mestra das culturas populares alagoanas. Beirando os oitenta anos, além de coco, Mestra Ilda também é mestra de baiana.

<sup>14</sup> Filho das elites alagoanas (também seria prefeito de Maceió) o major Bonifácio é um exemplo de **mestiçagem**. Em seu tempo ele incentivou as *culturas populares*, dançava coco, fazia o passo e é considerado até hoje um ícone da animação cultural.

<sup>15</sup>Mãe de Santo de origem africana e *Coroa de Dada*, Tia Marcelina seria morta vítima de espancamentos no episódio da quebra dos terreiros de 1912 em Maceió.

<sup>16</sup> Nossa Senhora dos Prazeres, a padroeira da cidade de Maceió.

<sup>17</sup>Dentro da proposta do Manifesto Sururu – a construção de uma identidade a partir das *culturas populares* – o enunciado de *Alagoas, terra dos Marechais* é um enunciado das *elites alagoanas* e enquanto tal, *elitzante e elitizado*. Afinal, o que os nossos marechais têm a ver com as *culturas populares*?

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Cúmplices da modernidade, temos *o barro* e *a lama* debaixo dos edifícios e dos asfaltos das ruas.

*Somos filhos de uma cidade restinga<sup>18</sup>.*

Os nossos edifícios (assim como a nossa modernidade) foram construídos sobre os terreiros dos negros e das moradas dos pobres. A nossa modernidade foi construída sobre os *aterros dos manguezais* e do *massapé* e é por isso que às vezes ainda sentimos cócegas nos pés: são eles, *os caranguejos e as lamas*<sup>19</sup>.

Sobre os aterros, se instalaram os movimentos dos negros, seus batuques e danças. Guardamos então muitas saudades.

*Por uma nova cartografia:* redesenhar roteiros visíveis, remarcar datas e re-escrever novas geografias<sup>20</sup>.

Manifesto Sururu: *Simulações sem simulacros.*

Que por dentre as cenas das antenas parabólicas, outras cenas de imagens periféricas.

Por uma *reinvenção da cidade* e celebração pública da memória dos nossos proscritos. E por falar nisso:

Viva Calabar!!!!

Além de toda ancestralidade, o erotismo do coco<sup>21</sup> e dos fragmentos de nossas raízes periféricas.

Os nossos terreiros são nossas academias: sementes de ritos e lugares de celebrações e festas. Viva todas as alegrias. Viva o terreiro de Mestre Felix<sup>22</sup> e de todos os mestres.

Saudades daqueles tempos. Antes do *Quebra de 1912* o batuque era bem maior<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup> Restinga é um tipo de vegetação

<sup>19</sup> Em tempos primitivos a lagoa Mundaú avançava até o centro da cidade. Há registros de quando durante uma das reformas da Igreja de São Benedito em décadas passadas, em seu sub-solo foram encontradas cascas de sururu.

<sup>20</sup> O manifesto está aqui apontando para a necessidade de uma releitura de uma *representação dominante* voltada para a comemoração das grandes datas— *a Proclamação da República, a emancipação política de Alagoas, etc.* — e da celebração dos vultos históricos já desde sempre consagrados.

É com este espírito que o *Manifesto Sururu* mantém um olhar voltado para os mestres das culturas populares, para vultos históricos marginalizados, e para o esquecimento geográfico da região das lagoas.

<sup>21</sup> O nascimento do coco se deu no espaço de vivência da Serra da Barriga, no entranhado da mestiçagem sob a dominância da cultura Banto.

<sup>22</sup> Mestre Félix foi um dos mestres perseguidos durante o movimento da quebra dos terreiros em Maceió em 1912.

<sup>23</sup> Denominou-se de *Quebra*, ao movimento de destruição em 1912, de todos os cerca de trinta a cinqüenta terreiros existentes na cidade de Maceió. Acusados de serem adeptos de Euclides Malta, o qual, durante três mandatos consecutivos – dois de mando próprio e um terceiro através de um primo – ocuparia o poder, os praticantes do candomblé tiveram todos os seus terreiros quebrados. A partir dessa data se tornou uma prática comum durante décadas a perseguição e a proibição da prática do Candomblé. Para resistirem, os seus

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Temos muitas dívidas: para com a morte de Tia Marcelina, por exemplo.

E temos muitas outras. Uma delas é a seguinte: a Praça 13 de Maio<sup>24</sup> deveria ficar na praça dos Martírios e a estátua do negro Zumbi no lugar da Marechal. Faríamos assim muitas festas e celebraríamos com os batuques o sincretismo de nossas mestiçagens. Quem sabe então ele, Zumbi, não rezaria uma missa pra depois dançar xangô?

Nós repudiamos o etnocídio e proclamamos todos a uma grande alegria.

Viva a alegria de todas as festas. Quem antecedeu os marechais foi Zumbi e antes dele, Calabar<sup>25</sup>. Viva a subversão e a liberdade.

Entre os nossos *pobres*, os pobres específicos, aqueles que sobreviveram a maleita e a fome estiveram desde sempre os cantadores de coco, de toada, de forró, das rodas de samba, os repentistas, os criadores do martelo alagoano, os capoeiras, os macumbeiros e mandingueiros. Em suma: as nossas almas inspiradoras.

*Das lagoas.* Também elas invadiram e invadem o mundo das imagens: de Guilherme Roggato<sup>26</sup> a Celso Brandão<sup>27</sup>.

---

praticantes passaram a realizar seus rituais sem a batida dos atabaques. A partir de então os rituais passaram a ser realizados quase às escondidas e o som dos atabaques foram substituídos por palmas por dentro os burburinho dos cantos. Foi essa prática que deu origem a modalidade do que se denominaria de “Xangô rezado baixo”, uma prática única em todo o Brasil. Por aí se entende um pouco os meandros da especificidade da *cultura da violência* em Alagoas.

Acreditamos, e as evidências sinalizam nesse sentido, que a atual não existência de um carnaval de rua com uma marcante presença popular, se deve ao trauma do fenômeno da quebra dos terreiros. Antes de 1912, era comum na cidade de Maceió a presença dos cortejos dos Maracatus durante o carnaval e festas religiosas. Todavia, com a diáspora dos cultos afros, o Maracatu aos poucos foi desaparecendo e o carnaval foi se tornando uma festa esvaziada das culturas populares.

<sup>24</sup> A Praça 13 de Maio, situada no bairro do Poço, foi construída em homenagem a data comemorativa da libertação dos escravos. Lá se encontra a estátua erguida em homenagem da Mãe Preta, a figura maternal da escrava mãe de leite

<sup>25</sup> Na cronologia dos fatos, tanto Calabar quanto Zumbi vieram antes dos Marechais. E por que apenas os Marechais têm sido historicamente representados?

<sup>26</sup> Guilherme Roggato. Devemos a ele o primeiro filme rodado em Alagoas, “**Casamento é Negócio?**” rodado em 1933. O filme, repleto de imagens alagoanas da década de 30, ainda teria em seu elenco o lendário Major Bonifácio da Silveira e o ator Moacir Miranda. Em uma de suas cenas mais significativas, o Pontal da Barra e belas imagens da lagoa Mundaú.

<sup>27</sup> Celso Brandão, um do mais representativo fotógrafo de Alagoas. Descendente de uma família profundamente ligada à preservação das culturas populares – **Theo Brandão, José Aloísio Vilela** - ele tem a trajetória de sua obra marcada pelo incansável registro das culturas e tipos populares. Além de fotógrafo, ele é também cineasta e, no geral os seus curtas-metragens (Ponto das Ervas, Memória da Vida e do Trabalho, etc.) são registros das culturas populares. É ainda de sua autoria o “*Pesca Sururu*”, um registro etnográfico sobre a catação de sururu na lagoa Mundaú.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

As *palavras-mundo* de Jorge de Lima e Léo Ivo<sup>28</sup> são roteiros cinematográficos de um imaginário alagoano.

Do somatório de todas as águas: as águas do mar que invadiram a todos.

*Dos olhos- d'água e do cheiro de maresia contra o cheiro agriodoc das canas. Maresia alagoana:* ela contaminou a todos: dos pisantes das terras alagoanas, dos *índios e negros, brancos e holandeses* e até mesmo aos piratas franceses.

...e sobretudo do cheiro do sururu tirado fresquinho da lama: alimento dos negros e pobres. Imagem segura e maternidade de nossas imagens mães.

Assim, Mestra Ilda também é Zumbi e Mestre Zumba<sup>29</sup> também.

Além de sentimentais, somos anfíbios, quer se queira quer não.

Quem ainda não provou do sururu, tomou banho de lagoa, é aleijado dos olhos e cego no corpo<sup>30</sup>.

Viva Deodato, outro negro artista<sup>31</sup>.

*Sururu:* ao redor dele, os bairros e os povoados se amontoaram e se enredaram: Ponta Grossa, Levada, Pontal, Bebedouro e Rio Novo<sup>32</sup>. Todos filhos das águas.

O *sururu* então, mais dos que os homens, inventou e recriou as nossas geografias: as cartografias de nossa primitividade. Ali naqueles espaços embrenhados dançava-se macumba, fumava-se liamba, cantava-se coco e se recriava um mundo: o mundo alagoano<sup>33</sup>. Como isto foi possível?

---

<sup>28</sup> Tanto Jorge de Lima quanto Léo Ivo são escritores envolvidos com uma temática inserida em um imaginário alagoano. Já na década de 1930, em seu romance *O Anjo*, Jorge de Lima escrevia:

Sururus existem em quase todas as lagoas do Brasil. Porém os desta lagoa [Mundaú, de Maceió], devido a circunstâncias especiais explicadas pelos naturalistas, como mistura de água do mar com águas dos rios que deságuam na lagoa, e outras causas, tornam-se como que degenerados, pequenos, gordinhos, gostosíssimos (Lima, 1977:52).

<sup>29</sup> Mestre Zumba, nascido na cidade lacustre de Santa Luzia do Norte, na beira da lagoa Mundaú, era filho-de-santo e parente de Tia Marcelina. Zumba foi um artista plástico que durante décadas era visto vendendo suas telas pelo centro da cidade de Maceió. Em suas imagens, uma alagoanidade composta por negros e uma Alagoas primitiva com imagens enraizantes de coqueirais, lagoas e praias.

<sup>30</sup> Trata-se aqui de acentuarmos o forte valor nutritivo do sururu. Popularmente diz-se *tomar na fraqueza* a possível sensação de tontura que as pessoas sentem ao tomar pela primeira vez o caldo de sururu.

<sup>31</sup> Mestre Deodato, alagoano nascido na região da levada perto da lagoa Mundaú, e atualmente com mais de 80 anos, além de um grande contador de estórias, é apontado como o melhor artesão de madeira do Brasil.

<sup>32</sup> Os bairros de Ponta Grossa, Levada, Pontal, Bebedouro e Rio Novo são bairros lacustres. No entorno deles se concentram o maior número de mestres de Alagoas.

<sup>33</sup> Trata-se da evocação de uma ambientação de efervescência de rituais e de festas enquanto movimentos necessários para a consolidação de elementos culturais tipicamente alagoanos. Assim, Macumba, liamba e coco, são evocados enquanto elementos dionisíacos e fundamentais na ambientação de uma matriz cultural

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

Na busca do sururu, os homens pobres desenharam ruas.

Sururu: espaços coletivos, maternidade e memória. Nascedouro e rotas de outros espaços geográficos. Espaços de uma memória possível.

Viva Jorge de Lima e Celso Brandão que filmou o “*Cata Sururu*”.

Levada. Alguém lembra que ali havia um porto?

Alagoas não foi feita (somente) pra turista ver.

Pra turista ver e olhar o mar<sup>34</sup>.

No além-mar, pensar não outras terras. No além-mar pensar nossos interiores. Lagoas interiorizadas<sup>35</sup>. Pra turista ver também. E que ele venha, e já que comemos o bispo Sardinha, o comeremos também, mas antes disso ensinar ele a tomar banho de lagoa e comer caranguejo uça<sup>36</sup> com as mãos. Aliás, com todo estrangeiro deveria ser assim<sup>37</sup>.

---

de origem negra.

<sup>34</sup> Trata-se de uma crítica à prática ***predatória do turismo de massa*** enquanto um produto típico de uma ***modernidade vazia***. Ao tempo em que também sinalizamos (como veremos em seguida) para a necessidade de um olhar ***descolonizador*** voltado para os nossos interiores alagoanos. De resto, interiores com paisagens distintas das *imagens litorâneas* com imagens saturadas de Sol e Mar.

Um ***olhar descolonizado*** e voltado para as coisas alagoanas deverá ser descortinado através de uma geografia pontuada por pequenas lagoas e rios, lugares de ricos acidentes geográficos e ricas e exuberantes em *culturas populares*.

<sup>35</sup> Em Alagoas ainda existe algo em torno de sessenta lagoas espalhadas pelos interiores. Segundo o levantamento e classificação do professor Moisés Calu, elas estariam distribuídas do seguinte modo:

**Lagoas Litorâneas:** lagoa Mundaú, lagoa Manguaba, lagoa do Roteiro, lagoa de Jequiá, lagoa Escura, lagoa do Tabuleiro, lagoa de Guaxuma, lagoa Vermelha e outras menores (lagoa do timbó, Lagoa dos Patos Lagoa do Pau, Lagoa das Pacas, Lagoa Comprida, Lagoa Doce, Lagoa do Mangue, Lagoa do Taboadinho, Lagoa Azeda, Lagoa de Jacarecica, Lagoa da Anta). **Lagoas da Margem do São Francisco:** Lagoa do Tororó, Lagoa de Santiago, Lagoa da Jacobina, Lagoa da Cabeceira, Lagoa da Várzea, Lagoa do Sanção, Lagoa da Maarracão, Lagoa do Munguengue, Lagoa de Baixo. **As localizadas entre Pão de Açúcar e São Brás, a partir de São Brás em direção a Penedo:** Lagoa comprida, Lagoa do Meio, Lagoa Tatúia, Lagoa da Várzea, Lagoa do Campo, Lagoa do Sampaio, Lagoa Enxada, Lagoa Mocambo, Lagoa da Porta, Lagoa do Cangote, Lagoa do Caldeirão, Lagoa do Sobrado, Lagoa Grande, Lagoa do Engenho, Lagoa Marizeiro, Lagoa Salgada. **As localizadas abaixo do município de Penedo em direção ao estuário do São Francisco:** Lagoa do Botafogo, Lagoa do Mangue, Lagoa da Várzea Grande, Lagoa Caiada. **Lagoas dos interiores:** Lagoa da Canoa, Lagoa do Rancho, Lagoa do Pai Gonçalo, Lagoa de Santa Luzia, Lagoa do Curral, Lagoa do Gado Bravo, Lagoa do Pé leve, Lagoa do Lunga, Lagoa dos Porcos, Lagoa do Canto, Lagoa Nova. **As lagoas recentemente registradas com exclusividade pelo professor e pesquisador professor Moisés Calu:** Lagoa do Caldeirão, Lagoa do Capim, Lagoa Comprida, Lagoa Grande, Lagoa da Pedra, Lagoa do Coxo (Destacamos que este minucioso levantamento se deve ao professor de geografia Moisés Calu da Universidade Estadual de Alagoas).

Ao redor delas um verdadeiro relicário da culinária alagoana e espaços de permanências das culturas populares alagoanas.

<sup>36</sup>Trata-se de um crustáceo existente nas regiões lacustres mangues, rios e mangues. De forte valor nutritivo, ele é um dos frutos do mar que compõem a culinária alagoana.

<sup>37</sup> Ou seja: praticar a ***antropofagia*** a exemplo do que fizeram os ***caetés*** com o ***português branco e colonizador***.

O que está em jogo com este enunciado é não apenas apontar para elementos atávicos e primitivos (*tomar banho de lagoa e comer caranguejo Uca com as mãos*) na defesa de uma cultura tipicamente alagoana, mas, sobretudo de apontar e firmar *pontos de resistência* afim de que possamos preservar uma espécie de *matriz alagoana* no movimento particular de nossas mestiçagens.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

*Turismo primitivo: a Bica da Pedra, o banho no Cardoso, o Catolé<sup>38</sup>. Lugares de luz com águas frescas e claras.*

O bar das Ostras<sup>39</sup>.

Os portos de Bebedouro e de Santa Luzia do Norte, alguém lembra?

"Sururulândia<sup>40</sup>": Esta é nossa riqueza e desde sempre memória.

Mas aconteceu que *Maceió fugiu da Mundaú*. Pensou que a lama e os caranguejos e os homens-caranguejos iam engolir ela<sup>41</sup>!!!!

A nossa aristocracia, com medo e nojo fugiu do barro, e fugiram também da zoadas dos batuques, dos cocos e das macumbas e foram morar lá na banda das praias: *Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca*. E naquelas praias, há pouco desertas, no lugar dos casebres e casas de paus a pique, foram montados os edifícios e as luminárias elegantes da cidade.

*E as águas do mar são diferentes das águas da lagoa.*

*A gente sururu então ficou sozinha.*

Formou-se deste então duas gentes: *a gente sururu e o povo rico da cana*.

De um certo modo, ao gosto do sururu, se somou o cheiro da cana. Alagoas então é de todo um pouco de cada pedaço.

Mas, ao contrário da maternidade dos mariscos, os capins da cana se tornaram baionetas retocadas de sangue.

Na verdade, a cana nunca foi doce. Zumbi e os negros já desde sempre sabiam<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> Quando o banho de mar ainda não havia se tornado uma prática glamurosa das elites, a *Bica da Pedra*, o *banho no Cardoso* e o *Catolé* eram espaços lacustres e fluviais conhecidos enquanto espaços de vivências, recreações e lazer.

<sup>39</sup> O *Bar das Ostras* foi um bar muito conhecido e freqüentado em Maceió durante as décadas de 40, 50 e 60 do século passado. Ele se tornou famoso em virtude de sua culinária à base dos frutos oriundos das geografias culturais alagoanas.

<sup>40</sup> Era essa uma das referências a Alagoas, quando nas primeiras décadas do século XX o sururu era amplamente consumido e compartilhado no imaginário alagoano.

<sup>41</sup> Trata-se de assinalar aqui as mudanças ocorridas no espaço urbano de Maceió em decorrência do processo de desenvolvimento da modernidade, quando em consequência do avanço de novos espaços urbanos, as elites alagoanas da capital passaram a ocupar a região das praias. De passagem lembramos que a valorização das praias enquanto um espaço saudável e de lazer, é uma construção tardia da modernidade. No começo do século as praias eram lugares desertos e dentre outras coisas, utilizadas para depósito de lixo e dejetos.

Assinala-se também aqui, que um dos traços da modernidade alagoana - e fugiram também da zoadas dos batuques, do coco e das macumbas – foi a instalação de uma cultura urbana e de elite apartada das geografias e dos movimentos das *culturas populares*.

<sup>42</sup> A referência nesse contexto é à escravidão, uma relação social historicamente associada à exploração da cana-de-açúcar é fundamental na solidificação de uma teia de poder associada a *cultura da violência*.

*O sururu também não é doce.* Mas entre o *doce e o salgado*, e somado às mestiçagens das cantigas e do somatório das estórias todas, ele foi dando alma e corpo às gentes alagoanas<sup>43</sup>.

Por isso, é uma pena que o Farol não derrame sua luz na Mundaú.

O Farol nunca iluminou as lagoas. Nas lagoas não navegam os navios. Mas, afinal o que trazem os navios? Nas lagoas apenas navegam os peixes, os homens e os mariscos adormecidos e preguiçosos: o bagre, o mandim, o siri, o caranguejo e o sururu enfiado na lama<sup>44</sup>.

Mas, afinal, se toda festa tem um tempo, *qual o tempo sururu?*

Sururu, cultura oral sururu. Sinestesias: pureza aberta e sem perigo. *Sinestesias:* um dia um branco tomou caldo de sururu e ficou doido. Sururu: comida dos pobres:  
“*Nossa miséria é a nossa riqueza*”<sup>45</sup>.

Que ressuscitemos todas as histórias

### E que no banquete das mestiçagens periféricas

E na festa de todos os *povos ressurgentes*

*Morram colonizadores e colonizados*<sup>46</sup>.

E que por dentre o barro e cheiro da lama

E no somatório de todas as imagens, a

Mundaú central,

E nela a gente sururu seja imensa

Feito um oceano sem margens<sup>47</sup>.

No somatório de todas as águas.

---

<sup>43</sup> O *sururu* está sendo colocado aqui enquanto uma *alegoria da mestiçagem alagoana*.

<sup>44</sup> Mais uma vez aqui, uma referência crítica à *modernidade alagoana*. Enquanto meio de transporte os navios foram os veículos do desenvolvimento do *colonialismo e consolidação da modernidade*.

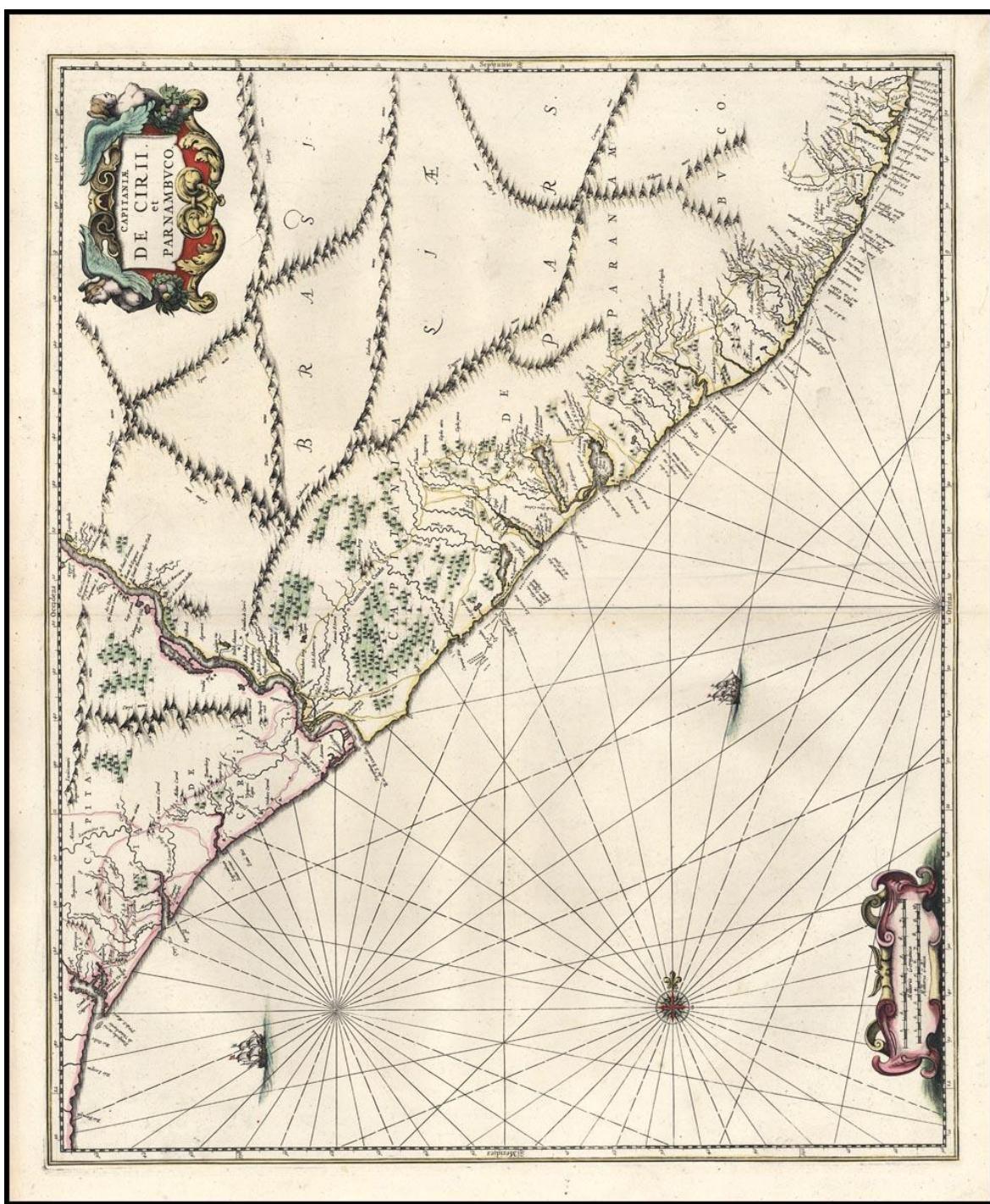
Neste contexto, a referência à iluminação das lagoas, está apontando para um olhar voltado para o interior de Alagoas, para as particularidades da flora, os coqueiros, sobretudo, a fauna lacustre, o bagre, o mandim, o caranguejo, etc.

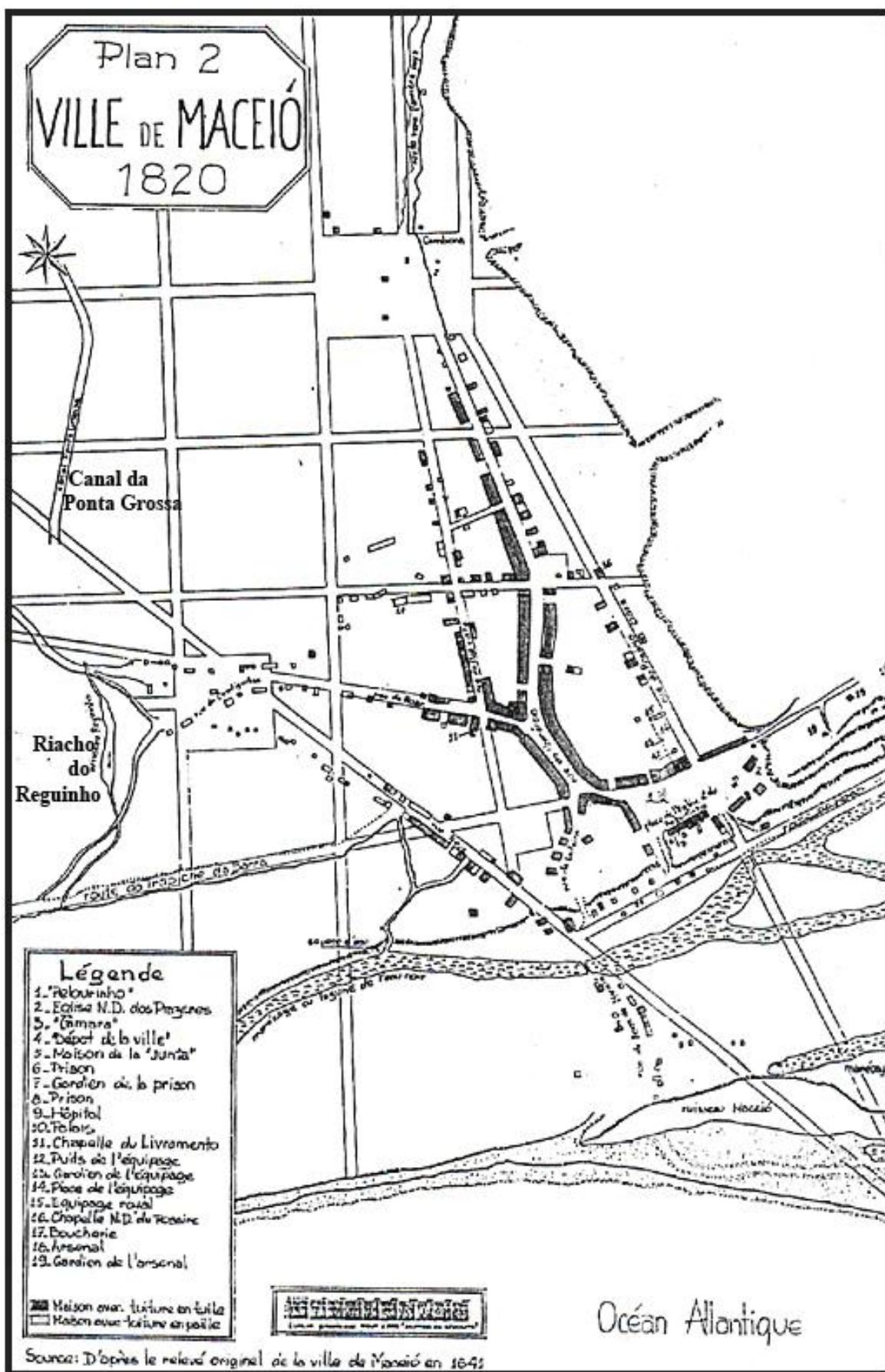
<sup>45</sup> Frase de Tavares Bastos.

<sup>46</sup> A morte de colonizados e colonizadores – pólos de um mesmo núcleo, a colonização – é imprescindível para o nascimento de um olhar descolonizado e voltado para um imaginário das coisas alagoanas.

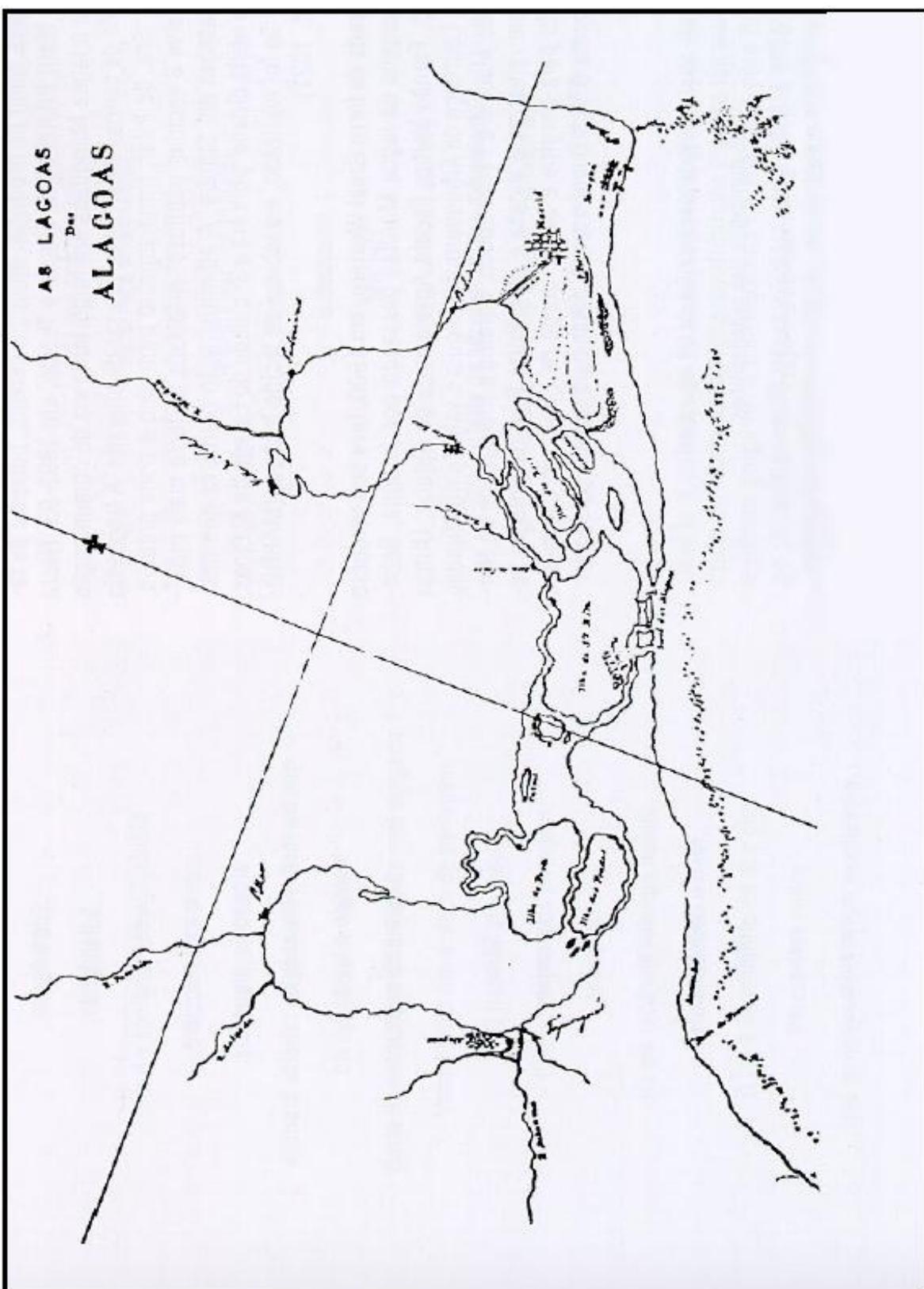
<sup>47</sup> *Um oceano sem margens*. Frase extraída de um poema do poeta Zé Paulo do município de Pão de Açúcar lá pelas bandas do alto sertão de Alagoas, beira do São Francisco.

## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

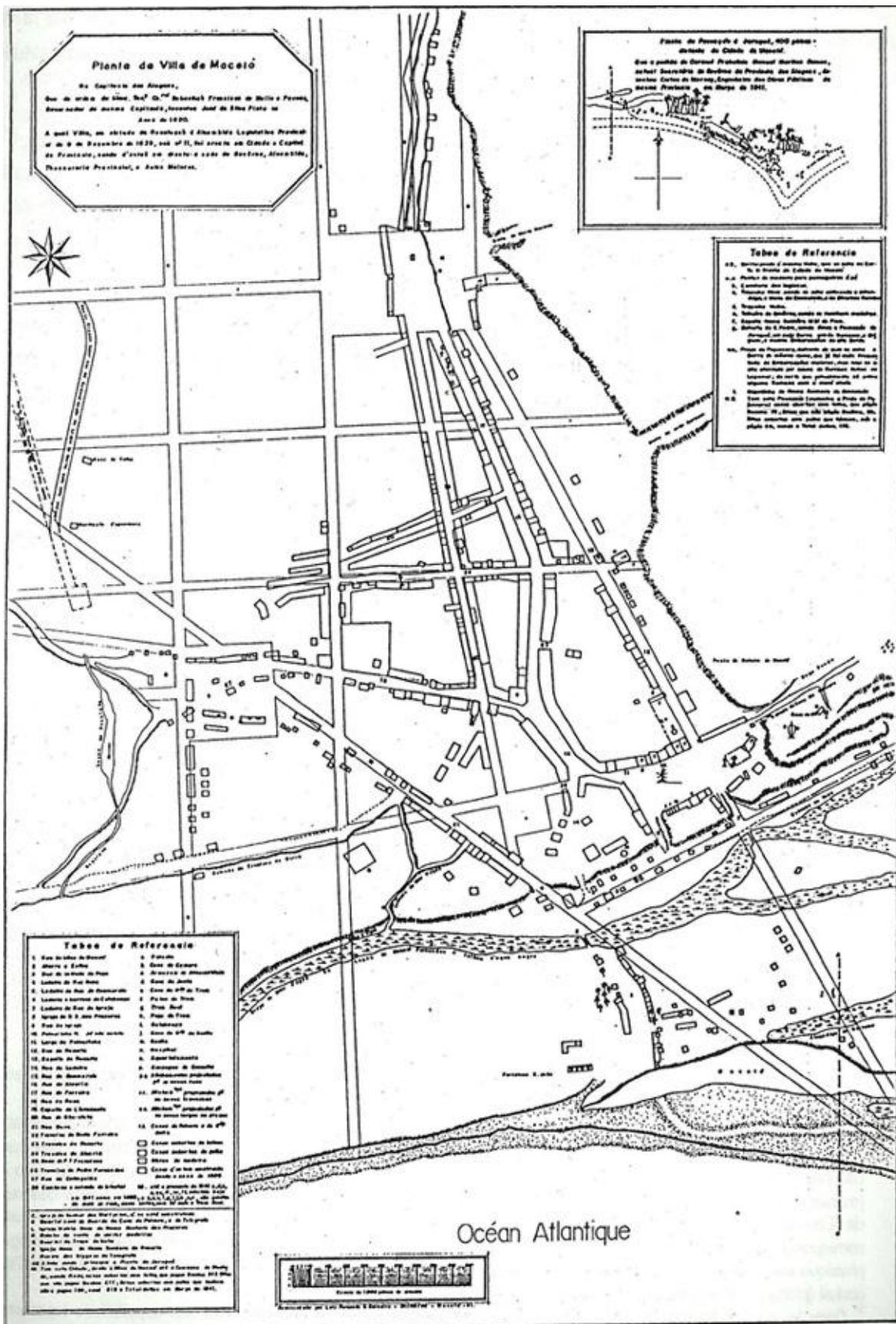


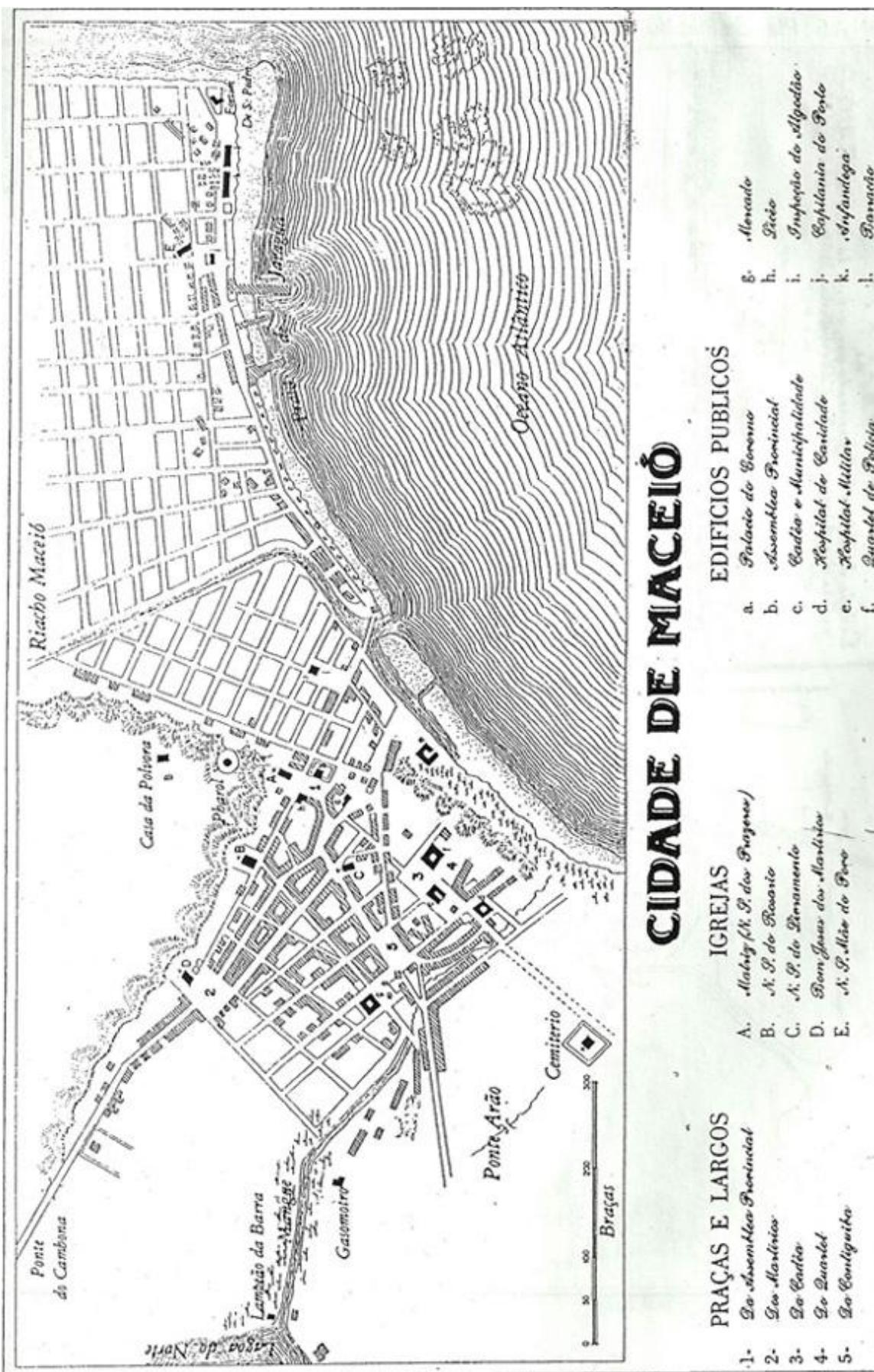


**Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió**

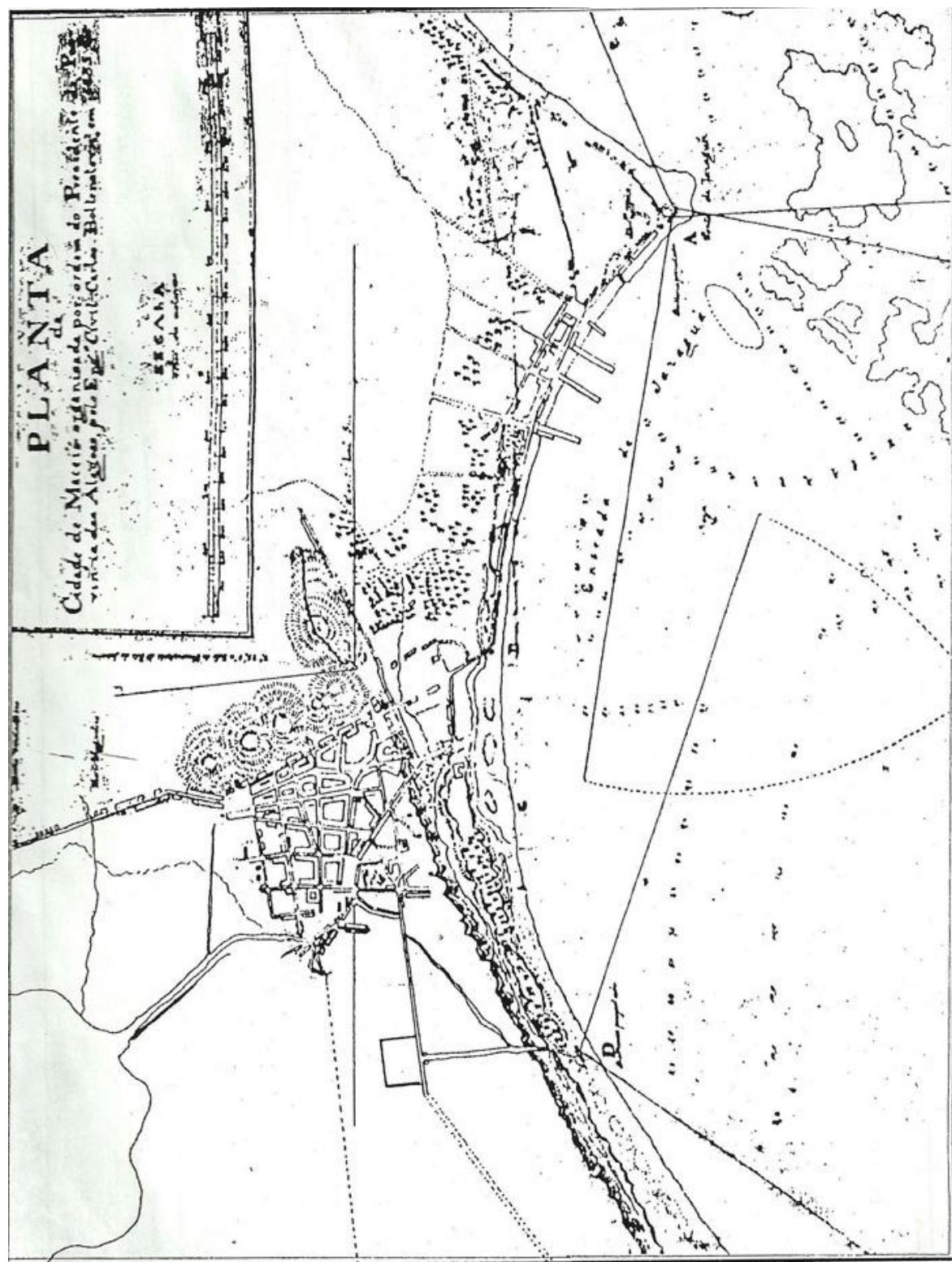


## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

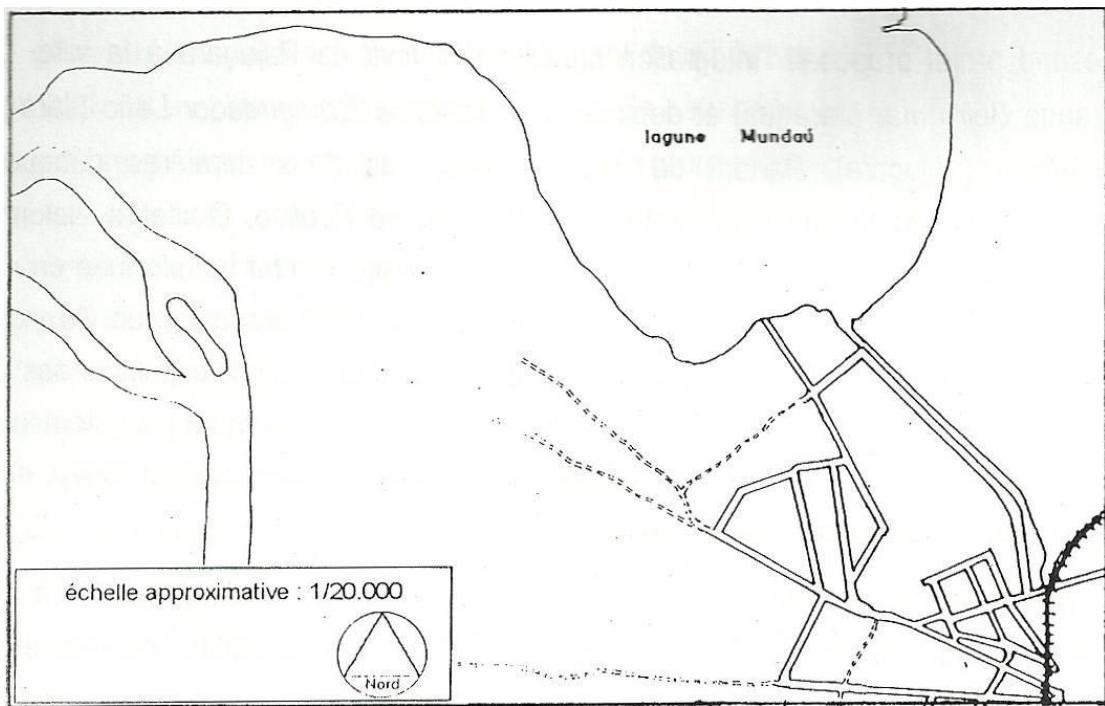




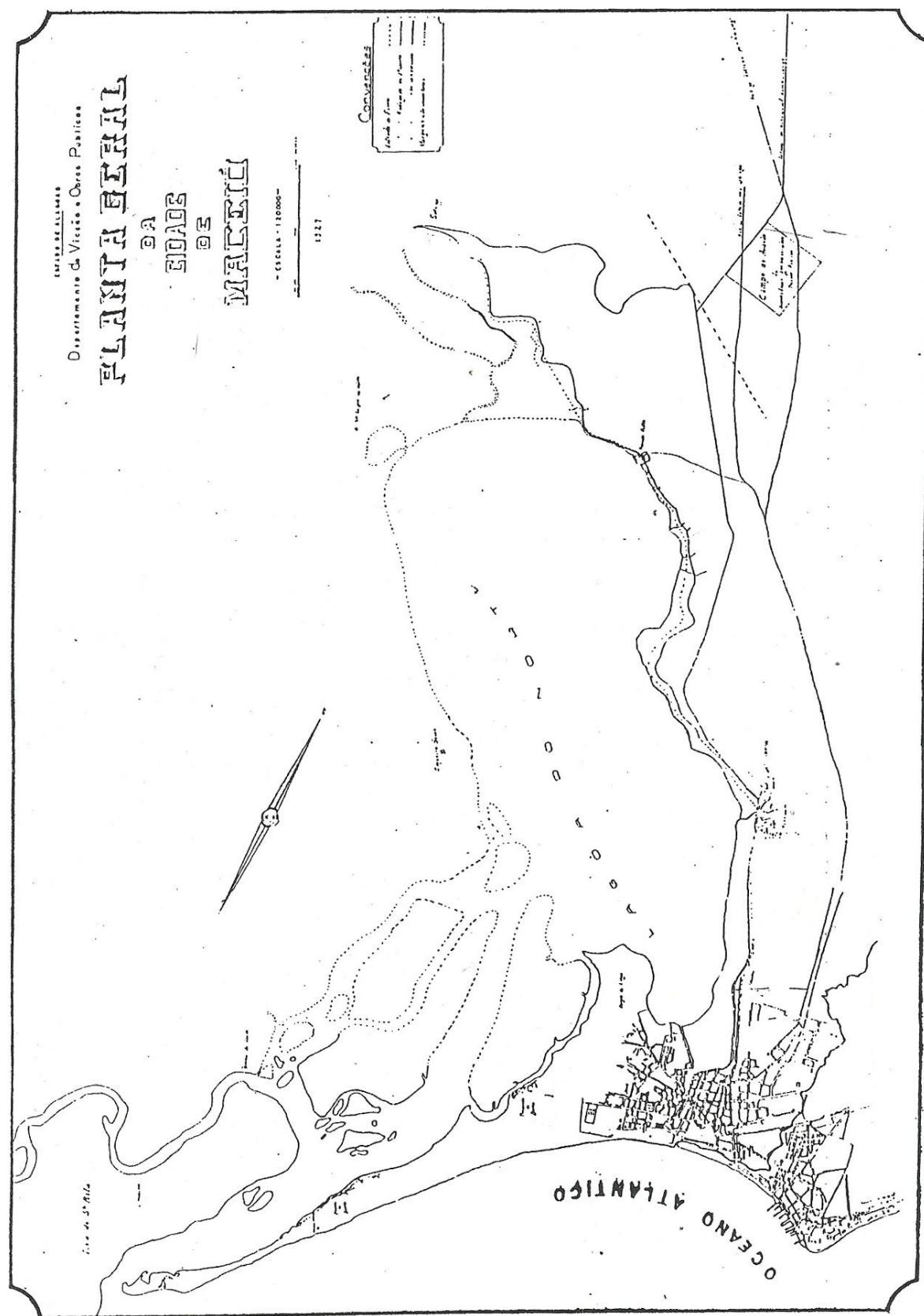
## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



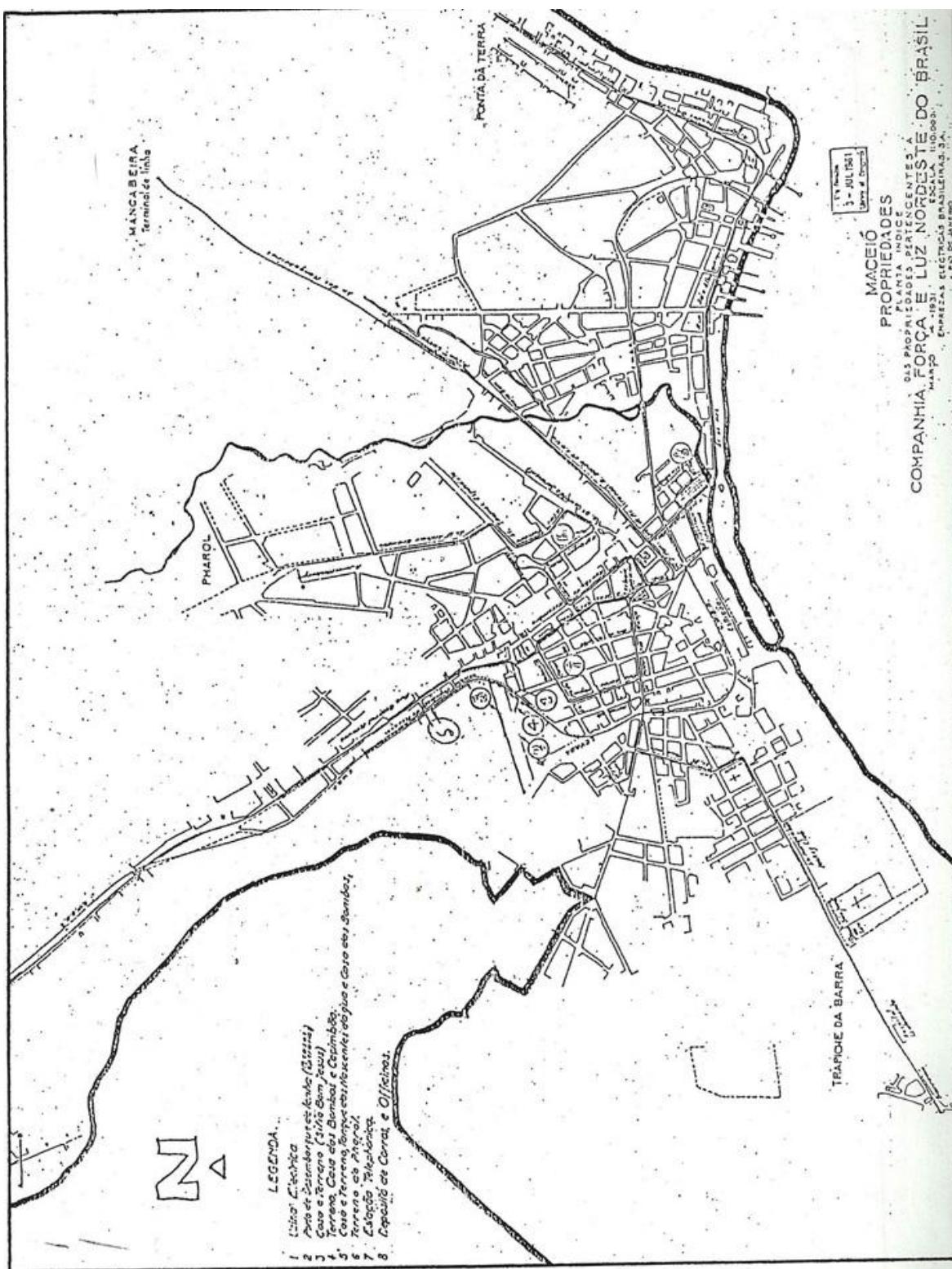
## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



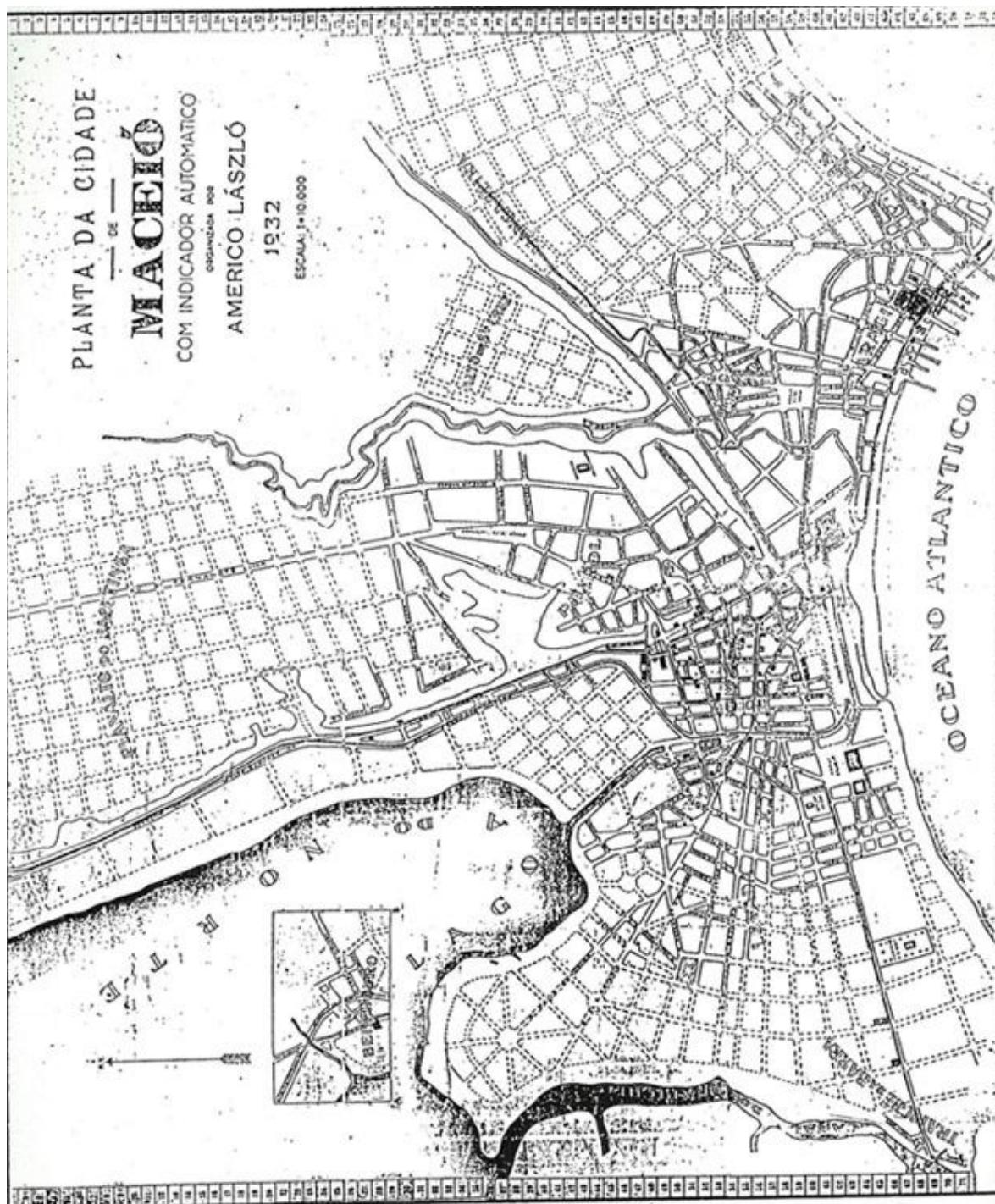
## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió



## Levada à Margem: A Importância do Lugar na Memória da Cidade de Maceió

